

JUNHO

potência das ruas
e das redes

Organização

Alana Moraes • Bernardo Gutiérrez • Henrique Parra
Hugo Albuquerque • Jean Tible • Salvador Schavelzon





Foto: Henrique Peirra



Fundação Friedrich Ebert

JUNHO

potência das ruas
e das redes

Organização

Alana Moraes • Bernardo Gutiérrez • Henrique Parra
Hugo Albuquerque • Jean Tible • Salvador Schavelzon

1ª Edição

São Paulo, 2014

**FRIEDRICH
EBERT** 
STIFTUNG

JUNHO: POTÊNCIA DAS RUAS E DAS REDES

EXPEDIENTE

Organizadores

Alana Moraes

Bernardo Gutiérrez

Henrique Parra

Hugo Albuquerque

Jean Tible

Salvador Schavelzon

Projeto gráfico e capa

Cesar Habert Paciornik

HPDesign • cesarphp@gmail.com

Foto da capa

Henrique Parra

Friedrich Ebert Stiftung (FES) Brasil

Av. Paulista, 2011 - 13º andar, conj. 1313

01311 - 931 | São Paulo | SP | Brasil

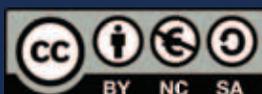
Friedrich Ebert Stiftung (FES)

A Fundação Friedrich Ebert é uma instituição alemã sem fins lucrativos, fundada em 1925. Leva o nome de Friedrich Ebert, primeiro presidente democraticamente eleito da Alemanha, e está comprometida com o ideário da Democracia Social. Realiza atividades na Alemanha e no exterior, através de programas de formação política e de cooperação internacional. A FES conta com 18 escritórios na América Latina e organiza atividades em Cuba, Haiti e Paraguai, implementadas pelos escritórios dos países vizinhos.

As opiniões expressas nesta publicação não necessariamente refletem as da Fundação Friedrich Ebert.

O uso comercial dos meios publicados pela Friedrich-Ebert-Stiftung (FES) não é permitido sem a autorização por escrito da FES.

**FRIEDRICH
EBERT
STIFTUNG**



SUMÁRIO

- 09 **INTRODUÇÃO** Junho está sendo Xs organizadores
-
- 23 **01 Belo Horizonte** A cavalaria andou de ré Francisco Foureaux
-
- 45 **02 Brasília** Poéticas Públicas Jul Pagul
-
- 63 **03 Curitiba** Junho de 2013 desde Curitiba: a juventude em rede nas ruas Michele Torinelli
-
- 79 **04 Florianópolis** Das Redes às Ruas: junho em Florianópolis Fernando J. C. Bastos Neto
-
- 97 **05 Fortaleza** #OcupeOCocó Valéria Pinheiro
-
- 121 **06 Porto Alegre** O antes, o durante e o depois das mobilizações de 2013 em Porto Alegre: A força das ruas e seus desafios Lorena Castillo
-
- 135 **07 Recife** Nem solitárias, nem amargas: a luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas - O caso do #OcupeEstelita Érico Andrade, Liana Cirne Lins e Frida Lemos (colaboração)
-
- 157 **08 Rio de Janeiro** Junho Preto: Favelado ocupando as ruas Thamyra Thâmara
-
- 177 **09 São Luís** Jornadas de Junho no Maranhão: as ruas e as redes como espaço da reivindicação Cláudio Castro e Bruno Rogens
-
- 201 **10 São Paulo** Revolta popular: o limite da tática Caio Martins e Leonardo Cordeiro
-
- 219 **11 São Paulo** Uma visão parcial como Advogado Ativista Daniel Biral
-
- 233 **12 Vitória** Ponte interditada por manifestantes Haroldo Lima

JUNHO: POTÊNCIA DAS RUAS E DAS REDES

- **Alana Moraes** é mestre e doutoranda em antropologia pela UFRJ. Interessada em cosmopolíticas subalternas. Militante feminista e das ruas.
- **Bernardo Gutiérrez** é jornalista, escritor, mídia-ativista e pesquisador de redes. É o autor dos livros 'Calle Amazonas' (Altair, Barcelona) e '#24H' (Dpr-Barcelona). É o fundador da rede FuturaMedia.net, baseada em São Paulo, e forma parte da Global Revolution Research Network (GRRN) da Universitat Oberta de Catalunya (UOC).
- **Caio Martins** é militante do Movimento Passe Livre de São Paulo e estuda História na USP.
- **Bruno Rogens** é professor, Bacharel e Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão. Integrante do Projeto Software Livre - Maranhão. Militou no MPL-São Luís. E-mail: brunorogens@gmail.com.
- **Cláudio Castro** é graduado em Comunicação Social pela Universidade Federal do Maranhão, especialista em Jornalismo Cultural, também pela UFMA, e mestre em Políticas Públicas - UFMA. E-Mail: c.castro@uol.com.br.
- **Daniel Biral** é advogado ativista.
- **Érico Andrade** é doutor em filosofia pela Sorbonne. Prof. de ética e epistemologia da UFPE. Membro da diretoria da Associação de pós-graduação de filosofia do Brasil (ANPOF).
- **Fernando J. C. Bastos Neto** é formado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina, também criou no facebook o evento convocatório para a manifestação do dia 18 de junho de 2013, na cidade de Florianópolis.
- **Francisco Foureaux** é historiador e mineiro.
- **Frida Lemos** é estudante de Urbanismo Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP). Ativista do Movimento Ocupe Estelita.
- **Haroldo Lima** é jornalista e membro do coletivo Foi à Feira. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Psicologia Institucional da UFES, onde desenvolve pesquisa no Laboratório de Imagens da Subjetividade (LIS).

JUNHO

potência das ruas
e das redes

- **Henrique Parra** é sociólogo e professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo, onde coordena o Pimentalab - Laboratório de Tecnologia, Política e Conhecimento: <http://blog.pimentalab.net>.
- **Hugo Albuquerque** é advogado, blogueiro e mestrando em Direito pela PUC-SP.
- **Jean Tible** é diretor de projetos da Fundação Friedrich Ebert e professor de relações internacionais da Fundação Santo André. Autor de *Marx selvagem* (São Paulo, Annablume, 2013).
- **Jul Pagul** é bastante ingrata com o patriarcado, maníaca diversiva (incurável!), gosta da rua, da noite e de justiça social. Curte meninos e meninas, liberdade e afeto, antenas e transmissores livres. Refoga rodas de samba e capoeira angola. Exibe e distribui filmes gratuitamente. É mãe solteira e cuida de uma cachoeira nas horas vagas. Cria e atua a favor da vida das mulheres, de preferência em coletivo.
- **Leonardo Cordeiro** é integrante do Movimento Passe Livre de São Paulo. Além da militância, toca percussão, dá aulas de música e estuda filosofia na USP.
- **Liana Cirne Lins** é mestra e Doutora em Direito. Professora da Faculdade de Direito do Recife e do Mestrado em Direitos Humanos da UFPE. Membro da Comissão de Meio Ambiente - OAB/PE. Ativista do grupo Direitos Urbanos. Advogada e ativista do Movimento Ocupe Estelita.
- **Lorena Castillo** é militante da Federação Anarquista Gaúcha (FAG).
- **Michele Torinelli** é comunicadora, caminhante e ativista. Atualmente, é mestranda em Sociologia na UFPR na linha de Cultura, Comunicação e Sociabilidades sob a temática Juventude: Cultura e Participação.
- **Salvador Schavelzon** é antropólogo. Professor e pesquisador na Universidade Federal de São Paulo. Autor de *El Nacimiento del Estado Plurinacional de Bolivia* (2012, disponível na biblioteca virtual CLACSO). Interessado em cosmopolítica e política pós-republicana, não representacional.
- **Thamyra Thâmara** é jornalista, mestranda em cultura e territorialidade pela Universidade Federal Fluminense -UFF e integrante do coletivo Ocupa Alemão.
- **Valéria Pinheiro** é militante do movimento de moradia, componente do Comitê Popular da Copa e apoiadora do OcupeCocó.

A large crowd of people is gathered on a city street at night. The scene is filled with motion blur, suggesting a fast-moving event or protest. In the foreground, a bright, starburst light flare is visible. The background shows city buildings, streetlights, and traffic signals. The overall atmosphere is one of a significant public gathering.

JUNHO

potência das ruas
e das redes

Foto: Henrique Parra

JUNHO ESTÁ SENDO

Xs organizadores



Junho está sendo

Xs organizadores¹

Em uma Era na qual a morte de quase tudo – de deus até a filosofia, dos heróis às celebridades do momento – é decretada, antecipada ou mesmo inventada, a História dificilmente passaria incólume: ela teria encontrado o seu desfecho com a queda do muro. Fim de papo, agora nos restava carregar o seu pesado caixão, em um caminho único, até uma cova bem rasa. Com a História, morriam juntos, no mesmo incidente, a utopia, o porvir e o horizonte. Mas tal como ocorreu com Mark Twain, os boatos sobre sua morte se mostraram um exagero.

Já nos anos 1990, o ciclo de lutas antiglobalização dera mostras de que não era bem assim. Outros mundos eram possíveis e, acima de tudo, desejados. No começo do século XXI, as manifestações antiguerra também interrogavam os caminhos que se apresentavam como inevitáveis. A crise financeira de 2008 nos EUA e na Europa e os diversos protestos e movimentos que aí germinaram; os levantes da Primavera Árabe, dos Occupy, as largas manifestações na Rússia nos fins de 2011, as manifestações espanholas e gregas e uma miríade de outros processos multitudinários indicariam um novo ciclo em relação aos conflitos do final do século XX. Quais as continuidades e rupturas? Quais são os repertórios, as formas de organização, as reivindicações e concepções políticas em jogo? Quais as disrupções?

O Brasil, no fim das contas, dificilmente ficaria ilhado. Depois de um ciclo de ascensão democrática e popular ímpar na história do país, marcada

¹ Essa introdução foi escrita de forma coletiva por Alana Moraes, Bernardo Gutiérrez, Henrique Parra, Hugo Albuquerque, Jean Tible e Salvador Schavelzon no PAD <https://junhoestaseendo.titanpad.com/1=>.

por um processo sem precedentes de inclusão socioeconômica na década de 2000, as transformações selvagens que abalaram as estruturas do Brasil passaram a ser enquadradas por uma política gerencial, com preocupações quase que exclusivamente econômicas – as quais se encontram delineadas na forma do “desenvolvimentismo”. Nessa esteira, um ar de imutabilidade capturava nossas imaginações políticas e uma inércia tomava cada vez mais as nossas vidas.

Foi por muito pouco – aparentemente “apenas” por alguns centavos – que o copo transbordou. O baixo valor objetivo tinha uma enorme, e ignorada, dimensão subjetiva. A névoa de normalidade e estabilidade plena se desfez. A revolta contra o aumento da passagem traduzia naquele momento, em um só golpe, formas elementares de opressões e cerceamentos da vida cotidiana que já não nos dávamos conta: mobilidade, acesso à cidade, a necessidade de ocupar as ruas, de nos afetar com os encontros, de exigirmos uma distribuição radical das terras latifundiárias da política. A explosão veio quando as manifestações metropolitanas, iniciadas em capitais como Natal, Porto Alegre e Goiânia se viram em meio a levantes contra os reajustes tarifários do transporte público e se espalharam para outras cidades como São Paulo e Rio de Janeiro.

A história sobreviveu, se fez presente. Desta vez, no entanto, a História não teria um único embandeirado-sujeito carregando-a até um destino final previamente definido (a revolução, o poder, uma reforma constitucional). Em Junho, a história perderia o H maiúsculo. Longe da transcendência e do universal, as manifestações produziriam um enxame de redes e afetos, nem sempre encolunados numa subjetividade do Um e dos relatos clássicos da emancipação. A história caminharia na cidade e se conectaria com florestas e territórios indígenas, com corpos periféricos e desviantes, subverteria as gramáticas tradicionais das identidades fixas e fixadas, se desconectaria das instituições, não mais lugar exclusivo da política. Uma política corajosa e até então desconhecida, encontraria vetores de transformação e ar fresco em histórias outras, no espaço do comum que encontros novos abririam.

Dos atos ao acontecimento

Vamos fazer um *flashback* para tentar entender o furacão político das Jornadas de Junho: dia 13 de junho, quarto ato do Movimento Passe Livre (MPL). O protesto enfrenta por horas uma repressão policial pesada. Até então, a grande mídia estava ignorando a repressão policial, mas centenas de cidadãos registravam em tempo real com seus celulares o uso abusivo de gás lacrimogêneo e balas de borracha. A raiva explode. O dia 13 foi o ponto da virada. O rumo da onda de protestos que começou com o primeiro ato do MPL (06 de junho) havia mudado. Um estudo de Interagentes mostra que o MPL perdeu a liderança nas chamadas e conversas online após a violência policial. Perderia também o protagonismo das ruas a partir do ato do dia 17 de junho. O Brasil registrou, entre o 13 e o 17 de junho, um dos maiores volumes de tuítes da história. Um estudo de PageOneX.com visualiza uma explosão gigantesca, uma poderosa onda subjetiva e emocional nas chamadas mídias sociais. A mídia brasileira vinha falando dos “vândalos” desde o início dos protestos, criminalizando os manifestantes. Mas, como aconteceu na Turquia, onde os manifestantes do Gezi Park foram chamados de “chapullers” (vândalos), a indignação tornou-se empoderamento. No Brasil, em reação à manipulação midiática que insistia em contrapor os manifestantes “cidadãos” aos “vândalos criminosos”, muitos assumiram o nome múltiplo de vândalos ou baderneiros: “v de vinagre”, “v de vândalo”, “Maria Baderninha”, “Pedro Baderneiro”. Junho também produziu uma guerra de classificações e como consequência, uma demanda urgente pelo direito à autorrepresentação. O estudo de PageOneX.com mostra claramente como a violência policial deu passo à indignação. Posteriormente, o empoderamento emocional transformou o protesto pelo transporte em uma revolta coral, plural e fragmentada a serviço de novos imaginários: “por uma vida sem catracas”, “não é por vinte centavos, é por direitos...”.

No sábado, dia 15, aconteceu um episódio importante, que depois passaria despercebido em meio ao caldeirão emocional da revolta “vândala”. Alguns movimentos sociais mais tradicionais – entre eles a Articulação Nacional dos

Comitês Populares da Copa (Ancop) e o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) – fizeram manifestações em Brasília, Belo Horizonte e Rio de Janeiro contra a Copa das Confederações. A novidade foi que alguns membros destes movimentos pediram colaboração a alguns hacktivistas do Anonymous. Teve lugar uma reunião na rede de chat encriptado CryptoCat, em uma sala chamada Garrincha, entre hacktivistas e militantes. Ninguém dos movimentos clássicos que estava dialogando na sala Garrincha sabia que o nível de viralização, dentro do contexto da onda do Passe Livre, iria ser galático.

A manifestação de 17 de Junho (# 17J), que acabou na ocupação do teto do Congresso Nacional em Brasília e com milhões de pessoas nas ruas do Brasil todo, já é parte da história. A inédita confusão do “juntos e misturados” foi a praia comum durante vários dias, algo inédito na história recente do Brasil, mais acostumado com o “juntos e não misturados”. Curiosamente, um novo embate político se estabeleceu entre a diversidade de sentidos da potência das ruas e a agenda da mídia.

Outro corte: 20 de junho de 2013, Recife. A capital pernambucana viveu uma das maiores manifestações de sua história. A diferença do resto das cidades brasileiras, que já haviam tomado massivamente as ruas no dia 17 de junho, era a primeira grande manifestação de Recife nas Jornadas de Junho. *The Sign of the Brazilian Protest*, um infográfico interativo do jornal The New York Times feito a partir de uma fotografia aérea da manifestação, é uma boa metáfora da “fase II” das jornadas, quando o transporte deixou de ser a única pauta das redes e das ruas. Na foto observamos dezenas de cartazes, de gritos, de lemas. E nenhuma bandeira de partido. De todos eles, um cartaz especialmente simbólico: “Há tanta coisa errada que não cabe neste cartaz.” Ao longo de todas as manifestações de junho vimos muitos cartazes nessa direção. Mensagens não programáticas, mas agregadoras, como: “neste cartaz cabem todos os gritos”. Outros, destacavam a vida para além das redes digitais: “saímos do Facebook.”

O trem da multidão teve seu auge naquele mesmo 20 de Junho, na Avenida Paulista de São Paulo, tomando de assalto a palavra, desestabilizando

a política da previsibilidade e a agenda do “que é possível pra hoje”. Ao lado esquerdo da Avenida Paulista, perto de Consolação, manifestantes muito heterogêneos (skatistas, coletivos LGBT, máscaras de Anonymous, famílias) caminhavam rumo ao MASP sem bandeiras nem símbolos de partidos. Paradoxalmente, no lado direito, organizações e movimentos da esquerda organizada – principalmente militantes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), grupos universitários libertários e trotskistas e de movimentos sociais – marchavam acenando bandeiras vermelhas, alguns deles estavam lá desde as primeiras manifestações, outros aderiam naquele momento.

Era “tudo junto e misturado”. Na avenida Paulista não tinha um só grito. Nem sequer um só inimigo. Havia, isso sim, muito mais cartazes contra Dilma Rousseff que nos primeiros atos convocados pelo Movimento Passe Livre (MPL). Não à toa, a ocorrência de confrontos entre os dois lados da Paulista se registrou naquele dia. Algumas pessoas tinham transformado a música “Vem pra rua vem contra o aumento” dos primeiros atos em “vem pra rua vem contra o Governo”. O que aconteceu desde o primeiro ato pela redução da tarifa do transporte puxado pelo MPL-SP no dia 06 de junho?

Nas tentativas de entender os grandes acontecimentos de mobilização e luta, nos passam pela cabeça certas imagens: Maio de 68, o 15M espanhol, o 19 e 20 de dezembro na Argentina ou as milhares de cidades ocupadas no contexto do movimento Occupy. A questão que sempre retorna: Qual é o saldo político? Quais eram as demandas e até que ponto o sistema político as atendeu? Qual o acúmulo de cada força política e quanto delas foi dissipado sem continuidade em projetos políticos institucionais? Por trás das perguntas, sempre uma tentativa de buscar resultados em termos do tempo político normal, que justamente esses eventos modificam.

A distância entre a energia que circula nas ruas e nos imaginários dos protestos e, do outro lado, a tentativa de tradução em termos de organização política é sempre abissal. De fato, não é incomum que as imagens de praças e avenidas lotadas se sobreponham às da repressão, da retomada conserva-

dora e refluxo de movimentos. O Termidor sempre se apresenta na volta da esquina. É nesse momento que os apressados do desencantamento sempre dirão: “a revolta fracassou”, “a ordem foi estabelecida”, “não deu em nada”.

Os acontecimentos que se relacionam e revertem o tempo político são reconhecidos apenas como momentos “efêmeros”, os desejos e vontades se reduzem a “impulsos imaturos da juventude”, “utopia” ou “falta de sensatez”. “Está na hora de voltar pra casa”, algumas vozes disseram em Junho, “concordamos com vocês, mas as reformas que vocês querem não são possíveis”. Nesse momento, se impôs também uma leitura reducionista, onde os protestos eram lidos como antiprogressistas, como golpistas até – em algumas versões que circularam nas imprensas de países vizinhos – na tentativa apressada de devolver ao Estado a iniciativa, no que seria o espaço exclusivo da política. Continuar nas ruas era desestabilizar a democracia e questionar a legitimidade das instituições como lugar natural onde todo protesto deve se desvanecer.

Pensar um Junho que está sendo; pensar um, dois, três anos de Junho, de estar em Junho – e não apenas, o que se passou desde junho – faz parte de uma visão política ampla que resiste em decretar o fracasso dos acontecimentos que atualizam a História, que resiste a negar a potência da ação coletiva no imaginário político, apenas pela falta de institucionalização da revolta. Não vemos que a explosão de afetos, encontros e conexões das ruas deva ser necessária e inexoravelmente reduzida à representação e ao avanço da política profissional sobre a espontaneidade múltipla da irrupção política do fora. Foi justamente nas beiradas, na espontaneidade, nas laterais dos protestos iniciais e em alguns desdobramentos onde o ‘Brasil gambiarra’, híbrido e informal, alegre e transversal, manifestou que ainda existe ou que existirá. A história é feita no nível da fala, nesse momento onde a língua reconhecida e oficial é subvertida e os símbolos correm o risco de perder o seu sentido primordial.

Junho parou máquinas da política que pareciam imutáveis. Junho teve consequências concretas no sistema político e na multiplicidade de projetos políticos locais que terão presença na política brasileira por décadas. Além disso, Junho afetou de forma irreversível a gramática da produção de con-

sensos, acelerou a reflexão sobre a urgência de uma política mais distribuída, alterou a rota segura e impávida da narrativa desenvolvimentista do crescimento, produziu doses intensas de desenfeitiçamento. Junho emergiu como um dispositivo disruptivo que quebrou o relato político e social prévio sem destruí-lo completamente. Junho também se insere em narrativas anteriores, como a de que Junho é pedir para avançar mais a partir do já feito. Mas Junho não emerge como uma meta narrativa rígida e categórica. O novo relato é um mosaico de fragmentos, de micro-utopias conectadas, de indignações distribuídas, de sonhos prévios, de novas sensibilidades. A multidão, transbordando as fronteiras do institucional, questionou o consenso, a realpolitik do pemedebismo como única política do possível.

A vigência de Junho, a possibilidade do impossível e do improvável na política do Brasil, está presente nos textos que aqui apresentamos. Eles trazem o ar respirado por subjetividades políticas que hoje e para sempre formam parte das capas geológicas onde a vida social reinicia e dá continuidade às lutas. Em diálogo direto com a profundidade da história, tão perto e tão longe da política e da gestão, vemos junho como produto e gerador de um novo tempo de desejos e mundos políticos que encontra nas ruas e nos gritos de um Brasil menor, radicalmente diferente do Brasil potência. O impacto simbólico, subjetivo, de junho vive ainda no “por uma vida sem catracas” que permeia as novas sensibilidades políticas.

No bojo dessas revoltas, surgiram novas formas de luta, novas táticas de insurgência, mas, também, novas tecnologias de repressão. Não se trata de um evento épico, ele é polifônico por natureza, logo, dramático. E seus contrastes, dobras e ambivalências nos levam não a um drama barroco, mas um drama histórico sobre uma situação barroca: deus e o diabo se encontram na Terra do Sol.

A nova luta, sem líderes, sem verticalidade e sem rosto emerge contra um aparato novo policial – no qual, além da própria polícia propriamente dita, se incluem também a mídia, o Judiciário, o Legislativo e o Executivo. Ele está pronto a identificar, rastrear redes, prender e punir – não raro, fazer sumir, como no caso Amarildo.

Além da disputa do grande Estado-polícia contra o movimento, fenômenos outros pipocam. Em grau molecular, e fora do Estado, é possível ver fenômenos perturbadores como o (re)aparecimento de fascismos variados, os quais literalmente mostram a cara – e as garras! – no saudosismo de uma ditadura que sequer viveram. Em contraste – e até em oposição –, jovens pobres e muitas vezes negros resolvem cobrar a promessa não cumprida de liberdade e profanam os templos do consumo, na era da religião do deus dinheiro, com os chamados rolezinhos. Com Junho, o conflito floresce de forma intangível e a imagem de uma sociedade pactuada e integrada se desfaz: “a classe média agora entendeu a repressão policial que os negros e pobres sofrem todos os dias”.

As direitas e a grande mídia também tentaram se apropriar do poderoso grito de junho, dirigindo as ruas contra o Governo Dilma, depois da grande explosão do dia 17 de junho. A esquerda institucional também tentou emplantar suas estruturas e narrativas sobre junho. O “Dia Nacional de luta”, promovido pelo movimento sindical e outros movimentos sociais no dia 11 de julho de 2013, com carros de som, falas intermináveis, lutas por inscrições dos representantes na Avenida Paulista e na Av. Presidente Vargas no Rio, apenas mostrava que os formatos tradicionais das lutas precisavam ser radicalmente repensados. A retomada estatal (os 5 pactos da Dilma) chegou com a ideia de “estamos faz tempo trabalhando nisso aí que vocês agora pedem nas ruas”. O Governo e o Governismo não dialogavam de forma honesta com o acontecimento, muitas vezes o acusando de “conservador” e “manipulado pela direita”. Só conseguiram fabricar um *storytelling* artificial que buscava se inserir na linguagem da TV e no marketing político. Porém, os relatos únicos sobre junho fracassariam, diluídos na coreografia plural das redes e das ruas.

No entanto, Junho seguia afetando mesmo os mais céticos. Setores importantes da esquerda começavam a incorporar as pautas da desmilitarização da Polícia Militar, a luta pelo direito da livre manifestação, a radicalização contra os monopólios dos poderes locais, a pressão pelas auditorias das empresas de ônibus. Todas as pautas que justamente emergiam com força das ruas e que passavam a ser “levadas a sério” com mais centralidade pelas es-

querdas e pelos movimentos sociais mais consolidados.

O acontecimento Junho criou e ao mesmo tempo descobriu um novo Brasil. Seja por trazer novos atores para cena ou, quem sabe, por mostrar o que há por trás das cortinas da própria encenação. O processo em curso suscitou inúmeras inquietações, criando algumas delas ou fazendo-as chegar à superfície.

Quando Dilma Rousseff chamou o Movimento Passe Livre para dialogar, eles disseram que seria melhor se ela convidasse as periferias, negras e negros, povos indígenas. A multidão não tinha rosto. As lideranças rejeitavam ser portavozes das ruas. A volta da História seria, assim, a proliferação de histórias diferentes, lutas que se encontram e começam a interagir. Seria também um novo tempo contra a História, de mundos que nascem ou resistem ao desaparecimento. Um reencontro da política com as ruas, que imediatamente se conecta com territórios indígenas, com ocupações de praças e diferentes territorializações, que para a política de cima e de gabinetes fechados é uma não-história, um passado remoto, algo que não existe nem se vê.

Grupos, Redes ou Movimentos?

Por algum motivo, a multidão de Junho não tomou a forma de um novo movimento nacional, como aconteceu no Diren Gezi turco, no 15M espanhol ou no #YoSoy132 mexicano. Curiosamente, são muitos os que ainda falam “do movimento”. Os participantes do OcupaAlckmin, que acamparam na frente do Palácio de Governo de São Paulo, reconhecem que não são mais um grupo, mas sim uma rede. Junho é também uma rede criada. Uma rede de afetos, uma rede comunicacional, uma rede de troca de experiências. Um novo ecossistema social que não substitui o ecossistema prévio, mas que convive com ele. Os novos atores como Ocupa Estelita dialogam com Resiste Isidoro em BH, Ocupa Cais Mauá de Porto Alegre ou a Casa Amarela de São Paulo. Mas também trabalham junto ao MTST e os movimentos clássicos de moradia. O novo não anula o velho mas convive. Junho produziu também coexistências potentes e interessantes.

A multidão não tem nome. “O movimento” não tem nome. Tanto faz. Junho

provocou o surgimento de um novo sistema de ação social. Um sistema-rede no qual convivem novos atores (perfis, coletivos, movimentos, redes, identidades coletivas) e estruturas tradicionais (movimentos, partidos, sindicatos). Esse diálogo e convívio possibilitou, por exemplo, o sucesso da greve dos garis do Rio de Janeiro de 2014, por fora das estruturas das direções sindicais.

Junho – seja movimento, ecossistema, sistema rede ou nova gramática social – não é unicamente antagonista, “contra”, um dispositivo destrutivo. Junho resiste, mas também constrói. Os novos atores, dialogando com o que já existia de lutas, criam novos espaços de construção política. Junho constrói trilhas, caminhos, seja na Assembleia Popular e Horizontal de BH, ao redor do Parque Augusta de São Paulo, no Ocupe Cocó em Fortaleza, no movimento Casa no Campus em São Luís, no “Fora Feliciano” ou em plataformas de mídia livre.

De fato, não foi o “Facebook”, uma plataforma bastante centralizada, a responsável pelo levante. Contudo, a maneira com a ferramenta, apesar de suas limitações, foi reinventada pela rede real das ruas teve efeitos relevantes. Os eventos criados na plataforma ganharam significado: se tornaram espaços autônomos de diálogo dentro do rígido Facebook, muitos destes vitais para tomar as ruas como mecanismo de convocação, cobertura em tempo real e troca de dados em geral.

Junho não teria sido possível sem a cultura de redes constituída ao longo dos últimos anos, e pela própria militância virtual durante o levante, mas tais redes devem ser pensadas como um agenciamento: humano/máquina, redes “concretas”/rede “virtual”; não a ferramenta em si, como se ela fosse dotada de poderes mágicos e autônomos, mas dos significados e subversões promovidos pelos ativistas.

As redes centralizadas clássicas (mídia empresarial, Governos, partidos) saíram vivas de Junho, mas tomaram um susto gigantesco. As diferentes topologias de rede conviveram, desfazendo consensos, inércias, fluxos lineares do passado. A maneira como os grandes jornais mudaram de opinião expõe muito bem isso: de repente, os editoriais dos grandes jornais paulistanos pediam a repressão aos “vândalos”, mas rapidamente a “opinião pública” foi desdita pela

construção em rede de uma verdadeira narrativa sobre o que aconteceu: editoriais desesperados expressando mudanças de opinião, colunistas conservadores pedindo desculpas pela condenação aos movimentos proliferaram.

O saber coletivo expresso em rede desmentiu versões oficiais, trouxe provas concretas de violações perpetradas por autoridades, promoveu enxames de links com streamings etc. Uma “nova verdade”, a partir da ótica dos oprimidos organizados em rede, desafiando a velha mídia. Da política mais tradicional, ao mesmo tempo, esperava-se o momento da necessária institucionalização: a rede era valorizada como um “momento de explosão das ruas”, mas o desfecho, segundo essa visão, deveria ser inexoravelmente institucional. A rede, no entanto, resistiria a tentativas apressadas de desconfigura-la. Uma vez com vida, ela não deixaria de tecer articulações e incluir nós horizontais em sua trama.

Junho está sendo

Os efeitos das jornadas que transformaram a política desde baixo estão em curso. A intersecção da realidade específica do Brasil com o ciclo global de lutas produz efeitos que ecoam com muita força há mais de um ano. Só uma cartografia das lutas pode nos fazer avançar sobre o terreno pantanoso das confusões, propositais ou não, acerca dos seus significados. Mas é preciso fazer uma cartografia que vá para além dos espaços e dos tempos, fornecendo um panorama real das lutas e dos modos que o movimento assume em realidades específicas. Uma cartografia, sobretudo, destes desejos, pois é disso que se trata.

Fazer ecoar as vozes dos protagonistas multitudinários, anônimos e persistentes do fenômeno em curso é um pequeno – e imprescindível – passo nesse sentido. É o desafio aqui posto e por onde iniciamos. O desejo, sua potência e suas armadilhas, consiste no enigma que perpassa Junho; e justamente por isso Junho não se encerra em si, ele se ultrapassa. Ele não é, ele está, seu ser é movimento, ele está sendo.

Neste contexto, o livro *Junho: Potência das Ruas e das Redes* apresenta um conjunto de relatos das jornadas e dos desdobramentos daquela primeira onda de protestos. Sem pretensão de totalidade, o livro traz uma série de relatos descontínuos e livres que indagam os acontecimentos e seus desdobramentos em narrações de protagonistas e observadores de primeira mão. Eles transmitem a multiplicação espontânea, a ocupação e reinvenção de espaços urbanos; a experiência inesquecível de ganhar uma praça, ocupar uma ponte, pular catracas e queimar símbolos do poder. Os textos relatam e analisam; tecem hipóteses e apresentam o tempo de outras ontologias políticas que tensionam a cidade, o país em toda sua diversidade.

A maioria dos textos do livro é de relatos hiper-locais. A paisagem é urbana. O ângulo de câmera quase sempre é fechado: não conseguimos enxergar um horizonte nacional, embora este se adivinhe na combinação de relatos que o supõem. O Brasil é, no máximo, uma hipótese. Todos sentem um pertencimento novo, emocional. Alguns falam do “movimento”, nomeando algo maior, claramente brasileiro, talvez global. As Jornadas de Junho colocaram sobre a mesa de cada região os problemas locais. Problemas urbanos, tensões contra as elites predatórias regionais que castigam o comum, as necessárias conexões emergiram afetando a todos e todas. Corpos afirmando suas existências nas ruas e produzindo coexistências. A indignação explodiu depois da truculência policial que sentimos nas ruas de várias cidades. Essa indignação conectou as diferentes cidades do Brasil. O desejo de maior participação política permeou tudo, transbordou.

Junho está sendo, junho é, junho será. Está vivo, dentro de nós, diluído nas novas subjetividades, flutuando sobre um novo ecossistema social, criando novos espaços de política lateral. Junho será, nas redes e nas ruas. Junho é. Vive nas micropolíticas, nos muitos projetos-processos sonhados de forma coletiva: nas cidades, favelas, universidades, nos quilombos, nas florestas, nos corpos que procuram liberdade. Chegará de surpresa, como uma nova explosão emocional, como nova gramática social.

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

01

BELO HORIZONTE

**A CAVALARIA
ANDOU DE RÉ**

Francisco Foureaux

BELO HORIZONTE

01

A cavalaria andou de ré

Francisco Foureaux

Os riscos ao escrever lembranças são riscos de escolha. Todo o texto é uma opinião, e como tal pode, e deve, ser questionado. Fatos são esquecidos, outros serão valorizados mais pelo autor do que por outras testemunhas. Quando convidado para dar esse relato, sabia que os corria e peço, de antemão, àqueles que se sentirem esquecidos, ou discordarem dessas palavras, por favor compreendam as limitações dessa memória afetiva”.

Os cavalos perfilados nos olhavam descentes, os cavaleiros nos olhavam. Assentados no asfalto uma linha de frente confusa. Uns de bicicleta encontravam amigos de velhas lutas e novos lugares, outras meninas e meninos em seus grupos gritavam palavras de ordem diversas, velhas palavras, mais velhas que nós. Do megafone a estranheza daquela situação. Umhas poucas bandeiras, umhas tantas siglas, novas e antigas, que no decorrer daquele mês causariam surpresa e familiaridade.

A Praça da Estação, a praia urbana, afirmava-se como símbolo e campo de batalha da cidade de Belo Horizonte. O conjunto local, da Praça, Alameda Aarão Reis, ao viaduto de Santa Tereza firmou-se, naquele instante e desde a Praia da Estação, teatro de operação, casa da luta. O Espaço Fifa, espaço armado para divertir os sem ingresso de campo, estava cheio. Lá dentro, gente com camisas da seleção. De fora avistava-se o telão.

Naquele 15 de junho começou a Copa das Confederações. Na cidade, as transmissões das barbaridades ocorridas em São Paulo nos atos do MPL incendiaram as ruas. Foi gasolina sobre fogo. A violência policial, cotidiana desse país, filmada, transmitida, fotografada, descrita e, amplamente veiculada com midiativistas nos cabos da internet, chegou a todos os cantos. Em

Belo Horizonte, aquele combustível foi fundamental para potencializar o que já ardia havia alguns anos.

“O Grande Jornal dos Mineiros”

Desde o dia 6, mas sobretudo depois do dia 13 de junho, a TV, a rádio e o jornal impresso tentavam controlar a multidão. Descreviam suas características e motivações com parcialidade e frieza. Ajuizavam valores, propunham pautas e lideranças¹. E, no intuito de vender informação ao cidadão comum sobre o ocorrido, prestavam o serviço que as notabiliza: a tomada de partido, o partido da ordem. Mais um ingrediente do caldeirão político militante e do ativista de última hora. Uma palavra de ordem se ouvia em quase todos os lugares: “ÔÔÔ o gigante acordou”.²

Em Minas, a informação controlada por oligarquias anteriores à Chateaubriand, por novos afilhados políticos, e pelos Neves, fazia eco a Rio de Janeiro e São Paulo. Mas aqui, como em todos os lugares, existem caprichos peculiares. Paira sobre os jornais e a opinião um controle tácito, da política baixa, do que pode e deve ser dito. Da ameaça da demissão, do insubordinado por ter opinião e expressá-la, da tacanha forma de agir baseada no “não incômodo”, expressa em sua cruel pureza no ditado: “futebol, religião e política não se discute”. Coação e despolitização consciente e manipuladora.

“A rosa do povo”

Muita resistência foi gestada na cidade nas últimas duas décadas. A ideia do provincianismo local nunca pareceu tão estapafúrdia. Mesmo com o trabalho de formiguinha da mineirada que viaja por aí repetindo estigmas

1 Em suas “páginas amarelas”, de 3 de julho de 2013, a revista *Veja* arvorou-se em criar a liderança adequada, estilo “caras pintadas”. Enlatado personagem, collarido e controlável.

2 Ainda em junho confirmaríamos a palavra requentada das Marchas da Família com Deus pela Liberdade.

sobre Minas e Belo Horizonte, e dos humoristas da rede Globo e similares, preocupados em fazer piadas com estereótipos sobre a cidade, o Estado, as pessoas daqui e nossa cultura, a articulação, as ações e atos políticos da última década são expressão de outro cenário. De fato, mais do que um simples acompanhamento do que se passa mundo afora ou de um cosmopolitismo limpinho, a conexão dos movimentos urbanos da cidade com os demais movimentos nacionais e internacionais é clara.

Tomemos como amostra dessa conexão o *hangout* realizado pelo ‘Fica Ficus’ de BH e o Gezi Park turco. No dia 9 de junho de 2013, ativistas mineiros e da Turquia, em disputa franca pela forma de ocupação das cidades, das praças e lugares públicos, deram-se as mãos em ocupações simultâneas, conectados via internet com o apoio de midiativistas.³

A militância tradicional ligada aos sindicatos, à Igreja, aos partidos de esquerda e ao movimento estudantil, alimentou-se da democracia representativa em dois momentos. No primeiro, de uma continuada administração municipal petista que, a sua maneira e por força de sua história, na década de 1990 e no início do século XXI, esteve mais próxima dos movimentos sociais e das políticas públicas voltadas para a participação e inclusão.

Num segundo momento, pela atuação da atual gestão municipal (Márcio Lacerda PSB, 2008 a 2016) e estadual (Aécio Neves e Antônio Anastasia PSDB, 2002 a 2010 e 2011 a 2014 respectivamente). Ambas engajadas no processo de venda das cidades mineiras, projeto explicitado nos preparativos de grandes eventos, na Operação Urbana Consorciada (OUC) e na garantia da exploração predatória do minério.

Para exemplificar a potência dessa fonte em nível estadual, cito a greve dos professores da rede pública no ano de 2011. O movimento paralisou escolas em todo o estado e foi recordista em número de dias parados. A marca foi conseguida pela intransigente postura do governo, insistente em sua “aus-

³ <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10151469719970838&set=gm.636825983013229&type=1&theater>

teridade” fiscal. Os ‘gestores’ não dialogaram criminalizando o movimento e, por conseguinte, atijando a combatividade da classe.

Em nível municipal, mesmo sendo o prefeito Márcio Lacerda cria política de uma inusitada aliança entre PT e PSDB, entre Pimentel e Aécio, partidos protagonistas das disputas eleitorais em âmbito estadual e municipal nas últimas décadas, a prática amplificada no discurso do “choque de gestão” acabou mostrando-se fonte para os grupos que opõem-se ao gerencialismo como plataforma política.

O discurso do “choque de gestão” escamoteia a aplicação do neoliberalismo em sua versão mais agressiva, privatizando o patrimônio público e abrindo novos mercados ao interesse de grupos econômicos financiadores das campanhas, usando Belo Horizonte como ponta de lança dessas práticas, aplicando fórmulas a serem exportadas para as demais regiões brasileiras a fim de estabelecer normas excludentes para a ocupação dos espaços urbanos.

Com isso nasceu, em 2011, o movimento “Fora Lacerda”.⁴ Em tons de laranja e usando imagens e fotografias do prefeito em situações pouco comuns, o foco do grupo esteve todo o tempo sobre a política municipal de ocupação dos espaços públicos na cidade. Atuando em atos, manifestações, eventos e festas na cidade, como também participando ativamente da defesa das populações em situação de rua.

Consequentemente, a prefeitura municipal cerceou o acesso ao espaço pú-

4 A seguir, carta escrita pelo movimento aos belorizontinos: “O MOVIMENTO FORA LACERDA surgiu da indignação de várias pessoas com a administração atual e da possibilidade de repetição da candidatura de Lacerda. O Movimento é independente, apartidário e solidário aos diversos movimentos de enfrentamento aos desmandes do prefeito. Nossa visão é antineoliberal, por uma administração humanista, inclusiva e com a participação popular. Além de não estarmos ligados a nenhum partido político, rejeitamos qualquer proposta de utilizar este Movimento em prol de algum futuro candidato à Prefeitura. A independência do MOVIMENTO FORA LACERDA é uma forma de demonstrar como a sociedade civil organizada pode influenciar e alterar os cursos políticos de uma cidade marcada por uma administração elitista, excludente e avessa à participação popular. Convidamos a população a levantar suas insatisfações em relação à administração Márcio Lacerda e a se unir ao MOVIMENTO FORA LACERDA. Somos muitos, estamos juntos e queremos uma BH mais humana e integrada.” Em <https://www.facebook.com/notes/f%C3%B8ra-lacerda/carta-aos-belorizontinos/125069927591368?pnref=lhc>

blico. Usando de outras palavras, munida da justificativa higienista da segurança pública, proibiu eventos sem autorização prévia em diversos pontos da cidade. Preparávamo-nos para a Copa. Eis a faísca.

“Volta tropeirão!”

O Comitê Popular dos Atingidos pela Copa, de Belo Horizonte, foi organizado ainda em 2011 em consonância com os demais comitês formados nas cidades sede dos jogos. Articulado a diversos movimentos sociais na cidade, e aos eventos relacionados à Copa no Brasil, o Copac BH organizou ações, atos e resistências numa perspectiva de apoio aos atingidos pelo megaevento.

Entre tantas atrocidades cometidas em função da Copa, talvez tenha sido mais visível para a população de uma maneira geral, ainda mais do que os gastos e superfaturamentos, mais até do que o concreto substituto das árvores nos arredores do Mineirão, a ausência dos barraqueiros.

Dos removidos pelas obras, dos novos formatos do “Padrão FIFA”, da mudança na legislação nacional, da troca de mãos pela qual passou a administração da (a partir daquela obra) “Arena”, do nepotismo do prefeito, nada chamou mais a atenção do que o fim do tropeiro e da cerveja nas cercanias do estádio.

Os barraqueiros do Mineirão são uma instituição para os torcedores frequentes no campo. Segundo a Associação de Barraqueiros do Entorno do Mineirão (ABAEM)⁵, são cento e cinquenta barraqueiras e barraqueiros impe-

5 “O Campeonato Brasileiro começou e aos barraqueiros e às barraqueiras do Mineirão, ao contrário do que foi novamente acordado com a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte e com Governo do Estado de Minas Gerais, ainda NÃO foi permitido retomar o trabalho histórico no entorno do Estádio Mineirão! Mais uma vez, não há previsão real de retomada do nosso trabalho digno, construído e conquistado ao longo de 50 anos de história junto às paredes do Mineirão. Nós, barraqueiras e barraqueiros do Mineirão, muitos de nós já idosos, precisamos de apoio na cobrança aos gestores públicos que, irresponsavelmente de dentro de seus gabinetes, vêm nos causando tanta dor e prejuízo material e imaterial.” Em https://www.facebook.com/permalink.php?id=448013221968020&story_fbid=480864968682845

didos de trabalhar desde o início das obras em 2010.⁶ Desde 1964, o tropeiro faz parte do Mineirão, é um ritual, ou foi.

Seguindo a prática da gestão municipal, os barraqueiros e barraqueiras pouco foram ouvidos pela administração pública. Desde 2010, diversos atos foram chamados e pressão foi feita para que a situação das famílias, historicamente envolvidas com o comércio nos arredores do estádio, fosse resolvida. E ainda hoje, novembro de 2014, depois da Copa, depois do estado de exceção, depois das eleições, nada foi feito a respeito.

“Ei polícia, a praia é uma delícia!”

Diversos são os atores e movimentos mais recentes responsáveis pelo encontro em Belo Horizonte. Mas nesse meu emaranhado de lembranças, é a cultura quem une as pontas dessa teia, ou quem a tece. São de fundamental importância a Praia da Estação, o Duelo de MC's, o carnaval de rua, as #Ocupações, a Família de Rua, o Espanca, o Baixo Baía, Nelson Bordelo, os coletivos de cultura em suas diversidades organizativas, a presença das dinâmicas de autogestão, as rádios comunitárias, reprimidas pelo cassetete a mando do comércio do jabá, no final da década de 1990 e início do século XXI.

Em alguma medida, são todos dedos de uma mesma mão. Têm cumprimentos diferentes, durações diferentes. Apontam ora para o mesmo lugar, ora para diversas direções. Trabalham juntos ou em separado de acordo com o objetivo. E encontram-se na base.

A Praia da Estação nasceu do entendimento e da força gestadas ao longo dessas últimas décadas na cidade. Depois de um decreto municipal de 2009, proibindo eventos na Praça da Estação, organizou-se a Praia.⁷ Um chamado anônimo mobilizou e organizou a ocupação, ou reocupação, desse espaço pú-

6 <https://www.facebook.com/pages/Associa%C3%A7%C3%A3o-dos-Barraqueiros-do-Entorno-do-Mineir%C3%A3o-ABAEM/448013221968020>

7 <http://imaginacopa.com.br/historias/historia-7-praia-da-estacao/>

blico. A partir de 2010, aos sábados, a Praça da Estação converte-se na praia mineira. Essa brincadeira é um ato político.

Ao desafiar abertamente a prefeitura, parodiando a ausência do litoral em Minas, as pessoas que banham-se na “Praia” reivindicam com seus corpos o uso do espaço público. Ressignificando a cidade naquele ponto, local de fundação e inauguração da capital republicana, planejada e organizada, onde há um monumento à Terra Mineira, os banhistas despem-se, molham-se, festejam. Aos sábados, a norma desaparece porque perde o sentido.

Assim, todo o conjunto arquitetônico é ressignificado, reocupado, reutilizado. Da Praça da Estação, seguindo o caminho da rua Aarão Reis (engenheiro responsável pela definição do local da nova capital, no final do século XIX), até a porta da Serraria Souza Pinto, embaixo do viaduto Santa Tereza, a “Praia” promove fluxo vital à urbes.

Tendo como um dos locais de encontro a “Praia”, os blocos de carnaval de rua retomaram ensaios, encontros. A festa popular havia sido suprimida da região central da cidade. A sujeira, o barulho e a vontade política empurraram o carnaval belorizontino para longe da região centro-sul. Houve uma tentativa de matar a tradição carnavalesca na cidade.

Concomitantemente à consolidação da Praia da Estação, ano após ano, sem a permissão da prefeitura, blocos de carnaval de rua multiplicam-se na cidade. Estabelecem seu próprio calendário, cuidam de suas baterias, dos concursos, arranjam repertórios e fabricam marchinhas que tornam-se hinos políticos.

Canções como “Baile do Pó Royal”⁸ e a “Marchinha Pula Catraca”⁹, ambas de 2014, são cantadas em atos e festas. A emblemática “Coxinha da Madrasta”, marchinha de 2012 do compositor Flávio Henrique, ridicularizando a relação promíscua do presidente da Câmara de vereadores de Belo Horizonte com a empresa responsável pelo fornecimento de alimento aos mesmos. As marchi-

8 <https://www.youtube.com/watch?v=2YMOKVlgkkgk>

9 <https://www.youtube.com/watch?v=AsSPuN5KdZQ>

nhas são replicadas pelos blocos, espalham-se pela cidade, vão ao concurso municipal, agitam os foliões e incomodam os políticos.

A potência desse movimento pôde ser sentida quando a prefeitura, para o carnaval de 2014, a reboque das ruas, organizou uma “Comissão Especial” para o evento. Aos poucos e aos solavancos, o poder público foi obrigado a resgatar a festa que havia empurrado para as margens da cidade. O desfile das Escolas de Samba já havia voltado para a área central e os blocos caricatos retomaram seu espaço dentro do desfile oficial mas, saborosamente, blocos não oficiais como o “Pula Catraca”, “BloComum”, “Tico Tico Serra Copo”, “Filhos de Tchatcha”, continuam ocupando as ruas no pré-carnaval, durante o feriado e ao longo do ano.

“Rosa Leão, Esperança e Vitória!”

Em outra ponta do processo de resistência, as ocupações urbanas por moradia firmavam pé na disputa pela terra. Dentro da mesma lógica mercantilista que age hoje sobre as metrópoles brasileiras e em outros países, a expulsão das populações de menor renda das áreas centrais retomou velocidade em função do intenso processo de especulação imobiliária a partir do intenso aquecimento do mercado nos últimos 10 anos, dada a facilidade de crédito e, sobretudo, aos déficits históricos de habitação. Devastador processo, responsável direto pela segregação espacial urbana, conseqüentemente, pelos favorecimentos e atenção de políticas públicas sobre regiões ricas em detrimento de localizações pobres.

A distribuição do equipamento urbano, delimitado pela política pública que legitima e legaliza a expulsão, permanece atendendo aos interesses das empresas ligadas a esse comércio. Muitas delas, financiadoras de campanhas eleitorais e presentes tanto na câmara municipal quanto em conselhos urbanos, onde estão representados a sociedade civil, o “notório saber” e os empresários. Importante ressaltar o lugar dos sindicatos patronais e setor empresarial nessa divisão, sendo parte separada da sociedade civil, consti-

tuindo um grupo com representação própria e espaço privilegiado de fala.

Outro ponto que merece atenção é a forma como o poder público lida com as populações ocupantes. A interlocução entre a prefeitura e essas populações acontece a duras penas, pois é prática local, não sendo exclusividade de Belo Horizonte, a criminalização das pessoas em situação de precariedade. O uso da força para a remoção, o terrorismo psicológico e de Estado, o descaso, a violência são recursos usados cotidianamente.

Das diversas ocupações e das diversas situações em que se encontram opto por citar as da região do Isidoro – Rosa Leão, Esperança e Vitória, como também a ocupação do Cafezal, na zona sul da cidade, Dandara¹⁰ no bairro Céu Azul, William Rosa e Guarani Kaiowá em Contagem, na região metropolitana. Existem outras tantas, resistentes na cidade e em constante ameaça de desocupação.

Ao trazer a discussão, desde 2009, para o âmbito da função social da propriedade e da forma como se ocupa essa terra, Dandara configura um espaço privilegiado de aglutinação e difusão da luta pelo espaço na cidade e em seus limites. Indo além de colocações simplistas acerca do acesso à terra, os modos de apropriação, uso e ocupação são tratados. O empoderamento da população do Dandara é nítido, assim como sua autonomia e conscientização.

Consequentemente, a participação dos moradores de ocupações nos movimentos de junho de 2013, por vezes em conjunto com o MST, deu-se em di-

¹⁰ Batizada de Dandara, em homenagem à companheira de Zumbi dos Palmares, a ação foi realizada conjuntamente pelo Fórum de Moradia do Barreiro, as Brigadas Populares e o MST. A ação fez parte do Abril Vermelho, em que se reforçam as lutas sociais pela função social da propriedade (previsto no inciso 23 do artigo 5º da Constituição Brasileira) e inaugura em Minas Gerais a aliança entre os atores da Reforma Agrária e da Reforma Urbana. Neste sentido, a Dandara traz dois diferenciais. O primeiro é o perfil rururbano da ação, que reivindica um terreno de 40 mil metros quadrados no bairro Céu Azul, na periferia de Belo Horizonte. A idéia é pedir a divisão em lotes que ajudem a solucionar o passivo de moradia de Belo Horizonte, hoje avaliado em 100 mil unidades, das quais 80% são de famílias com ganhos abaixo de três salários mínimos. E também contribuir na geração de renda e na segurança alimentar, ao adotar-se um sistema de agricultura periurbana, em que cada lote destine uma área de terra possível de se tirar subsistência ou complemento de renda e alimentação saudável. Em <http://ocupacaodandara.blogspot.com.br/2009/04/um-mar-de-barracos-de-lona-o-que.html>

menção organizativa. Mais do que coadjuvantes ou número para as grandes marchas, as ocupações estiveram presentes na constituição da Assembleia Popular Horizontal, dos fóruns e debates orgânicos daquele grande movimento.

“O encontro marcado”

Em três dias, a partir do dia 15, a necessidade, a vontade e a força do movimento criou um ponto de encontro, a Assembleia Popular Horizontal (APH). O país mobilizava-se, as ruas estavam tomadas, o noticiário só falava do levante. A multidão marcou encontro.

A primeira sessão da Assembleia Popular Horizontal aconteceu no dia 18, embaixo do viaduto Santa Tereza. Difícil precisar quantas pessoas reuniram-se. Milhares. Mais difícil ainda identificar as origens, as bandeiras, as pautas todas. Das lideranças do movimento estudantil, das muitas siglas, perspectivas, vertentes ideológicas, de políticos profissionais a sindicalistas, anarquistas, arautos do contato com extraterrestres, midiativistas, jornalistas de grandes veículos, feministas, candidatos a candidatos, movimento negro, a esquerda festiva, a “Turma do chapéu”, de curiosos, de moradores de rua, policiais infiltrados, feirantes, ambulantes, artistas, professores.

Em suas primeiras sessões, intermináveis informes e análises de conjuntura faziam-se ouvir, assim como uma disputa velada entre os grupos que compunham, já com alguma organização, a Assembleia. A cacofonia é a virtude da APH, por outro lado as metodologias aplicadas, diariamente discutidas e modificadas conforme os presentes as definiam, permitiu uma dinâmica veloz e diversa de organização e ação.

Princípios foram elencados: horizontalidade, popular, não sectarismo, não estigmatização, autonomia dos grupos de trabalho, experimental, busca de consenso, pró-atividade, transparência, Concretização/ eficiência/ produtividade, funcionamento em rede.¹¹

11 <http://aph-bh.wikidot.com/>

As assembleias passaram a ser quase diárias, a profusão de acontecimentos exigia dinâmica, acompanhamento de informações e transmissão, a rede que já existia passou a funcionar com intensidade diante das urgências da organização das ações.

A busca pelo consenso tornou-se importante norteador das reuniões. O debate qualificado e as divergências identificadas deveriam esgotar-se a fim de prevalecer a concordância no grupo. Por outro lado, a metodologia aplicada era definida momentos antes das assembleias, em um grupo de trabalho responsável por defini-la, de forma que esse grupo só se reunia naqueles momentos antes e tratava exclusivamente da metodologia adotada naquela assembleia. Novamente, tal organização proporcionou aos participantes da APH experimentar diversas dinâmicas de funcionamento e atuação.

A partir dos princípios e da própria dinâmica do processo de junho, das afinidades e afetos, constituiu-se uma Assembleia plural dentro dos limites do que poderia ser aquele espaço na disputa política de junho. Tateávamos no afã daquela oportunidade histórica.

No dia 23, em sua segunda sessão, foram criados grupos de trabalho ou temáticos (GT): Mobilidade Urbana, Reforma Urbana, Meio Ambiente, FIFA e Megaeventos, Desmilitarização e Anti-Repressão Policial, Saúde, Educação, Reforma Política, Direitos Humanos e Luta Contra as Opressões, Democratização da Mídia, Cultura, Disseminação das Assembleias e Permacultura.

Pelo nome dos grupos podemos constatar a profusão das pautas e áreas de interesse. Nenhum deles configurou novidade nas discussões dos movimentos sociais. Tampouco pretendeu-se novidade, por fim, a criação desses grupos possibilitou maior organização e direcionamento de ações num contexto de acontecimentos rápidos e efervescência política.

Alguns desses grupos de trabalho, contrariando o quinto princípio da carta da Assembleia, emanciparam-se e passaram a ter, a partir de sua pauta específica, total autonomia de ação e reivindicação. Nesse ponto específico, a meu ver e não sem resistência, a APH atingiu seu objetivo.

Desde reunião com o governador, no dia 25 de junho, passando pela orga-

nização dos atos e marchas que se sucederam a partir do dia 22 (lembrando que a primeira marcha em BH aconteceu no dia 17), até a difusão das informações, de tudo se tratava na Assembleia. A pluralidade também afirmou-se como norteador da organização, tão importante quanto a horizontalidade. Nesse sentido todas as ações, desde a constituição de um grupo de representantes para o diálogo com o poder público até a definição dos presentes à frente das marchas, procurou atender a esses dois princípios.

As reuniões permaneceram lotadas, mas um fato mudou o local da APH. No dia 29 aconteceu o sexto Grande Ato, era um sábado pela manhã. Em reunião extraordinária dos vereadores, para a votação do projeto de lei encaminhado pela prefeitura definindo como se daria a diminuição dos preços da tarifa de ônibus no município, a intransigência dos legisladores belorizontinos, a truculência da segurança da “casa” e a ação da Guarda Municipal provocou a ocupação da câmara.

#OcupaCâmara

A partir dali, a APH transferiu-se para a câmara municipal. Todas as Assembleias, reuniões de grupos de trabalho, ações, atos e informações foram articuladas daquele espaço. Constituiu-se uma comissão de comunicação que centralizou as informações a serem repassadas para a imprensa. Foi organizada uma cozinha, doações chegaram de todas as partes da cidade. A população passava por lá para conversar sobre as reivindicações, sobre a diminuição da tarifa, sobre o porquê do movimento, sobre o que acontecia no mundo.

No começo do providencial recesso parlamentar, um piano foi colocado no jardim junto das barracas. O ato repercutiu pelo país, outras ocupações de câmaras municipais vieram e fortaleceram Belo Horizonte. Foram elaboradas escalas de trabalho para as diversas funções e tarefas do dia a dia de uma ocupação. Pessoas de diversos grupos, coletivos, partidos, voluntários independentes, revezaram-se para a manutenção da estrutura criada para a permanência.

No dia 2 de julho, foi realizada a primeira audiência entre os ocupantes e o Ministério Público (o que passou a ser uma constante) para a construção de uma ação pública com o objetivo de abrir a “caixa preta” dos contratos de concessão, celebrados em 2008, entre a prefeitura e as concessionárias de transporte coletivo na cidade. Ação bem sucedida em 2014, pois barrou o aumento das passagens por um mês, causando um prejuízo estimado em 50 milhões de reais aos donos das empresas e colocando definitivamente a suspeita de irregularidades e prevaricações sobre os contratos de concessão.

Depois de diversas manobras do executivo municipal e da formulação de uma pauta dentro do grupo de trabalho dos transportes aconteceu, no dia 3 de julho, a reunião na prefeitura, com a presença do prefeito e secretariado, e uma comissão de delegados representando a ocupação. As reivindicações eram claras e pontuais: revogação do aumento da passagem, incorporação da isenção do PIS/COFINS e INSS na redução da tarifa, auditoria cidadã das empresas de ônibus, passe livre estudantil.¹²

Dois dias depois, no dia 5, houve o sétimo Grande Ato, tendo como pauta a redução do valor da passagem de ônibus, cuja palavra de ordem foi “se o Lacerda não recua, a gente volta pra rua”. Logo depois, a prefeitura anunciou a redução da tarifa em 15 centavos, sendo a diminuição proveniente de isenções fiscais concedidas às concessionárias.

No dia 7 de julho, depois de intensa pressão sobre o legislativo e o executivo do município, vitoriosos, os ocupantes deixaram a câmara, em marcha até a Praça Sete, ao som dos blocos “Pena de Pavão de Krishna” e “Chama o Síndico”.

“Trago seu amor de graça”

OTarifa Zero BH é o desdobramento do grupo de trabalho de transportes da APH. Desde a sua constituição reuniu vários indivíduos organizados

¹² <https://www.facebook.com/notes/assembleia-popular-horizontal-belo-horizonte/nota-ao-povo-de-belo-horizonte-reuni%C3%A3o-com-o-prefeito/150273335164814>

e independentes, novatos na disputa, levados pela efervescência nacional da pauta, ou por grupos com engajamento histórico na questão do transporte coletivo urbano.

A primeira reunião, embaixo do viaduto de Santa Tereza, foi um belo cartão de visitas. A discussão qualificada mostrou a profundidade do debate travado havia anos em torno da questão do transporte coletivo e da mobilidade urbana em Belo Horizonte. Havia, pelo menos desde 2003, grupos e indivíduos acompanhando atentamente a luta da mobilidade Brasil a fora. Da mesma maneira que, quase toda a militância formada no movimento estudantil secundarista da cidade, hora ou outra teve como escola a disputa, de mais de 30 anos, do Passe Livre Estudantil no município. E, enquanto o país pegava fogo, o viaduto fervilhava, a consciência e a consistência das falas pautou definitivamente o grupo.

É, agora, impossível enumerar os atos, ações, manifestações, textos produzidos, participações em reuniões com o Ministério Público, com outros grupos, com o poder público, palestras, apresentações, articulações, panfletos, campanhas realizadas. Portanto, parto do dia 9 de julho, uma terça-feira, dois dias depois da desocupação da câmara.

Naquela terça, houve nova reunião entre os delegados da APH e o governador Anastasia. Na pauta da mobilidade: integração tarifária metropolitana, a criação de conselho de mobilidade, implantação do metrô e criação de passe livre estudantil. No mesmo dia, confirmaram-se as reuniões do grupo, às 19h, na Escola de Arquitetura da UFMG, sala 200.

Na semana seguinte, ficou decidida a criação de um projeto de lei de iniciativa popular para adoção da Tarifa Zero no transporte coletivo em Belo Horizonte. Mesmo com as limitações legais, o grupo desenvolveu o projeto que conta, ainda hoje, com a coleta de assinaturas de eleitores do município.

Em agosto, num momento de pressão sobre os agentes governamentais, foi publicada a carta aberta da APH sobre o sistema de transporte coletivo

municipal, também foi entregue ao Ministério Público um documento¹³ contendo cerca de 15 denúncias sobre irregularidades nas concessões do sistema de transporte coletivo de Belo Horizonte e houve uma audiência pública na câmara dos vereadores para a realização de uma CPI dos transportes na capital. Processos e fatos acontecidos nos dias 16, 20 e 26, respectivamente.

No dia primeiro de setembro, foi criada a página no Facebook do Tarifa Zero BH. No dia seguinte, a prefeitura de Belo Horizonte regulamenta o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana (COMURB). No dia 10, houve o lançamento do site www.tarifazerobh.org. Ao longo desse mês foi gestada e lançada a campanha “Tarifa Zero é mais”, nas cores roas e amarelo, com base em seis eixos de discussão.

Dia 18, iniciamos intervenções performáticas, colando cartazes no centro da cidade. No dia 19, houve a colagem de cartazes por toda a região metropolitana. Em seguida, no dia 20, o Tarifa Zero participou do painel realizado pela Assembleia Legislativa do Estado de Minas, “Transporte coletivo: Tarifas, Gratuidade e Transparência”.

Enfim, no dia 21, foi lançada a campanha¹⁴, com aula pública nas escadarias da prefeitura. Foram convidados como palestrantes Lúcio Gregori, secretário de transportes de São Paulo na gestão de Luiza Erundina, e um membrx do MPL de SP. Nesse ponto, a articulação entre o Tarifa Zero de BH e os demais coletivos de Mobilidade e MPL do país caminhava pelas redes sociais, mail, telefone, e encontros entre os membros dos respectivos grupos.

Foi organizada no dia 22, a #OcupaçãoTarifaZero, na Praça da Estação, rua Aarão Reis e viaduto Santa Tereza. Foi um evento grande, contando com a participação de uma centena de artistas da cena da cidade. Foram instaladas piscinas públicas na Praça, quatro palcos para shows de música, feira, comidas vegetarianas, o evento durou o dia todo e contou com a visita de mais

13 <http://goo.gl/upX3hp>

14 <https://www.youtube.com/watch?v=4bMnDgTRAvG>

de 3 mil pessoas. Ao mesmo tempo, foram estabelecidos pontos de coleta de assinaturas por toda Belo Horizonte, em sindicatos, escolas, sedes de movimentos sociais, centros acadêmicos e coletivos artísticos.¹⁵

No início de outubro fomos convidados para um debate no Espaço do Conhecimento da UFMG, sobre mobilidade urbana, para compor a mesa junto à João Luiz da Silva Dias, ex-presidente da BHtrans, primeiro a propor a Tarifa Zero em Belo Horizonte, ainda na década de 1990. No dia 8, ficou decidida a participação, através de proposta de emenda, na audiência pública do Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG). No dia 18, comparecemos em ato à câmara dos vereadores e encaminhamos proposta para a adoção da Tarifa Zero aos domingos e feriados em Belo Horizonte.

Preparávamos nosso primeiro ato, em articulação com outros coletivos de mobilidade espalhados pelo país, marcando o Dia Nacional de Luta pela Tarifa Zero.¹⁶ No dia 25 de outubro de 2013, fechamos o viaduto de Santa Tereza no horário de maior tráfego, levantamos sobre os arcos do viaduto o bandeirão Tarifa Zero.¹⁷

“Eu quero a cidade dos sonhos”

Naquela noite do dia 25, em outro canto da cidade, pessoas se encontraram e se fantasiaram. Como quem vai a um baile, uma bailarina, um palhaço, gente com asas. Rompeu a madrugada e o ônibus estacionou para o embarque da trupe. O destino ainda era secreto para alguns passageiros. Com as cortinas fechadas, por volta das 4 horas da manhã, madrugada do dia 26, na cidade vazia, o coletivo partiu com destino: Rua Manaus 348, Santa Efigênia.

15 <https://www.youtube.com/watch?v=y14v15fNTdE> e <http://on.dq-pb.com.br/a-ocupacao-3>

16 <https://www.facebook.com/events/231757630321697/>

17 <https://www.facebook.com/tarifazerobh/photos/pb.582305668498014.-2207520000.1416405454./615327378529176/?type=3&theater>

Na região conhecida como área hospitalar, ao lado do Primeiro Batalhão de Polícia do Estado de Minas Gerais chegou o ônibus. Silêncio dentro dele, apreensão. Um segurança do CEPAI (Centro Psíquico da Adolescência e Infância), órgão da FHEMIG (Fundação Hospitalar de Minas Gerais), vigiava o lugar.

Os fantasiados, encantados, desceram e entraram num sobrado abandonado. Paredes em ruína, pintura descascada, tijolos a mostra, morcegos zunindo. Cantávamos.¹⁸

Daquele momento em diante, aconteceriam reuniões, por vezes mais de uma ao dia, no Espaço. Batizado Luiz Estrela em homenagem a um morador em situação de rua, poeta, homossexual, morto no centro da cidade em 26 de junho daquele ano, em meio a agitação do levante. Ainda hoje, as circunstâncias da morte foram pouco esclarecidas.

O casarão foi abandonado pelo Estado desde 1994, quando, já em péssimas condições, fechou suas portas. O edifício foi construído para ser o Hospital da Força Pública Mineira, em 1914. Em 1947, passou a ser o Hospital de Neuropsiquiatria Infantil e, no fim da década de 1970, com as denúncias e a pressão pela reforma psiquiátrica, funcionou como escola para crianças “fora da normalidade”.

Já havia destino para o casarão, tornar-se-ia em breve memorial JK. Mais um monumento oficial, mais um centro da memória a Juscelino.

Há uma fala, entre os ocupantes, definidora: “o casarão nos escolheu”.

Enquanto amanhecia, a vizinhança e a polícia procuravam entender o que se dava ali. Quem seriam aqueles fantasiados, de onde viriam? Por que estavam naquele casarão? E a rede, como fosse natural, começou a estender seus fios. Os apoiadores chegavam de todos os lados, as partilhas chegavam, preparava-se a comida.

Com a contradição do sistema a mão, reivindicávamos nossa ação. Já estávamos no Espaço, ele já era nosso, patrimônio público abandonado como as

¹⁸ <https://www.youtube.com/watch?v=KgFhTfp4GFQ> e <https://www.youtube.com/watch?v=OEEDFXfw1W8#t=56>

pessoas e os grupos que não têm serventia na sociedade imposta pelo padrão oficial, que não são engrenagem e mola a alimentar o “normal”.

Em dezembro, depois de ações múltiplas, na rua e no Ministério Público, na festa e na Diretoria de Patrimônio do Município, nos corpos e nas paredes, o aparato jurídico reconheceu o que se dava na prática. A cessão do casarão passou para o coletivo de cultura residente desde o dia 26 de outubro de 2013.

“Coisas desse tipo”

Desde então, dessa ebulição maravilhosa, polimórfica, multidão de minorias, estalo de água na chapa quente há muito, a cidade reafirmou-se como o centro da disputa. Dias depois de um processo eleitoral “polarizado” e, meses depois, de uma Copa elitizada, realizada num estado de exceção, as tentativas de sequestro do discurso de junho de 2013 naufragam tão rápido quanto foram construídas. Naufragam também as avaliações dos velhos quadros partidários, formados em estruturas anacrônicas, prontos a capitalizar politicamente as ações e a resistência popular.

Em Belo Horizonte, falo por mim, os coletivos aprimoram-se para a contenda. Contenda que acontece em inúmeras possibilidades, nos corpos, nas ruas, nas instituições, no cotidiano. A reação conservadora está colocada, e mais do que o reacionarismo da extrema direita brasileira, tragicômico, ou do que um parlamento “mais conservador do que nunca”, essa reação vem escamoteada, e isso sim é perigoso, no discurso do pacto social a qualquer custo.

Historicamente, o custo é distribuído de forma desigual e os benefícios ficam concentrados numa pequena faixa de renda. O rearranjo da sociedade ainda não aconteceu, estamos em pleno processo. Para uma análise mais detalhada, ou mesmo acadêmica, será necessário algum distanciamento.

Fato é que, por todo o mundo, via rede, as conexões continuam, fervilham movimentos transversais, do feminismo ao ambientalismo. E todos, com suas peculiaridades, parecem evocar o mesmo grito: ampliação de participação popular.

O Espaço Comum Luiz Estrela está de pé¹⁹, a campanha por uma política nacional de mobilidade urbana está no ar²⁰, o Isidoro Resiste!²¹

*“o meu amor disse para eu cuidar de mim,
e eu cuidei de modo a me revolucionar todos os dias”²²*

19 <https://www.facebook.com/espacoluizestrela?fref=ts>

20 <http://mobilidadebrasil.org/>

21 <https://www.facebook.com/resisteisidoro?fref=ts>

22 Texto de Clara Maragna, presente no espetáculo *Escombros da Babilônia*, encenado no Espaço Comum Luiz Estrela como parte da lembrança pelo primeiro ano da ocupação.

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

02

BRASÍLIA

**POÉTICAS
PÚBLICAS**

Jul Pagul

02

BRASÍLIA

Poéticas Públicas

Jul Pagul

Me chamo Juliana. Trabalho há 8 anos na rua e na noite. Não sou acadêmica, nem trabalho com jornalismo ou educação. Escrevo este texto das entranhas mesmo. Escrevo porque alivia. Escrevo pra que outras sintam que somos muitas. E principalmente porque venceremos.

“Existem revoltas e revoltas. E a de 2013 não está à venda”

Na noite do dia 6 de março de 2013 recebemos a notícia de que a Comissão de Direitos Humanos (CDHM) da Câmara dos Deputados seria presidida por um pastor chamado Marcos Feliciano, do Partido Social Cristão. No momento da notícia, coincidentemente, estava em alguma atividade em alusão ao Dia Internacional das Mulheres, dia de luta. E deu uma pontada no ventre.

Há alguns anos acompanhava o trabalho da Câmara dos Deputados, por ativismo mesmo, principalmente das pautas relacionadas aos Direitos Humanos. Lembrava vagamente do nome do Pastor. Mas já me incomodava o pré-nome: “Pastor”. Afinal, não costumamos chamar deputada de médica, psicóloga, jornalista antes do nome das parlamentares, por exemplo.

De imediato fui com algumas companheiras para a sessão de posse da nova Composição da Comissão. E além do novo presidente, lá estavam os demais deputados recém titulares da CDHM. Entre eles, havia vários parlamentares que historicamente foram considerados pelos movimentos de Direitos Humanos como inimigos das pautas populares e sociais.

Este fato fez da cerimônia “de posse” dos novos titulares um ato histórico de tomada da Câmara dos deputados por diversos movimentos sociais.

Lá estavam movimentos de mulheres, movimento negro, movimento LGBT, estudantes, mães pela igualdade, entre outros. Mas o gosto na boca era de levante fundamentalista tomando os poderes públicos e decidindo os rumos de nossas vidas.

Nos últimos 10 anos o desmonte das emissoras livres e comunitárias, entre outros veículos de comunicação do povo, inviabilizou que estes registros fossem feitos em nossos próprios veículos/meios. Porém, nossa primeira ação foi imediatamente de criarmos nas redes sociais toda contra-informação possível aos avanços fundamentalistas, pautamos coletivamente Estado Laico e Direitos Humanos. Foi uma espécie de guerrilha da informação.

Fizemos uso principalmente da rede facebook, plataforma midiática que não é ideal para finalidades revolucionárias. E ali nascia um conflito forte para mim, o de atrelar o uso recreativo e profissional do facebook, ao ativismo. Sabia que não se tratava de uma plataforma livre, pelo contrário, o facebook é uma empresa misógina e ultracapitalista, que utiliza nossa subjetividade como produto e que manipula comportamentos e informações para garantir crescimento e lucro da empresa.

Porém, naquele momento me rendi porque considerei estratégico que mais pessoas soubessem do nosso momento histórico e suas ameaças. Foi uma tentativa de mobilização. E sim, coletivamente, foi nesta plataforma que foram passadas muitas informações sobre as ações na Câmara dos Deputados e toda mobilização diária.

O contexto Histórico de 2013, no qual estamos mergulhando é o mesmo que o atual (2014!), de quando a nova composição da Comissão (CDHM) foi efetivada. É ilustrativo e justifica a ação popular na Câmara: retrocesso dos direitos dos povos indígenas, avanços na tramitação do estatuto no nascituro/bolsa estupro, genocídio da população negra, homofobia vitimando milhares.

Nosso grupo que passou a ocupar a Câmara exigindo a renúncia do Pastor Marco Feliciano à presidência da Comissão e a efetiva aplicação da laicidade do Estado nas ações dos poderes públicos brasileiros era composto por pessoas que nunca haviam se visto antes e também de pessoas que tinham convergên-

cias em pautas e militâncias, grupos de afinidades, velhos e novos conhecidos.

A diversidade deste grupo que conseguiu realizar a ocupação histórica da Câmara dos Deputados (foram mais de 100 dias, ocupando plenários e corredores da Casa, toda semana) talvez tenha sido fator fundamental para que ações deste contexto - batizado pelo imaginário popular de “Fora Feliciano”- ocorresse de forma espontânea e legítima. Muito se fez naqueles dias para questionar e combater a atuação dos Pastores e fundamentalistas e impedir os retrocessos em direitos conquistados com sangue e muito suor da população minorizada no Brasil.

A onda conservadora que atacou o país, na verdade não tem fronteiras e é atemporal. Está intimamente relacionada aos interesses das classes econômicas mais favorecidas. Os mesmos que detém poder bélico, os chamados ruralistas, detém o poder político institucional (voto nas urnas). O que faz deste inimigo um alvo quase inabalável, diante da atual conjuntura de forças. Mesmo com todos os nossos esforços, assistimos a tramitação de projetos que tratavam desde o espancamento de crianças como forma educacional, à redução da maioria penal até bolsa estupro e cura gay, ambos aprovados em comissões da Câmara dos Deputados.

Neste contexto, as redes sociais pautaram e distribuíram conteúdo produzido por ativistas para contrainformar sobre muitos temas, inclusive os avanços e as intolerâncias fundamentalistas. Uma das minhas áreas de atuação sempre foi a tomada dos meios e a produção e distribuição libertária de informação e conteúdos midiáticos. Havia no uso da plataforma do facebook, meu primeiro conflito nas jornadas de luta de 2013.

E acredito que ainda precisamos fazer este dever de casa. O dever de enquanto transformadoras e transformadores sociais, fazemos esta reflexão sobre produzirmos conteúdo informacional que será comercializado por esta rede social, conforme convir a seus interesses e valores. Sem que tenhamos inclusive arquivos e memória destes conteúdos. Sem falar, na manipulação e censura da informação e de nossos comportamentos.

Por outro lado, a sociabilidade e a facilidade de linguagens e acessos tor-

nam as redes sociais, especialmente o facebook, muito atrativas para uso midiático na perspectiva “faça você mesma”. É uma prática limitada (e na minha avaliação um tanto perversa, por nos alienar daquilo que é de nossa autoria, ou a autonomia do nosso comportamento na rede) do “odeia a mídia, seja a mídia”. Limitada pelos fins capitalistas, limitada pelo excessivo controle sobre a produção e veiculação das informações, repito. Câmbio!

E neste mesmo contexto de disputa acirrada por nossas subjetividades, o ódio imperou nas atuações parlamentares. Inimigos históricos dos Direitos Humanos fizeram vídeos caluniosos e difamadores, em ataque a companheiras como Tatiana Lionço e Cristiano Lucas Ferreira. Os vídeos produzidos pelo deputado Bolsonaro fizeram acusações absurdas e devastaram a vida pública de nossas companheiras. Naquele início do ano de 2013, o ódio especialmente contra a população sexodiversa era explícito, assim como o feminicídio e o genocídio da população negra.

Uma das primeiras ações dos novos titulares da comissão foi aprovar projetos de leis como o da “cura Gay” e atacar direitos dos povos originários, dos povos indígenas. Em outras comissões avançava a tramitação do Projeto de Lei do Estatuto do Nascituro (também conhecido por Bolsa Estupro).

Todo este ódio gerou cumplicidade nas centenas de pessoas que compunham a resistência. Naqueles dias de força total foram realizados banquetes de criatividade, coragem e solidariedade coletiva. Muito conhecimento e trocas nos corredores do Congresso. Algumas pessoas com quem já havia lutado e outras que sequer tinha visto. Naturalmente, estabelecemos relações de confiança, no planejamento e execução das tarefas daquele levante.

Logo nos primeiros dias da ocupação, foi este o enredo que possibilitou um dos momentos mais bonitos da História do Congresso Nacional: a tomada da chapelaria pelo povo, com cartazes multicoloridos de pleitos justos e inegociáveis.

Talvez este e muitos momentos deste levante a favor do Estado Laico e dos Direitos Humanos não tivessem repercutido tanto se profissionais da TV Câmara não tivessem atuado junto às ativistas. O principal fotógrafo (Cícero

Bezerra) que registrava a ocupação teve sua demissão solicitada em plenário, pelo dep. João Campos (PSDB-GO). Fato que revela resquícios do coronelismo, nas práticas políticas vigentes. Ora, se o modelo 'público/estatal' de comunicação deve servir aos interesses da verdade, do povo e da democracia, qual força garante a tranquilidade para que um parlamentar vá a plenário pedir censura sobre os fatos históricos e revolucionários que ocorriam na Câmara?

Merece destaque o apoio de alguns profissionais de grandes veículos à mobilização do povo, a favor da laicidade do Estado e dos direitos da população minorizada. Este apoio teve efeitos positivos, apesar de contrariarem a linha editorial dos grandes veículos de informação. Nesta perspectiva vale registrar a cobertura da revista VEJA que fez inúmeras matérias em tom de chacota sobre a ocupação e que expunha ao ridículo muitas pessoas que lá estavam, enquanto manifestantes. Lembro de um destaque, ou capa da revista, ilustrada com a foto de um grande companheiro com a legenda: "o elemento mais buliçoso do grupo".

O companheiro que citei é um grande capoeirista aqui da cidade. Uma das tardes mais incríveis da ocupação da Câmara foi quando tocamos berimbaus e o Dep. Jair Bolsonaro se rebelou completamente. Esbravejava por se tratar de um instrumento de matriz africana, com cantos de resistência da cultura afro-brasileira. Lembro-me também que nesta mesma tarde uma sacerdotisa do candomblé, Mãe Bahiana de Oyá, foi desrespeitada e violentada pelos seguranças da Casa, assim como o presidente da associação das entidades de umbanda e candomblé do DF.

Sim, a truculência dos seguranças do Pastor Marco Feliciano e da polícia Legislativa foi marcante. Fomos repetidas vezes chutadas e socadas pelos policiais legislativos e gradualmente expulsas da Câmara. Fomos impedidas de entrar com cartazes, cartolinas, berimbaus, bandeiras. Fomos impedidas, inclusive de entrar nas sessões. A resposta dos seguranças da Casa era de que naquele plenário só entrariam "x" a favor do Feliciano e "x" contra. Perguntávamos onde estavam escritas estas regras e quem havia dado esta ordem, mas não recebíamos respostas.

É claro que o número de pessoas contra o pastor Feliciano era bem maior, portanto ficávamos mais pessoas do lado de fora. Lembro-me de apanhar muito um dia que decidimos que ninguém sairia se não conseguíssemos entrar no plenário. Formamos um cordão humano na porta do plenário que foi rapidamente desfeito com uso da força física pelos seguranças.

O nosso castigo veio na semana seguinte. Em resposta ao atrevimento de também participar da gestão de quem poderia entrar e sair do plenário, obtivemos como ordem superior que só permitiriam a entrada de PASTORES. Assim, ficou explícito como o povo é tratado na tão celebrada Câmara dos Deputados, ou a Casa do Povo. Arautos da democracia tupiniquim. E como se não bastasse, semanas depois limitaram o número permitido de pessoas para entrada na Câmara. O novo percentual equivale a um terço do volume de pessoas que normalmente frequenta a Casa.

Nossas ações eram organizadas durante a ocupação, in loco, no dia-a-dia, no calor da hora. Sempre respeitamos a diversidade das pessoas, seus lugares de fala, de militância. No geral, sempre conseguimos manter a participação coletiva, horizontal e autônoma de todas as pessoas e forças ali presentes. De uma maneira múltipla e acolhedora, bastante parecida com as rodas de mulheres, o convívio nos terreiros, as aldeias indígenas, com muita oralidade, muita afetividade.

Foram sem dúvida os dias mais aguerridos da minha vida e de muitas companheiras e comparsas daquela missão. Tivemos que aprender a confiar em pessoas até então desconhecidas, abrir mão para que o consenso fosse construído entre o grupo, ouvir de peito aberto todas as versões e disposições sobre os fatos, as melhores táticas e estratégias. Enquanto ocupávamos os gramados e arredores da Praça dos Três Poderes, percebíamos cada vez mais a cidade cercada. Literalmente, o que infringe inclusive o plano arquitetônico da capital.

E mesmo assim, a cada dia uma nova cerca. E mais grades isolavam a praça dos três poderes do ir e vir nosso de cada dia. Não só a praça como os palácios, os gramados, os acessos, os encontros. Mesmo cerceados como nunca, pois nem os milicos conseguiram cercar a cidade tão descaradamente, sempre

conseguimos transcender. Nossa resposta sempre foi criativa. Lembro-me da noite em que hasteamos a bandeira do arco-íris no mastro da bandeira brasileira no Congresso Nacional, o mastro principal, embaixo de muita chuva.

Lembro-me dos beijaços, das composições, das oferendas, das intervenções pelos muros da cidade e do frio na barriga em cada “Fora Feliciano!” parido nos muros. Lembro-me da minha ansiedade misturada a uma angústia de estranheza, por estar num ambiente muito institucionalizado, aprendendo a dinâmica e a linguagem daquele lugar tão distante das nossas realidades.

Nossas realidades vinham dos Movimentos por moradia, transporte, educação, direitos civis, por mais liberdade. Por menos hipocrisia, armas, genocídios. Daqueles corações corajosos que pulsaram juntos posso dizer que naqueles dias encontramos o que fomos buscar. Fomos lá pra mostrar que o povo não iria aceitar que a jogatina regimental fosse mais poderosa que toda luta histórica e as conquistas populares por democracia efetiva, direta mesmo

Em 16 de Abril de 2013, o Movimento Indígena ocupa o plenário principal da Câmara dos deputados exigindo que a PEC 215, que basicamente prevê que as terras indígenas poderão ser demarcadas pelo Poder Legislativo, fosse derrubada. Foi emocionante ter assistido ao vivo a cena da ocupação, os cantos, a força sagrada da natureza em fúria. As mulheres indígenas, lideranças durante todo o processo. Foi uma noite histórica de muito aprendizado.

Fora dali, mas bem perto, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto no DF e os professores e professoras vinham de uma jornada de lutas com ações transgressoras, contra a política conservadora do governador Agnelo.

Os protestos contra o aumento de passagem em São Paulo e a truculência e covardia da polícia contra manifestantes sendo televisionada fez da indignação um poderoso vírus. Vírus que se espalhou rapidamente por várias outras cidades: Porto Alegre, Rio de Janeiro, Fortaleza, Belo Horizonte. Ampliamos a Câmara dos Deputados para o Eixo Monumental.

Na véspera da abertura da Copa das Confederações, uma manifestação de movimentos de resistência urbana queimou pneus em frente ao superfaturado estádio Mané Garrincha. O exército caçou os manifestantes e inclusive,

durante a madrugada, prenderam até o motorista do caminhão que levou os pneus para o ato.

No fatídico dia da abertura, uma grande manifestação repudiava a Copa e seu legado de abusos, jogo sujo e expropriações. Fomos massacradas pelas polícias. Fui revistada pelo exército. Bombas de gás lacrimogêneo eram jogadas de helicóptero. Me protegi dentro de um carro estacionado próximo ao estádio, porque o efeito das bombas era desesperador. Quando percebi, o carro era da polícia civil, que estava com diversos agentes infiltrados na manifestação. Todos muito afetados pelos efeitos das bombas. Até o posto médico do local foi bombardeado, médicos e enfermeiros.

Do lado de fora do estádio era possível ouvir o locutor dizer parabéns a atuação da polícia militar. “Exemplar! É só não coçar os olhos... sem pânico.” Era possível ouvir também a vaia “Monumental” à presidenta Dilma e o autoritarismo do patriarca da festa, presidente da FIFA, ao exigir respeito dos presentes. Nesta tarde choveu em Brasília. Totalmente atípico pra época do ano, que é bem seca. Prenderam arbitrariamente mais de 57 pessoas. Outras dezenas foram feridas.

Fomos para porta da delegacia exigir libertação de todas as pessoas detidas. Neste momento, fomos muito hostilizadas pelos torcedores do Brasil que estavam no estádio assistindo ao jogo. “Vagabundas! Pobres, horrorosas, barangas, vai lavar um tanque de roupa suja!”, o cordão de torcedores esbravejava. É que o trajeto de saída do estádio até a delegacia é o mesmo. Saímos da DP muitas horas depois, com a indignação explodindo nossos corpos. E os corpos explodindo em dor e torpor de tanta porrada tomada covardemente, mas com a garantia de que todas as pessoas presas e detidas dormiriam em liberdade naquela noite insurgente.

Choque e Pesadelo

Em junho muitos protestos vieram à tona em Brasília e em todo país. Foi como uma força da natureza, milhares de pessoas tomavam às ruas, espe-

cialmente em solidariedade as forças de indignação que estouravam em todo país. Participar dos protestos, construí-los, defende-los de interesses mesquinhos, conservadores, coxinhas fez com que as relações fossem conduzidas de maneira quase selvagem, muito visceral.

Conheci uma grande ativista de Minas Gerais nesta época. Ela era recém chegada na cidade e começamos a ir aos protesto juntas. Compartilhávamos a desilusão em ver nossos parceiros afetivos optando por não ir às ruas. O que obviamente delimitou as relações afetivas sexuais. Lembro de sair de uma manifestação de mãos dadas com esta amiga, pela esplanada dos ministérios à noite, enquanto caminhávamos sentíamos as bombas estourando, o barulho e as sirenes. Era mais um ataque covarde. Escapamos por pouco desta vez e de mãos dadas dizíamos uma a outra: “sem olhar pra traz”.

Desta conversa sobre as micropolíticas afetivas, resolvi escrever uma carta para meu amante, que havia trocado justo naquele ano a militância nas ruas, por um confortável gabinete. E quando estourou a jornada de lutas, escolheu novamente o conforto. Ali senti o poder da traição. E pior, senti na pele o significado da expressão “se realmente quiser conhecer uma pessoa, dê poder a ela”.

Compartilho esta carta porque muitas de nós tivemos nossas vidas afetivas, emocionais e psicológicas completamente mudadas com as Jornadas de Junho. As relações pessoais foram ressignificadas e muitas de nós, mulheres das trincheiras, as que trazem uma câmera na mão e um molotov na mochila, tivemos que escolher não desistir da nossa missão por um mundo mais justo, não desistir de nós mesmas. Segue a letra:

Quando o gás lacrimogêneo temperou a manifestação eu nem desaguei, ou ardi. Talvez sim tivesse molhada de dor, mas depois de ti sigo anestesiada. Por dentro não sinto mais nada além do desejo que parem as bombas e eu esqueça.

Mas, esta ferida não cicatriza. Vou tateando o desprezo, a mais letal de todas as armas. Prefiro as máscaras nas faces do que no coração, que nem esta que te tapa a coragem. O teu cordão de isolamento que me limita. O teu

ordenamento cruel, a tua vida (agora) é de gabinete, cacete... Vai por o paletó e canetar uma bomba qualquer...

Espero ainda o efeito moral da sua escolha nesta trincheira, passar. Corro, berro é quase morte. Me aproximo de alguém, de alguma, do grupo, das palavras, dos sonhos, do ideal na tentativa de um gole de sorte. Eta golpe cruel descumprir o humano, o fluido... ah, o teu amor ao poder é de atizar os cacetetes! Ao invés, dos nossos inúmeros boquetes! Das suas repartições o poder do amor apodrece.

Revista tudo o que resta de privado, de resguardo, de refúgio escancara a fedentina (não aquela dos fluidos do nosso sexo, nos lençóis gozados, sangrentos, mijados, babados de amor...porque sexo bom é o que escancara a selvageria) O cheiro agora é de medo... de viver, do azar que emudece, da brochada diante do seu poder.

O teu poder organizado no conchavo do choque e pesadelo. A tua moeda é toque de recolher que não me faz valer, e você ainda vem falar em auto-se-comer?! Te fuder! A tua hipocrisia camburão da minha transparência. A tua covardia é mordança que tortura o P2P e qualquer liberdade de expressão!

A bala de borracha que você nem disfarça. E ainda seduz querendo que ache graça, do tal diálogo que você guardou pro auditório, mas esqueceu quando o sol amanheceu... e eu ali já descartada e nem sequer paga. Ah, suma! Que desta avenida seus soldados vitimados por esta sedenta força de mais patriarcado são desalmados pra que sua foto esteja apropriada no noticiário.

E tudo segue controlado, manipulado... Meu coração na esquina, se rebela desta sina. Meu ventre selvagem desmascarou seus disfarces. E nas ruas onde desfilas tua crueldade, lavarei com riso no carnaval, levarei a dor como estandarte. Aprendi a sobreviver pra ver, bem viva um novo amor vencer. Desamor, desarmar-te. Sem vínculos, reversos. Migro pras barricadas do amor vivo... Luto, ou o mundo novo!"

Esta carta inspirou outras companheiras a escrever. O que incitou um processo criativo que desaguou na tomada das ruas, com arte urbana, berros e

uivos pelas esquinas. Este foi um texto que equivale a uma alegoria, um divisor de águas no sentido de romper com as amarras institucionais, que direta ou indiretamente acionavam as bombas que nos autodestruíam. Jamais, daquela noite em diante, seria/seríamos comparsas da nossa própria opressão.

No dia seguinte, estava muito cansada com toda jornada e os processos. Amanheci viva, mas era difícil ficar inteira. Fui ler os jornais. A versão é que a burguesia havia se rebelado contra o sistema. Porém, uma imagem transgressora bastava para desmerecer a linha editorial equivocada da imprensa. O jornal Correio Braziliense publicou uma foto em que uma pilha de chinelos populares estava abandonada em frente ao palácio do Itamaraty. Aquela foto dos chinelos revelava muito sobre a classe de quem também estava ali nos protestos e quão arriscado - e eu ousaria dizer leviano- era afirmar que foi apenas um protesto de burgueses.

“Ih, fudeu, o povo apareceu!”

A tarde, liguei para meu filho e perguntei onde ele estava. No auge dos seus 12 anos de idade ele disse que milhares de pessoas tomavam o gramado da esplanada dos ministérios e que “estava na manifestação, é claro!”. Tinha ido de skate com amigos e desta vez, como mãe de ativista. Era minha primeira vez. Dei várias instruções sobre como amenizar os efeitos do gás e outras estratégias de segurança.

Logo mais a noite, ele apareceu com um vídeo incrível que mostrava como o povo tomou o gramado e o Congresso Nacional. Ele postou o vídeo nas redes sociais com o título “Brasil libertado”. Foi nesta noite que ocupamos o Congresso Nacional. Aquela imagem incrível.

Arriscaria dizer que foi uma cena inédita na capital federal. Sim, apesar de muitos movimentos sociais e sindicais marcharem na esplanada, esta ocupação da cidade, no centro do distrito federal, é comumente realizada sendo acordada com governos e consentida por seus poderes. Naquele episódio foi diferente. A tomada do Congresso foi realizada sem pedir licença aos poderes

públicos, realizada pelo poder do povo.

Em tempo, o medo dos governantes de ver o Congresso ser tomado é tão significativo que eles construíram lagos para que a população não tivesse acesso ao prédio. E lá estava o povo mostrando que é bem maior que os mandos e desmandos covardes. Esta foi a afirmação do governador que fez elogios a atuação (desnecessária e covarde) da polícia, classificou de “exemplar” e disse que pelo fato de Brasília receber muitas manifestações, ele estava acostumado a lidar com elas.

Enganou-se porque havia uma grande diferença sim entre as manifestações sindicalistas e partidárias, institucionalizadas que ele consentia e as jornadas de protestos vigente. O governador do DF não teve dúvidas, alinhou com a presidência da república ampla e irrestrita repressão. Com uso covarde de violência, inclusive com exercito nas ruas.

Aliado a isso, perseguição coercitiva a muitas de nós, com intuito de intimidar a participação nos levantes. A tentativa de pulverizar a pauta, da qual destaco: desmilitarização, transporte público/mobilidade urbana, Estado laico e defesa dos direitos humanos.

Os protestos continuaram. Algumas aulas públicas foram realizadas e chegamos a formar assembleias Populares. Rapidamente, muita informação, muita formação foi compartilhada durante a jornada de lutas de 2013. Especialmente, sobre segurança de autodefesa e como se proteger dos ataques militares contra as manifestações. Em todo país muitas pessoas feridas e algumas mortas.

Passamos a planejar nosso trabalho de base e a evitar exposição e a vulnerabilidade que os debates no facebook traziam. Porém, muitas forças atuavam no sentido de dispersar a auto-organização necessária junto aos protestos. Realizamos algumas assembleias populares com milhares de pessoas. No entanto, o caminho foi retomar o trabalho de base com cada grupo, coletivo, movimento e partido. Tivemos poucas assembleias com milhares de pessoas, como ocorreu em outras cidades, por exemplo. Mas, este recuo foi qualitativo. Buscamos seguir as atividades reflexivas, de formação.

Setembro foi o mês do grito dos excluídos, dia de luta realizado na data do 7, feriado da independência. A repressão foi tão grande que me lembro de ligar o rádio e ouvir que os manifestantes apanharam mais no trajeto e na DP do que no local do ato.

E aqui devo – com muito gosto - citar o papel fundamental das advogadas e advogados populares. O corpo jurídico de ativistas foi imprescindível para garantir o mínimo de justiça nos abusos, principalmente das prisões arbitrárias.

No meu caso, foi o corpo jurídico quem me ajudou, solidariamente. Começou em 2013 e se estende até os dias atuais. Ligações “não identificadas” afirmando que eu não devo ir aos protestos. Intimações para prestar depoimentos na DP, sem nenhuma justificativa plausível, justo no dia de protestos, e até a interdição arbitrária do meu local de trabalho, multado em 20 mil reais, justo no dia do lançamento do livro do deputado federal (o primeiro e único a defender a causa LGBT) Jean Willys. E justo no dia em que dezenas de ativistas no DF receberam visitas suspeitas de autoridades judiciais, e que dezenas de ativistas no Rio de Janeiro foram presos e judicializados.

Fui processada por policiais civis, que consideraram crime de calúnia e difamação as pessoas presentes na ação de interdição terem filmado a ação policial. Durante a audiência, acabei fazendo um acordo com os agentes para extinguir a ação, no qual terei que doar três cestas básicas e tive que fazer um post no facebook do meu perfil pessoal assim como na página do meu trabalho afirmando que, sobre a operação (arbitrária) de interdição do espaço justo no dia da atividade focada na pauta LGBT, “não quis macular a honra da corporação”.

Gostaria de resgatar mais sobre os reflexos de 2013, neste ano de 2014.

O governo lançou várias iniciativas de combate e cerceamento dos protestos. Textos de intelectuais e políticos governistas mais populares que condenavam as práticas de ação direta e grupos como os black blocks circu-

lavam. O governo tentou via legislativo e via executivo emplacar um projeto de lei que qualificava manifestantes como terroristas. Inclusive, previa criminalizar o uso de máscaras durante os protestos.

Este mesmo governo organizou alguns encontros com movimentos sociais que estavam ativos nos protestos de 2013. Porém, estes encontros surtiram nenhum efeito. Na minha avaliação por falhas, especialmente no formato dos mesmos. A tentativa de cooptação também não obteve sucesso.

O que mais espanta é que o mesmo governo que realiza estes encontros com movimentos sociais é o que manda o exercito ocupar as favelas. É o mesmo que anuncia que tem muito orgulho de investir 1,3 bilhão em armamento para garantir a segurança na Copa do mundo. É o mesmo que afirma ter orgulho de ter sido protagonista e mentor da operação que garantiu a segurança na Copa – leia-se: manteve a repressão ostensiva contra manifestantes pacíficos.

Mais uma vez, destaco a atuação do movimento indígena que acampou e realizou um dos protestos mais fortes e corajosos deste ano no DF. O Movimento Passe Livre também realizou atividades, o Comitê Popular da Copa. Muitos protestos espontâneos ocorreram por conta do sucateamento dos transportes públicos no DF.

Sem nenhum diálogo qualificado, sem espaço de participação direta e efetiva nas políticas públicas, seguimos focadas em trabalhos na micropolítica, trabalhos especialmente focados na resistência e na vida criativa das mulheres.

As ações institucionais mais progressistas sinalizam na perspectiva de uma reforma política e de uma nova Constituinte. Porém, existe uma disparidade de forças e realidades que 2013 fez emergir. Existe uma revolução em curso, explícita e palpável e o resultado das eleições de 2014 confirma que os poderes institucionais servirão aos interesses conservadores por mais quatro anos.

Uma resposta redentora à última ação que fiz na Câmara contra os fundamentalistas religiosos foi entrar vestida de pastora na Comissão de direitos Humanos – segue ainda a seleção, absurdamente subjetiva e abusiva de de-

terminar quem vai participar ou não das sessões da Comissão, de acordo com a roupa ou religião. Pois bem, adentrei a sessão fantasiada de pastora, troquei de roupa lá dentro ficando apenas com roupa branca e me banhei de tinta vermelha em protesto a uma audiência sobre aborto solicitada pelo pastor Marco Feliciano e com apenas convidados homens para debater o tema.

Seguimos um grupo de mulheres artistas, que se identificam mais como artistas, atuando politicamente de forma radical, pela arte. Assim, será se permanecer o veto a portaria do Ministério da Saúde que garantia que uma mulher estuprada que engravidasse pode interromper a gestação (conforme previsto na constituição) pelo SUS. Costumamos cantar: *“o Estado é Laico, não pode ser machista. O corpo é nosso, não da bancada fundamentalista. As mulheres estão na rua por libertação. Lugar de estuprador não pode ser na certidão”*.

Adoro uma frase que diz que “nós mulheres somos como as águas, quando nos encontramos ficamos mais fortes”. Para estes duros tempos de feminicídio e todas as covardias, injustiças e censuras, ocuparemos a rua enquanto cura! Faremos um inventário de 2013. Restou nossa coragem e nossos sonhos. Mesmo que as políticas das urnas tente levar ao esquecimento o legado de 2013, nós que fomos presas, espancadas, judicializadas, jamais esqueceremos. Nossos ventres, nossos versos. Vai ter pajelança!

Links e imagens

Fotos berimbaus

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=484027468312360&set=t.100000497430367&type=3&theater>

Hasteamento da bandeira LGBT

<https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10200330770927836&set=t.100000497430367&type=3&theater>

Texto das BlogFEM

<http://blogueirasfeministas.com/2013/03/retrospectiva-da-jornada-de-lutas-pelos-direitos-humanos-no-congresso-nacional>

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

03

CURITIBA

**JUNHO DE 2013
DESDE CURITIBA:
a juventude em
rede nas ruas**

Michele Torinelli

CURITIBA

03

Junho de 2013 desde Curitiba: a juventude em rede nas ruas

Michele Torinelli

Curitiba, 17 de junho de 2013. Os militantes de partidos, movimentos e coletivos que já vinham ocupando as ruas com manifestações diversas, e geralmente com adesão escassa da população, estavam surpresos. Anos e anos tentando mobilizar e, de repente, a multidão tomava as ruas. Milhares de pessoas gritavam juntas, em uníssono: “vem, vem, vem pra rua vem, CONTRA O AUMENTO!¹”. Mas não era “só por 20 centavos” – e em Curitiba, diferentemente de São Paulo, o aumento foi de 25 centavos, e efetuado já em março. Somava-se ao aumento da tarifa do transporte público o caos da mobilidade urbana, o descrédito em relação aos representantes políticos, a acusação de manipulação direcionada às mais consagradas empresas de comunicação do país, a decepção frente ao modo como os preparativos para a Copa do Mundo estavam sendo implementados – refletida na popular palavra de ordem “da Copa, da Copa, da Copa eu abro mão, eu quero transporte, saúde e educação” –, descontentamento frente às prioridades de investimento da verba pública em detrimento de direitos básicos, a privatização do espaço público e, principalmente, uma conclamação para que as pessoas levantem, saiam da passividade, assumam uma postura crítica e ativa e tomem as ruas.

1 Essa palavra de ordem inspira-se num comercial da Fiat com o mote da Copa das Confederações; o “vem pra rua” foi ressignificado pela multidão. A Copa das Confederações, realizada no país sede da Copa do Mundo um ano antes, ocorreu de 15 a 30 de junho de 2013 no Brasil. Diversos protestos nas cidades que receberam os jogos – o que não foi o caso de Curitiba, apesar de ter sido uma das cidades-sede da Copa do Mundo – destacaram o tema em meio às manifestações de junho e se dirigiram aos estádios, onde frequentemente sofreram repressão policial.



Manifestação em Curitiba no dia 17 de junho. É possível perceber a diversidade de pautas nos cartazes (mas, ainda, a centralidade da pauta do transporte público), os panos utilizados como máscara e a faixa carregada à frente da marcha, que diz: “Lutar! Criar! Poder POPULAR. Pela gestão pública do transporte”.

Eu estava chegando sozinha pelo calçadão da rua XV, no centro da cidade. O ponto de saída divulgado era a Boca Maldita, no final do calçadão, local tradicional de manifestações políticas em Curitiba. Já dava para ver que tinha muita gente, muita gente mesmo, como eu nunca havia visto num protesto na cidade. Talvez, no mesmo local, somente os espetáculos de Natal em que crianças cantam das janelas de um prédio histórico – hoje sede do banco HSBC –, divulgados amplamente nos canais oficiais e comerciais, reúnam tal público. Ou os shows mais disputados da Virada Cultural.

A multidão à minha frente começou a andar em minha direção. Olhei para o lado oposto, de onde vim, e outra multidão também vinha em meu sentido. Eu estava no meio de duas multidões que caminhavam uma ao encontro da outra – impressionante e um pouco assustador. Em seguida pude perceber que eram duas partes da mesma multidão, pois estavam virando à esquerda no ponto onde se chocariam, rumo à praça Rui Barbosa, local

que abriga diversas paradas de ônibus e propicia conexão entre as linhas. Um manifestante gritava que era pra ir pra lá, tentando coordenar minimamente a confusa multidão.

A rua que leva à praça, mais estreita que o calçadão, foi tomada pelos manifestantes. As pessoas que estavam nos estabelecimentos em volta pararam para olhar. Encontrei uma conhecida que tentava encontrar amigos em comum, um militante dos movimentos sociais, que me indicou que a batucada do Levante Popular da Juventude estava mais à frente, e outro militante filiado a um partido político e que atua no meio cultural: “eu vim representando a velha guarda pra dar uma força pra vocês, fiquei sabendo que tem gente da direita se infiltrando”, disse ele. Escapei de todos. Meu objetivo era ficar sozinha, circular. Fui fotografando, pela experiência sei que é um bom jeito de ir “entrando” na marcha, sentindo, imergindo. Subi numa padaria para tirar fotos de cima. Desci e fui até o começo da marcha, para tirar fotos de frente. Segui andando pela lateral da Rui Barbosa. Muita gente. Muitos cartazes. Muitas pautas.

Os organizadores da manifestação – a galera da linha de frente – puxou uma pausa ali na praça. Em volta, vários ônibus parados e pessoas esperando para tomá-los. Com um megafone, alguém explicava a pauta, e os outros repetiam, para que aqueles que estavam mais distantes pudessem ouvir também². Ali se propagava a linha politicamente construída pelo grupo que organizou a manifestação. Ali se disputava sentido. Todos sentados no chão (com exceção de quem falava), no meio da rua, bem onde os ônibus passam, na Rui Barbosa.

Na sequência, a linha de frente foi puxando a marcha, que atravessou a praça e pegou a rua André de Barros, pela qual desceria até a altura da rodoviária. Nessa rua, mais larga e comprida, dava pra ver a dimensão da

2 Essa tática de comunicação em multidão é denominada, dentre outras formas, de jogral, e foi bastante utilizada pelo movimento antiglobalização, assim como pelo Occupy Wall Street e marchas contemporâneas no Brasil. Mas trata-se de um repertório antigo, bastante utilizado em lutas sociais anteriores.



Cobertura em rede no ato de 17 de junho em Curitiba. Manifestantes registram as falas e imagens de ativistas durante o jogral na praça Rui Barbosa com seus celulares, enquanto os ônibus permanecem parados.

multidão: muita gente, cantando junto, enchendo a rua até perder de vista. Assim como muitos outros que ali estavam, eu nunca tinha vivenciado isso. Havia muita emoção, um sentimento de força, de conexão entre as pessoas que normalmente transitam na cidade, mas sozinhas ou em pequenos grupos, muitas vezes com medo, ou pelo menos receio, dos indivíduos e grupos desconhecidos que a co-habitam. Ali eram muitas, estavam juntas, por motivos diferentes, mas unidas por um sentimento comum.

À frente da manifestação havia um cordão de segurança, para dar uma certa organização à espontaneidade da marcha, na qual alguns usavam a máscara de Guy Fawkes, símbolo dos Anonymous, outros amarravam camisetas na cabeça. Havia também uma grande faixa, que dizia: “Lutar! Criar! Poder POPULAR. Pela gestão pública do transporte.” A maioria dos que estavam na manifestação parecia ser jovem de classe média. Encontrei conhecidos que nunca vi em protestos ou se posicionando politicamente. Mas também tinha gente das periferias, movimentos sociais, punks, galera do rap. Em dado

momento, quando caminhava em meio à multidão, percebi que alguns rapazes gritavam “Fora, Dilma!”. Um grupo ao lado deste começou a puxar outra palavra de ordem, relacionada ao transporte, angariando os que estavam à sua volta, inclusive aqueles que pediam a retirada da presidenta do poder segundos antes. Novamente, percebia-se que a pauta, e o sentido da manifestação, se disputavam (também) ali.

Durante o trajeto, via-se gente nas janelas dos prédios acompanhando o protesto. Na esquina da André de Barros com a Tibagi, onde a marcha fez a curva para chegar em frente à rodoviária, um manifestante pediu a alguém que acompanhava da janela para subir para fotografar – e eu fui na carona. Era um escritório de contabilidade, no qual estavam duas garotas (entre 18 e 25 anos) e um senhor (entre 50 e 65 anos). Elas falaram que queriam muito ir para a rua, mas tinham que terminar um relatório de auditoria. O senhor,



Foto: Michele Torinelli

Máscaras, bandeiras do Brasil e cartazes relativos à Globo, à Copa e à política local foram elementos característicos da manifestação de 17 de junho em Curitiba.

que estava fotografando com seu celular, me deu licença para fotografar na janela. “Será que já teve tanta gente assim antes, na rua, em Curitiba?”, perguntei para ele, que me respondeu que sim, que havia visto uma manifestação ainda maior que esta nas Diretas Já. Lá de cima via-se a multidão, que subia a rua até perder de vista. “Vem, vem, vem pra rua vem, CONTRA O AUMENTO”, gritavam, juntos, os manifestantes, empunhando seus cartazes, tentando destacá-los em meio à multidão e ganhar um flash dos fotógrafos. Depois de tirar as fotos me despedi; uma das meninas largou o relatório de contabilidade e desceu também.

A marcha seguiu até a altura da rodoviária: no amplo cruzamento da avenida Sete de Setembro com a Mariano Torres, a multidão tomava conta de todo o perímetro. Muitos sentaram, tentou-se a tática de alguns falarem e outros repetirem, mas dessa vez foi difícil difundir a mensagem entre tantas pessoas. Dali a marcha seguiu pela avenida Mariano Torres até a praça Santos Andrade, outro lugar onde comumente ocorrem protestos e no qual se localiza o prédio histórico da Universidade Federal do Paraná. Lá os manifestantes comemoraram que em Brasília, naquele momento, a parte externa do Congresso, símbolo da política nacional, era ocupada. A revolta se conectava em rede.

Viam-se muitas máscaras, camisetas pretas e lenços diversos amarrados nos rostos, assim como muitas bandeiras do Brasil – elementos que não se destacaram no dia 14, na manifestação convocada em solidariedade à violência que ocorreu em São Paulo na véspera. Quando do aumento da tarifa na capital paranaense, em março, os grupos organizados em torno da pauta mobilizaram uma manifestação, que teve pouca adesão: o aumento prevaleceu. A comoção em torno da repressão policial em São Paulo no protesto contra o aumento da tarifa surgiu como uma oportunidade política para sensibilizar a população em torno da pauta e pressionar o poder público – mesmo que tardiamente. E funcionou.

Segundo os manifestantes, cerca de 2 mil pessoas compareceram ao ato do dia 14, a maioria militantes de outras pautas que se solidarizaram ou pessoas sensíveis às lutas populares. No dia 17, a coisa já mudou de figura e a

adesão tomou proporções totalmente inesperadas. Muitos tiveram acesso a notícias sobre os protestos por meio da mídia de massa e foram para as ruas – alguns pela primeira vez. Manifestantes dizem que este ato em Curitiba reuniu 25 mil pessoas. Segundo a imprensa local, foram 10 mil. Era possível perceber, pela quantidade de repórteres presentes na manifestação do dia 17, que a cobertura da imprensa havia aumentado exponencialmente de um protesto para o outro.

A partir dessa mobilização, o aumento da tarifa não foi revogado, como reivindicava o movimento, mas reduzido de 25 para 10 centavos. Sintomático que a prefeitura contatou os organizadores da marcha, em busca de representantes com quem pudesse dialogar, por meio do evento que convocava para o ato no Facebook.

Somente quando cheguei em casa, já com a noite avançada, soube por publicações no Facebook que a marcha do dia 17 chegou a ir até a prefeitura, onde “teve confusão” (o que acabou virando senso comum é que os protestos, no final, degradingam – “sempre acabam em quebradeira”). Também já se podia identificar indícios dos três grandes rachas que desmobilizariam as manifestações: as disputas em torno das pautas, dos partidos e da violência – ou, como se tornou comum denominar, “vandalismo”. Tais conflitos se tornariam explícitos no ato seguinte, no dia 20, quando a marcha se dividiu em duas: a da “esquerda” e a dos “sem-partido” – a primeira vermelha e a segunda verde e amarela.

Nesse dia, 20 de junho, estava frio e chovendo bastante. Mesmo assim havia milhares na manifestação. Chegando à Boca Maldita, fiquei impressionada com a quantidade de militantes e integrantes de movimentos sociais, assim como de camisetas e bandeiras vermelhas. Somente depois pude perceber que essa era só uma parte da marcha, que havia se desmembrado. “Aqui é a marcha dos sem partido, essa outra é a dos partidários”, me explicou sem rodeios uma moça enrolada numa bandeira do Brasil que percebeu a incompreensão de alguns manifestantes sobre o que estava acontecendo quando as duas marchas se cruzaram. Ambas se dirigiram à sede do governo

estadual. Segui até lá com a marcha “vermelha”, que se diferenciava pelo tom politizado das palavras de ordem, como “ô Fruet, não sou otário, tem que tirar do bolso do empresário!”, dirigindo-se ao prefeito da cidade em relação à redução da tarifa, que se deu por meio de incentivo federal. A “marcha vermelha” foi na frente; quando a “verde e amarela” chegou, a primeira debandou.

Na sexta-feira, 21, a confusão foi tanta que a multidão inicial separou-se em quatro grupos e houve conflitos entre manifestantes e a torcida organizada do Atlético Paranaense em frente ao estádio do time, e destes dois grupos com a Tropa de Choque. Os torcedores tinham intuito de proteger o estádio, que estava sendo reformado para a Copa, de uma suposta depredação por parte dos manifestantes. Segundo o ativista André Feiges, que chegou a apanhar dos torcedores, alguns deles carregavam tacos de madeira e de ferro e dois portavam armas de fogo.

Assim, com muita discussão em torno de vandalismo, da legitimidade ou não de partidos políticos e de quais seriam as verdadeiras pautas em questão, a grande onda de manifestações que tomou as ruas do Brasil em junho ensaiava seu fim em Curitiba – ou, sob uma perspectiva processual, a sua continuidade, incluindo outros formatos, outros atores e outras dinâmicas.

O que é consenso entre os que participaram da organização dos atos nesse período é que foi um processo intenso, difícil e de muito aprendizado. Apesar das disputas que racharam o grupo que compunha a Frente de Luta pelo Transporte em Curitiba, Morgana³, uma jovem de 18 anos que integra a Anonymous, explica que antes de junho de 2013 o grupo com o qual atua na cidade era contra a participação de partidos em protestos; depois da experiência das manifestações, devido aos debates e confrontos em torno do tema, eles passaram a considerar a organização partidária legítima e a defender a participação de partidos nos protestos – apesar de não se identificarem e fazerem críticas a esse modelo de organização.

Ou seja, para além do fortalecimento da organização popular em Curitiba

3 Nome fictício.

– e, nesse âmbito, podemos citar a primeira ocupação popular da Câmara Municipal, empreendida pela Frente de Luta pelo Transporte em outubro de 2013⁴, a atuação do Comitê Popular da Copa e do movimento Não Vai Ter Copa (que não atuaram conjuntamente mas também não desencadearam uma disputa pública) e a greve de funcionários do transporte público (que resultou na circulação de ônibus sem a cobrança de tarifa por um dia na cidade) –, houve uma interação entre distintas gerações e correntes de militantes durante as manifestações de junho, o que implicou em tensões que dizem respeito à disputa em torno do sentido da política.

Podemos classificar as gerações ativistas em três: a mais recente, que engloba iniciativas como Anonymous, anarquistas e adeptos da tática black bloc; a geração intermediária, que em grande parte saiu do movimento estudantil ou de coletivos culturais e já vinha puxando manifestações na cidade, como as relacionadas ao transporte público, as Marchas da Liberdade, contra Belo Monte, das Vadias e da Maconha, assim como as Farofadas, eventos que se posicionavam contra a privatização do espaço público em Curitiba; e os mais experientes, participantes de movimentos sociais e partidos políticos.

Essas três categorias se mesclam: alguns ativistas que podem ser classificados como da segunda geração possuem relações com o que chamamos de terceira, por exemplo. Certamente, essa interação entre distintas gerações implica num processo pedagógico de organização das lutas sociais principalmente para os primeiros, assim como impõe desafios às velhas formas de luta social empreendidas pelos mais experientes. A juventude mostra a partir de junho de 2013, como costuma fazer historicamente, que o passado já não serve mais. O novo, ainda em gestação, pede passagem – às vezes, inclusive, de forma violenta.

4 Na ocasião, a Frente negociou a desocupação da Câmara em troca da tramitação do Projeto de Lei do Passe Livre para estudantes e desempregados até dezembro de 2013 – o que não foi colocado em prática pelos vereadores até setembro de 2014.

Idiosincrasias curitibanas: as particularidades de Anonymous e MPL na capital paranaense

Um elemento que se destacou nas manifestações de junho foi a máscara de Guy Fawkes, adereço emblemático da história em quadrinhos *V de Vingança*⁵, posteriormente transformada em filme homônimo. A máscara foi adotada como símbolo mundialmente pelos Anonymous e pode ser vista em diversos protestos ao redor do planeta, assim como nas manifestações de 2013 no Brasil. Por outro lado, a pauta que iniciou o ciclo de confrontos políticos que emergiu em junho de 2013 foi a revogação do aumento da tarifa do transporte público, mobilizada pelo MPL. Em ambos os casos, Anonymous e MPL, os grupos ligados a eles em Curitiba se destacaram durante o período, seja por

5 MOORE, A.; LLOYD, D.. *V de Vingança*. Barueri: Panini Brasil, edição especial, 2006.

Foto: Michele Torinelli



Em frente à marcha do dia 17 em Curitiba, um manifestante que carrega a faixa usa a máscara de Guy Fawkes, símbolo dos Anonymous. A faixa remete à pauta do transporte público, principal bandeira do MPL.

romper com um discurso construído nacionalmente ou por ser excluído dele.

No caso do MPL, o coletivo local foi expulso da rede nacional devido a uma denúncia de violência contra mulher dentro do movimento. O MPL Nacional entendeu que o núcleo de Curitiba “não se manifestou publicamente, nem tomou medidas no sentido de não compactuar com o ocorrido; ao contrário, assumiu uma postura defensiva, acobertando o agressor e justificando seus atos”, como pode-se ler em nota acerca da expulsão do coletivo de Curitiba⁶ que, apesar de tudo, continua usando o nome do movimento. A organização responsável por puxar os protestos em junho na capital paranaense não foi o MPL, mas a Frente de Luta pelo Transporte, que reuniu diversos coletivos em torno do tema, desde anarquistas, correntes partidárias, entidades estudantis e até mesmo o próprio MPL. A Frente viria a sofrer disputas internas durante os intensos embates de junho de 2013, em torno de supostas cooptações partidárias e personalismos.

Os Anonymous também colaboraram com a Frente de Luta pelo Transporte, principalmente no que diz respeito à segurança dos protestos. Eles se destacaram nos cordões humanos responsáveis por organizar o trajeto das marchas. Além disso, foram importantes mobilizadores dos protestos nas mídias digitais em todo o Brasil, e sua máscara-símbolo foi apropriada de diversas maneiras – tanto por pessoas que utilizavam a máscara para reivindicar direitos quanto por algumas que pediam intervenção militar. Similarmente às manifestações, eles não possuem líderes explícitos ou pautas específicas, contam com um perfil majoritariamente jovem e têm marcada atuação no meio digital. Seu caráter ambíguo exige uma explanação mais detalhada, que permita compreender essa rede de indivíduos e células que não se apresenta como coletivo e movimento, mas como uma ideia.

Mais do que uma rede política, Anonymous é uma cultura comum que

⁶ <http://saopaulo.mpl.org.br/2013/05/19/nota-do-mpl-nacional-sobre-a-expulsao-do-coletivo-de-curitiba/>.

surgiu no ambiente online. O documentário que conta sua história⁷ é bastante ilustrativo nesse sentido: jovens que dialogam em redes sociais digitais em escala global vão criando todo um universo de referências comuns, até mesmo uma linguagem comum, e acabam descobrindo que são muitos. Em alguns casos eram adolescentes que se sentiam solitários e, quando os Anonymous se constituíram como rede, deram-se conta de que faziam parte de uma grande comunidade.

Esses jovens descobriram que suas habilidades no uso das tecnologias digitais, até então direcionadas basicamente para entretenimento e aprofundadas pela curiosidade, tinham poder num mundo em que os mais relevantes fluxos financeiros e comunicacionais são intermediados pelas tecnologias que eles, esses jovens, em alguma medida dominam. Assim como o mascarado personagem V, eles têm acesso a Destino – o computador que guarda todas as informações do sistema –, e podem, em determinado aspecto, lutar de igual para igual com grandes Estados e corporações. Mas, a partir disso, a questão que se coloca é como esse poder é utilizado, o que se reflete no fato de os Anonymous serem enxergados algumas vezes como “coxinhas” e outras como uma espécie de rebeldes paladinos da justiça. Eles são os “*bad boys* do ciberativismo”, como bem resume a antropóloga Gabrielle Coleman no documentário *We Are Legion*.

Tamanha ambiguidade reverbera dentro da própria rede Anonymous, pois sua premissa, de que qualquer um pode se apropriar da ideia, acaba por gerar contradições insustentáveis. Foi assim com a célula dos Anonymous Curitiba⁸, que se manifestou publicamente contra a célula Anonymous Br4sil⁹, que possui quase um milhão e meio de seguidores no Facebook. Ao contrário do que

7 *WE ARE LEGION*. Direção: Brian Knappenberger. Luminant Media. 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=3SsLGPAYvM>.

8 Página da Anonymous Curitiba no Facebook: <https://www.facebook.com/AnonymousCuritiba?fref=ts>.

9 Página da Anonymous Br4sil no Facebook: <https://www.facebook.com/AnonymousBr4sil?fref=ts>.

se pode supor, não se trata de uma confederação nacional de células, mas somente uma célula como qualquer outra, mas que leva “Br4sil” no nome. Seu diferencial é a grande repercussão que consegue gerar nas mídias digitais.

Em sua nota de repúdio à Anonymous Br4sil¹⁰, a célula curitibana defende que “uma página que tem como objetivo difundir a Ideia Anonymous, mas que tem como plano de ação divulgar notícias da grande mídia não deveria ser levada tão a sério”. Outros aspectos criticados são a ausência de pensamento crítico e produção independente, assim como a reprodução do senso comum e o enfoque no “combate à corrupção”. Segundo a nota, “‘corrupção’ é um conceito muito vago, além de ser apenas um reflexo de um problema que é muito maior”. O texto encerra com a acusação de que a Anonymous Bra4sil deturpa a ideia Anonymous e defende que não se deve buscar ter meros seguidores, a qualquer custo, mas pessoas que lutem lado a lado.

Ambos os casos, dos Anonymous e do MPL, refletem a diversidade interior às manifestações de junho e aos movimentos que as compuseram, elemento que precisa ser considerado frente à tentação de rotular as manifestações – assim como os coletivos, movimentos, frentes e até mesmo ideias que as constituíram e mobilizaram – sem levar em conta sua complexidade. E justamente em Curitiba, cidade que leva a fama entre o círculo ativista de ser osso duro de roer no que diz respeito à mobilização de lutas sociais, essas complexidades vieram à tona de maneira explícita e contundente.

A “cidade sorriso”, “capital ecológica”, que por meio do marketing oficial tão bem construído historicamente, recusa-se a reconhecer sua brasilidade sob o disfarce de uma suposta europeidade – e, como tal, as desigualdades inerentes ao nosso país, também presentes na cidade –, veio a ser um epicentro das contradições constituintes da revolta que tomou as redes e ruas do Brasil em 2013. O “inovador modelo de mobilidade urbana”, difundido e respaldado mundo afora a partir da década de 1970, foi contestado nas ruas por uma juventude

¹⁰ Nota da Anonymous Curitiba em repúdio à Anonymous Br4sil: <https://www.facebook.com/AnonymousCuritiba/posts/645996058783662>.

que percebe que a propaganda não só está longe da realidade como serve para legitimá-la. Por alguns dias, a cidade, ao invés de sorrisos plastificados, mostrou a face da sua revolta, que trouxe consigo as contradições que se mostraram inerentes ao levante de junho de 2013 no Brasil.

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

04

FLORIANÓPOLIS

**DAS REDES
ÀS RUAS: junho
em Florianópolis**

Fernando J. C.
Bastos Neto

FLORIANÓPOLIS

04

Das redes às ruas: junho em Florianópolis

Fernando J. C. Bastos Neto

As redes

Junho em Florianópolis teve, por um acaso, a minha participação. Fui um dos responsáveis pela convocação do primeiro ato na cidade através de um evento no facebook. Se o leitor eventualmente já teve curiosidade de saber, afinal, quem eram estes sujeitos que simplesmente criavam eventos em redes sociais para convocar pessoas às ruas, pois bem, eu sou um deles. As repercussões deste ato, a forma com a qual ele foi organizado (ou desorganizado, se preferirem), são objetos deste texto. Como ocorreu em tantos outros lugares, poderia ter sido qualquer um a chamar a população às ruas – é uma característica importantíssima do movimento essa dimensão rizomática, de difícil controle por parte das organizações tradicionais. O ato chamado poderia ter tido características variadas, ao gosto da própria pluralidade de ideias das manifestações. No caso, estava direcionado (bem, ao menos em intenção) à crítica à violência da polícia militar, à tarifa zero, ao repúdio do genocídio indígena. Certamente houve um pouco disso na jornada de lutas em Florianópolis, mas houve muito mais – pro bem e pro mal. A bem dizer, na convocação do evento não foram desincentivadas manifestações de indignação por motivos diversos. Não houve qualquer tipo de tentativa de controle em torno da pauta da manifestação, para além de sua convocação. O texto convocatório trazia reivindicações claras e diretas, mas não apresentava um rol taxativo de demandas. Isto é motivo de polêmica. Explicarei a seguir. Antes tentarei contextualizar a situação local.

Aqueles confusos dias em que nos encontramos subitamente entranhados num país em plena convulsão social causaram espanto, num primeiro momento. As necessárias revisões teóricas a respeito das interpretações do acontecimento estão ocorrendo apenas agora, de maneira paulatina. Certamente, naquele momento, a postura mais ponderada e adequada seria acompanhar o movimento e observar o desenrolar das manifestações. Em Florianópolis, contudo, vivíamos uma situação inusitada: a reunião da Frente de Luta Pelo Transporte, que congregava a maior parte das organizações de esquerda em luta pela questão da mobilidade, entidade legítima para a convocação e organização dos atos, havia convocado um ato para a quinta-feira, dia 20 de junho¹. Ao contrário da primeira década dos anos 2000, não estávamos mais na vanguarda da luta do transporte. Ao longo dos primeiros anos do novo século, Florianópolis ocupou posição de vanguarda na luta pela Tarifa Zero no Brasil. Por conta das Revoltas da Catraca de 2004 e 2005, as lutas sociais em torno da mobilidade urbana estão enraizadas no imaginário da cidade. Enquanto São Paulo ainda engatinhava na organização popular em torno da luta pelo transporte, Florianópolis e Salvador tiravam proveito de coletivos populares como o Centro de Mídia Independente para a criação daquilo que se tornaria o Movimento Passe Livre. A experiência desse ciclo de lutas marcou profundamente a minha geração. Com as seguidas vitórias, várias pautas do movimento foram incorporadas pela prefeitura. Florianópolis certamente deixou de ter o pior transporte público do país – embora ainda seja de péssima qualidade. Com o avanço das conquistas, houve também uma certa desmobilização. A database do reajuste salarial dos motoristas e cobradores ainda representa uma grande dor de cabeça aos patrões e à prefeitura

¹ A situação é mais complexa, mas para posso resumi-la: um outro ato auto-convocado havia sido chamado para a sexta-feira, 21 de junho. Como, oras, sexta-feira não é lá um dia muito tradicional para se fazer manifestações, afinal as pessoas estão preocupadas com outras coisas igualmente importantes, a Frente decidiu intervir e alterar a data da manifestação. A data estipulada ficou para um dia antes, na quinta-feira. Ainda não se sabia que alguns dias fariam toda a diferença do mundo. Ninguém poderia prever que na segunda da semana que se iniciava explodiria o maior movimento de massas que minha geração já viu.

– quando eles tentam repassar estes aumentos nos custos à população –, mas é certo que, desde 2005, apesar de anos com manifestações constantes, nunca mais chegamos a situações tão extremas. Até junho de 2013.

O final de semana dos dias 15 e 16 de junho foi impressionante: toda, absolutamente toda a minha timeline em redes sociais como o Facebook e Twitter, estavam única e exclusivamente voltadas ao compartilhamento e denúncia de abusos policiais. A agressão policial à repórter da Folha de São Paulo, Giuliana Vallone, representou a última gota d'água que faltava: tínhamos a evidência última da conduta atroz da polícia militar junto às manifestações. Jornais como Folha de São Paulo e Estadão, movidos por essa força motora chamada corporativismo, mudaram de perspectiva. A ordem era parar a carnificina desenfreada e dar um basta na violência gratuita. O canal da TV Folha no YouTube apresentaria, no domingo à noite, um programa especial com o relato da repórter ferida. A imagem daquela jovem jornalista, com legítimo sotaque paulistano, deitada na cama de um hospital com um hematoma brutal em seu rosto; é, certamente, um marco da mudança de perspectiva da população junto às manifestações. O que era até então uma manifestação por melhores condições do Transporte Público, por Passe Livre, ou Tarifa Zero, enfim, pelo cancelamento do aumento do transporte público em São Paulo, tomou outros rumos. Surgiu o “Não é apenas por 20 centavos”. Naquele final de semana, já parecia evidente que uma fagulha havia acendido o caminho de pólvora. A explosão não tardaria em chegar. O barril de dinamite eclodiria apenas na segunda-feira, quando mais de 30 cidades realizaram de maneira autônoma e não sincronizada atos contra a violência policial, ou melhor, atos pelo direito de fazer atos. É preciso que isso seja dito e salientado, para que não percamos de vista a dimensão inicial do movimento: é verdade que os atos de São Paulo, estopim das Jornadas, estavam focados na redução do preço das passagens. Os atos que se seguiram, num primeiro momento – os atos do dia 17 de junho – tiveram um carácter marcadamente de solidariedade a São Paulo; repúdio à violência da polícia militar; defesa dos direitos democráticos de manifestação. Quando houve o estouro

das manifestações, enfim, muita gente descobriu que havia muitas razões para se rebelar, para ir às ruas. Foi quando as manifestações tomaram outra dimensão, um pouco mais difusa, até mesmo contraditória. Reivindicações evidentemente conflitantes se encontraram nas ruas e avenidas brasileiras. A tese do “levante coxinha” muitas vezes esquece destes primeiros momentos. Até o dia 17, a marca das manifestações era notadamente democrática e contra a violência policial. Tema, como se sabe, completamente negligenciado nos governos do PT, tanto em termos de legado da ditadura militar, quanto em propostas de reformas das polícias. Trata-se de um movimento, até ali, notadamente de crítica à esquerda não só ao governo, mas às estruturas autoritárias do Estado brasileiro. Mas o objetivo deste texto é outro. Voltamos à cidade de Florianópolis.

Eu conversava com Alexandre Nodari no momento em que a manifestação de Brasília ocupava as edificações do Congresso Nacional, na Esplanada dos Ministérios. A âncora da Globo News chamava os mais exaltados de “punks”, porque o termo Black Block não havia ainda entrado em o nosso vocabulário. No Twitter, a expressão Revolta do Vinagre ganhava fama. A Avenida Rio Branco no Rio de Janeiro estava completamente lotada². O ato em São Paulo estava tão grande que, segundo relatos, se dividiu em três rumos distintos. Não havia como documentar em imagens o tamanho absurdo da manifestação. Eu assistia à entrevista dos militantes do MPL no Roda Viva quando Alexandre me propôs que criássemos um evento chamando o ato para o dia seguinte. A proposta soava intempestiva. Já havia passado das dez horas da noite. As consequências de um ato como esse eram completamente imprevisíveis. Parecia claro, também, no entanto, que vivíamos um momento único na história do País. O impulso foi mais forte e criamos o ato, para o dia seguinte. Na mesma madrugada, confeccionamos um panfleto a

2 A imagem da Rio Branco lotada foi impactante. Certamente, se a imagem fosse feita no carnaval, no Bloco do Bola Preta, teríamos “milhões” de pessoas, segundo a polícia militar. Como era uma manifestação, falou-se em algo em torno de 100 mil nas ruas.

ser distribuído aos presentes na manifestação. Sabíamos que estávamos na beira de um acontecimento histórico. No panfleto, tínhamos uma linha de atuação bastante pouco restritiva. Havia chegado o momento de barrar as barragens dos fluxos vitais. Nenhuma indignação parecia pouco legítima. O que importava, naquele momento, era colocar os corpos nas ruas. Parar o relógio do país. Aquelas palavras escritas no calor do momento ainda representam minhas impressões sobre junho.

De todas as palavras de ordem restará o gesto. Nossos corpos obstruindo o ritmo acelerado dos carros. As catracas em chamas. Já não somos mais os mesmos. Não temos mais medo. Não queremos o mármore: queremos a murta. Queremos Tarifa Zero, teto, Terra, trabalho, pão, saúde, independência, democracia e liberdade. Queremos uma vida sem catracas. Não queremos tudo, queremos o grito – e algo mais.

Só quando os homens se reúnem em praça pública, quando ocupam a rua, há política, que é um acontecimento. Toda política é ocupação. Ocupação que não leva a uma estabilidade. A posse contra a propriedade.

Ninguém tem o direito de obedecer.

Na página do evento, em poucos minutos, centenas já haviam confirmado. Muitos, evidentemente, reclamavam que o “verdadeiro” ato havia sido marcado para a quinta-feira, 20 de junho. Como em geral acontece na internet, não há como controlar esses debates multitudinários. As pessoas confirmavam, mesmo que não concordassem exatamente com o chamamento de um ato em tão pouco tempo. Meus companheiros, como imaginava, consideraram o ato uma profunda irresponsabilidade, e bateram, fundamentalmente, em três teclas: 1) Florianópolis não havia sofrido aumento nas passagens de ônibus, ao contrário de tantas outras cidades. Não havia motivo para a indignação popular. Um ato marcado em tão pouco tempo estaria fadado ao fracasso. 2) Como não havia condições subjetivas para um ato no dia seguinte, minha atitude teria como consequência o esvaziamento do grande ato de

quinta-feira. Eu estaria estragando o planejamento de uma decisão tomada em coletivo. (As críticas a uma decisão unilateral, individualista, de quem quer apenas “aparecer”, ou “ser candidato” na eleição seguinte entram neste quesito). 3) Por fim, o argumento segundo o qual um ato não se constrói da noite por dia. Seria necessário organização, cuidado com a segurança, diálogo do caminho da manifestação junto à polícia, organização de faixas, etc. Confesso que neste ponto senti um certo temor. Havia a possibilidade real de que muita coisa desse errado. No caso de confronto, certamente a responsabilidade de algum acidente cairia nas minhas costas.

No dia seguinte, fiz algo de que me arrependo. Durante anos, fui o responsável pela atualização do perfil do @lataofloripa no Twitter, e por isso tinha a senha do perfil da Frente de Luta Pelo Transporte no facebook. Unilateralmente, sem consultar ninguém, usei este perfil para a construção do ato que se daria em poucas horas. As críticas que recebia, até então restritas ao meu “oportunismo”, neste momento, baixaram um tom. Pra piorar: a Frente de Luta Pelo Transporte havia decidido boicotar o ato convocado para o mesmo dia. Os responsáveis pela conta resolveram apagar todas as postagens de convocatória para o ato. A direção tomada era de fingir que nenhuma manifestação estava sendo convocada naquele dia. Todos os esforços estavam enveredados para a construção do grande ato unificado de quinta-feira. Não tenho a menor dúvida: no dia anterior por pouco a população não tinha ocupado o Congresso Nacional, mas ainda assim poucos por ali tinham noção do que estava acontecendo.

Em contra-partida, a página do evento no facebook não parava de crescer e ganhar repercussão. Na hora do almoço do dia do ato, depois de aproximadamente 12 horas da criação do evento, já havia mais de 10 mil confirmados. Tentei ligar para alguns companheiros do antigo MPL para tratar sobre questões de segurança, mas foi em vão. Todos estavam ocupados demais. Pudera, uma decisão tão em cima da hora traz consequências. Por sorte, sou formado em Direito, o que me permitiu um trânsito mais fácil dentro da OAB. Uma gestão nova na Ordem dos Advogados, disposta a mostrar serviço (afinal de con-

tas, estar atenta à defesa dos direitos humanos e ao abuso de poder é uma de suas atribuições), acabou me procurando e garantimos a presença de alguns advogados observadores na manifestação. O problema da segurança estava em parte resolvido. Outro problema maior, contudo, permanecia muito vivo e inquietante. Qual seria a característica da manifestação? Se meus velhos companheiros não estariam na manifestação, que tipo de pessoa eu encontraria por lá? Receosos com isto, alguns amigos me procuraram e solicitaram³ que o texto de convocação do evento fosse alterado. Segundo eles, era preciso impedir que pessoas que não estivessem comprometidas com a Tarifa Zero fossem à manifestação. Como se um texto no facebook tivesse a capacidade de promover tamanha façanha. Recusei alterar a convocatória. Acreditava, como acredito agora, que a vitalidade do movimento residia numa pauta extremamente ampla – por mais que esta também fosse a sua fraqueza. Junho só foi junho porque foi um espaço de ambiguidade. É preciso aprender a trabalhar politicamente com ela.

As ruas

Pontualmente às 5 horas da tarde, cheguei no Terminal de Integração do Centro, tradicional ponto de concentração das grandes manifestações em Florianópolis. As primeiras impressões foram promissoras. Para a minha surpresa, não encontrei nenhum conhecido. Nessas horas, é difícil dizer se afinal estamos ficando velhos ou simplesmente anti-sociais. O fato no entanto é que isto não é lá algo muito comum de acontecer numa cidade pequena como Florianópolis. Ao olhar a primeira roda de jogral e algumas palavras de ordem entoadas pela pequena multidão que se aglomerava, vi um grupo de adolescentes secundaristas ditando os rumos da manifestação. Eram jovens que eu nunca tinha visto na minha vida, e sua principal reivindicação era o Passe Livre. A concentração estava mais cheia do que o previsto, mas o cons-

³ Estou, evidentemente, usando um eufemismo.

tante trânsito de pessoas pelo local impedia qualquer tipo de avaliação da quantidade de presentes especificamente para o ato. Em pouquíssimo tempo, começamos a andar. Esses adolescentes são meio apressados. Faltava muita gente ainda para chegar. O pessoal do movimento estudantil da UFSC, em geral, costuma se atrasar um pouco mesmo. Eles só chegariam mais tarde. Boicotando ou não, estava claro que muitos tinham, no mínimo, a curiosidade de saber como isso tudo iria se desenrolar.

Foi no caminho em direção à Avenida Mauro Ramos que pude encontrar as primeiras pessoas conhecidas. Até então, o caráter da manifestação estava claramente voltado às questões do transporte, com algumas palavras de ordem destoantes. Apenas mais tarde fui descobrir que uma das características de junho é justamente a de enganar. Havia muitas manifestações diferentes, relacionadas ao grupo que se aglomerava, dentro da manifestação. Cada fragmento, cada zona da multidão poderia ter um caráter distinto, dependendo da sua sorte ou azar. Meus amigos que chegaram mais tarde não viram em momento algum palavras de ordem por melhores condições de transporte. Só lhes restou a imagem de uma inequívoca hegemonia coxinha. Mas estas impressões parciais não podem ser generalizadas: é preciso olhar para junho como uma multiplicidade que somente a muito custo pode desembocar numa totalidade. O preço a se pagar por tentar buscar qualquer tipo de força totalizante em junho é a própria força das manifestações: sem essa contradição, teríamos apenas mais um movimento de rua. No entanto, sabemos que algo de fato *aconteceu* naqueles dias. Por mais que os impactos dessa transformação ainda não estejam muito claros. Aos poucos, deixei de ver adolescentes na manifestação para encontrar pessoas das mais variadas idades e estilos. Os gritos por passe livre passaram a ser substituídos pelo hino coxinha, a insossa canção “eu sou brasileiro... com muito orgulho”; além de, evidentemente, o velho hino nacional. À época, como agora, me recuso a definir a cantoria do hino nacional como simples sinal de fascismo.

Enfim chegamos na Avenida Beira-Mar. Desde 2005, qualquer tentativa de alcançar esta avenida, provavelmente a mais importante da cidade, era

impedida com brutal repressão da PM. Uma leve inclinação na rua permitia observar a quantidade de gente na manifestação. Não esqueço este momento: a manifestação não parecia ter fim. Do dia para a noite, mais de 20 mil pessoas, segundo estimativas da própria PM, haviam tomado as ruas da Florianópolis. Não havia qualquer precedente de um movimento dessa magnitude na cidade até então.

Amigos do movimento estudantil também apareceram e estavam em choque. A opção pelo boicote se demonstrou completamente equivocada: sem um mínimo de organicidade interna, era difícil encontrar palavras-de-ordem mais tradicionais à esquerda. Aqueles adolescentes do início haviam se perdido na multidão. Pra quem se preocupa em garantir a hegemonia nos espaços políticos, deve ter sido uma experiência um tanto quanto traumatizante. Todos que eu encontrava não sabiam muito bem como assimilar o que estava acontecendo: eles pareciam felizes de ver uma manifestação tão grande, mas ao mesmo tempo havia um descompasso maior. Achei bastante curioso, naquele momento, que colegas muito críticos – defensores da oposição à esquerda ao governo – tenham afirmado com um certo tom de horror terem presenciado gritos contrários ao governo federal. Quem são essas pessoas? O que elas querem? Como assim eu estou na rua com gente cantando o hino nacional? De minha parte não cheguei a testemunhar nenhum caso em específico, mas encontrei companheiros indignados com um grupo que teria impedido por meios violentos militantes do PSTU de portarem suas bandeiras. A esquerda estava acuada. Nem os inúmeros cartazes e gritos contra a Rede Globo foram capazes de alterar o ânimo do pessoal. A todo momento que eu encontrava um conhecido, era saudado com o mesmo teor: “E aí, Fernando, tudo bem? Tá estranho, né?”. Realmente a situação não era das mais normais. Confesso no entanto que jamais esperaria que a esquerda se acuassem no exato instante em que a população tomasse as ruas.

Foi na terça-feira, dia 18 de junho, que vieram à tona em todo o país os primeiros sinais de revolta contra o sistema político-partidário como um todo. Floripa não foi diferente. Neste ponto, apesar de traços fascistas, considero

que a posição majoritária de repulsa aos partidos está mais próxima de uma revolta contra o sistema político, do que propriamente contra a esquerda. As posições mais extremadas, olavetes por assim dizer, que repudiam qualquer pano vermelho à sua frente, têm que ser analisadas com muita atenção, mas não devem servir de base para a interpretação da posição da maioria da população frente as Jornadas de Junho. Que de fato esta turba cause muito barulho não significa que tenha tanta influência assim no corpo social. Ao menos por enquanto.

Por fim, o ato chegou às pontes. A geografia da Ilha de Santa Catarina a torna uma refém das pontes. Por motivos óbvios, a PM se acostumou a usar toda a força necessária e desnecessária para impedir que movimentos de rua tomassem a única via de acesso da Ilha com o Continente⁴. No entanto, numa atitude surpreendentemente inteligente da PM de Santa Catarina, o caminho foi aberto sem violência. Aconteceu o que não era feito desde no mínimo 2004 por uma mobilização popular em Florianópolis: havíamos tomado as duas pontes. A cidade inteira parou, como não parava há muito tempo. Não houve maior contratempo, ou qualquer enfrentamento com as forças policiais. Para alguns, o fato da ponte ter sido “cedida” pela polícia, sem confrontos, demonstra que a manifestação não enfrentou o poder estabelecido em momento algum. Esta é uma interpretação possível, mas devo discordar. Ninguém tinha exata clareza naquele momento do que representava aquela quantidade enorme de pessoas nas ruas. A polícia militar de Santa Catarina, possivelmente mais escolada que as outras em matéria de repressão dos movimentos de rua – o MPL faz revoltas pela Tarifa Zero há uma década na cidade – sabia bem que não havia como deter esta manifestação. A manifestação havia se tornado muito maior do que qualquer um poderia supor ou esperar. Não havia homens o suficiente do corpo policial para constranger aquela multidão para ir onde quer que seja. Policiais em geral têm uma fixação neurótica com a liberação de ruas bloqueadas. Imaginem vocês se algum

4 Sim, Florianópolis é uma ilha com uma única porta de entrada e saída.

policial cederia de bom gosto o bloqueio do único acesso viário da capital do estado. A manifestação foi histórica e vitoriosa.

Na minha cabeça, ao sair para tomar uma cerveja com meus amigos mais próximos, não havia um mínimo pingão de dúvidas de que o ato havia sido um grande sucesso. Comemoramos e brindamos o ato que havíamos presenciado e ajudado a construir. A situação mudou radicalmente logo que acordei para ler as redes sociais no dia seguinte. O comentário era generalizado, unívoco. A esquerda estava unida, como poucas vezes pude ver⁵. Todos estavam convictos, indignados, certos de que o ato da noite anterior não passava de turismo chique daqueles que gostavam de registrar suas passeatas no instagram. A euforia das redes sociais, oriunda da vitória em São Paulo, havia mudado de lado. Não era apenas em Florianópolis: o entusiasmo com as imagens impressionantes das mobilizações haviam dado lugar ao medo. Relatos de agressões fascistas hegemonizando as ruas embaralharam o quadro que parecia ser de uma primavera brasileira. Aqui na Ilha de Santa Catarina, a coisa não tava bonita pro meu lado, não. Eu seria o responsável direto por uma convocação “difusa e sem foco”, que abriu espaço para que a “direita” dominasse o ato. É preciso dar um desconto: nessas horas, até eu estava um pouco ressabiado com os rumos dos acontecimentos. Enfrentar riscos é próprio de uma janela histórica. Ninguém estava certo de nada naquele momento: daí o sentimento de insegurança de muita gente, ao meu ver, totalmente justificável. Não se pode controlar completamente o futuro, apesar de todo o planejamento. Todas aquelas reuniões de formação de leitura do livro “Como se Faz Análise de Conjuntura?” do Betinho, na minha época de DCE e Centro Acadêmico, não serviram de nada neste momento. Estávamos enfrentando um verdadeiro acontecimento. Já não havia mais manual. Era preciso inventar sem guias ou mapas o caminho a seguir. Se era verdade que muito poderíamos

5 Talvez nestas eleições de 2014 eu tenha visto algo semelhante. A campanha contra a candidatura de Aécio Neves teve os mesmos contornos e atores envolvidos. Ao que tudo indica, para operar o milagre de unir a esquerda o caminho passa por pintar uma direita bastante, mas bastante amedrontadora.

avançar, também parecia fidedigno reconhecer a possibilidade de um recuo proporcional. Hoje está mais do que claro que o Brasil nunca esteve perto de perder a estabilidade democrática, ou de um golpe de Estado em junho de 2013. No calor do momento, contudo, o sentimento não era esse. Os comentaristas de portal tinham dado as caras e a primeira impressão foi de temor.

Por aqui, medidas foram tomadas. A figura de Marcelo Pomar, militante histórico e fundador do MPL-Floripa, foi importante nesse momento. Foi ele quem deu início à articulação das lideranças e organizações da esquerda. Foi convocada uma reunião no Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Santa Catarina. Não estive presente. a essa altura do campeonato, não tinha exatamente o sangue de barata para aguentar os insultos que estavam sendo dirigidos a mim. Considerei, no entanto, à época, a iniciativa acertada. Era necessário que medidas fossem tomadas: provocações fascistas não poderiam passar despercebidas. O grande ponto de convergência à unidade, contudo, no caso, a questão das bandeiras dos partidos, parece um tanto quanto problemático. Acredito que a esquerda não soube tirar proveito a seu favor, como ainda não sabe, da insatisfação geral com o regime liberal-democrático. A insistência de militantes de partidos em levantar suas bandeiras não colaborou muito com isso. Esta discussão é complexa, mas é importante. É Marcos Nobre, ao meu ver, o intelectual que permitiu a chave de leitura das Jornadas de Junho: o PSTU, a UNE, o governo, todas as bandeiras vermelhas de sindicatos ou movimentos anarquistas, eram vistas como uma grande geléia geral por parte da população. O conceito de pemedebismo permite organizar esta insatisfação generalizada de outra maneira. Naquele momento, os militantes mais próximos do Partido dos Trabalhadores afirmavam que éramos todos reféns de uma ameaça de golpe. A operação era de sequestrar os acontecimentos de junho à temática do medo. A orientação que passou na reunião de unidade foi muito próxima desta. A esquerda estava preparada e unida para reagir ao avanço da direita. Cordões de isolamento foram estabelecidos para proteger as bandeiras, e a esquerda como um todo se comprometeu em atuar conjuntamente durante a manifestação. Palavras

de ordem como “sem partido” seriam respondidas com “sem tarifa”. Do outro lado, nos jornais, o Diário Catarinense convocava a “família brasileira” para a manifestação de quinta-feira. Uma análise simplista permitiria dizer que ambos os lados estavam juntado forças para o confronto da grande manifestação. Não deixa de ter seu fundo de verdade.

A quinta-feira amanheceu chuvosa. Cheguei a ter dúvidas se a manifestação desse dia seria maior que a de terça. Foi um erro: não havia instabilidade climática capaz de diminuir o ímpeto da população de ir às ruas. O dia 20 de junho foi o ápice das manifestações, muito provavelmente no Brasil, certamente em Florianópolis. Foi a última vez que ocupamos as pontes, e o momento no qual as divergências apareceram mais claramente. As lembranças deste dia chegam inclusive a, de certa forma, ofuscar os impulsos iniciais da grande onda de manifestações em todo o país: os 20 centavos, a violência policial. Para muitos, grande parte da mídia inclusa, as cenas de violência policial fazem parte de um passado distante, desconectado dos acontecimentos então presentes. Os dois dias que separavam as duas manifestações pareciam meses. Tudo parecia revirado numa grande onda de enfrentamento da corrupção, na luta contra os “todos os partidos”⁶, em nome de um certo afã nacionalista extemporâneo. É preciso salientar, contudo, que tudo isso foi muito precocemente taxado de intrinsecamente fascista. Aqui em Santa Catarina, tudo o que conseguimos lograr não diferiu muito da postura do resto do país: apresentamos ações reativas, na tentativa de defender o direito democrático dos partidos políticos; enfatizar a centralidade da questão dos 20 centavos, e segurar uns aos outros. Não estava fácil. O lema “Não é apenas por 20 centavos”, criado pela esquerda, havia sido abandonado. A postura agora era de foco total na tarifa. A pauta da corrupção, instrumentalizada pela esquerda ao longo de toda a década de 80 e 90 havia sido abandonada em nome de uma suposta unidade que pudesse englobar a parcela governista da mi-

6 No imaginário do senso comum, todos os sindicatos, organizações populares, movimentos sociais e até mesmo a cor vermelha estão inseridos na categoria “partidos”.

litância. Curiosamente, é justamente a parte da esquerda mais próxima do governo que em todo o momento tenta deslegitimar junho, transformando-a numa “Revolta de Coxinhas”.

Nas ruas, logo no início, por conta de conflitos iminentes com grupos mais exaltados a parte vermelha da manifestação tomou outros rumos, enquanto que o verde-amarelismo seguiu o mesmo percurso de terça-feira. A manifestação se dividiu. A linha escolhida pela maioria da esquerda, como pode se inferir, foi defensiva e reativa frente a um movimento que havia começado com um determinado impulso, mas havia perdido o controle. Tentávamos a todo o instante manter o foco das reivindicações. Mais do que a tarifa, a palavra de ordem passou a ser o foco. Já estava claro que a esquerda não havia encontrado uma maneira de enfrentar ou dialogar com uma insatisfação majoritária e latente.⁷ Na incapacidade de impor hegemonicamente seu discurso à manifestação, a esquerda optou pelo cordão de sanitário. Fechou-se em si mesma. Uma linha de atuação que, sem dúvida, garantiria a segurança de bandeiras de partidos e organizações políticas, porém se afastaria de um grande fragmento da manifestação. Esta é a função de qualquer cordão sanitário. Restringe qualquer possibilidade de contágio.

O impasse posterior a junho teve em Florianópolis uma radicalização das atuações. Não faltaram ações diretas. Quase todas direcionadas ao tema da Tarifa Zero, seguindo a diretriz de estabelecer foco e prioridade na escolha das pautas. Catraços⁸ com participação de velhinhas não me deixam mentir: houve sucesso na tentativa de mobilizar a população em torno da pauta da mobilidade urbana. Na virada do ano, numa atitude inteligente da prefeitura, a tarifa de ônibus chegou a sofrer uma diminuição. Vão-se os anéis,

⁷ Escrevo este relato em pleno processo eleitoral de 2014. A incapacidade de uma candidatura do PSOL, encabeçada por Luciana Genro, de ultrapassar a barreira do 1% em qualquer pesquisa eleitoral depois do maior levante da minha geração é por demais forte, simbolicamente, para eu não me abalar.

⁸ Ações diretas em que a população pula a catraca do transporte coletivo. Antes de junho, os catraços eram restritos às manifestações e à Universidade de Santa Catarina. Depois de junho, a prática tomou proporções nunca antes vistas.

ficam-se os dedos. O MPL voltou a causar medo às autoridades. Das consequências de junho, certamente esta é uma das mais palpáveis.

Em 2014 nada parecido aos acontecimentos do ano anterior teve lugar por aqui. A Ilha de Santa Catarina tem suas dinâmicas próprias. Ao contrário de outras cidades, as manifestações contra a Copa do Mundo não chegaram a ter grande apelo em momento algum. É bastante provável que as Jornadas de Junho tenham sido apenas um preâmbulo de um novo ciclo conflituoso na história do país. Se for assim, o ano de 2014 pode ser visto por essas bandas como um momento de rearticulação e avaliação. As condicionantes das fortes tensões sociais do resto do Brasil, violência policial; falta de moradia e transporte urbano precário, também estão presentes no assim dito sul-maravilha. Não sofremos aqui com a bomba-relógio da concentração populacional absurda dos demais grandes centros. Florianópolis, contudo, padece de sua própria geografia e gargalos urbanos. O modelo de desenvolvimento adotado pela bonança da Era Lula começou a cobrar seu preço em todos os lugares do Brasil. Expandiu-se a demanda pelo consumo enquanto mantiveram-se as estruturas das instituições autoritárias. Nem todos podem continuar ganhando para sempre. Ainda não temos um nome que unifique todas estas lutas. Mas desconfio que isto não seja um grande problema. O século XXI tem apontado cada vez mais para lutas sociais de novo tipo. Para este caminho apontam os Anonymous, os Occupy, a Primavera Árabe, o 15 de maio espanhol. Não faltam exemplos. Em todos estes lugares, não há nenhuma garantia de vitória. Nestes fenômenos, o poro pelo qual passa o sopro de vida também passa o veneno. Parece evidente que são estes movimentos que apontam para qualquer ideia de futuro, se é que algum futuro ainda é possível. A transformação virá desses espaços, ou não virá de lugar algum.

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

05

FORTALEZA

#OcupeOCocó

Valéria Pinheiro

05

FORTALEZA

#OcupeOCocó

Valéria Pinheiro

No dia 5 de julho de 2013, o prefeito de Fortaleza-CE anuncia a construção de um conjunto de viadutos num grande cruzamento da cidade. Segundo o discurso oficial, a obra serviria para dar mais fluidez ao trânsito já quase inviável naquele ponto e seus arredores. Para especialistas no tema da mobilidade urbana, uma opção fadada ao fracasso a médio prazo, à medida em que, dentre outros motivos, daria mais espaço para os veículos automotores particulares, em detrimento aos pedestres, ciclistas, e transporte urbano de massa. Mas o principal ponto polêmico da obra - além do fato da mesma ter sido apresentada repentinamente, sem discussão, já como fato consumado - foi o fato de que, para a construção dos viadutos, seria necessária a derrubada de mais de 100 árvores adultas pertencentes ao Parque do Cocó, principal área verde da cidade, localizada em uma região bastante cobiçada pelo mercado imobiliário e historicamente ameaçada por intervenções privadas e públicas como esta. O anúncio da obra gerou uma imediata reação de parte da população, que optou por ocupar o local da obra como forma de resistir à mesma, no dia 12 de julho.

Breve caracterização de Fortaleza e da importância do parque

Fortaleza é uma cidade que conta atualmente com 2.452.185 habitantes, sendo a mais densa capital brasileira em termos populacionais e a que possui a terceira maior influência regional em população, sendo superada apenas por RJ e SP. Recebe uma concentração cada vez maior de investimentos, mas ao mesmo tempo convive com uma conjuntura de desigualdades



Construção do viaduto avançando por sobre o Parque.

socioespaciais de dimensões assustadoras¹.

Tem um rico histórico de movimentos sociais urbanos, principalmente no tocante às demandas comunitárias de luz, água, moradia, e equipamentos urbanos. Vale relembrar a marcha do Pirambu, nos anos 60, quando 20 mil moradores daquele bairro caminharam até o centro da cidade, sob a organização do Padre Hélio, para demandar do governo melhorias urbanas.

A questão ambiental sempre foi pouco considerada no seu crescimento. Vimos a cidade perder 90% da sua cobertura vegetal em 35 anos (dados do Inventário Ambiental do Ceará) e isso nos levou a hoje termos uma relação de apenas 4m² de área verde por habitante.

¹ A capital cearense foi apontada como a quinta cidade mais desigual do mundo, de acordo com o relatório State of the World's Cities 2012/2013 (ONU)



Manifestação nos anos 80, organizada pela SOCEMA, em defesa do parque.

O Parque do Cocó é a maior área verde da cidade e é assim denominado por conta do Rio Cocó, que passa por quase toda a sua extensão. É um dos maiores parques ambientais das Américas e possui um dos biomas mais completos e complexos do Estado do Ceará. Sua formação garante um grande estuário, onde a vida marinha, da caatinga e do mangue podem se reproduzir. Encontra-se numa área extremamente valorizada da cidade e aguarda, até hoje sua regulamentação como unidade de conservação de proteção integral, encontrando-se, portanto, à mercê da sanha dos governos e empresários².

Há registros de episódios de luta pela preservação do Parque desde os anos 70, após a devastação de parte do local para a construção de uma salina,

2 https://secure.avaaz.org/po/petition/Legalizacao_do_Parque_do_Coco_Ja/?pv=16

posteriormente desativada. Sem dúvida, não fossem os precursores movimentos de arte-resistência organizados no e para o Parque do Cocó, não teríamos verde pra contar hoje.

Ocupe Cocó: pelo legítimo direito (e dever) de se insurgir contra uma ordem injusta!

Diante da ameaça de construção de viadutos que destruiriam parte do Parque do Cocó, ambientalistas, estudantes e a sociedade civil organizados e apoiados por vários movimentos em prol do verde deram origem ao movimento Ocupe o Cocó, que consistiu em um acampamento no local da obra que durou quase quatro meses, entre batalhas na Justiça, articulação política e debates pela cidade. A ocupação do local da obra serviu para adiar a derrubada de mais árvores e a continuação das obras.

É importante registrarmos que Fortaleza, a exemplo de dezenas de outras cidades no Brasil, também teve sua participação nas tais “Jornadas de Junho”. Como uma das sedes da Copa, presenciando problemas urbanos históricos sendo agravados, e motivados pelos atos já ocorridos no Brasil e mundo afora, a população foi às ruas notadamente a partir do início da Copa das Confederações. No dia do primeiro jogo na cidade, conseguiu-se juntar mais de 100 mil pessoas no entorno da Arena Castelão, com a diversidade de pautas e perfis que já temos diagnosticado sobre o período, seguido da violenta, desmedida, ilegal e reiterada repressão policial para dispersar os manifestantes. Seguiram-se outros atos menores, descentralizados, mas que mostraram à uma parte da juventude local a possibilidade de fazer sua parte e exigir o que pensa que é certo ocupando os espaços públicos, temporária ou permanentemente, organizados ou de forma mais espontânea.

E nessa onda de motivações por protestos, aconteceu a montagem do acampamento. Segue o relato direto de Gustavo Mineiro, um dos ocupantes:

“Um dia depois do anúncio da obra, alguns ativistas, após receberem denúncias, foram ao local. Os que chegaram primeiro derrubaram os tapumes que serviam para esconder o que estava sendo feito e constataram que cerca de cinquenta árvores já haviam sido cortadas durante o turno da primeira noite, sendo previsto para a noite seguinte o corte do restante das árvores. Uma grande indignação tomou os ativistas, enquanto uma grande parcela da população continuava inerte ao que vinha acontecendo naquele espaço, mas isso iria mudar muito rapidamente.

Não havendo alternativa que impedisse que a prefeitura realizasse o corte em horário inadequado e, como previsto, impedindo qualquer tipo de intervenção popular contrária, restou aos que depararam com aquele cenário ocuparem a área e, assim, proteger as árvores durante a noite, passando a exigir o fim das intervenções no parque e a sua legalização imediata.

Dois dias após o início da ocupação foi quando cheguei. De longe, enquanto o carro se aproximava, vi uma grande faixa estendida que dizia “Cid e Roberto Cláudio: Assassinos do Cocó”, tratavam-se, respectivamente, do Governador do Ceará e do Prefeito de Fortaleza.

Na recepção, percebi alguns rostos conhecidos das Jornadas de Junho, outras pessoas para mim eram novidades, mas mais tarde, após o tempo de convívio, soube que muitos, também, haviam participado das manifestações. Algo que me chamou atenção sobre estas pessoas foram suas feições muito jovens, que revelavam a inexperiência e o medo de alguns, tudo isso sem eliminar os sentimentos de indignação despertados durante aquele momento de massas nas ruas em Junho de 2013, e que agora parecia se consolidar em uma luta concreta da cidade.

Ao entrar no espaço dos acampados havia as barracas feitas com os tapumes, tudo era muito precário e improvisado, elas estavam colocadas sob uma grande árvore que se localizava logo na entrada do acampamento. Próximo à cerca ficava a mesa, lá eram realizadas as refeições,

havia uma roda com assentos feitos com os troncos das árvores cortadas. Neste espaço os novatos eram recebidos e todos os dias realizávamos reuniões de avaliação e para traçarmos estratégias de como avançar com o movimento até conseguirmos ter nossa pauta atendida.

Intuitivamente, foram criadas condutas para o funcionamento da ocupação. Mesmo com poucos dias, a disposição dos espaços no acampamento e as necessidades humanas determinaram sua logística. Um banheiro seco foi construído próximo à saída do esgoto clandestino que vinha dos prédios que circundam o parque. Rente à cerca construiu-se a dispensa, por consequência a pia e o estoque de água da fonte, que todos os dias era buscado nos tanques das lavadeiras, ficavam ao lado. A concessionária de carros vizinha disponibilizou energia elétrica possibilitando a instalação de lâmpadas e tomadas. As pessoas traziam todos os dias alimentos e para as refeições, como almoço e jantar, eram organizados os pedágios para a arrecadação de dinheiro. Os acampados iam para as ruas carregando faixas e, com auxílio de um megafone, panfletos eram distribuídos denunciando aos motoristas e pedestres o que vinha acontecendo.

Desde o terceiro dia passamos a ter transmissão ao vivo de imagens da ocupação, através de um canal online intitulado Rapadura Ninja, e as pessoas podiam acompanhar de casa um pouco do cotidiano e das demandas dos ocupantes. Aos poucos, a ocupação ganhava vida e forma, as coisas iam acontecendo. As barracas improvisadas foram substituídas por barracas de camping, um barracão melhor elaborado foi construído para abrigar os novos, também foram erguidos uma sala de comunicação e um depósito para ferramentas. Todo dia aparecia uma pessoa nova, alguém que queria ver a ocupação, que queria saber quem estava ali. Tinha quem viesse para ajudar, assim como os que criavam diversos problemas, ou apenas olhavam e retornavam às redes sociais para dar as mais variadas opiniões sobre a dinâmica da ocupação.

Para nós era dito de tudo. Enquanto algumas pessoas elogiavam a atitude, outras eram ferozmente contrárias, chegando ao ponto de proferirem diversos xingamentos, ao que alguns acampados respondiam a altura instaurando imensos bate-bocas onde todo tipo de palavrão parecia ser permitido. As ofensas sempre partiam dos motoristas favoráveis a construção dos viadutos e que, presos ao trânsito em seus grandes veículos logo em frente ao acampamento, repudiavam o movimento contrário que vinha se organizando naquele local.

Entretanto o grande medo que pairava sobre todos não era necessariamente dos populares, mas de que o Choque aparecesse de madrugada para realizar a desocupação. Muitos comentavam sobre isso, alguns compartilhavam o medo de algum político ou dono da empreiteira contratarem jagunços para dar cabo da vida de alguém. Infiltrados eram identificados de vez em quando no acampamento e expulsos. Motivados por essas questões, foi decidido fazer vigílias noturnas. Contudo não tardou para a primeira investida do instrumento da repressão.

No oitavo dia de ocupação, em torno de uma hora da manhã, um grupamento de quase 300 homens da Guarda Municipal de Fortaleza chegou à ocupação. Aquela situação foi, para alguns, a concretização do medo latente, todavia aguçou a percepção de todos ao tamanho do enfrentamento que estava acontecendo, revelou a importância da nossa presença e os riscos que corríamos. A grande quantidade de homens foi intimidadora. Sem apresentar nenhum mandato judicial, o efetivo da guarda desceu de seus veículos, puxou rapidamente suas armas de choque menos letal, se dividindo em dois grupos.

Enquanto um grupo apontava as armas para três acampados que estavam do lado de fora ajeitando a faixa fazendo com que se afastassem, nisso o outro começou a arrancar a faixa. Nós, que estávamos do lado de dentro, corremos para fora e um terceiro grupo de guardas veio na nossa

direção impedindo que nos aproximássemos. Então, iniciamos uma discussão com a guarda para que ela não tirasse a faixa, entretanto foi em vão, não houve nenhuma resposta, simplesmente eles continuaram a puxar a faixa, mudos, sem falar absolutamente nada. E caso alguém se aproximasse rapidamente tinha uma arma de choque apontada diante da face. Ao terminar o serviço embolaram a faixa e entraram nos carros levando-a embora.

Contudo a Guarda Municipal não esperava que a ação estivesse sendo filmada e transmitida ao vivo para vários internautas que acompanhavam a ocupação. A repercussão do fato foi grande, isso causou a indignação de várias pessoas e fez com que aumentasse o número de acampados. Ainda assim, eram poucos os disponíveis a permanecerem durante a noite toda na ocupação. Aparecia muita gente para “dar força”, um apoio, mas as pessoas possuíam atividades no outro dia, desta forma não passavam de vinte o número daqueles que dormiam na ocupação. Vários apelos eram feitos aos amigos, na internet, em vários espaços, mas todos tinham muitas atividades, as aulas nas universidades continuavam, os menores não podiam ficar a noite toda, todo mundo trabalhava e dormir em uma ocupação pouco estruturada era difícil para quem tinha uma rotina diária como obrigação. Lá pelo décimo-quinto dia, e depois da desastrosa ação da Guarda Municipal, a realidade da ocupação mudaria. As diversas mídias começaram a noticiar mais fortemente a ocupação, a cidade começou a se posicionar.

Os participantes da ocupação reconheciam a necessidade de que a pauta extrapolasse as fronteiras do parque e os bairros adjacentes, entretanto não se mostravam favoráveis a grandes contatos com a imprensa. Junho tinha sido recente e as relações com a mídia estavam desgastadas ao seu limite, ninguém acreditava que a imprensa poderia ser sincera e retratar a realidade dos fatos, a imparcialidade era clara para todo mundo

e não nos restavam dúvidas de que lado ela estava. Por isso, decidimos que em todas nossas falas diríamos sobre a legalização do parque e não fugiríamos disso. Passamos a selecionar os repórteres que queríamos. Aqueles que, por ventura, fizessem qualquer matéria caluniosa, difamatória, ou que faltasse com a verdade deixavam de ser recebidos, sendo a Rede Globo a única emissora a quem, desde o princípio, não foi permitida a entrada.

Novas pessoas chegaram e a ocupação ganhou equipamentos e os espaços formativos começaram mais fortemente. Junto a isso, iniciou-se um processo que seria tão complicado quanto o enfrentamento com a prefeitura que insistia em querer construir os viadutos, ou a estruturação da ocupação, o de convivência e relações interpessoais. Apesar de todos terem em comum o objetivo de defesa do Parque as pessoas eram muito diferentes em suas concepções de modelo social. Tinha pessoas de diversas idades, orientações sexuais, credos, etnias, raças, das diversas áreas do conhecimento que iam do popular ao acadêmico. Isso demonstrava a pluralidade de pessoas que havia lá. Para cada um o parque tinha suas necessidades e singularidades, as compreensões eram múltiplas e, por isso, os ativistas defendiam a causa de formas distintas. No entanto, as diferenças não se davam aí. Eu e alguns éramos de formação socialista, mas havia anarquistas, capitalistas, progressistas, aqueles que negavam a política e suas formas e aqueles que não se importavam com nada disso. A diferença trazida nas concepções políticas de sociedade era o que singularizava a forma de cada indivíduo olhar pra determinada situação e pensar o desdobramento dela. Isso acarretava diversos conflitos, questões como drogas, sexo, dinheiro, alimentação, divisão de tarefas, a presença da polícia, entre outras, tornaram-se muitas vezes o motivo de brigas, fim de amizades e afastamento das pessoas da ocupação.

Esse desafio da convivência perdurou por toda a ocupação, aos poucos aprendemos a lidar com isso e minimizar ao máximo os atritos. Era pre-

ciso levar em conta o nível de estresse dos acampados proporcionado pela ameaça contínua da desocupação, as condições de instalação e a própria convivência constante com qualidades e defeitos de todos. Esses três elementos formavam uma combinação explosiva que talvez em outros espaços de relação ela jamais aconteceria.

Passados alguns dias, a concessionária foi denunciada por fornecer energia elétrica e a energia foi desligada. Foi quando nos foi doado um gerador.

Os espaços à noite cresceram e muitas eram as atividades desenvolvidas. Tivemos o lançamento do vídeo *Com Vandalismo* dirigido e produzido pelo Coletivo Nigéria, palestra com o Professor Jeovah Meireles do Curso de Geografia da UFC, debates sobre a sociedade, oficina de fanzine com Fernanda Meireles, oficinas de permacultura, domingo com atividades circenses para crianças, trilhas pelo Parque com Vitor Grilo, performances de artistas (*“Bro-tando arte no Cocó”*), trilhas com estudantes de escolas que se interessavam em conhecer a experiência e o parque, Cocoteca (coleta de livros e biblioteca formada com ajuda de estudantes de biblioteconomia), ONGs que apareciam para ajudar nas atividades e consolidar a ocupação. Tudo isso servia para visibilizar a importância do parque e alcançar mais aliados à causa. Quanto mais a prefeitura tentava desestabilizar mais a ocupação crescia.”

“O/a/s jovens que estão acampados há catorze dias, dentre os quais militantes de nosso partido ou de outros ou sem partido, autonomistas, críticos radicais, ecologistas etc. merecem todo o nosso apoio porque NOS REPRESENTAM diretamente nessa luta; seus corpos hoje são a trincheira contra a degradação aética, antiecológica e anti-humanista que o grande capital e seus representantes querem realizar por sobre a cidade, sua natureza, seu povo”

no parque, em defesa dele foi um ato importante, mas sem dúvida que fomos nós, universitários, que saímos de lá muito mais enriquecidos (Camurça et. al., 2014).

Apesar da constante campanha de criminalização da ocupação pela mídia e pelos governos, diversos segmentos da sociedade responderam positivamente ao chamado de apoio ao Ocupe Cocó e se posicionaram, em distintos espaços. Jornalistas escreveram criticando a ação governamental (ex: Dimitri Tulio, em diversas das suas Colunas)⁴; renomados professores universitários se posicionaram contra a obra; escolas mobilizaram seus alunos para visitar o acampamento e desenvolverem trabalhos sobre a luta que ali se desenro-

4 Exemplos: <http://www.opovo.com.br/app/colunas/dasantigas/2013/07/27/noticiasdasantigas,3099633/consciencia-de-monturo.shtml>; <http://www.opovo.com.br/app/colunas/dasantigas/2013/08/03/noticiasdasantigas,3104109/o-exemplo-de-mocambique.shtml>; <http://www.opovo.com.br/app/colunas/dasantigas/2013/08/17/noticiasdasantigas,3112223/os-sem-viadutos.shtml>

Foto: Blog do Jornal O Povo



Governador Cid, ao centro, em conversa com os acampados e apoiadores.

lava; artistas fizeram performances no local; políticos de esquerda estiveram cotidianamente presentes; alguns segmentos do Ministério Público demonstraram estar do lado dos ocupantes; militantes de outras searas se somaram na resistência (MST, índios, etc)... O passar dos dias no acampamento virava notícia até internacional.

Uma iniciativa que merece destaque foi o concurso de idéias promovido pelo grupo Direitos Urbanos, que se organiza pelas redes sociais, e é composto principalmente por estudantes e profissionais interessados em urbanismo. Após a primeira desocupação violenta, e a partir da provocação de seus membros, dez alternativas foram elaboradas a fim de melhorar a fluidez do tráfego no local, considerando a priorização dos diversos modais assim como a proteção do parque. Nenhuma delas foi considerada pelo Poder Público. Segue o link para o caderno de propostas⁵.

A obra foi embargada ainda no mesmo mês da ocupação, pela Superintendência do Patrimônio da União (SPU), que alegou que parte dela estava dentro de terreno da União.

Um dos fatos mais impactantes ocorridos foi a visita surpresa do então Governador do Estado do Ceará, Cid Gomes (ex-PSB, atualmente PROS), em 5 de agosto. Chegou de surpresa, tarde da noite, com diversos seguranças. Já havia uma boa quantidade de pessoas presentes e rapidamente se mobilizaram outras, por telefone e pela internet.

Os ocupantes conseguiram rapidamente organizar uma transmissão online e quase toda a reunião foi acompanhada ao vivo por dezenas de outras pessoas. Presencialmente, estavam componentes de alguns movimentos, dois vereadores de oposição, uma deputada, além dos acampados. Durante algumas horas, se conversou sobre a obra em si, a truculência da derrubada das árvores, a ameaça de repressão policial, a falta de diálogo, a desconsideração das alternativas ao viaduto, a legalização do parque, etc.

Para encerrar a presença no acampamento do Parque do Cocó, o governa-

5 http://issuu.com/cacauufc/docs/caderno____concurso_de_alternativa

dor Cid Gomes fez uma proposta aos participantes do debate. Cid discursou sobre a vitória do movimento. “Para que não pareça que não tiveram vitória (...) eu atribuo a legalização a uma deliberação junto com vocês”, sugeriu o governador. Imediatamente, os manifestantes responderam negativamente

Foto: Silas de Paula

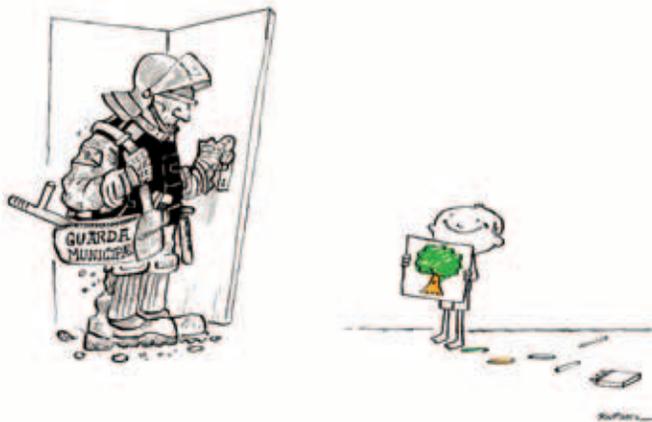


Após a primeira desocupação, apoiadores e acampados permanecem do lado de fora do parque, interrompendo o trânsito e aguardando providências da Justiça.

Foto: Silas de Paula



No momento da desocupação, um militante subiu em uma alta árvore e lá permaneceu durante várias horas, deixando ao sair, sua camisa.



ao início da proposta. Cid disse não poder garantir a segurança no local. “A proposta derradeira é: o movimento pode conquistar a legalização do parque e a área daqui, área de árvores exóticas, fica trocada. Eu me comprometo a trocar essa área por 20 vezes o tamanho dela em recuperação de mangues no Rio Cocó”, propôs Cid Gomes. Os manifestantes se mantiveram contra a proposta (O Povo, Fortaleza, 6 ago. 2013 apud Camurça et. al., 2014).

A conversa durou horas e acabou sem acordo algum, pois não houve recuo por parte dos ocupantes, que não aceitaram a proposta de saírem dali para a continuidade das obras e em troca de mais promessas de legalização do parque. Solicitou-se a continuidade do diálogo, mais público, amplo, e que não haveria desocupação violenta antes do mesmo.

Três dias depois, em 8 de agosto, a Guarda Municipal invadiu o acampamento durante a madrugada. Cerca de cento e vinte (120) homens do Grupamento de Operações Especiais da Guarda Municipal junto à Polícia Militar, munidos de spray de pimenta, armas de choque, bombas de efeito moral e gás lacrimogêneo, expulsaram os acampados (O POVO, 2013 apud Camurça et. al., 2014).

Desde o momento da violenta incursão da polícia, começaram os pedidos



de socorro, e muitas pessoas chegaram ao local já no início da manhã, encontrando os acampados já na rua de frente ao parque.

Após a expulsão, um trator e nove caminhões foram usados para retirar as barracas e pertences dos acampados no local. Logo depois da total desocupação, foi retomado o corte de árvores. A polícia se manteve no local para garantir a continuação das obras, assim como vários manifestantes se mantiveram no entorno do parque. No mesmo dia, o Ministério Público Federal solicitou à Justiça uma liminar que embargasse a obra. Com essa decisão, a construção só poderia retornar com a regularização do licenciamento ambiental (apud Camurça et. al., 2014).

Com esta vitória judicial, os manifestantes voltaram a reerguer o acampamento e retomaram o espaço no dia 9 de agosto de 2013, com um grande festejo que adentrou a noite.

Houve também a ida de alguns acampados e apoiadores do Ocupe para o Tribunal Regional Federal 5 (TRF5), em Recife, numa tentativa de sensibilização para uma solução jurídica favorável. Mas não adiantou, dois dias depois o TRF5 anunciou a queda da liminar e a liberação para a continuação das obras.



Manifestação #ViadutoSim, procurando abrigo do sol debaixo das árvores do entorno do Cocó.

O presidente em exercício do TRF5 entendeu que “as circunstâncias do caso indicam, em verdade, que a paralisação da construção causará maior prejuízo à ordem e à economia públicas, tanto por impossibilitar que a sociedade possa, com maior brevidade, usufruir de melhor trânsito na região, como por impor severos prejuízos a serem suportados com verbas públicas” (O POVO, 2013, apud Camurça et. al., 2014).

Neste período, uma parcela da população começou a manifestar-se a favor do viaduto, dando início a um movimento intitulado #ViadutoSim. Tal movimento era capitaneado por pessoas ligadas às gestões estaduais e municipais, e a partidos da base do poder. Ganhou força nas redes sociais fazendo escárnio dos acampados, tachando-os de anti-progresso, divulgando boatos que todos tinham interesse eleitoreiro e recebiam diárias de um vereador da oposição, até que faziam orgias e uso de drogas no acampamento. Começaram a organizar um ato no local da obra, o que gerou bastante tensão por conta de um possível conflito direto entre os dois lados e na tarde do dia 17



Tensão com o cerco da polícia na entrada do acampamento.

de agosto houve um ato pacífico em frente ao acampamento do #OcupeOCocó. O ato não juntou mais do que 50 pessoas, e por registros em vídeo na internet, se pode verificar o desconhecimento de alguns presentes quanto à motivação do ato, bem como o perfil dos presentes⁶.

Mesmo com a queda da liminar que impedia a obra, os manifestantes mantiveram-se no local, alegando que ainda poderiam entrar com um recurso contra a decisão do TRF5 e que, portanto, continuariam acampados. Frente a isso, a disputa pelo parque se intensificou. No dia 22 de agosto, uma nova tentativa de desocupação aconteceu, representantes da justiça levaram uma notificação para retirada dos manifestantes no local. Sob esse aviso, simpatizantes foram ao local e alguns acampados se amarraram em árvores com correntes e cadeados. A comoção se espalhou pela cidade (Carmurça et. al., 2014).

6 Viaduto para quê, para quem? <https://www.youtube.com/watch?v=vjDAA9hrJu4>



Foto: Sílas de Paula

Bombas de gás lacrimogêneo e de efeito moral.

Enquanto os advogados apoiadores do movimento se movimentavam para revogar a ordem de desocupação, vários comandos policiais chegavam ao local: o Batalhão de Choque da Polícia Militar, o Grupo de Ações Táticas Especiais (GATE), Comando Tático Motorizado (Cotam), Raio, e Canil da PM. Até que veio uma nova ordem da juíza responsável pela ação do Cocó, Joriza Piniheiro, que mandou recolher os mandados que autorizavam a desocupação,



Infográfico elaborado pelo mandato do vereador João Alfredo (PSOL), que registra as outras obras previstas no entorno do Parque do Cocó.

até que a Justiça analisasse a intervenção da União no caso. O acampamento persiste então em setembro e o debate sobre mobilidade urbana e gestão democrática movimentou a cidade.

Mas, infelizmente, no dia 27 de setembro, chega a ordem de desocupação vinda do TRF5, sendo esta concretizada no dia 04 de outubro.

Com a desocupação iminente, apoiadores – dentre eles dez integrantes do movimento indígena - chegaram ao parque para contribuir com os manifestantes e resistir à desocupação. Foi montada uma barricada na frente do acampamento, enquanto as forças policiais se posicionavam. Horas e horas de tensão, com a proximidade da hora limite para a entrada da polícia. Os acampados receberam o apoio de outras pessoas, que ficaram na parte de dentro do portão, que foi trancado. Outros permaneciam fora, nos arredores, tentando negociar.

Mas não houve jeito. Com bastante violência e força desproporcional, o acampamento foi destruído, não sem resistência, prisão de manifestantes, interrupção do trânsito.

No dia 5 de outubro de 2013, as obras do viaduto retornaram. Menos de um ano depois, confirmando as denúncias de irregularidades, no dia 04 de junho de 2014, a Justiça paralisou a obra, por irregularidades no licenciamento ambiental.

Posteriormente, a obra seguiu e está em fase de conclusão, eivada de denúncias de irregularidades. Foi, inclusive, referenciada como um dos exemplos de questionamentos na operação Lava-Jato, evidenciando as relações espúrias entre os poderes públicos e as grandes empreiteiras⁷.

Atualmente, os ataques ao parque continuam⁸, há indicativos de várias obras a serem realizadas lá, e este segue violado, sem nenhuma perspectiva de regulamentação.

7 <http://www.opovo.com.br/app/opovo/dom/2014/11/22/noticiasjornaldom,3351749/o-poder-das-empreiteiras-por-tras-das-grandes-obras-no-ceara.shtml>

8 <http://www.opovo.com.br/app/opovo/cotidiano/2014/11/25/noticiasjornalcotidiano,3352958/para-alargar-rua-prefeitura-recua-cerca-e-invade-area-de-parque.shtml>

O que o Ocupe Cocó nos deixa de lição

O Ocupe o Cocó foi um movimento plural que exigiu da comunidade uma revisão de ideias para a convivência coletiva entre ser humano e natureza. Mesmo após a desocupação, o movimento continua se articulando, se encontrando, criando e repassando seus aprendizados. A cidade encontra-se muito mais atenta às agressões ao parque e não engole de maneira mais tão tranquila as intervenções propostas pela prefeitura e governo.

Vale citar também que, para muitos dos acampados, o Ocupe Cocó foi a primeira experiência de movimento social de que participaram. Principalmente, importa registrar a importância do Ocupe em suscitar o debate em Fortaleza sobre mobilidade urbana, gestão democrática, direito à cidade, que andava absolutamente esquecido.

Enfim, celebramos a beleza e riqueza que foi esta experiência, horizontal, radical, de experimentação do direito e dever de resistir a uma ordem injusta, a um modelo de cidade que não nos serve! Que gera frutos de insatisfação e rebeldia numa cidade tão dominada pelo capital, pela “força da grana que ergue e destrói coisas belas” (Caetano Veloso).

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

06

PORTO ALEGRE

**O ANTES, O DURANTE
E O DEPOIS DAS
MOBILIZAÇÕES DE
2013 EM PORTO
ALEGRE: A força das
ruas e seus desafios**

Lorena Castillo

PORTO ALEGRE

06

O antes, o durante e o depois das mobilizações de 2013 em Porto Alegre: A força das ruas e seus desafios

Lorena Castillo

As lutas que tomaram conta do Brasil em 2013 marcaram um antes e um depois na história política do país. De início as ruas acusavam o tema do transporte como um dos grandes problemas para as camadas mais pobres da sociedade. Não tardaria muito, uma onda de outras pautas, sentidas na carne dos mais oprimidos começava a ser gritada por todos os cantos.

Para falar das mobilizações de rua em Porto Alegre é preciso começar esta narrativa, a dos acontecimentos que vivenciamos em termos das lutas populares, a partir do início do ano de 2013 e não apenas do “grande caldeirão” ocorrido entre Junho e Julho por todo país.

Já em Janeiro a cidade começa a ser agitada pela pauta contra o aumento da tarifa. Com maior adesão aos atos, a população se volta com maior atenção ao tema da mobilidade urbana e o direito à cidade.

O que nos anos passados foram mobilizações menores, basicamente formadas por coletivos políticos de esquerda, sem muita repercussão, começa a ganhar um outro contorno já nos primeiros meses de 2013.

Sabemos que o tema das mobilizações sociais em torno da pauta do transporte existe há muitos anos e tem suas referências políticas fortalecidas no imaginário da juventude com as grandes mobilizações feitas, desde a “Revolta do buzu”, a “Guerra da tarifa” e outras mobilizações importantes que

movimentos como o MPL fizeram acontecer em algumas cidades. Mas queremos abordar a vivência destes processos de lutas do ano passado, a partir de uma análise e inserção mais local. Por isso, início esta escrita afirmando que as lutas começaram a ser gestadas já no início do ano com a formação de um espaço, aos moldes de uma Intersetorial, que agregou diferentes forças políticas, partidos, movimentos de base e sindical, estudantes agremiados ou não.

O espaço que toma corpo no início deste ano resulta também do acúmulo de anos anteriores -- nos quais também nos movemos em torno da pauta da passagem. É necessário frisar que o tema do transporte já havia sido ventilado na cidade desde 2005, porém com ênfase menor, pois só em 2013 obtivemos uma instância organizativa para deliberar as principais mobilização da cidade -- e que também exercitava o debate política para além do transporte: O Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Público.

Penso que é importante abordar os elementos que nos caracterizaram enquanto espaço coletivo de luta e organização pelo transporte público, esta que é uma das grandes pautas, uma das grandes demandas, que atingem em cheio os mais oprimidos da sociedade. O tema do transporte, do direito de ir e vir, tratado como mercadoria, começa a ser questionado não apenas pelos estudantes, mas também pelo conjunto da sociedade que depende do transporte coletivo para sua locomoção. O questionamento aponta como principais inimigos os grandes empresários da máfia do transporte e também os governos que, em conluio com os “tubarões do transporte”, lucram exorbitantemente através da exploração da nossa necessidade de uso. Sim, trata-se de uma pauta imediata, porém não menos importante que as demais lutas por saúde, educação, moradia e cultura. A pauta pontual do transporte público, acaba por ser uma espécie de o “carro chefe” para tocar em diversas das questões da nossa conformação político social. A articulação em torno a dessa pauta apontou que somente um caminho trilhado em conjunto a partir da unidade entre diferentes setores combativos podem mostrar saídas mais efetivas para as mobilizações.

Com este objetivo se conforma o Bloco de Lutas pelo Transporte 100% Pú-

blico em Porto Alegre. Ele é formado por militantes e coletivos de diferentes correntes ideológicas de esquerda (Comunistas, Socialistas e Anarquistas), por movimentos de base e por indivíduos autônomos, que se unificaram neste espaço para poder responder à conjuntura de precarização do transporte, repressão policial e midiática em termos políticos com maior contundência. O Bloco de Lutas realizou grandes assembleias desde o início do ano passado, com muitos debates em torno dos acordos estratégicos e táticos e dos princípios que deveriam ser consolidados na ação coletiva. Também houve empenho para criar estrutura organizativa, que passou a contar com várias comissões de trabalho – baseadas em princípios de autonomia e horizontalidade – para agregar os coletivos, organizações e indivíduos.

Sabíamos que esta conformação orgânica encontraria seus limites e desafios, mas foi no curso da luta, na intensificação do processo de luta que nossa experiência foi gestada. Ganhamos desde o início um caráter mais independente e combativo, onde se tornava difícil a tentativa de burocratização e aparelhamento por parte de partidos e organizações políticas. Havia um clima de cobrança coletiva sobre os acordos que nos colocaram, como frente, num patamar diferente dos outros anos no que tange à amplitude da articulação da luta pelo transporte. Sabíamos que precisávamos trabalhar em conjunto neste espaço social, rompendo com a postura sectária de não saber promover formas de organizar a luta contando com grupos diferentes e correntes ideológicas diversificadas. Mas isso não aconteceu espontaneamente. Foram inúmeros espaços de debates para fortalecer a ideia de conjunto e constituir formas de convivência política baseada em esforço de unidade. Foi necessário uma constância nas assembleias para ir ajustando o andar da frente social. Sempre cuidando dos acordos e deliberações que nos garantiam unidade.

Preciso dizer que não somos ingênuos ou românticos para desconhecer que, no mundo da política, vivemos de apostas. Sabemos que lidamos com grandes riscos, e sabemos também que a disposição de unidade vai até as fronteiras das práticas e da concepção de organização dos diferentes grupos

políticos. Quero dizer com isso que obviamente sabíamos dos conflitos que as ideias diferentes provocariam entre os centralistas e os que tinham propostas federalistas, por exemplo. Mas, é importante destacar, nesse processo crítico, o empenho em não se tornar uma “seita” ou um espaço pequeno onde encontraríamos os “mesmos de sempre”. Ou seja, tratava-se de construir uma ferramenta de luta e organização que pudesse dar espaço de atuação tanto para os militantes inseridos em outros espaços, assim como para aquelas e aqueles que estariam se agregando a partir daquele momento. Por isso, os acordos iniciais de independência política e de manutenção do Bloco como frente combativa foi nosso grande êxito durante um bom tempo.

Neste sentido pontuarei algumas das questões que nos fizeram manter independência política dos grupos partidarizados – dentre os quais destaco o PSOL, PSTU, e no início setores da juventude do PT. Mas, antes disso, destacarei as divergências com estes setores com o intuito de que esse destaque sirva de alguma maneira – torço por isso! – para que os movimentos populares não incorram nesses mesmos erros. Todos estes setores citados acima já compunham, nos anos anteriores a 2013, as lutas contra o aumento das passagens. Não chegaram, então, de paraquedas nas lutas de 2013. No entanto, tivemos com estes setores vários momentos de desacordo e falta capacidade de atuação conjunta. Por quê?

Porque a velha prática da “vanguarda esclarecida” – infelizmente cristalizada em vários setores da esquerda - já não era mais aceita no meio que se conformava o Bloco de Lutas. O rechaço coletivo às posturas de lideranças personalistas também, de início, tornaram-se constantes, e as assembleias não deixavam dúvidas sobre isso. As posturas personalistas e oportunistas de grupos que iam para a mídia burguesa falar “em nome” das mobilizações também eram cobradas e desconstituídas de forma veemente nas assembleias. Estava claro que, entre aquela geração de lutadoras e lutadores, as velhas referências da esquerda, com seus métodos dirigistas e centralistas já não surtiam mais efeito. Tínhamos então um desafio também colocado para aquele momento, que era como criar referências de organização mais inde-

pendentes, ou seja, que não se confundissem com as velhas práticas de organizar “desde cima”, como uma grande parte da esquerda costuma a fazer.

Desde as primeiras assembleias do Bloco de Lutas, já estava colocado um ambiente diferente nas discussões. É claro que tivemos alguns momentos intensos, com várias horas de discussões, só para garantir o respeito entre ideologias diferentes. Era preciso cobrar de certas siglas respeito às deliberações coletivas etc. Por isso, quero expor alguns aspectos que parecem ter sido importantes para barrar certas práticas de aparelhamento, assim como de burocratização do movimento. O primeiro fator a que nos garantiu erigir tal barreira foi constituir um espaço no qual os indivíduos e coletivos autônomos, mais próximos às ideias libertárias, pudessem se encontrar e traçar propostas de atuação para dentro do grande movimento. Foi aí que nasceu a Frente Autônoma, espaço que propiciou durante um bom tempo um punho firme contra práticas oportunistas e centralistas. Esta Frente estava inserida em todas as comissões do Bloco, tentando aportar modestamente uma atuação mais pela base, cobrando e repetindo os acordos coletivos. A Frente Autônoma representou um importante momento de forja na unidade de setores mais combativos, que não aceitavam a luta sendo levada pelas negociatas e gabinetes. Ela garantiu a permanência crítica e ativa no Bloco de setores autônomos, setores combativos, para os quais a atuação das organizações centralistas representava grande dificuldade, pois tendia a expeli-los ou a captura-los em sua estrutura burocrática.

Lembro que cada elemento que possibilitou esta unidade de ação foi construído em espaços amplos, em instâncias de caráter massivo. Nossas assembleias se tornaram um espaço de referência para o movimento social de esquerda da cidade. Logo começou a ganhar participação de sindicatos e de gente de diferentes áreas de trabalho e inserção política. Havia um interesse por parte dos militantes mais antigos de sindicatos e outras associações em acompanhar os debates e as assembleias. Porém, o jeito de militar dos mais antigos não mais atraía os mais jovens. Era preciso ousar e, dessa forma, foi se dando toda esta conformação inicial do Bloco de Lutas. Os militantes de

outras gerações, obviamente, não concordavam muitas vezes com o caráter e ação direta das lutas, mas também havia um certo respeito de parte dos mais velhos pelo jovens que estavam se colocando radicalmente em lutas de enfrentamento com os governantes e os empresários.

O espaço do Bloco de Lutas de Porto Alegre foi constituído em grande parte por jovens que não carregavam em si as velhas referências políticas “da esquerda”, e que ao contrário, faziam críticas às instituições organizativas do Estado e do governo. Jovens que nos últimos anos, como eu, testemunharam o triste caminho da cooptação dos movimentos sociais e populares ser gestado nos anos de governo PT, que utiliza na sua receita, o neodesenvolvimentismo e a política de conciliação de classes, ao acomodar o interesse das elites com grandes investimentos e reparte míseros recursos para amenizar as condições de desigualdades do povo pobre. Também havia críticas profundas ao método de organização personalista e carismática, com rechaço à ideia de indivíduos como lideranças e “representantes”, prática recorrente de grupos da esquerda eleitoreira. Esta foi uma questão saudável no nosso ponto de vista, anarquistas organizados no Bloco de Lutas, pois estávamos exercitando formas de democracia mais direta e menos vertical (princípios que muitas vezes foram apropriados pelas organizações centralistas e eleitoreiras, como retórica, para ganhar espaço entre uma militância que passava a se organizar cada vez mais em torno desses princípios caros aos anarquistas). Ao mesmo tempo, a independência de opinião de cada organização, sobre todo o processo, era respeitada. O que era definitivamente inaceitável era se colocar como a principal ou única referência política e organizativa. A construção dessa referência se deu por uma gradual produção de acúmulo político, com protagonismo conjunto, e não foi levada a reboque por nenhum partido exclusivo.

Isso não significa que logramos manter esta coerência entre todos os grupos que compunham o Bloco de Lutas, pois alguns dentre eles (os já citados acima) também militavam para capitalizar as ações que fazíamos coletivamente, enquanto Bloco, para levar ao meio institucional os resultados, a força

ou o apelo dessas ações, via esta, que desconsideramos por sua ineficácia e morosidade.

É neste cenário que ideias de ação direta começam a ganhar mais destaque dentro dos debates do Bloco de Lutas. As assembleias começam a apontar suas marchas para fazer pressão aos inimigos políticos, que neste caso incluiu a prefeitura, governo do estado, empresários e grandes meios de comunicação. Já no final de Março de 2013 o Bloco de lutas conseguiu reunir, depois de todas as outras mobilizações anteriores, centenas de pessoas na frente da prefeitura, para pressionar o governo municipal a rever o aumento das passagens.

A mobilização do dia 27/03 foi duramente reprimida pela guarda municipal e pela Brigada Militar.

Após esta repressão truculenta, rapidamente divulgada e amplificada nas redes e meios alternativos, no dia 1º de Abril tivemos uma mobilização com mais de 10 mil pessoas pelas principais avenidas da cidade, todas gritando pelo fim do aumento das passagens e contra a repressão policial. Obviamente, nem todos eram participantes ativos do Bloco de Lutas, mas certamente saíram às ruas motivados pelas recentes mobilizações e pela forte repressão, e eram também contrários ao aumento, lutas que o Bloco estava organizando sistematicamente. Ao término da marcha, já tínhamos uma nova data marcada para outro protesto.

Acredito que a repressão marcada nas primeiras mobilizações do Bloco foi determinante para gerar sentimento de solidariedade entre aqueles que defendem o direito a livre manifestação. Por isso que nas mobilizações seguintes tivemos uma maior adesão da população.

Três dias depois do grande ato do 1º de Abril, saiu a notícia que o aumento das passagens havia sido revogado por decisão da Justiça. O fato foi comemorado em meio a marcha com mais de 5 mil pessoas que caminhavam na chuva. Sobre esta vitória pontual do movimento houve aqueles partidários eleitoreiros que quiseram chamar para si a “obra” da redução. Contra tal apropriação, afirmamos que a conquista da revogação do aumento somente

foi possível através do empenho coletivo, das centenas de jovens que saíam as ruas sistematicamente para reclamar de tamanha exploração.

No mês que se passou, as assembleias e atos de rua foram constantes. Sabíamos que era preciso manter a frequência e ter combatividade para continuar a peleia. Também sabíamos que a população mais oprimida era simpaticante das nossas mobilizações e começaram a condenar a criminalização. Tínhamos ganhado aliados fora dos ambientes sociais mais politizados, e havia um respaldo de grande parte população para as pautas que estávamos defendendo. É certo que a grande mídia (RBS, ZH), em conjunto com as demais mídias (grupo Bandeirantes, Record, etc.), através dos mais variados meios, como TV, internet e jornal impresso, trabalharam sistematicamente para criminalizar nossas lutas, sempre criando confusão e distorcendo fatos, para poder justificar seu ódio e perseguição a quem reclama por seus direitos.

É importante destacar que as redes sociais representaram um papel importante, furando o bloqueio do monopólio de comunicação, cruzando informações em tempos reais e ajudando a difundir as mobilizações a nível local e nacional.

A ideia de formar um espaço amplo, solidário, não sectário entre os grupos diferentes sempre foi um dos objetivos do Bloco de Lutas. Mas, todo processo de organização da luta popular encontra seus desafios. Já no calor das mobilizações a nível nacional, entre Junho e Julho, ganhamos um gás maior, com muita adesão e apoio nas assembleias e marchas. A reconfiguração das lutas em nível nacional amplificou a luta em cenário local, mas também o tornou, por sua vez, mais complexo, colocando em cena outros atores, agendas e pautas.

As chamadas contra o aumento já não era suficiente, o Passe Livre já tinha conquistado um espaço nas “chamadas”, mas estava por começar a ser gestado um debate mais a fundo, sobre a questão do modelo de transporte. Era importante superar a pauta imediata da revogação do aumento e ao mesmo tempo apontar para uma saída a médio prazo, que rompesse com o monopólio dos empresários, e pudesse colocar o transporte sob controle municipal

em um primeiro momento, colocando em discussão também o controle e a gestão popular do transporte. O auge da demonstração de força do Bloco foi a ocupação da Câmara de Vereadores no dia 10 de julho de 2013. Uma ocupação que durou oito dias, e que deixou a elite da cidade com os nervos à flor da pele. A Ocupação contou com cerca de 400 jovens que se revezavam nas atividades de debate e organização dentro do plenário municipal, e teve como objetivo elaborar projetos de lei em torno da questão do transporte, como por exemplo o projeto do Passe Livre e a Abertura das Contas das empresas. Tínhamos consciência de que estes projetos, apesar de protocolados, não teriam andamento depois da ocupação, afinal provinham de uma origem que colocava em xeque os interesses dos grandes empresários e vereadores.

Com essa ocupação, o Bloco conseguiu apresentar sua proposta para a sociedade com mais força e por isso sofreu tentativas de despejo, as quais foram canceladas por um pedido do Ministério Público que na ocasião obrigou o então presidente da casa a voltar a negociar com o Bloco. O vereador Tiago Duarte presidente da casa no momento, em uma crise de instabilidade emocional, abandonou de forma unilateral a mesa de negociação com o movimento, mas teve que voltar a negociar sob a observação cercana do Ministério Público do RS.

Conforme avalio, esta ocupação foi um “divisor de águas” também dentro do movimento, pois setores como o PSTU, que entraram já querendo sair às pressas da ocupação, junto com outros coletivos, foram derrotados nas assembleias que afirmavam que só na pressão conquistaríamos vitórias pontuais em nossas pautas, e que não poderíamos, como queriam os militantes desse partido, encaminhar como positiva a proposta da Câmara, que era basicamente a nossa desocupação e a promessa de encaminhar posteriormente nossas reivindicações por vias institucionais.

Saímos com o sentimento de crescimento no debate político após a ocupação, e sabíamos que não deveríamos parar por ali. Também acompanhava nosso ritmo de crescimento a escalada da repressão que começava a mostrar cada vez mais grande refinamento nas formas de criminalizar, perseguir e

coagir. Sobre isto, destacamos as invasões sofridas pela nossa sede política da Federação Anarquista Gaúcha, ainda em junho de 2013, assim como a casa de militantes do Bloco de Lutas. Invasões feitas para saquear matérias de vinculações ideológicas dos militantes, um verdadeiro absurdo. Livros foram apreendidos e começava então o enredo de uma farsa, na tentativa de plantar provas contra militantes. Porém, a tentativa foi mal sucedida. Graças à solidariedade de classes que se acercou naquele momento e que ajudara a dar visibilidade a este absurdo.

Neste contexto, o debate sobre a questão da ação direta já estava “aquecido”, e as discordâncias se tornavam cada vez mais evidentes no meio das lutas. Alguns partidários da ação direta defendiam suas táticas, e aqueles que apostavam na via institucional condenavam e ajudavam a criminalizar os grupos com pensamentos diferentes. Nós, enquanto organização, não aderimos à tática Black Bloc, tampouco condenamos os companheiros que o fizeram. Estivemos sempre atentos para fazer o debate sobre as táticas, para saber em qual momento elas seriam ou não eficazes, segundo a consideração da conjuntura. Para nós, a ação direta tem vários níveis e todos eles devem encontrar lugar dentro de uma determinada conjuntura, onde possam ser ferreamentas de apoio às mobilizações e não maneiras inconsequentes de ação.

Por exemplo, um “trançaço” de rua é um nível de ação direta, bem como o é também a realização de uma ocupação. Nós, felizmente, enquanto coletivo amplo, soubemos utilizar diferentes táticas de luta para colocar em debate na sociedade as questões mais importantes em termos das pautas que militávamos. Fizemos marchas, foram dezenas delas, fizemos trançaços, ocupação, assembleias populares, aulas públicas, panfletagem, acampamento em frente à Prefeitura, tudo isso com apoio de uma comunicação independente (!), feita por nós mesmos ou em parceria com grupos mais alternativos que militam pela democratização dos meios de comunicação.

Destaco o importante papel que desempenhou, apesar de várias dificuldades, a Comissão de Comunicação do Bloco de Lutas, que mesmo sendo um coletivo novo, criado pelas demandas do movimento, conseguiu na medida

Somos fruto deste tempo e é nele que precisamos atuar, com sabedoria e paixão na defesa intransigente dos nossos direitos, acumulando forças para a tão sonhada Revolução Social, onde não exista mais explorados e nem exploradores. Sabendo que não devemos fazer transposições mecânicas de experiências do passado e tampouco abandonar a autocrítica tão importante em qualquer processo de luta. Com modéstia e humildade, aportando nosso pequeno grão de areia na história das lutas populares do Brasil devemos seguir esta caminhada.

Registro, para finalizar, que esta pequena contribuição não quer ser a voz que represente o conjunto do Bloco de Lutas, mas é uma contribuição de quem esteve envolvida diretamente em todo o processo, em conjunto com outras e outros valorosos companheiros, vinculados a uma organização política, a Federação Anarquista Gaúcha, que comparte a mesma opinião sobre o processo de lutas que viveu a cidade de Porto Alegre. Também é importante destacar a perseverante militância de outros companheiros e companheiras que em conjunto souberam fechar o punho contra todas as injustiças sociais e que ombro a ombro construíram este processo coletivo de luta e organização.

Só a luta Popular decide!

Arriba los que luchán!

Lutar, criar, Poder Popular!

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

07

RECIFE

**NEM SOLITÁRIAS,
NEM AMARGAS:
a luta pelo direito à
cidade para e pelas
pessoas - O caso
do #OcupeEstelita**

Érico Andrade,
Liana Cirne Lins e
Frida Lemos (colaboração)

RECIFE

Nem solitárias, nem amargas: a luta pelo direito à cidade para e pelas pessoas - O caso do #OcupeEstelita

07

Érico Andrade, Liana Cirne Lins
e Frida Lemos (colaboração)

*Todas as pessoas solitárias, amargas e miseráveis que
se sentem menosprezadas, traídas pelas forças, elas
culpam a vida, as
circunstâncias, culpam os outros quando de fato
elas
são totalmente insossas, obedientes à sua falta de
originalidade,
covardes e plácidas, seguem se sentindo enganadas,
infestando a terra
com suas lamúrias, com seus ódios.”*

(Bukowski. As massas)

Uma das principais características das grandes metrópoles brasileiras é o caos no trânsito. Nisso, a maior parte das cidades se parece. No entanto, há dentre essas cidades, aquelas em que o trânsito mostra seu lado mais perverso, qual seja, a segregação de classe. O Recife é um exemplo disso. Com o trânsito parado nos principais bairros e no centro da cidade, as pessoas que vêm da periferia e dos subúrbios da capital sofrem com a lentidão. Horas, que poderiam ser dedicadas ao lazer e à família, escorrem nos bancos e nos corri-

mãos dos ônibus, invariavelmente lotados. Pessoas em pé. Pessoas abarrotadas. Ônibus barulhento. Metrô, sem barulho, mas igualmente lotado. Opção também problemática. Dificuldade que se sente na pele. Estresse. Nos mês de junho de 2013, essa lamúria referente especialmente ao transporte público começou a se transformar em protesto. O alvo imediato: o preço das passagens.

Mobilizações suprapartidárias. Movimentos que surgem, como, por exemplo, a Frente Popular da Luta pelo Transporte Público e movimentos ligados aos estudantes e aos sindicatos se encontram. Ativistas de diferentes tonalidades de vermelho reconhecem no problema do transporte um ponto de encontro de pautas. As primeiras propostas passam a surgir das manifestações que se acumulam num pequeno intervalo de tempo. Apenas alguns dias compuseram o intervalo entre as manifestações nas ruas do Recife relativas ao transporte público. Foram, pelo menos, duas manifestações quase seguidas. Pedu-se uma CPI para averiguar as contas das Empresas de ônibus, ou o lucro Brasil, como alguns dizem. Deputados e vereadores pressionados para tomarem posição em favor da luta. O poder executivo é fortemente criticado. População pressiona, governo recua. O aumento nas passagens é suspenso, mas algo permanece. Com o aumento e recrudescimento das mobilizações, que se iniciaram em junho, abre-se um terreno para uma demanda que vá para além dos vinte centavos. Recife entra na rota do debate sobre o passe livre. Seguem-se várias manifestações para garantir o passe livre para os estudantes. Em junho, Recife fica vermelho: cor de esperança e protesto.

Começamos a querer mais do que o passe livre. As manifestações que reivindicam um transporte público de qualidade e com preços acessíveis passaram a perceber que a origem do problema do transporte tinha no preço abusivo das passagens apenas uma de suas facetas mais superficiais. O preço das passagens era apenas a ponta do iceberg. Percebemos que o problema era a política que mimetizava a exclusão e segregação das cidades. Mimetizava porque excluía a vontade popular da política na medida em que não reconhecia a necessidade da participação popular nas decisões sobre a cidade. Mimetizava a segregação porque mantinha a política elitista que privilegia carros

individuais – usados pela classe média – em detrimento do transporte não motorizado e do transporte coletivo. Era preciso ir às ruas para que a pressão pelo passe livre se tornasse a pressão por maior participação popular nas decisões sobre a cidade, seu funcionamento e destinação. Foi o que ocorreu em Recife.

Em Recife, no dia 17 de junho de 2013, mais de cinquenta mil pessoas tomaram as ruas da cidade. A reunião de pessoas das mais variadas matizes ideológicas certamente resulta em pautas heterogêneas. Foi o que ocorreu. Bandeiras pediam o fim da corrupção. Essas davam um toque moralista às manifestações. Bandeiras pediam o fim dos partidos. Partidos que eram muitas vezes hostilizados. Essas bandeiras compunham parte das bandeiras mais preocupantes porque mostravam uma aversão à política partidária sem um foco político claro. Dentre as várias bandeiras persistia a bandeira de que as decisões políticas deveriam ser tomadas pelos que fazem a cidade. Uma bandeira que não era contra a política, nem mesmo contra a política partidária, mas que exigia mais da democracia. Exigia democracia real. Essa bandeira era grito, voz que ecoava que terminava por ressoar em outros movimentos. O desejo por participação popular aumentava. Ocupar os espaços de poder era a palavra de ordem. O desejo de desejar, de participar das decisões políticas que afetam todas e todos nós, passava a ocupar vários lugares da cidade. No Recife as passeatas de junho desembocavam no Cais Estelita. O nosso sonho cabia dentro de um Cais e ele tinha nome: Movimento Ocupe Estelita.

O Cais José Estelita localiza-se numa área de grande extensão no coração do Recife e está entre duas importantes artérias da cidade. A área integra a memória ferroviária nacional, pois abriga o segundo pátio ferroviário do país. Em 2008 foi leiloada - num leilão que o Ministério Público Federal alega ter sido nulo - para o consórcio “Novo Recife”, composto pelas construtoras Queiroz Galvão, Moura Dubeux, Ara Empreendimentos e GL Empreendimentos.

Para essa área, o consórcio elaborou um projeto arquitetônico de doze torres de cerca de quarenta andares, sem vocação para se comunicar com seu entorno e ameaçando de destruição o descortino das águas e uma das mais belas paisagens da cidade.

As primeiras notícias do projeto foram acompanhadas de um rechaço da sociedade civil à essa forma de pensar a cidade em função de construções auto-referentes que não dialogam com o entorno, nem muito menos com a história da cidade. Contra um planejamento atomizado da cidade materializado no projeto “Novo Recife”, no início de 2012, um grupo de ativistas se uniu em torno - mas não exclusivamente - do Cais, fazendo nascer o grupo Direitos Urbanos (DU / sobre o grupo ver Andrade Oliveira, 2014), que passou a assumir o protagonismo das discussões sobre direito à cidade em Recife, promovendo diversas ações online e offline que colocaram o Estelita no centro das discussões políticas e urbanísticas locais.

Como observa Érico Andrade, o surgimento dos Direitos Urbanos remonta “ao debate ocorrido no final de 2011 sobre o projeto de lei que visava proibir o consumo de bebida alcoólica nas ruas do Recife”. A discussão sobre esse projeto reuniu pessoas de diferentes idades e era tecida por um grupo de pessoas composto por estudantes, urbanistas, profissionais liberais, professores que, a partir daquela discussão pontual, passaram a fomentar um debate mais amplo sobre a cidade. Formou-se ainda, segundo o autor, “um coletivo político cujo propósito passou a ser discutir os direitos relativos à mobilidade, lazer, áreas de convivência, uso do solo e demais temas ligados ao urbanismo de modo geral. Direitos Urbanos passou a ser o nome natural para designar o coletivo” (ANDRADE OLIVEIRA, 2014, p.1). O DU rapidamente converteu-se em um importante fórum de debate para o planejamento urbano democrático da cidade e tem nas redes sociais um espaço virtual privilegiado e pulsante. Dentre as suas ações offline, destacam-se vários #ocupes que consistiam em atividades culturais como música, pintura, encenações artísticas, brincadeiras e que ocorriam na frente do Cais Estelita. Nesses momentos eclodia a necessidade de nos encontrarmos no intuito de pressionar com a presença física dos corpos os agentes políticos envolvidos, tais como a Prefeitura do Recife e o Ministério Público em 2012. Além disso, realizamos a propositura de três ações populares relativas ao projeto “Novo Recife” e que, inclusive, antecederam as ações civis públicas do Ministério Público estadual e federal.

A omissão do poder público é dupla. Por um lado, ele não cumpre seu papel de motor e promotor do planejamento urbano, uma vez que o planejamento urbano desenhado pela Constituição Federal é o planejamento urbano democrático. Por outro, ele é também omissor em seu papel de ouvir os cidadãos - aqui no sentido mais literal de quem integra a cidade, a polis. Os (as) integrantes do grupo Direitos Urbanos se empoderavam cada vez mais das discussões referentes à cidade e se tornavam vigilantes das ações praticadas pelo capital privado e acobertadas covardemente pelos governos.

O que nós vivenciamos em nossa cidade - e passamos a denunciar - foi esse casamento perverso entre a omissão do Estado e ação dos grandes empresários que negam à população, de forma autoritária, direitos básicos que deveriam estar minimamente ligados às políticas públicas de um planejamento urbano realmente democrático e transparente. Somos nós que pagamos os custos das aberrações urbanísticas, tanto por meio de nossos tributos como pela perda da nossa qualidade de vida, do nosso patrimônio cultural, histórico, paisagístico e tudo mais que envolve as discussões sobre direito à cidade.

Num modelo de neogovernança corporativa, em que o capital decide políticas públicas e o Estado é tão somente um tutor dos interesses privados, também faz parte desses interesses a ideia de que a nós resta pagar o que os economistas chamam de externalidades¹. E apenas reclamar. Culpar a vida e as circunstâncias. Assim como fazem as pessoas na crônica de Bukowski.

Mas se Henri Lefebvre havia dito que o direito à cidade era um lamento e uma exigência, nós decidimos não lamentar. Decidimos exigir. E retomando Bukowski, decidimos não sermos insossos. Não sermos vítimas da placidez e da covardia. Decidimos usar as únicas armas que tínhamos contra o poderio do governo e dos empresários: inteligência, criatividade e nossas convicções.

Na noite de 21 de maio, a demolição dos armazéns do Esteltia e o início da obra do projeto “Novo Recife” se anunciavam. O ativista do “Direitos Ur-

¹ Ônus que nos são impostos e para os quais não participamos de qualquer forma, relativos a ações de outros de cujos bônus não teremos igualmente qualquer participação.

banos” Sergio Urt - publicitário de classe média e de uma família de longa história de luta social - tentou fazer as primeiras imagens que comprovavam a disposição das empreiteiras a agirem à margem da lei.

Cercado por capangas das empreiteiras. Rendido. Sergio foi covardemente agredido. Seu celular destruído, mas as imagens da destruição não foram apagadas. Elas corriam as redes sociais na velocidade do instante, ainda que não estivessem nas manchetes dos jornais.

O alvará de demolição, obrigatório, não estava afixado à obra. Exigido o alvará pela advogada Liana Cirne Lins e por Sérgio Urt, mais uma agressão ocorre quando é apresentado, com horas de atraso, a portas fechadas e atrás dos muros, um papel colorido não original. Ao ameaçar mostrar o papel à imprensa, o mesmo é retirado brutalmente das mãos dos ativistas. Mais uma denúncia corre nas redes: a de que o alvará não era original. Sérgio Urt reconhece seus agressores e a fuga dos mesmos é facilitada pela própria Polícia Militar.

Na *fanpage* do “Direitos Urbanos”, frases de apoio ao ativista e o debate sobre a necessidade de não ceder o Estelita ao capital privado se conjugavam. Estávamos todas e todos vigilantes. Dois anos de luta dos Direitos Urbanos e a extensa batalha judicial que questionava a legalidade do leilão, a falta de estudos de impacto ambiental e a de vizinhança, assim como a ausência de pareceres de várias instituições, inclusive e especialmente o do IPHAN, não poderiam ruir com as paredes dos armazéns. A destruição dos galpões foi o estopim para desencadear a nossa mobilização.

Assim, quando em 21 de maio de 2014, as empresas do consórcio iniciaram a demolição dos galpões do armazém do Cais José Estelita, na calada da noite, vários ativistas, ligados naquele momento a movimentos anarquistas, a alguns partidos, ao movimento estudantil, pessoas independentes e especialmente ligadas aos “Direitos Urbanos”, compareceram a partir de uma ação coordenada pelas redes sociais, para assegurar a salvaguarda dos armazéns e impedir o início das obras. Os ativistas vieram de suas casas e trabalhos para passarem pelas fendas – do tamanho de uma janela – dos muros do Cais Estelita. Foi, então, iniciada a ocupação.

Não era só pelos galpões. Era porque o Cais, abandonado durante décadas e sem vida, isto é, sem pessoas, encerrava uma política de gentrificação cujo combate havia se tornado o símbolo e o estandarte da luta por uma cidade democrática, inclusiva e plural, com vocação para a convivência mista e coletiva. Os galpões eram os nossos 20 centavos.

Nós não iríamos mais tolerar que a cidade em que vivemos fosse desenhada sem nós. A cidade deveria ser para as pessoas e também pelas pessoas. Nós estávamos tomando o debate em nossas mãos, estávamos gritando e estávamos criando as condições para sermos ouvidos. Estávamos mudando o jogo.

Para evitar a destruição imediata e a apropriação definitiva do Estelita foi necessário a ocupação física. Os ecos das manifestações de junho - que colocavam a participação popular como condição para a democracia - ganhavam um único corpo no sentido de que essa luta era pela radicalização da democracia. Não existia uma aversão aos partidos políticos, que poderia revelar alguma forma ingênua e moralista de fazer política, mas não agimos sobre a chancela de nenhum partido; especialmente porque a maior parte desses é financiada pelo capital imobiliário. Era uma luta política, mas sem a burocracia partidária e cujo financiamento vinha do bolso dos próprios ativistas e dos simpatizantes da causa.

Pessoas de diferentes motivações e não apenas dos Direitos Urbanos passaram a acampar no Cais Estelita para refrear a sua destruição. O Ocupe Estelita conseguia agregar várias bandeiras, muitas delas presentes nas Jornadas de Junho e que indicavam a necessidade de discutir o espaço público e democratizar a própria política, retirando o poder das instâncias burocráticas tradicionais e conferindo poder à participação popular. Internamente vivíamos a democracia direta por meio de assembléias que decidiam a organização do espaço, como vamos falar mais na frente e que ocorriam de modo radicalmente horizontal, respeitando a simetria de posições no que concerne ao direito à fala e à manifestação das diversas posições políticas.

O coletivo "Direitos Urbanos", até então fortemente marcado pelo domínio político de argumentos acadêmicos e jurídicos, passava a conviver com

grupos que traziam outras formas de envolvimento com as lutas pelo direito à cidade, como por exemplo, os anarquistas, os estudantes de diretórios, pessoas independentes, estudantes de urbanismo, militantes feministas e pessoas ligadas a partidos políticos.

Tensões se estabeleceram. De um lado, parte dos militantes do DU tinha o conhecimento técnico e político sobre questões mais específicas referentes ao Cais. Mas não tinham disposição física para dormir no acampamento. De outro, jovens estudantes, artistas e simpatizantes da causa não tinham, em sua maioria, as propriedades técnicas, mas estavam ocupando o Cais, com seus corpos, com seu trabalho, com seu espírito. Nosso elo básico e comum é que todos nós sofremos diariamente com essa forma desumana de se construir a cidade em nossa sociedade. Capinar a área, construir uma horta, organizar a estação de coleta seletiva de lixo, no intuito de manter o ambiente salubre e a promoção da educação ambiental dos ocupantes eram atos políticos, mas nem sempre compreendidos e valorizados como tal por alguns ocupantes.

Um claro conflito intergeracional estabeleceu-se, conflito esse que até hoje não foi suficientemente compreendido e avaliado. Um difícil e complexo processo de troca foi paulatinamente se desenvolvendo. A ética da alteridade e o aprender com as diferenças foram, em meio a muitas tensões, se construindo. Processos humanos estabeleciam-se, esgarçavam-se e se restabeleciam intensamente nas relações dentro e fora da ocupação. Discutíamos horas nas assembléias, tínhamos discordâncias sobre as estratégias de atuação, mas tínhamos um objetivo comum: o desejo de uma cidade coletiva que comportasse em seu seio a diversidade de visões de mundo existente em nossa própria ocupação. Resiliência sempre foi uma constante durante o nosso processo de ocupação.

Os corpos presentes no acampamento ensinavam que a ocupação física é uma forma de atuação política mediante a qual se publiciza o espaço, tornando-o coletivo através da presença de pessoas e faz com que elas se apropriem do que nunca deixou de ser delas. O que eram apenas armazéns abandonados passava a ser cidade porque pessoas circulavam e corpos ocu-

pavam aquele vasto espaço, o tornando público. Atividades culturais eram realizadas, escolas e oficinas para educar crianças das comunidades do entorno (e com ela nós mesmos nos educávamos), eram feitas aulas públicas e debates sobre a cidade, sobre outras movimentações sociais e sobre temas que nos afetam fora de lá, como machismo e homofobia, e que não queríamos reproduzir lá dentro. O que estava destinado com a realização do projeto, a ser restrito aos que têm o capital para se isolarem das demais pessoas por meio da construção das modernas fortalezas, era efetivamente público. A cidade se reinventava no Estelita.

Logo uma força tarefa de pessoas se formou no sentido de tentar construir as condições básicas que poderiam assegurar materialmente um espaço de convivência mínimo. Foram levadas e doadas por várias pessoas: barracas, comidas, estrutura de energia, eletrodomésticos, lonas, etc. O convívio com as pessoas das mais diferentes ideologias exigiu um aprendizado contínuo a partir do qual começamos a nos adaptar àquele espaço e dividir as funções responsáveis para a construção do acampamento. Com a articulação na internet, a ação inicialmente difusa de várias pessoas, transformou-se rapidamente num acampamento temporário, mas com ânimo de permanecer o quanto fosse necessário à causa.

Os diversos Ocupes Estelitas que ocorreram na frente do Cais na forma de atividades culturais e políticas se converteram num momento contínuo de ocupação, resistência. As nossas mensagens nas redes sociais eram claras: o Ocupé Estelita era hoje, permanente, todos os dias. Nesse sentido, as atividades culturais e políticas que ocorreram nos outros ocupes passaram a ser igualmente permanentes. Coletivos e movimentos também se inseriram no calendário de atividades da ocupação, como nos dias em que a Marcha das Vadias e a Bicletada (ou “Critical Mass”, que é uma ação sem líderes que se iniciou em 1992 em São Francisco nos Estados Unidos e que visa, a partir de um protesto espontâneo de ciclistas, que ocorre na última sexta-feria do mês em várias cidades do mundo, divulgar o uso da bicicleta e defender a sustentabilidade) encerraram suas caminhadas e pedaladas na ocupação. Aulões ocorriam

a cada semana e reuniam vários intelectuais do mundo universitário que se concentravam na abordagem de temas ligados aos movimentos sociais e à política urbana. A imprensa também era pauta desses aulões, sobretudo, porque ela inicialmente usou a tática do silêncio, ignorava o movimento, e quando esse silêncio não era mais possível recorreu à tática de criminalização do movimento, muitas vezes de cunho moralista, alegando que o movimento era fruto de um ideário de pessoas apegadas às ruínas do passado ou de “hippies” desejosos de novas experiências. No entanto, a atuação pífia da imprensa local deu vazão à mídia alternativa como, por exemplo, a presença da mídia Ninja, da rádio LAMA (Laboratório de Mídias Autônomas), jornalistas e de cineastas.

Eles filmavam tudo e disseminavam na internet. O Ocupe Estelita era real e virtual. A coincidência da Copa do Mundo - Recife era uma cidade sede - converteu-se num trunfo midiático do movimento que passou a estampar várias páginas de jornais de todo mundo. A nossa luta não era contra a Copa, mas a Copa foi a nosso favor no sentido de que a presença da mídia mundial em Recife, desejosa por cobrir as contradições do Brasil, serviu para dar amplitude ao nosso movimento. Vários jornais internacionais cobriam as nossas atividades. Como, por exemplo, La Republica, Le Monde, Al Jazira, Valor Econômico, Folha de São Paulo, o Globo, CNN, dentre tantos outros. A imprensa alternativa aliava-se à imprensa mundial e fazia o Ocupe Estelita ultrapassar as fronteiras do Recife. Pernambuco falava para o mundo.

As atividades culturais multiplicavam-se e eram, muitas delas, registradas por vários cineastas e jornalistas que juntavam-se ao movimento. Nessa perspectiva, várias oficinas eram feitas, mas sempre tendo como foco temas próprios da cidade. Oficinas de reciclagem, grafite, contação de histórias, instrumentos musicais, serigrafia passavam a fazer parte do cotidiano do Estelita. Além do “toque” pedagógico dessas atividades, existiam intervenções artísticas, que para o desagrado dos puristas, trabalhavam o nú e faziam do Cais Estelita um espaço de experimentação; como deve ser o espaço urbano.

Parte dessas atividades era autorizada e endossada pelas assembléias que conferiam um contorno democrático à experiência revolucionária de vi-

ver num espaço comum no coração da cidade do Recife. No entanto, havia sempre margem para as atividades espontâneas que a multiplicidade de pessoas e situações despertava. Essas atividades desempenhavam um importante papel de articulação das pessoas acampadas com a comunidade e das próprias pessoas entre si.

No entanto, as atividades de maior repercussão, do ponto de vista da participação de várias pessoas e de circulação de corpos no Cais Estelita foram os *shows*, sem cachê, que vários artistas como Otto, Karina Buhr, Siba, Eddie, Fábio Trummer, Lia de Itamaracá, Lirinha, Criolo, Marcelo Jeneci, e tantos outros fizeram em associação com o projeto Som na Rural, projeto que leva música, arte, cultura e política para as ruas, coordenado por Roger de Renor, produtor cultural de classe média. O histórico de Roger no incentivo à cultura pernambucana e à história do próprio Som na Rural, ele mesmo alvo de censura e tentativa de higienização pela prefeitura, foi auxílio luxuoso para conquistar o apoio da classe artística e dar visibilidade ao movimento. Mas muito mais: houve uma opção de fazer do movimento algo lúdico: manifestação, como disse tantas vezes Roger. Por fim, é importante sublinhar que além dos artistas independentes como o Conxitas que também ocupou o Estelita, transformando o Cais em palco para a sua arte, tivemos também a presença de blocos de carnaval militantes como o “Eu acho é pouco” e o “Ou vai ou racha”. Essas atrações fizeram milhares de pessoas circularem, conhecerem e desfrutarem do Cais Estelita. O que eram apenas galpões abandonados se tornava um enorme espaço de convivência e diversidade. Aliás, a diversidade que segundo Janes Jacobs é “natural às grandes cidades” (JACOBS, 2009, p.157), se realizava no Estelita. Afinal, o que são as cidades sem as pessoas? Nada. A cidade virava cidade. O Recife renascia no Estelita.

A força política da ocupação e do Movimento Ocupe Estelita era suficientemente forte para ultrapassar as fronteiras do Recife e do Brasil, mas não era suficientemente forte para vencer a barreira da mídia local, que insistia em tratar os ativistas como “baderneiros”.

Também não foi suficientemente forte para vencer a ideologia decisional

de um tribunal de (in)justiça altamente conservador. Uma liminar de reintegração de posse foi concedida em decisão teratológica: com violação direta do princípio do contraditório e inobservância dos preceitos legais aplicáveis². A cidade perdia quando a balança da justiça pendia, mais uma vez, para o lado do capital. A tensão se instalou com a notícia. Os advogados interpuuseram os recursos cabíveis e negociaram politicamente o eventual cumprimento do mandado junto às secretarias estaduais de defesa social, responsáveis pela atuação da polícia militar que viria a cumprir o mandado, e de direitos humanos. Foi pactuado que em nenhuma hipótese haveria o cumprimento do mandado sem aviso prévio ou de forma violenta. Caso o mandado viesse a ser cumprido - e ele poderia ser reformado via recursal - o objetivo comum seria o da desocupação pacífica e voluntária. Outro acordo firmado diretamente com o consórcio junto ao Ministério Público de Pernambuco também assegurava que eventual cumprimento do mandado seria previamente comunicado.

Entretanto, nenhum dos acordos foi cumprido. Na manhã do dia 17 de junho de 2014, um efetivo policial de cerca de 150 homens fortemente armados cercou o Cais José Estelita. A polícia mostrou a face coercitiva do capital.

A reintegração de posse do Cais Estelita desrespeitou as principais diretrizes que caracterizam um Estado de direito e democrático. Os advogados e advogadas do movimento, que acompanharam todos os acordos institucionais, não foram admitidos a entrar na ocupação para promover a desocupação voluntária. Assim como os (as) advogados (as) foram impedidos de entrar, os ativistas foram impedidos de sair: estavam acuados. O propósito não era, nem de longe, cumprir uma ordem judicial: era massacrar física e moralmente os membros do movimento Ocupe Estelita.

Sentados pacificamente nos trilhos do trem, às costas atacados pela ca-

2 Tratava-se de uma decisão terminativa de mérito em agravo de instrumento interposto contra despacho de vista ao Ministério Público. A decisão monocrática que resolveu o mérito recursal de modo definitivo deu-se sem ouvida da par-te contrária. Além disso, nenhum dos requisitos exigidos pelo parágrafo 1o do art. 557-A do CPC foi minimamente atendido. O TJPE entendeu que a propositura da ação contra réu incerto autorizava o julgamento definitivo sem observância do princípio constitucional do contraditório.

valaria; à frente atacados pela polícia de choque. De mãos dadas e cantando hinos de resistência e palavras de ordem, tornaram-se alvos fáceis para a perversão do Estado: bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo disparadas a pequena distância, tiros de balas de borracha, golpes de cassetetes e chicotadas foram a resposta do Estado ao nosso pedido de uma cidade para pessoas.

Uma de nossas advogadas discutia com o oficial de justiça sobre o fato de que a polícia não se encontrava no domínio territorial da decisão judicial³. Notadamente, os trilhos são propriedade federal e não estava dentro da área do mandato de reintegração. O oficial de justiça demonstrou conhecer, situação de rara gravidade, pois o agente da lei tinha plena ciência de que não estava sendo cumprida a lei. Ou seja, a decisão judicial que servia de justificativa à ação policial não estava ali sendo cumprida. Covardia. Essa era a palavra mais suave para designar a ação da polícia.

Aproximadamente às 6h40, a ação ilegal da polícia na área interna do Cais havia sido concluída. Entretanto, a violência policial seguiu até às 18h. Mais uma demonstração clara que a última coisa que se pretendia no dia 17 de junho era cumprir um mandado: toda a ação governamental era uma ação de repressão política com finalidade de acabar com o movimento. Imagem síntese disso é o ataque com bombas de gás lacrimogêneo à assembléia que se organizou no início da tarde na praça em frente ao Cais, quando os ativistas estavam sentados de modo legítimo.

A violência institucionalizada é a falência do Estado. Ela finca muros para que os cidadãos não exerçam livremente o direito de discutir e planejar a cidade. A violência da polícia é também covarde porque se estrutura na assimetria das forças. Enquanto nossas armas são o desejo por uma cidade planejada coletivamente e priorizando a coletividade, a polícia dispõe de armas que ferem não apenas os nossos corpos, mas, sobretudo, tentam ferir a nossa dignidade. Contra a força desproporcional da polícia, dispúnhamos apenas

3 A área do Cais José Estelita é dividida em uma área alienada para o consórcio através de leilão impugnado judicialmente e de área de domínio da União, que não estava acobertada pela decisão judicial.

da coragem de quem luta não para garantir seu investimento – como fazem aqueles empreiteiros que vão aos debates dizendo cinicamente que estão pensando a cidade – mas de quem sonha cidades. Contra o forte poder do capital imobiliário tínhamos a consciência de que a nossa luta não é para tirar vantagens ou subtrair dividendos. Queremos o direito de querer, isto é, desejamos um Estado que não esteja subordinado às empreiteiras como Moura Dubeux e Queiroz Galvão, mas que sirva aos interesses da maioria, materializados num plano diretor amplamente discutido pela sociedade e por uma cidade que preze efetivamente pela diversidade de construções e de uso compatíveis com a diversidade e multiplicidade das pessoas.

O nosso desejo de desejar uma nova cidade foi mais forte. Resistimos. Fizemos um novo acampamento fora do terreno. Toda mobilização que permitiu desbravar o Cais Estelita foi convertida na rápida capacidade de erguer um acampamento embaixo do viaduto. Ao lado do Estelita, fisicamente. Dentro de Estelita, espiritualmente. Era o sentimento que rondava pessoas com interesses políticos não necessariamente coincidentes, mas certamente voltados para uma causa comum, a saber, o desejo de participar das decisões da cidade e de converter o Cais Estelita no sinônimo de uma cidade realmente democrática. Nesse ponto é importante ressaltar que a democracia radical, com participação popular direta, é um processo lento e cansativo porque exige que se escute diversas posições. Exige respeito mútuo. Nada fácil para um movimento que continha grupos das mais variadas vertentes da esquerda. Estavam presentes no Ocupe Estelita, segundo depoimento e Ivana Driele (formada em história e ativista do movimento Ocupe Estelita), pessoas que se filiavam a movimentos, como, por exemplo, Unidade Vermelha, partidos políticos, MEPR, Direitos Urbanos, Anarquistas, Black bloc, Centro Popular de Direitos Humanos, feministas, FIP, MUDA, DA's de universidades. A diferença entre as gerações que compunham esses diferentes grupos se traduziam num aprendizado a mais para o processo.

Além das dificuldades internas, com a administração de alimentos e demais materiais doados constantemente graças a mobilização virtual do

Ocupe Estelita por meio das redes sociais, o movimento logo atraiu o olhar das comunidades do entorno (Coque, Cabanga, Coelho e Brasília Teimosa) e de pessoas da comunidade que já conviviam conosco (isso diferencia a condição social dos acampados em relação a outras ocupações próximas, uma vez que conseguimos uma estrutura, que as comunidades levam anos para terem, em alguns dias). Essas comunidades reconheceram no grupo de pessoas acampadas embaixo do viaduto uma classe privilegiada, mas disposta a compartilhar uma vida em comum. Aliás, é isso que se exige da cidade. O Estelita era um laboratório de uma cidade democrática e, por isso, o convívio com as comunidades do entorno, citadas acima, não apenas era inevitável como era desejado. Fizemos isso. Além das já citadas oficinas, tivemos que recorrer a outras formas de atuação pedagógica para conviver com as mazelas de cidades segregadoras como o Recife. A pedagogia da conversa, do diálogo. A droga circulava entre crianças e a ameaça à integridade física dos acampados do Ocupe Estelita, feita por algumas pessoas de algumas comunidades - talvez cooptadas pelo consórcio "Novo Recife" ou muito provavelmente ligadas ao tráfico que se incomodava com a grande circulação de pessoas na área -, exigiam do movimento atitudes que, por um lado, não poderiam se assemelhar às medidas higienistas, combatidas por nós, e, por outro lado, não poderiam ser indiferentes ao problema - social - de conviver com crianças dopadas por entorpecentes, especialmente a cola. Considerando que as pessoas da comunidade já estavam lá, antes de nossa chegada, era preciso contornar a situação. Essa foi uma das pautas mais debatidas da ocupação. Contornávamos com diálogo algumas dificuldades como o consumo de drogas por crianças, códigos morais conservadores de algumas pessoas, de algumas comunidades, que não toleravam tão facilmente relações afetivas variadas, e diferenças de comportamento em alguns protestos. Com o passar dos dias essas dificuldades, no entanto, não eram extirpadas e revelavam um conflito de classes no sentido de que os comportamentos se diferenciavam em função de padrões culturais e financeiros distintos. Esses conflitos também revelavam a inexperiência do movimento para lidar com essa situação

que separava os acampados do Movimento Ocupe Estelita e as diversas ocupações que faziam dos terrenos do entorno não apenas uma luta política, mas uma luta por sobrevivência.

Para lembrar Pierre Bourdieu, a fração dominada da classe dominante, composta por pessoas com, no mínimo, capital cultural e em alguns casos, com capital financeiro, deparava-se com outra fração da cidade - maior fração da cidade - composta por pessoas cujo acesso aos direitos urbanos foi vedado. O modo de resolução de conflitos, as demandas, as formas de protestar não coincidiam com as ações de algumas pessoas da comunidade para as quais “apanhar da polícia” não é um acidente, mas está na marca da sua condição de vulnerabilidade, vulnerabilidade face ao Estado, que na maior parte das vezes, aparece apenas como o soldado amarelo de Graciliano Ramos, isto é, para oprimir. A vida embaixo do viaduto é difícil para todas e todos. O acampamento exposto a bombas jogadas por pessoas, algumas delas que passavam em carros de luxo, que se opunham a ele, definitivamente não era um lugar seguro. Pessoas que poderiam ser da comunidade, poderiam ser ligadas ao tráfico, essa última era a maior possibilidade, ou mesmo contratados pelas construtoras circulavam no acampamento e, em alguns casos, nas casas dos ativistas e nos intimidavam. Nada disso abalou as nossas convicções de imediato. Mantivemos a maior parte das atividades.

Nosso inimigo externo era difuso, mas certamente acompanhado por uma questão de classe que internamente - entre os ocupantes - se transformava numa questão de geração no que concerne ao melhor modo de proceder em relação à segurança do acampamento. Parte importante do movimento, as pessoas menos jovens, prezavam pela segurança e apontavam a saída do acampamento como uma atitude razoável, dado o contexto, além do fato importante politicamente, de que o acampamento não era mais estrategicamente tão interessante. Outras pessoas, mais jovens em sua maioria, ainda guardavam a esperança de seguir com a ocupação. No entanto, a ideia de criar um novo fato político suspendeu temporariamente a decisão de permanecer ou não no acampamento. Pensamos em ocupar a prefeitura. Continuamos no

acampamento, mas estendemos ele para além do viaduto. No entanto, para ocupar a prefeitura era necessário uma estratégia, uma boa estratégia. Em conversa presencial e longe das redes sociais, que poderia ser vulnerável a ataques de membros da prefeitura, governo e das próprias empreiteiras, decidimos no dia 29 de junho de 2014 ocupar a prefeitura na manhã seguinte no dia 30 de junho de 2014 em que ocorreria um encontro das entidades que serviam de interlocução entre a prefeitura e a sociedade civil organizada. Essa decisão foi um passo importante. No entanto, para ter sucesso a ocupação da prefeitura teria que ser feita de modo rápido e sem dar margem para que a prefeitura montasse um grande e intransponível sistema de segurança.

Traçamos essa estratégia de modo sigiloso. Falamos e partilhamos a nossa estratégia apenas com aqueles que não estavam presentes na reunião do dia 29 de junho de 2014, mas que guardavam a nossa confiança. Tudo no boca a boca. Na manhã do dia 30 vários ativistas se dissimulavam sob a veste da nossa fantasia mais real, qual seja, a fantasia de cidadão que procura os serviços da prefeitura. Circulávamos na prefeitura entre tantas outras pessoas. Ativistas que se conheciam e se cruzavam sem trocar palavras; disfarçavam. Tudo foi orquestrado para que a surpresa da nossa ação de ocupação da prefeitura pudesse garantir o sucesso da própria ação. Depois de formarmos um grande volume de ativistas – que permaneciam sem se comunicar e apenas rondavam os pavimentos iniciais da prefeitura por volta das 9:00 horas – foi a hora de transformar o silêncio num único grito: Ocupe! Ouviu-se esse grito ao redor da prefeitura. Nesse momento já éramos algumas dezenas de ativistas. Não demorou para que as barracas comesçassem a sair das bolsas, instrumentos musicais aparecerem e o desejo de ocupar a prefeitura se tornasse realidade, inédita realidade. Acampamos na prefeitura com o mesmo espírito lúdico e combativo que marca o movimento Ocupe Estelita. A prefeitura era agora a extensão do nosso acampamento. Seis barracas e dezenas de manifestantes coloriam de esperança a prefeitura.

A nossa ocupação conseguia se estender à prefeitura. Conseguir ocupar a prefeitura foi, pelo menos, uma vitória no que concerne ao sucesso de nossa

capacidade de se articular em segredo e de modo uniforme em favor de um ponto em comum. Isso certamente facilitou uma redução das contradições do movimento. Ficamos ainda mais juntos e juntas. Pela primeira vez um grupo montou acampamento e dormiu na prefeitura do Recife. Um fato inédito que revelava a nossa disposição por construir uma atuação política centrada na participação popular. O Cais Estelita representava a cidade, mas especialmente o desejo de participar das decisões da cidade. Dois dias de lutas tornaram o espaço de decisão mais importante da cidade em um lugar que comportava uma nova política. A política com participação direta da sociedade civil - exigida pelas manifestações de junho - ganhava seus primeiros rascunhos, isto é, no coração do poder se desenhavam os primeiros contornos de uma política não calcada na representação. A prefeitura suspendeu parte dos seus serviços numa tentativa de colocar a população contra o movimento. Esqueceram que nós éramos também cidadãos. Continuamos. Exigimos um canal de negociação.

Primeiro vieram as entidades, formadas por instituições como, por exemplo, a Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Católica de Pernambuco, Universidade Federal Rural, Instituto de Arquitetos do Brasil, Fundações, dentre outras, para falar com o Movimento Ocupe Estelita. Elas solicitavam o fim da ocupação para que um canal de negociação com a prefeitura fosse aberto. As entidades repetiam, nesse ponto específico, a proposta da prefeitura. Funcionaram nesse momento como um ventrículo. A nossa resposta foi “não”. Não iríamos desocupar enquanto não fossemos ouvidos pela instância máxima da cidade, o prefeito. A nossa luta foi o motivo pelo qual ainda existia uma disputa política entorno do Cais. A consulta às entidades só ocorreu após toda a nossa mobilização. Nós tínhamos que estar na mesa de negociação sobre o redesenho do projeto novo Recife. A nossa exigência era o direito à voz. Ficamos resolutos na convicção de que podíamos mais. E conseguimos. O prefeito nos atendeu.

Depois de várias idas e voltas de assessores do prefeito, que sucederam as tentativas de negociação com representantes das entidades e secretários da prefeitura, o Movimento Ocupe Estelita foi finalmente ouvido. O prefeito

decidiu nos atender. Segunda vitória do dia, longo dia.

A nossa pauta era exposta na frente da instância de poder máxima na cidade, governada pelo modelo de democracia representativa. As manifestações de junho que sonhavam com maior proximidade das decisões por parte da população ganharam na negociação com o prefeito uma materialidade. Tudo isso devidamente registrado por nossa incansável equipe de streaming

Depois de conseguirmos retomar a negociação sobre o Cais e conscientes da insegurança do acampamento, decidimos desfazer o acampamento para multiplicar ações como a ocupação da prefeitura que teve êxito relativo.

O Movimento Ocupe Estelita, que inicialmente foi protagonizado pelos “Direitos Urbanos”, já tinha um corpo próprio e reunia vários movimentos e coletivos. Várias tendências políticas de esquerda se alinhavam, não sem dificuldades, mas num esforço constante de alinhamento, em torno de um projeto de cidade em que o desenho urbano estivesse a favor do coletivo, da vida em coletividade. Pressão, protestos, forte combate nas redes sociais e uma disposição inabalável para a luta por uma cidade justa se transformaram numa ação permanente e configuraram o movimento OcupeEstelita como um catalisador das demandas por uma reforma urbana. No dia 17 de julho de 2014 foi realizada uma audiência pública - exigida veementemente pelo movimento - para discutir as diretrizes urbanísticas para o cais. Essa audiência levou centenas de pessoas a sair de casa na chuva. A imagem da audiência era um retrato da democracia. Entre uma maioria jovem, muitos idosos mostravam disposição para ficar até o fim. O auditório não tinha capacidade física para suportar todas as pessoas que dela queriam participar. Centenas de pessoas assistiam pela janela, do lado de fora, na chuva, a audiência. Várias propostas foram redigidas pelos ativistas e uma construção - bastante detalhada - de diretrizes foi feita pelos Direitos Urbanos e entregues à prefeitura para avaliar a situação do Cais.

Entretanto, a prefeitura não fez nenhum proveito dessas contribuições. Desdenhou da participação popular, desacreditando a própria negociação aberta e sem até o momento apresentar nenhuma proposta concreta de mudança do projeto.

A luta agora é para obrigar a prefeitura a decidir pela cidade para pessoas e, portanto, cancelar ou refazer completamente o projeto “Novo Recife”. Com o movimento Ocupe Estelita foi introduzida uma nova pauta para a esquerda brasileira, o espaço urbano. O Ocupe Estelita nos ensinou que para desenhar a cidade é preciso tomar consciência de que a mudança está no alcance de nossas mãos e na medida dos nossos desejos.

Nesses termos, acreditamos que as Jornadas de Junho continuam ecoando quando o Movimento Ocupe Estelita assimila, por um lado, a ocupação física dos espaços da cidade como uma forma de torná-los coletivos (ver ANDRADE OLIVEIRA, 21014b) e, por outro lado, quando ensina que o hiato que separa a sociedade das instâncias burocráticas de decisão política, só pode ser superado com a pressão popular por participação nas decisões políticas. Portanto, o espírito das manifestações de junho continua vivo quando reconhecemos no Movimento Ocupe Estelita a luta política pela política. Lutamos, a partir de uma organização horizontal, para que a política seja entendida como a participação paratária das pessoas nos processos de decisões da cidade.

Referências bibliográficas

ANDRADE M. OLIVEIRA, É. *Direitos Urbanos: a luta em rede*. Recife: Fundação Joaqui Nabuco (FUNDAJ): Revista Coletiva, v. 11, p. 10, 2014.

ANDRADE M. OLIVEIRA, É. *Recife em ebulição: os Direitos urbanos, Ocupe Estelita e as novas formas de atuação política*. Rio de Janeiro: Revista Insight INTELIGÊNCIA, n.66, ano, XVI, 2014b.

BUKONWSKI, C. *As massas*. In *Miscelânea de Septuagenária Contos e Poemas*. Porto Alegre: LPM, 1990.

JACOBS, J. *Morte e vida das grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001.

<http://direitosurbanos.wordpress.com/>

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

08

RIO DE JANEIRO

**JUNHO PRETO:
Favelado
ocupando as ruas**

Thamyra Thâmara

RIO DE JANEIRO

08

Junho Preto: Favelado ocupando as ruas

Thamyra Thâmara

Na manhã do dia 26 de novembro de 2012, o jovem Mário Lucas, 18 anos, morador do Morro da Fazendinha, no Complexo do Alemão, foi cruelmente assassinado por dois PMs à paisana dentro de sua própria casa. Dois dias depois, veio o toque de recolher na favela do Borel. Estes dois episódios foram o estopim para que o jovem dono de uma distribuidora de internet na favela, estudante de publicidade Luciano Garcia, morador do Complexo do Alemão, se reunisse a um grupo de amigos do Borel e do Alemão e, juntos, promovessem um evento de repúdio à violência policial das UPPs. Com livre inspiração nas mobilizações internacionais surgidas após o Occupy Wall Street, o Ocupa Alemão e o Ocupa Borel tornaram-se as primeiras iniciativas do gênero organizadas por jovens de favelas cariocas. Logo depois o Ocupa Alemão, de movimento, transformou-se em um coletivo centrado nas questões de direitos humanos.

Um coletivo formado por jovens, em sua maioria, moradores do Complexo do Alemão no Rio de Janeiro que acredita na construção de um novo circuito no qual a favela pode sim propor soluções para as demandas da cidade. A cidade que queremos é uma cidade que considera a diversidade como ponto de partida para a criação e gestão. Uma cidade que é de todo mundo, uma cidade de fato para todos! O coletivo por meio da ocupação de becos, vielas e do asfalto trabalha a questão do DIREITO À CIDADE, perpassando por três vertentes: direito à moradia, direito à vida e o direito à produção simbólica de si mesmo e do lugar em que se vive. Atualmente os integrantes do grupo são: Pamela Souza, Rafael Balho, Thaina Medeiros, Thamyra Thâmara, Carol Lucena, João Lima e Leonardo Souza.

Junho

Junho começou lá em 2013 e vem ecoado até agora. Todo dia, junto com a luta diária, um outro junho renasce trazendo a esperança de que um novo Brasil é possível. A princípio, a participação do coletivo Ocupa Alemão nas manifestações lá em 2013 foi individualmente. Começamos a ir como indivíduos identificados com a causa e não como coletivo. Estávamos ali, mas não levávamos nenhuma bandeira específica no primeiro momento. No Rio de Janeiro, a primeira manifestação contra o aumento da passagem reuniu 200 pessoas, na segunda já havia cinco mil pessoas na rua e começamos então a participar. O coletivo, composto por cinco pessoas na época: Pamela, Raul, Thamyra, João e Thainã, estava presente nas manifestações fotografando, fazendo cobertura online na página do Ocupa e como militantes. A cobertura em tempo real na página do coletivo ficava por conta do João e da Thamyra, ambos jornalistas de formação e fotógrafos. Os demais integrantes do coletivo iam às ruas como militantes e divulgavam seus depoimentos e impressões do movimento, que aos poucos ia “pegando corpo” em suas páginas pessoais no facebook e na página do coletivo. Depois de um tempo, fomos nos integrando como coletivo e junto com outros movimentos sociais de favela, levantando a nossa própria pauta que acabou sendo socializada com todos: #desmilitarizaãodaPM, #ForaUPP, #CadeoAMARILDO, #remoções #nãoaoteleférico, #genocídiodajuventudenegra.

No dia 20 de junho de 2013, o dia em que um milhão de pessoas foram às ruas no Rio de Janeiro, organizamos uma saída coletiva no Complexo do Alemão. Marcamos com jovens, moradores e coletivos na entrada da favela da Grota, pegamos o ônibus 312 em direção à Candelária, onde estava marcada a concentração, mas antes descemos em frente ao prédio do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais – IFCS, onde marcamos com outros coletivos e movimentos de favela para confecção de cartazes.

No facebook, a chamada para a concentração na favela da Grota era: “COMPLEXO DO ALEMÃO vai descer o Morro pelos seus DIREITOS. Não é só

R\$0,20 da tarifa de ônibus. É pelo desprezo às Favelas. Pelo abandono das obras do PAC. Pela opressão aos jovens negros. Pelos subornos. Pelos desvios de verbas. Concentração 17/06 às 15hs na entrada da Grota - Complexo do Alemão, rumo à manifestação no Centro da Cidade primeira parada no IFCS para junto com outros favelados ir para CANDELÁRIA! #vamospraruá”.

O flyer com o texto teve mais de mil compartilhamentos e no outro dia, nas manchetes dos jornais a culpa da “quebradeira” era dos moradores de favela, especificamente do Complexo do Alemão que decidiu “descer o morro e ir às ruas”.

Através do estopim de junho e das várias pautas de luta que foram suscitadas na cidade, o Coletivo Ocupa Alemão, junto com outros movimentos parceiros, começou uma série de intervenções na cidade e nas redes sociais com o objetivo de continuar o debate iniciado e de permanecer nas ruas e nas redes.

Ações e desdobramentos - Junho infinito

Plenária Popular de Favela

A primeira plenária popular de favela pós-junho foi organizada na primeira semana de julho de 2013 com o intuito de debater e refletir com a juventude de favela sobre os últimos protestos na cidade do Rio de Janeiro e por consequência, qual seria o papel da favela dentro dessa atual conjuntura. A chamada pelo facebook era:

A despeito das inúmeras barreiras simbólicas que segregam a cidade, a classe média cruzou a Avenida Brasil. A favela também foi para o asfalto, um pouco tímida, mas foi. A Avenida Brasil não era dos Tufões, era dos Silvas, Joãos, Marias e Josés. O encontro! O começo de uma nova era se dá pelo encontro e convívio com as diferenças. Porém, entender as diferenças não significa esquecer que a balança pende para um lado. Ela não é justa. E para igualar vai ter que disputar. A luta de classes passa pela disputa do discurso, de ser ativo e presente na construção de um imaginário, sobre si e sobre o lugar em que se vive, sem que o mesmo passe pela tutela alheia. É poder pensar sem

ser catequizado, é poder falar sem ser castrado. E é poder fruir na cidade nas condições de pertencimento e de visibilidade. Uma sociedade justa começa por igualdade de direitos e de oportunidades. Pelo direito à vivenciar a cidade em sua plenitude e poder produzir no território sem a mão condutora dos senhores de engenho. Viva a CIDADE que é FAVELA e a Favela que é CIDADE. É preciso ouvir os moradores de favelas e a juventude de favela que não estão ligados a movimentos e não estão necessariamente engajados. É essa juventude que quer falar, produzir e fazer política na cidade!! E nas próximas semanas acontecerão plenárias populares no Jacarezinho, Maré, CDD, Alemão, entre outras, organizadas pelos coletivos presentes em cada território e pelo GT de comunicação e cultura da Juventude de Favelas contra Violências.

A ação foi realizada em julho, no bairro da Penha, em frente às obras da Transcarioca. A ideia era fazer uma plenária popular na rua junto com os transeuntes e debater também as obras inacabadas, o impacto para os moradores e as remoções, junto com a exibição do filme “100 MIL RJ”, feito de forma colaborativa durante as manifestações. Além do debate, rolou uma manhã de grafitada com os artistas da Penha, Wallace Bidu e Mario Bands, nos muros que restaram das recentes remoções com o intuito de resgatar a memória das famílias que se foram e começar um processo de criação de uma galeria de arte a céu aberto.

Campanha virtual #CADEOAMARILDO?

No final de julho de 2013, começamos uma campanha virtual convocando a todos, em solidariedade à família do Amarildo e à Favela da Rocinha, a usar em suas capas do facebook até o esclarecimento do desaparecimento de Amarildo o meme: “DANE-SE A TOULON CADE O AMARILDO?”. Convidamos também os seguidores da página a se fotografarem com a hashtag #cadeoamarildo? Além da campanha virtual, organizamos uma reunião aberta junto à família do Amarildo, moradores e coletivos da Rocinha para construir uma

ação em conjunto com o objeto de visibilizar o caso e pressionar o governo.

Amarildo era um ajudante de pedreiro morador da Rocinha que desapareceu após acompanhar a Unidade de Polícia Pacificadora – UPP para prestar depoimento. O desaparecimento veio à tona em junho e teve força e visibilidade durante as manifestações na cidade. Atualmente o caso já foi esclarecido. Todos sabem agora que Amarildo foi assassinado por policiais da UPP, mas seu corpo até hoje não foi encontrado.

GatoMÍDIA: Favelado sagaz lutando por direitos

Em setembro de 2013, no clima de manifestações por toda a cidade, organizamos uma roda de convivência com duração de dois meses com o intuito de debater com a juventude de favela as manifestações, demandas da favela e os novos formatos de luta política pelas redes sociais. A comunicação como direito coloca o indivíduo como protagonista e criador da sua própria subjetividade. Esse era o principal eixo da roda: debater, criar e produzir em torno do direito à cidade, pensando como princípio básico o direito à comunicação através de oficina de fotografia, redação, cobertura colaborativa e artes. Além das oficinas acontecia também debate com a presença de convidados sobre os seguintes temas: segurança pública, direito à moradia, diversidade sexual, diversidade religiosa, entre outros.

Os encontros tiveram a duração de dois meses com rodas de compartilhamentos, criação e produção em torno do “Direito à Cidade” e da apropriação das novas mídias na luta por REPRESENTAÇÃO e CIDADANIA. As rodas de convivência foram articuladas pelos integrantes do OcupaALEMÃO, cada um na sua área de interesse, com a participação também de coletivos parceiros, acadêmicos parceiros e mestres populares da localidade. Participaram jovens (de 15 a 18 anos) do Complexo do Alemão e de bairros do entorno e ao final dos trabalhos tudo que foi produzido foi exposto e divulgado na página do coletivo no facebook.

Durante o GatoMÍDIA, numa oficina com a temática segurança pública,

produzimos coletivamente com os jovens participantes o manifesto: 'A Gente Não Quer Só Polícia'. Cada jovem era responsável por escrever uma frase ou uma palavra que representasse o que ele pensava sobre a polícia e quais mudanças ele queria. Ao final, o manifesto foi postado na página do Ocupa Alemão e viralizado na internet:

A gente não quer só polícia

Quem me oprime é o bandido fardado

Quem me oprime é o bandido do Estado

A contenção da camada pobre não pode ser apresentada como uma coisa boa

A gente não quer só polícia mesmo porque eu não confio nela

Ela mexe comigo, me chama de gostosa

Descobre meu nome, quer me comer todo dia

A gente não quer só polícia e todo mundo sabe bem do que precisa.

Queremos ser respeitados como cidadãos da zona sul #Leblon

A gente quer transparência e verdade

Respeito e segurança de verdade

A gente quer conhecer, saber desconstruir estereótipos, na hora e no lugar

Vida decente.

Justiça para todos

Nós queremos proteção

Não discriminação e agressão

No rio de janeiro Cabral quer ser o grande irmão do livro de George Orwell

A gente quer amor

PAZ

Um mundo menos desigual

Saneamento básico

Liberdade de expressão

CULTURA

Polícia para quem precisa de polícia

Eu quero o respeito de andar tranquilamente no lugar onde eu nasci

Queremos coletivamente debater o conceito da vida, refletir sobre e agir no

campo prático. Se o que eu quero entrar em conflito com o que o outro quer, e é aí que a mudança se iniciará.

A gente não quer só polícia, pelo menos não essa polícia.

Será possível a polícia sem armas de fogo? Sem fuzil?

Uma polícia verdadeiramente comunitária?

Uma polícia pacífica que garante a paz?

Como será isso? O primeiro passo é imaginar

Eu quero que o braço do estado nas favelas seja investimento público nos serviços que cada comunidade identificar como prioridade. Queremos o direito de ir e vir a qualquer hora e lugar. Queremos o direito a comunicação e o direito de expressão sem repressão. Por uma mídia que fale, mas não me cale. Por uma educação que ajude a construir e não a formar. Uma polícia com menos política e mais humanista

A gente quer mais liberdade

Farofaço

Em dezembro de 2013, o jornal O Globo publicava em sua manchete o surgimento de novos arrastões na praia de Copacabana no Rio de Janeiro. Uma internauta postou no facebook um depoimento polêmico, afirmando que a culpa dos arrastões era do ônibus 484 que vinha do Complexo do Alemão em direção a praia “toda hora”. Por causa da criminalização do pobre e da favela resolvemos fazer uma ocupação simbólica na praia de Copacabana com o nome “Farofaço”. O Slogan do evento era: “Pelo DIREITO de SER como se É! Pelo DIREITO de andar onde e quando se quer. Pelo Direito à Cidade! Não só para ir trabalhar, mas pelo direito a circular para o lazer, diversão e troca de conhecimento.#PelosDIREITOS #FAROFAÇO!”.

Depoimento que circulou na internet antes e pós o ato farofaço:

Quando o termo “farofa”, para designar um comportamento praiano surgiu, ele tinha como princípio estereotipar o morador do subúrbio/favelas em suas práticas de diversão na praia, em que a presença de alimentos trazidos

de casa era a bandeira desta imagem mal vista: o clássico e barato frango com farofa. A cidade maravilhosa é uma construção midiática em que o comportamento “favelado” ou “farofeiro” não condiz com este discurso. Assumir o termo “farofaço” não se trata de reforçar um estereótipo negativo, mas sim de uma disputa pela nomenclatura utilizada pela elite para falar negativamente de um comportamento definido por eles. Afinal, quem definiu qual é o comportamento modelo para se estar na praia? Comprar sanduiche natural a 7 ou 8 reais na praia ou levar uma bolsa térmica com vários com um gasto de aproximadamente 10 reais (com guaraná natural incluso)? E por falar em comportamento aceitável para se estar na praia podemos dizer que “inaceitável” é o julgamento preconceituoso e racista desferido contra o pobre na praia! Inaceitável, é o comportamento que diz que todo suburbano/favelado é um suspeito de prática de arrastão. VAMOS à praia DIA 08 DE DOMINGO pra ensinar a elite, não apenas como se comportar na praia, mas como enxergar o suburbano/ favelado sem a venda do preconceito.

Nesta época, um suburbano escreveu um texto que ficou conhecido como “o manifesto farofeiro”, no qual ele se assumia farofeiro como um ato político! Era farofeiro porque dava valor ao seu dinheiro! Era farofeiro, porque confiava na comida feita em sua casa.

Ação Virtual “Quantas armas você vê por dia?”

Em fevereiro de 2014, buscando chamar atenção para a militarização dos territórios populares através da política de segurança pública chamada de Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), o Thainã, integrante do coletivo, fez uma postagem da página sobre ter visto 15 armas de fogo em uma trajetória entre complexo do Alemão e Vila Cruzeiro. No outro dia, ele fez outra postagem dizendo: “hoje, foram no mínimo umas sessenta, em um intervalo de 30 minutos só no Complexo do Alemão. SIM! SESSENTA ARMAS DE FOGO! Não é exagero!?! Destas SESSENTA ARMAS DE FOGO, cinco foram APONTADAS PARA MIM. Das cinco, apenas uma era pistola o resto fuzil”.

Depois desse depoimento na página do coletivo, vários comentários foram feitos e a partir daí, pensando na pauta da desmilitarização da Polícia Militar levantada durante os protestos de junho, começamos uma campanha virtual com a pergunta: *QUANTAS ARMAS DE FOGO UM MORADOR DE FAVELA VÊ POR DIA? E UM MORADOR DO LEBLON? PAZ TEM CLASSE SOCIAL? E QUANTAS ARMAS DE FOGO ESTIVERAM NA SUA DIREÇÃO ESSA SEMANA?*

Plenária popular no Complexo do Alemão

Em março de 2014 uma ação policial no Complexo do Alemão vitimizou um policial militar. Na mesma semana, cinco jovens foram presos acusados de terem participado do conflito e responsáveis pela morte do PM. Entre os jovens presos, um foi apontado como inocente pela família e moradores que exigiam a revisão de sua prisão. Na mesma semana, um protesto foi organizado pelos moradores na Avenida Itararé contra a prisão do jovem. A manifestação terminou em conflito entre moradores e a polícia, que não permitiu o fechamento da rua e a continuação do protesto. No outro dia, uma manchete no jornal EXTRA publicava “Morador ganha R\$ 200 do dinheiro do tráfico pra protestar contra UPP”, acusando assim os moradores do Complexo do Alemão de terem recebido dinheiro do tráfico para irem às ruas se manifestarem.

Diante da criminalização dos movimentos sociais, especificamente movimentos sociais de favela, organizamos coletivamente uma plenária popular junto com parceiros, instituições e coletivos no Complexo do Alemão visando à construção de uma manifesto coletivo¹ e de outras possíveis ações contra essa criminalização e o aumento de morte de jovens em favelas com UPPs. Entre os coletivos e instituições do Complexo que aderiram à plenária estavam: Instituto Raízes em Movimento, Educap - Espaço Democrático De União, Convivência, Aprendizagem E Prevenção, Jornal Voz das Comunidades, coletivo Complexo do Alemão, entre outros.

1 O Manifesto encontra-se no ANEXO I.

Depois do manifesto criado fizemos uma adesão pela internet com a assinatura de mais de 200 coletivos do Rio de Janeiro e outras cidades. Além disso, o manifesto foi para a plataforma virtual 'Meu Rio' e recebeu mais de mil assinaturas individuais.

Evento: A gente não quer só polícia

Em Abril de 2014, no feriado de Tiradentes, continuando o debate sobre a desmilitarização da polícia militar, organizamos a ocupação "A gente não quer só polícia". A ação propunha uma ocupação artística na favela com performances, intervenções, exposições, oficinas, bate-papos e um rolezinho pela comunidade. A chamada para o dia era: "E se no lugar de cada policial tivesse um artista? O que poderíamos fazer juntos? Como falar de direitos através da arte?".

A ocupação começou com a intervenção "Hoje acordei com fome de sonhos", de Clarice Rito Plotkowski, seguiu com a exposição 'É NOIS NA PISTA', do fotógrafo e jornalista João Lima, com fotografias das manifestações de junho que mostravam os momentos em que a favela esteve na rua lutando por direitos e pedindo participação social junto com os cartazes "A GENTE NÃO QUER SÓ POLÍCIA", criados pelos jovens participantes do GatoMÍDIA. Depois aconteceu a performance "Eu sou uma mulher então, com certeza, tenho a culpa", de Sandra Bonomini, a intervenção "Troco um café por uma palavrinha sobre a cidade" por Ítala e Jaime, o varal de fanzine do Poeta Xandu, a oficina de bonecos para a criação de um teatro de sombras da Kalon Kikon W. Garcez e arte nos muros com o grafiteiro Roma. Durante a noite, rolou a intervenção da galera do coletivo Projetação nos muros da favela com as tags #ForaUPP, #Foda-se a FIFA, #desmilitarização, entre outros.

Copa pro Alemão ver

Em junho de 2014, às vésperas da abertura da Copa do Mundo, saiu um levantamento do Fórum de Juventude do Rio de Janeiro sobre o número de

durante toda a ação filmando e fotografando o rosto dos presentes buscando nos intimidar. Na internet a chamada para o evento era:

Copa para “os Alemães”! Mas não para “O Alemão”

Copa para as mega construções! Mas não para as reais necessidades!

Copa para as demolições! Não para as reconstruções!

Copa para os torcedores que investiram em estádios! Mas não para os torcedores que pagam impostos.

Copa para facilitar a chegada aos Estádios! Mas não para facilitar a ida e vinda do trabalho!

Copa para aumentar lucro! Mas não democracia!

Copa que ouve todos os idiomas, mas não o grito uníssono: NÃO VAI TER COPA!

Copa que patenteou palavras em português! Mas não legalizou o funk!

Copa para alemães torcerem! E para o Complexo do Alemão ver, de longe, quietinho, guardado pela polícia militar, civil, federal, pelo exército!

Copa para inglês torcer, americano torcer, japonês torcer, francês, holandês, português, espanhol, canadense...

O governo já anunciou, vai ter copa sim. Quer queiramos, quer não. Quer precisemos, quer não. Mas se tiver copa, a gente vai mostrar de que lado está nossa torcida!

A festa dos estádios não vale as lágrimas da favela

Em julho de 2014, durante a Copa do Mundo, participamos da construção coletiva do ato “A festa dos estádios não vale as lágrimas da favela” junto com outros coletivos e movimentos sociais de favela. O primeiro ato foi em Copacabana e o segundo foi na Praça Saens Peña no encerramento da Copa do Mundo. O slogan era “Não há paz com intervenção militar! Boicote os jogos! A PM mata enquanto você grita gol!”.

Enquanto a Copa do Mundo acontecia no Rio de Janeiro, jovens pobres e negros continuavam a morrer toda semana. Os atos em Copacabana e na

Saens Peña lembravam às mortes diárias no Complexo do Alemão, Mangueinhos, a chacina no Complexo da Maré, no ano passado e muitas outras vítimas da violência policial no Rio e no Brasil.

Marcha nacional contra o genocídio da Juventude Negra

Em Agosto de 2014 participamos da construção coletiva da Marcha Nacional Contra o Genocídio da Juventude Negra, organizada no Rio de Janeiro pelo movimento negro e pelos movimentos sociais de favela. A Marcha no Rio lembrava não apenas as mortes de jovens como de toda a população negra que vive em sua maioria nas favelas e periferias do Brasil. A caminhada foi da favela de Mangueinhos até o Complexo do Alemão, mostrando o racismo e a violência policial como principal causa da morte da população negra. Durante o evento teve depoimentos de mães que perderam seus filhos durante conflitos na favela e intervenções artísticas com Rap e Funk.

ANEXO I

Queremos ser felizes e andar tranquilamente na favela em que nascemos².

Durante décadas o Estado não reconheceu a favela como parte integrante da cidade, negando aos seus moradores direitos básicos. Hoje depois de três anos de ocupação da segurança pública no Complexo do Alemão, percebemos que ainda temos um longo caminho a seguir na garantia de direitos, uma vez que, o braço do Estado que mais entra na favela é o braço armado. Sem escola não há pacificação, sem saúde não há pacificação, sem saneamento básico não há pacificação, sem lazer não há pacificação. O símbolo da paz no Rio de Janeiro não podem ser as armas, a pistola, o fuzil e os blindados.

Nas últimas semanas, as manchetes dos jornais foram tomadas por maté-

2 Link para visualizar o manifesto: <http://migre.me/inDqu>

rias sobre os conflitos que acontecem cotidianamente nas favelas com a ocupação policial – as UPP's, sobretudo no Complexo do Alemão. Junto com as manchetes veio às declarações do secretário de segurança pública do Rio de Janeiro, José Mariano Beltrame, que apresentou a opção de ampliar a militarização como possível solução para os problemas. Parece que a seu ver, toda solução de conflito passa pela ampliação da presença da polícia e de outras forças militares no território.

Entendemos que essa perspectiva precisa ser mudada, uma vez que, é possível perceber que só a presença da polícia nos territórios ocupados não tem trazido a paz. Existem vários casos em favelas com UPP de abuso de poder, arbitrariedades e desaparecidos, como é o caso do Amarildo, na Rocinha, e da morte de jovens por policiais da UPP como: André de Lima Cardoso, 19 anos, Pavão-Pavãozinho; José Carlos Lopes Júnior, 19 anos, morador de Sao Joao; Thales Pereira Ribeiro D'Adrea, 15 anos, Morro do Fogueteiro; Jackson Lessa dos Santos, 20 anos, Morro do Fogueteiro; Mateus Oliveira Casé, 16 anos, Mangui-nhos; Paulo Henrique dos Santos, 25 anos, Cidade de Deus; Aliélson Nogueira, 21 anos, Jacarezinho; Laércio Hilário da Luz Neto, 17 anos, Morro do Alemão e Israel Meneses, 23 anos, Jacarezinho. Nesta política não podemos deixar de citar os policiais mortos na ação suicida do Estado. Não aceitamos essas mortes, nenhuma vida vale mais que a outra e é preciso que o Estado se responsabilize. Afinal qual é a paz que queremos promover? A paz bélica? A paz militarizada?

Nesse domingo, 16, a capa do jornal EXTRA, anunciava que os moradores de favela tinham ido às ruas se manifestar a mando do tráfico e estariam recebendo dinheiro para isso. Mas uma vez a grande imprensa tem sido uma ferramenta de criminalização dos movimentos populares e da favela. Repudiamos totalmente a forma com que os meios de comunicação tem feito à cobertura da ação da polícia no Complexo do Alemão e em outras favelas. Entendemos que o morador de favela não pode ser visto como um inimigo. O governo diz que as favelas estão pacificadas, mas então porque tanta arma ostentada pela polícia? Queremos mais diálogo entre os moradores de favela e segurança no território, queremos a liberdade de ir e vir, queremos mais escolas, sanea-

mento básico para morador ao invés de teleférico para turista, queremos a garantia do direito de expressão onde o baile funk se insere, não queremos a violação do domicílio sem mandato. Entender as demandas do Complexo é simples, entender as demandas da favela é simples, porque o papo é reto.

As propostas de “PAZ” devem ser construídas coletivamente com toda a favela. Não se constrói uma política de paz com o pé na porta, agredindo gratuitamente seus moradores, não se constrói paz com caveirão. No atual modelo, “independente de quem manda”, os moradores continuam sem ter sua voz ouvida. Temos a consciência que o pobre tem seu lugar”.

ANEXO II

Depoimentos de alguns integrantes do Ocupa Alemão durante as manifestações em 2013

“NENHUM ESTADO ME REPRESENTA! ENTÃO NÃO ACEITO SER ESCULACHADO “em nome” DE ESTADO ALGUM!

O #VEMPRARUA deve acontecer nesta segunda, 7 de outubro, a situação está caótica e piora cada vez mais. O medo não pode mais nos dominar, pois estamos vivendo uma situação para além deste. Precisamos ocupar as ruas e formar a unidade da multidão! Por favor, precisamos estar nas ruas!

Esta é uma suplica para que todos se façam presentes, mesmo sabendo que a situação de covardia dos policiais para conosco, cidadãos plenos, exercendo nossos plenos direitos constitucionais de manifestação é grande.

Não se trata apenas da questão dos PROFESSORES, ou dos 0,20 CENTAVOS, da RESOLUÇÃO 013 e etc. Se trata de lutar contra um algo que “se acha” superior a tudo e todos, o estado “como alguém”, onde em nome desse estado os políticos partidários sentem-se como deuses e nos PISOTEIAM, ignoram nossa reivindicações e violam de forma brutal e grotesca a CONSTITUIÇÃO FEDERAL.

Dizem que vivemos em um ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO... Seus direitos estão sendo respeitados? Você tem casa própria? Você tem fácil acesso à

alimentação? Saúde? Passa horas do seu dia no trânsito em ônibus lotado em direção ao trabalho e após do ônibus para casa? CHEGA de MORTES nas FAVELAS! Chega de DISCURSOS!

*Chega de aceitação das injustiças! O estado do conforto não pode mais existir.
Está na hora de lutar pelas melhorias!
Vamos para as ruas!”*

(Raul Santiago)

“A questão das máscaras nos protestos vai muito além do noticiário fake passado pelas mídias hegemônicas. Na atual “Democradura” ditadura disfarçada de democracia, as máscaras surgem como forma de proteção para que não sejamos os novos perseguidos e presos políticos.

Não se apoie em qualquer discurso, nem no meu, observe as partes de forma profunda, pesquise a história, depois veja a vida que está levando, olhe também para o seu próximo, compare o marketing dos noticiários e propagandas políticas com a realidade fora das telas, ai então, forme sua própria opinião sobre toda essa loucura da disputa pelo imaginário do que é certo ou errado.

E mais, enquanto se imagina, tem professores, universitários, médicos, trabalhadores, pessoas de bem, se vestindo de preto, colocando máscaras e saindo as ruas para desafiar o discurso alucinador de que a vida está boa. Tendo estes apenas madeira e pedra para se defender do estado que atira com bala de borracha, bomba de gás e bala de fuzil na população unida que sai as ruas por se negarem a serem escravizados. Onde o estado disfarça seu vandalismo dando foco de forma negativa aos atos conscientes de depredação de oligopólios realizado pela sociedade civil organizada, vendendo junto com a mídia convencional a ideia de que vândalo é o povo.

Foda-se os bancos, onde estão os muitos AMARILDOS?”.

(Raul Santiago)

“Uma mulher pobre mora com toda a sua família numa casa simples em cima do morro. Na frente da sua casa esgoto aberto e água jorrando na pista. A luta pela sobrevivência é o sobrenome dela e de toda a sua família. Onde a dignidade que lhe resta é apenas seu caráter. Ela perde o marido que ama, responsável pelo sustento da casa e que lhe deu filhos. Marido esse morto provavelmente pela polícia que devia estar ali para proteger. Ela recusa entrar no programa de proteção a vítimas do governo. Ela não queria se esconder, a família resolve ficar, mostrar a cara como sempre e lutar. Dessa vez pela justiça.

Aí, do nada, o ex-delegado adjunto da 15ª DP (Gávea), Ruchester Marreiros solicita a sua prisão temporária por suspeita de envolvimento com o tráfico. Que país é esse? Uma tentativa nojenta de desmobilizar as buscas e a luta pela verdade/justiça #cadeoAMARILDO? O pior é que ainda deve ter gente pensando “taí a família é do tráfico, por isso que o pai foi morto”. Como se uma coisa justificasse a outra, O QUE NÃO É O CASO. Taí, além do governo e do secretário de segurança do Rio e da UPP da Rocinha ter que dá conta do sumiço do AMARILDO, quero ver também reparação moral para Dona Bete. Só a luta do pobre e do oprimido me representa, o resto é corporativismo.

#QuePaísÉesse?

Bete e família vocês não estão sozinhos, estamos com vocês!

A luta é de todos!”

(Thamyra Thâmara)

“E as balas não eram de borracha...

Ontem foi a caminhada que eu senti que valeu mais a pena pra mim. Senti-me emocionada do começo ao fim. Se o gigante acordou, eu não sei, mas que a favela nunca dormiu isso é fato. Ver uma manifestação pelo Complexo da Maré com umas 500 pessoas, (não muitas como as do centro, mas de valentes). As crianças cantando que queriam brincar, mães pedindo pelo futuro de seus filhos, que começa HOJE. A cada passo dado às pessoas iam tomando coragem, saindo de suas casas, se livrando da amarra da repressão

e cantando: “Não, não não, NÃO queremos caveirão, eu quero meu dinheiro na saúde e educação”. Tudo isso na frente de um caveirão e do bope armado! Incrível a coragem do povo. Não vencemos a guerra ainda, é preciso mais AMOR e mais CORAGEM! Mas vamos seguir juntos de mãos dadas! Porque nosso inimigo é outro! #Ficadica #vemprarua”

(Thamyra Thâmara)

“Podem me chamar de maluca, achar que tudo isso é bobeira, que não adianta, que nem ligo. Ainda assim digo que fiz, que passei maus ‘bucados’, mas, que faria e passaria novamente se preciso for! Pois não é só por mim, não é só por você, É POR TODOS! Quem tá aí e quem ainda está por vir, é pelos meus entes AMADOS, os que foram, os que estão e os que ainda virão...”

É pelo sofrimento de pessoas inocentes, que foram e ainda são tão ‘massacrados pela vida’ que já lhe faltam forças para ‘GRITAR’: ‘EI, TO AQUI’... Talvez eu tenha tanto amor e não me importe fisicamente em ganhar quantos tiros for, quanto gás de pimenta for, se “meu acreditar” é que ALGO mudará! DESUMANIDADE vivemos diariamente, ao primeiro passo para fora da porta de nossas casas. DESUMANO são os que exploram a pobreza que LATENTE e visível aos olhos de quem consegue enxergar A REALIDADE, é triste e frustrante para o pai e a mãe pobre que sai, ainda que sem forças de sua casa todos os dias as 4hs da manhã e só volta as 23hs, isso é triste, e se não dói em você, DÓI EM MIM, e é por todas essas lutas e por todos esses GUERREIROS DE VIDA que faço quantas vezes for necessário.

FORÇA pode até me faltar, mais razões revigoram-nas! #vemprarua”

(Pamela Souza)

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

09

SÃO LUÍS

**JORNADAS DE JUNHO
NO MARANHÃO:
as ruas e as redes
como espaço da
reivindicação**

Cláudio Castro
e Bruno Rogens

SÃO LUÍS

09

Jornadas de Junho no Maranhão: as ruas e as redes como espaço da reivindicação

Cláudio Castro e Bruno Rogens

O saldo das jornadas que eclodiram no Brasil a partir de junho de 2013, com a reivindicação contra o aumento da passagem na maior cidade brasileira e que se fortaleceram, dentro e fora do Brasil, a partir do aumento da repressão policial às manifestações, pode ser considerado positivo. O que ficou como lição é que as parcelas mais vulneráveis da população retomaram ou fortaleceram a rua como espaço da reivindicação.

Desde então, as ruas vêm se (re)constituindo como espaço da política: coletivos e grupos ativistas surgiram, articulando-se, em boa parte, com movimentos sociais já existentes ou atuando de forma a trabalhar juntos com comunidades vulneráveis e parcelas excluídas ou menos favorecidas da classe trabalhadora, afirmando-lhes os direitos. Foi assim, por exemplo, que lutas importantes, como as de garis e as de professores no Rio de Janeiro, ganharam notoriedade e puderam apresentar ganhos ou denunciar opressões. Foi assim, também, que a luta por um transporte público acessível e de qualidade em várias partes do país foi crescendo, que a busca por uma participação política efetiva por parte da população foi-se configurando.

No Maranhão, uma das formas mais usadas para chamar atenção em atos de protestos são os bloqueios de ruas e avenidas com a queima de lixos e pneus, que se intensificou desde junho de 2013 até hoje, quando universitários, quilombolas, comunidades da periferia, trabalhadores do transporte alternativo, entre outros grupos, bloquearem ruas, avenidas, rodovias e mesmo ferrovias. Não é raro que mais de um desses grupos participe de

protestos chamados por outro que não tenha relação, de modo imediato, com sua pauta específica, apontando para a crescente rede de solidariedade instaurada desde junho e para uma ascendente tomada de consciência na luta por direitos.

Assim, aconteceu ainda, na sequência das chamadas Jornadas de Junho, a integração de novos movimentos (assembleias populares, seminários conjuntos de movimentos sociais, ocupação da Câmara Municipal de São Luís, para ficar em alguns exemplos) com outros movimentos sociais que atuavam, até então, de forma localizada, ou por falta de aproximação, diálogo ou integração maior com os setores contemplados nesses “novos” movimentos. No caso específico do estado, uma singularidade que serviu como ponto de integração entre esses atores foi a reivindicação por mudanças imediatas na política local, cuja cena foi dominada, desde 1966, com breves intervalos, por um único grupo político dominante, conhecido no âmbito local por “oligarquia Sarney”.

Estiveram contemplados os temas da pauta nacional (como os altos gastos com os grandes eventos como a Copa do Mundo; o fim da Proposta de Emenda Constitucional que limitava os poderes de investigação do Ministério Público; a corrupção; a violência policial, sobretudo na periferia e a necessidade de desmilitarização da Polícia; o monopólio midiático exercido pelos grandes grupos de comunicação que não contemplavam a voz dessas manifestações e que, quando o faziam, retratavam aspectos negativos e falseados dos manifestantes e de suas reivindicações) nos movimentos e manifestações que eclodiram desde junho de 2013 também no Maranhão. Essa pauta geral deu o tom das duas das maiores manifestações que ocorreram em junho de 2013 no Estado, mais precisamente no Centro da capital: uma com 17 mil manifestantes, no dia 19 de junho, chamada “Vem Pra Rua São Luís” e outra com 37 mil, no dia 22 de junho, convocada pelo recém-criado movimento “Acorda Maranhão”, surgido numa página na rede social Facebook, cuja pauta predominante era: “contra a PEC 37; por saúde, educação, segurança e transporte de qualidade; contra a corrupção; contra a oligarquia”. Em ambas, o principal grito era o de “Sarney, ladrão, devolve o Maranhão!”.



Foto: Desconhecida. Retirada da Internet

Ponte do São Francisco ocupada por jovens manifestantes junho 2013.

Durante o ato do “Acorda Maranhão”, os manifestantes ocuparam praticamente toda a extensão da Ponte José Sarney, no bairro do São Francisco, de quase um quilômetro de comprimento (além da Praça do Palácio do Governo). Houve forte repressão policial, com bombas de efeito sendo lançadas de helicóptero pela polícia.

Os protestos, bem como a disputa dos espaços nas ruas, passaram, desde então, a praticamente fazer parte do cotidiano, reacendendo o mito de São Luís como “Ilha Rebelde”: ainda em junho, houve manifestações em frente à Assembleia Legislativa do estado, novamente com forte repressão policial, com a cavalaria da PM partindo para cima de jovens que ocupavam uma das principais avenidas da cidade. Houve mobilização também em frente à casa do Senador José Sarney, no bairro do Calhau, área nobre da cidade.

Em um período de 12 dias, a partir do “Vem Pra Rua São Luís”, foram catalogadas pelo professor Wagner Cabral, da Universidade Federal do Maranhão, 28 manifestações nos mais diferentes pontos da capital maranhense.¹

¹ <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/07/03/analise-manifestacoes-no-maranhao-retomam-combates-contra-a-oligarquia.htm>

No Maranhão, como no restante do país, com a efervescência dos movimentos populares a partir de 2013, fica evidente que aquele junho não acabou e seus ecos continuam não apenas a ressoar, mas a gerar consequências. O resultado das eleições no estado pode inclusive ser contado entre essas consequências: um dos candidatos da oposição ao grupo Sarney, com todas as controvérsias que puderam ser verificadas em sua campanha, “lucrou” com o grito das ruas exigindo o fim da oligarquia Sarney, e elegeu-se com mais de 63% dos votos válidos.

Entretanto, o maior ganho para a população foi justamente o reencontro com as ruas como espaço de reivindicações de cunho popular. Se, no restante do país, com todos os reencontros havidos entre as reivindicações populares e as ruas, este espaço é disputado fortemente entre estes setores e grupos conservadores que chegam inclusive a ocupá-las para exigir a volta do regime militar, na chamada “Terra das Palmeiras”, esse território vem sendo marcado por protestos dos menos favorecidos, que não hesitam em “botar seu bloco na rua” como forma de lutar por direitos: quilombolas, comunidades da periferia ameaçadas de despejos forçados, usuários de transporte coletivo,

Fonte: Wagner Cabral



mulheres, estudantes desassistidos, trabalhadores do transporte alternativo, comunidades tradicionais (pescadores e agricultores) estão entre os principais ocupantes desse espaço, de onde denunciam toda forma de opressão.

Assim, várias foram as passeatas e ocupações realizadas no Maranhão, todas tendo em comum a apresentação de pautas de cunho contestatório do poder opressor do Estado e das grandes corporações que sangram as riquezas da terra e massacram populações da periferia, estudantes carentes, grupos vulneráveis, populações tradicionais e povos originários. Rememoraremos algumas dessas importantes manifestações, ocorridas no pós-junho e aqui tidas apenas como exemplo de que aquele período não se encerrou, mas representou, ao contrário, o que temos dito: o reencontro das ruas com os anseios populares.

Os exemplos citados não se pretendem, de modo algum, exaustivos, como se resumissem tudo o que vem se passando no estado, ou como se estivéssemos, por outro lado, ignorando a história dos protestos que os precederam: se junho não foi um ponto de chegada, também pode não ter sido um ponto de partida (haja vista que vários setores populares sempre estiveram na luta), mas sem dúvida foi um momento não apenas de efervescência, mas, sobretudo, de reencontro e de fortalecimento das lutas populares. O intuito será, então, mostrar o fortalecimento do campo popular desde então, que passou a ter mais visibilidade em razão das redes sociais e de uma conjuntura que permitiu que movimentos sociais tradicionais e com pauta específica (como a luta por moradia, a batalha por assistência estudantil, a pauta da reforma agrária, a questão da cultura, entre outras), passassem a dialogar, a lutar conjuntamente, numa expressão de solidariedade que se robusteceu desde então.

Assim, citaremos como exemplos dessas lutas conjuntas (ampliadas pelas redes sociais, que exerceram importante papel de contraponto ao discurso autoritário da mídia convencional) a ocupação da Câmara de Vereadores de São Luís (julho de 2013); o movimento Casa no Campus (final de 2013); a construção do Seminário Internacional Carajás 30 Anos, que mobilizou uma rede de movimentos no Pará e no Maranhão e mesmo em nível internacional; as

duas ocupações da Estrada de Ferro Carajás, no Maranhão, por comunidades quilombolas; e a luta das comunidades da Zona Rural de São Luís em defesa do bairro do Cajueiro e em prol da criação da Reserva Extrativista do Tauá-Mirim, na capital maranhense.

A Ocupação da Câmara de vereadores de São Luís

Transporte público/mobilidade urbana, regularização fundiária e transparência das contas públicas – especialmente as relativas aos gastos com transporte público (planilhas de custos das empresas de ônibus) e aos gastos da Câmara de Vereadores (que no início de 2013 tinha concedido reajuste salarial aos próprios vereadores de 52,9%, além de possuir alto número de servidores sem terem sido concursados e sem que saibamos exatamente quantos são esses funcionários). Esses foram os principais itens da pauta reivindicada pelo coletivo de ocupação da Câmara de Vereadores de São Luís por uma semana, de 23 a 29 de julho de 2013.

O movimento foi iniciado pelos moradores da Vila Apaco e ativistas que os apoiavam. A Vila Apaco, localizada na periferia da cidade, é uma comunidade completamente desassistida pelo poder público (casebres sem água e esgoto nem luz elétrica regular). A eles se juntaram representantes de dezenas de movimentos sociais (movimento estudantil, MPL São Luís, que aproveitou para reivindicar a melhoria dos serviços de transporte juntamente com outros militantes da área, mídia alternativa, religiosos, sindicais e de direitos humanos) e mesmo cidadãos sem ligação com movimentos, que viram na ocupação uma forma de participação política.

A ocupação da Câmara deu-se de modo estratégico. Parte dos ativistas que apoiam a Vila Apaco participou dos movimentos “Vem Pra Rua São Luís” e “Acorda Maranhão” durante as Jornadas de Junho. As páginas destes movimentos, pelo que deu para se perceber com o êxito da estratégia, vinham sendo monitoradas. Assim, o Movimento pela Vila Apaco anunciou na Internet um protesto a ser feito em frente à Prefeitura de São Luís (e não na Câ-

mara Municipal). As forças de segurança e repressão aguardavam então a manifestação para outro local portanto, deixando o Parlamento Municipal “desguarnecido” (sem uma força ostensiva muito grande a impedir que se adentrasse em suas instalações). O movimento, em vez de se deslocar para a Prefeitura, dirigiu-se à Câmara, ocupando o Plenário da Casa. Com o anúncio nas redes sociais sobre a ocupação, vários cidadãos, participantes ou não de movimentos sociais, dirigiram-se para lá para manifestar apoio, e passaram também a ocupar o local, onde ficaram por sete dias, realizando debates sobre a cidade e seus problemas. Num desses debates, o Movimento Passe Livre São Luís ministrou “Aula Pública sobre Mobilidade Urbana” e, depois de uma assembleia entre seus membros, declarou unir-se à ocupação.

A Câmara tentou de todas as formas fazer que os assuntos levantados pelo movimento de ocupação passassem batidos, sem nenhuma discussão. Tentou plantar na mídia local que o motivo do protesto era político partidário. A imensa maioria dos programas na rádio AM passou a criminalizar o movimento que estava, na verdade, fazendo um debate político aberto e horizontal de alto nível durante a ocupação, com aulas públicas, aulas temáticas sobre a pauta de reivindicação, atividades artísticas e assembleias horizontais onde eram decididos os rumos do movimento. As redes sociais foram fundamentais na desconstrução desse discurso, numa luta desproporcional entre as páginas do movimento nas redes sociais contra o silenciamento da mídia televisiva local e dos jornais diários da cidade, contra a visibilidade à versão dos vereadores nas rádios e numa rede de “blogues” pagos por políticos, que insistia em criminalizar o movimento. Uma luta desigual, mas que, se não completamente vencida pelos manifestantes, ao menos neutralizada pelo uso das redes²

Após uma semana de ocupação, com tentativa de reintegração de posse do prédio da Câmara Por parte dos vereadores, houve uma decisão judicial inesperada a favor do movimento, que negava a reintegração de posse e atestava a legitimidade política de tal ato de pressão contra a câmara de vereado-

2 <https://www.facebook.com/ocupacamaraSLZ>



Plenário da Câmara Municipal de São Luís ocupada por manifestantes. Julho de 2013.

res de São Luís, e os obrigava à reconciliação, emitida pelo juiz Carlos Veloso da 2ª Vara da Fazenda Pública. Vejam trecho da decisão judicial:

(...) No entanto, há que se fazer a distinção entre invasão, alegada pela autora, e as ocupações perpetradas pela população pelo país afora nos últimos dias, não só em virtude do animus de permanência e da situação de violência geralmente ocorrida no primeiro caso, como também, respeitante a intencionalidade, observando-se que estamos tratando de significados no campo social. Segundo relata a própria autora, as pessoas que se encontram no interior da Câmara Municipal estão reivindicando pretensos direitos que acreditam ser delas e da sociedade, o que se constitui um movimento de interface objetivando serem ouvidos e atendidos em direitos afetos à sociedade. e, salvo melhor juízo, procuraram o local e a instituição adequados para ouvir os reclamos dos munícipes, tendo em vista que os vereadores são os mais próximos e legítimos representantes dos cidadãos diante dos demais poderes, e os legitimados e responsáveis pela edição de leis capazes de aten-

der aos anseios sociais. (...) diante desse quadro, parece-me que o caso é de ocupação. E o movimento é político, de pressão social do legítimo patrão dos políticos: a população e a sociedade, as quais, por força da constituição federal, têm legítimos direitos de manifestação e exigência de compromisso social, de ética, moralidade e probidade, desrespeito e eficiência, de publicidade e prestação de contas, dentre outros, o que, infelizmente, a população não está conseguindo vislumbrar na classe política (...). São Luís, 29 de julho de 2013. CARLOS HENRIQUE RODRIGUES VELOSO JUIZ DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA DE SÃO LUÍS.

Conquistou-se uma sessão especial da Casa para discutir os três principais itens da pauta de reivindicações do movimento (mobilidade urbana, transparência das contas públicas e regularização fundiária das comunidades ameaçadas). A Sessão, marcada para o dia 7 de agosto, acabou sendo tumultuada desde o início pelos ditos representantes do povo, utilizando cabos políticos truculentos que fizeram de tudo para prejudicar os trabalhos, até que conseguiram, por fim, sua suspensão.

Da sessão, pode ser retirado um exemplo nada bom de atuação política dos meios de comunicação da cidade de São Luís a favor dos vereadores. A cobertura dos episódios ocorridos durante a sessão foi amplamente favorável ao presidente da Câmara, vereador Isaías Pereirinha.³ Ele declarou para a imprensa que os manifestantes retribuíram a “recepção carinhosa”, que teriam tido durante a Sessão Pública na Câmara, utilizando spray de pimenta contra os seguranças da Casa. A Câmara faz, até hoje, uso de uma questionável equipe de segurança, cujo contrato, quando solicitado, não foi apresentado aos manifestantes. Os agentes de segurança se apresentam à paisana, e tratam os cidadãos de modo bastante truculento.

³ Pereirinha exercia, então, seu quinto mandato consecutivo como presidente da Câmara de Vereadores de São Luís. Em 2014 se candidatou ao cargo de deputado federal e não se elegeu. Continua como presidente da Câmara.

Na TV, Pereirinha afirmou que foram os manifestantes quem utilizaram a arma, de uso exclusivo de forças de segurança. O silêncio dos meios de comunicação, que compraram essa versão e não apuraram os fatos, deu mostras das relações da mídia com os poderes e o compromisso com a conservação do status quo, de um modo que em nada difere da cobertura das manifestações em junho em todo o país.

A recepção que aguardava aqueles que queriam participar da Sessão Especial da Câmara Municipal de São Luís, no dia 7 de agosto, não tinha nada de “carinhosa”, ao contrário do que afirmara Pereirinha. Desde antes do início da Sessão, tanto manifestantes quanto a população que compareceu para acompanhar a Sessão, todos foram sumariamente destratados no Parlamento Municipal, tendo sido impedidos de ir até a Galeria para acompanhar os trabalhos e foram atacados com spray de pimenta. Depreende-se, então, que o presidente Pereirinha mentiu ao afirmar para repórteres da TV Mirante⁴ que eram os manifestantes quem tinham jogado spray na equipe de Segurança. A maior parte dos veículos de imprensa da capital esqueceu as aulas de jornalismo, e comprou a versão de Pereirinha sem qualquer apuração, reproduzindo a farsa segundo a qual seriam os manifestantes fáceis compradores de produtos exclusivos das forças de segurança. O spray, na verdade, foi jogado por um membro da Guarda Municipal, como registrado num vídeo feito em um telefone celular.

O que transcorreu durante a Sessão Especial na Câmara, conquistada pelos manifestantes durante a ocupação, foi uma verdadeira demonstração da falta de costume da maior parte dos vereadores de São Luís em ser confrontada, e de como eles não conseguem ouvir a população e suas necessidades. Além de uma demonstração excessiva, por parte da Casa, de arrogância, autoritarismo, despreparo, e de falta de educação. Ficou patente que para grande parte daquela Casa a participação popular acaba nas urnas, e a partir daí a

4 Afiliada da TV Globo no Maranhão, de propriedade da família Sarney sendo gerida por seu filho Fernando Sarney que foi investigado pela operação boi barrica da Polícia Federal.

população deve eximir-se do processo, que deveria ficar por conta deles, sem nenhum questionamento, acompanhamento ou o que seja. Isso não é exclusividade de São Luís, diga-se de passagem, como ficou claro nas ocupações que aconteceram pelo país: como exemplo, a ocupação da Câmara do Rio de Janeiro, em que a truculência, a prepotência e o uso de manobras como as verificadas em São Luís foram parecidas, como a do vereador que inicialmente foi contra a instalação de uma CPI e, vencido pela pressão, é alçado ao posto de presidente da Comissão. Ainda hoje prosseguem os esquemas viciados da democracia representativa, que procuram limitar a democracia direta, a participação popular e o exercício do poder por quem lhe é de direito (o povo): prova disso é a tentativa, pelo Congresso Nacional, de barrar qualquer tentativa de maior participação popular nos debates sobre a reforma política⁵.

O circo dos horrores protagonizado pelos vereadores de São Luís durante a Sessão Especial para discutir os problemas da cidade apontados pela própria população e pela sociedade civil, com suas atuações teatrais, discursos precários e destemperados, contrapôs-se à fala contundente, firme e ao mesmo tempo embasada e sóbria dos dez cidadãos presentes ao Plenário e dos demais que estavam acompanhando os debates a partir da pequena Galeria da Casa.

As falas dos ditos representantes do povo na Sessão Especial juntaram-se às de seus pares durante os dias da Ocupação, compondo um painel histórico e representativo da atual Legislatura da Câmara, da qual não há, por parte da população, grandes motivos de orgulho. Lembremos, por exemplo, o vice-presidente, Astro de Ogum, dirigindo-se a um dos ocupantes com o clássico “não me elegi com teu voto”, ou ainda sua justificativa para o auto reajuste de mais de 50% dos vencimentos dos vereadores concedidos no início de 2013: “O salário não dá nem para cobrir as despesas que o vereador tem com a população”, citando como exemplo que é daí que ele tira para distribuir favores: “se alguém me aparece pedindo um caixão, eu não tenho

5 <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2014/10/29/deputados-tem-medo-de-participacao-social-por-se-acharem-donos-do-poder/>

como negar, e é daí que eu tiro”, disse para uma plateia de ocupantes politizada e abismada com as declarações.

Essas declarações, entretanto, foram apenas uma pequena demonstração que revela o entendimento que a Câmara de São Luís tem da política: que não está aberta ao debate; não pode ser questionada e cuja marca principal é o autoritarismo oligárquico. A prova incontestável disso tudo foi mostrada ao longo da inacabada Sessão do dia 7 de agosto: o circo armado pelos vereadores não permitiu que a Sessão prosseguisse: o Presidente encerrou os trabalhos após um jovem que estava na Galeria levantar um cartaz de protesto, demonstrando que a chamada “Casa do Povo” é o lugar onde este não pode se manifestar.

Depois de toda a luta pelo Coletivo de Ocupação, até hoje não foi aberta a “caixa preta” do transporte público, uma das exigências dos manifestantes. Pior: além de não se saber quais os ganhos dos empresários do transporte, a passagem foi reajustada posteriormente em trinta centavos (não sem protestos da população). Os ônibus seguem sujos, velhos e presos num engarrafamento sem fim. O transporte alternativo é perseguido pelos órgãos da prefeitura para assegurar os ganhos dos empresários. As ameaças às expulsões com despejos forçados nos bairros de São Luís continuam.

Ainda assim, e apesar dos poucos avanços, a histórica ocupação da Câmara de São Luís insere-se num cenário em que é possível vislumbrar o questionamento dos agentes públicos de forma contundente, sem a pirotecnia do marketing, nem o olhar soberbo, do alto, das ditas autoridades, como se lá não estivessem para servir. Além disso, a disputa entre os meios de comunicação tradicionais e as redes permitiu perceber que o discurso massivo já não é completa e absolutamente eficaz, e que as dissonâncias advindas desses novos veículos pode fazer a disputa da hegemonia no campo da comunicação. Qual o alcance disso? As ruas continuam a formular essa resposta.

“A Universidade que cresce com inovação e inclusão social”. Esse é o slogan da Universidade Federal do Maranhão, adaptado aos tempos das gordas verbas do Reuni, programa do Governo Federal que libera recursos para

expansão do ensino superior, mas que na prática condiciona os recursos ao apoio às políticas do Ministério da Educação (MEC), inibindo questionamentos e cerceando a autonomia universitária, princípio caro a estas instituições. Além disso, a expansão é feita sem a garantia da qualidade e da assistência estudantil efetiva, especialmente aos setores mais vulneráveis que precisam de apoio para não apenas adentrar, mas avançar na Universidade.

A propaganda ruiu de vez no dia 27 de novembro de 2013, quando o estudante Josemiro Oliveira acorrentou-se ao prédio que seria destinado à Residência Universitária. O prédio, localizado dentro do Campus do Bacanga (sede da Universidade Federal do Maranhão), teve sua destinação alterada, e os estudantes passaram a acusar a Administração da Universidade de ter praticado desvio de finalidade: previsto desde o início de sua construção para abrigar a Residência Universitária, a Universidade, ao ver as instalações próximas de serem concluídas, mudou sua destinação, e assim lá seria instalada um órgão burocrático de assistência estudantil (o Núcleo de Assuntos Estudantis).



O movimento de retomada da destinação inicial das instalações, deflagrado pelos alunos e que culminou com o acorrentamento de Josemiro ao prédio onde deveria funcionar a Residência Universitária (Reufma) e o início de sua greve de fome, requeria, também, residências universitárias nas instalações da UFMA nas demais cidades do Maranhão. Josemiro passou dez dias em greve de fome, com apoio de boa parte dos estudantes de toda a Universidade e da Apruma (sindicato dos professores).

Josemiro Oliveira representa uma parcela da população a quem as políticas de assistência são essenciais para que os estudantes possam concluir seus estudos. Esse também é um fator que contribuiu para a sensibilização dos que aderiram à manifestação pela residência universitária. Natural da cidade de São José dos Basílios, interior do Maranhão, ele é filho de camponeses: sua mãe, dona Magnólia, é quebradeira de coco babaçu (atividade de boa parte das mulheres camponesas do Estado, o que, mais que uma atividade, é uma identidade desse grupamento social) e seu pai, Clodomir, é lavrador. Josemiro é aluno do curso de Ciências Sociais na UFMA, onde ingressou através do Programa de Ações Afirmativas, por ser oriundo de escola pública. Morador da Residência Universitária, se não fosse este tipo de residência estudantil, ele não teria como continuar estudando na capital.

Com as várias frentes de obra abertas na Universidade (com muitas não encerradas) a partir das verbas do Reuni, não foi dada prioridade devida para a assistência estudantil, revelando o vazio no discurso da preocupação com o “social” presente no slogan da Reitoria. Os estudantes deflagraram, então, o movimento que reivindicava a devolução do prédio à sua finalidade.

O silêncio da Administração, sem dar resposta objetiva ao pleito, pôs em risco a vida dos estudantes que entraram em greve de fome: depois de Josemiro, os alunos Daniel e Rômulo também aderiram ao protesto e pararam de se alimentar. A mobilização reuniu em torno dos estudantes uma rede de solidariedade nos vários protestos que se sucederam. Por várias vezes o movimento bloqueou, com a ajuda de populares vindos de vários bairros, a BR 135, em frente à entrada do Campus da UFMA em São Luís. Com o bloqueio,

grande parte da cidade foi atingida, mas mesmo assim era forte o apoio aos estudantes, com os manifestantes gritando os nomes dos três estudantes em frente à Universidade.

Aqui, um pequeno exemplo de como esses eventos estão interligados. Um estudante de outra universidade, ao se dirigir ao Campus da UFMA para externar apoio ao movimento, reconheceu Daniel, com quem estivera preso durante a repressão aos movimentos de junho. Naquela ocasião, citou Daniel, ele nem estivera participando dos atos em frente à Assembleia Legislativa, mas como intercedeu por um manifestante reprimido junto aos policiais, também acabara sendo detido. A atuação da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (Renap) foi importante para assegurar a liberdade dos manifestantes.

Com as manifestações na UFMA, depois de muito insistir em não dar a casa no Campus aos estudantes, o reitor Natalino Salgado (que teve inclusive um dos protestos realizado em frente à sua casa, na área nobre da cidade), teve de ceder, em razão da intermediação da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, do Ministério Público Federal, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/MA e em razão, claro, da sequência de protestos que não cessavam em frente à universidade.

Ao contrário do silêncio incômodo da reitoria sobre um grave assunto que lhe diz respeito diretamente, outros setores da comunidade universitária fizeram coro ao protesto dos estudantes, apoiando a mobilização e exigindo que a instituição dialogasse para que aquela situação extrema (greve de fome) chegasse ao fim. Vários estudantes, professores e militantes sociais dirigiram-se ao local do protesto para externar apoio. A Associação de Professores (Apruma) emitiu nota de apoio e publicou em seus meios de informação várias matérias dando conta do protesto, inclusive detalhando como foi desviado de sua finalidade inicial o prédio da residência estudantil. A chefia do Departamento de Sociologia e Antropologia da Universidade também emitiu nota de apoio. Centros Acadêmicos na capital e no interior também se posicionaram ao lado dos alunos.

No caso do “Movimento Casa no Campus”, até mesmo a grande mídia maranhense, geralmente leniente para cobrir assuntos que não agradam a empresários, autoridades e congêneres, deu cobertura ao assunto. Dessa vez, a principal disputa no campo da comunicação deu-se entre as redes (de resistência, via Internet) e a reitoria da UFMA e os canais de comunicação da instituição por ela controlados, que seguiram como se tudo estivesse normal no Campus do Bacanga. A greve de fome de Josemiro, a falta de livros nas bibliotecas, de professores em salas de aula, os estouros de prazos (e, consequentemente, de orçamento) nas entregas das inúmeras obras na Cidade Universitária, enfim, tudo o que era questionado e trazido à tona pelo movimento era invisibilizado pela Universidade que, contraditoriamente, detém a maior escola de comunicação do Maranhão. Todos os canais (rádio e TV universitárias, portal virtual, tudo) indicando uma normalidade que não tinha base na realidade. Tal como a inclusão social cravada na propaganda da reitoria. Aparência desmentida nas ruas e nas redes, que, ao final, tiveram, junto com Josemiro, Daniel e Rômulo, e suas centenas de apoiadores, uma vitória sobre um portentoso aparato de informação – o da própria universidade.

Além disso, não fossem os “ventos de junho”, o Movimento Casa no Campus, deflagrado já no final de 2013, não teria, como avaliamos, transcendido para além dos portões da Universidade, e angariado apoio de boa parte da população da capital do Maranhão. E isso foi vital para seu sucesso.

Em 2014, outro grande movimento liderado por universitários, dessa vez na cidade de Imperatriz, confrontou novamente o reitor Natalino Salgado, e mais uma vez por falta de infraestrutura e de assistência estudantil: dessa vez, em razão do completo abandono do campus Bom Jesus, naquela cidade⁶. Os estudantes, pelo visto, aprenderam uma importante lição vinda das ruas, embora sua principal entidade, o Diretório Central dos Estudantes (DCE), depois de um processo eleitoral conturbado e cheio de suspeições em 2014, esteja hoje controlado por um grupo ligado à Administração da Universidade. Isso

6 Como pode ser visto nestas imagens <http://www.youtube.com/watch?v=mZoz8lpAQCE>

também contribui para mostrar que a crise de representatividade a que já fizemos referência não se restringe às instituições políticas em sentido estrito.

Seminário Internacional Carajás 30 Anos, Manifestações Quilombolas e Gritos de uma comunidade rural de São Luís: rompendo silêncios. Como uma rede de solidariedade e a disputa da hegemonia, na comunicação e nas ruas, agrega solidariedade e pode virar jogos dados como perdidos

Depois de detalhar dois grandes movimentos que se seguiram na esteira e no espírito das Jornadas de Junho, falemos brevemente de outros, ocorridos já em 2014, mas que guardam aproximações com os protestos que ali eclodiram. Isso como forma de apontar que a disputa segue, com novos ares para os grupos mais fragilizados da sociedade que viram (ou fortaleceram sua visão), a partir de então, que, somando forças e integrando suas lutas, conseguem alterar destinos dados como certos. Que essa batalha não é fácil é algo que parece ser percebido por estes grupos, mas a certeza que o discurso dominante não pode ser visto como “favas contadas” traz, além da esperança, a certeza de que podem alterar os rumos da História.

Um exemplo foi a rede que se formou, ainda em 2012, antes portanto das Jornadas, para realizar o “Seminário Internacional Carajás 30 Anos: resistências e mobilizações frente a projetos de desenvolvimento na Amazônia oriental”. O Seminário conseguiu aglutinar em torno de si setores da Academia (especialmente das universidades federais do Maranhão, Pará e do Sul e Sudeste do Pará), dos movimentos sociais, sindicais, religiosos e ambientais (Movimento dos Sem Terra, Conselho Indigenista Missionário, Comissão Pastoral da Terra, CSP Conlutas, Greenpeace, Coletivo Projetação, Justiça Global, Cáritas, Fórum Carajás, Justiça Nos Trilhos, United Steelworkers do Canadá, Ibase, entre vários outros), para refletir sobre as resistências dos vários movimentos na Amazônia aos grandes projetos de desenvolvimento com base na mineração em especial.

Um dos destaques do Seminário foi que ele não se constituiu num debate meramente acadêmico, mas num amplo e internacional fórum de discussões e de atuação, no qual as falas dos povos tradicionais e das comunidades im-

pactadas pelas megacorporações tinham o mesmo peso e compunham os mesmos espaços no Seminário que as falas de pesquisadores e professores.

Com as discussões iniciadas ainda em 2012 para a construção do Seminário, as reuniões de organização desenrolaram-se a partir de janeiro de 2013. No pós-junho, a construção do Seminário ganhou força, aglutinando em torno de si os movimentos sociais citados, além de outros (como pode ser visto no sítio do Seminário na Internet, <http://www.seminariocarajas30anos.org/>). Mais uma vez avaliamos que as Jornadas desempenharam importante papel, criando um ambiente que possibilitou aos atores que, embora militassem em várias frentes populares, não tinham antes atuado conjuntamente. Essa atuação separada talvez se desse em razão das diferenças e especificidades das pautas de cada movimento ou coletivo. Entretanto, com o ambiente criado a partir de junho de 2013, estavam dadas as condições para que não apenas esses agentes se aproximassem, mas construíssem conjuntamente aquela experiência.

Foram realizadas quatro etapas do Seminário (em Belém e Marabá, no Pará, e Imperatriz e Santa Inês, no Maranhão, entre outubro de 2013 e março de 2014), com uma derradeira e grande etapa no Campus da UFMA em São Luís. Além da parte teórica, o seminário realizou uma marcha pelo Centro de São Luís, em que os participantes, tanto das comunidades da Amazônia, quanto de várias partes do mundo que sofrem processos semelhantes (havia participantes das Américas, da África e da Europa), denunciavam o poder do capital com apoio dos agentes políticos contra os interesses dos grupos ameaçados. Também nesse caso foi um desafio furar o bloqueio midiático, já que as grandes corporações alimentam os principais meios de comunicação no Maranhão e no Pará.

Já este ano, as comunidades quilombolas do Maranhão bloquearam a Estrada de Ferro Carajás, operada pela empresa Vale, para denunciar o extermínio, o apoio da empresa ao latifúndio, a invasão das chamadas terras de pretos no Maranhão. A primeira ocupação protestou contra mais um atropelamento ocorrido nas comunidades cortadas pela ferrovia (a média é de

um morto nos trilhos da Vale ao mês, denunciavam as ONG como Justiça Nos Trilhos). A segunda ocupação da Estrada teve como foco a exigência das titulações das terras quilombolas, cuja lentidão dos órgãos governamentais, tanto no âmbito do Estado do Maranhão quanto do Governo Federal, conta com o apoio da Vale, que tem interesse em não ver os territórios titulados. As terras cortadas pela ferrovia vêm sofrendo ainda mais com a duplicação da Estrada de Ferro, que vem sendo feita pela empresa, duplicando, também, os impactos nas comunidades.

A rede de solidariedade “herdada” do Seminário Carajás 30 Anos foi fundamental para aumentar a visibilidade em torno das demandas dos quilombolas maranhenses, tanto em nível local como nacional. As redes sociais contribuíram para que as denúncias de extermínio do povo negro ganhassem ressonância, o que vem acontecendo também com as lutas indígenas e camponesas. Além disso, as redes de comunicação põem em contato parcelas ameaçadas da população, contribuindo para atuação conjunta das resistências.

A integração das lutas e o uso das redes como forma de angariar adesões contribuem para que movimentos que, mesmo já tendo tempo de atuação, ganhem visibilidade e possam mostrar uma história diferente da que aparece na mídia tradicional, onde não é raro que sejam criminalizados, a exemplo do que passou a acontecer com os movimentos que emergiram em junho.

Outro caso de solidariedade, este que vem sendo vivido agora, enquanto este texto está sendo escrito, é a que nasceu em torno da comunidade do Cajueiro, na zona rural de São Luís. A comunidade vem sofrendo violências por parte dos empresários que tentam erguer um grande porto no local (entre os interessados no projeto estão as empresas Suzano Papel e Celulose e a gigante da área de engenharia, WTorre). Para denunciar o cerceamento de seu direito de ir e vir imposto pelos seguranças das empresas, os moradores do Cajueiro ocuparam a BR 135, próximo ao Porto do Itaqui, denunciando o conluio entre os empreendedores e a estrutura do Governo Roseana Sarney.

Em torno da defesa do Cajueiro, nova rede de solidariedade surgiu, e, além da defesa desta comunidade especificamente, ressurgiu a luta pela

criação de uma reserva ambiental na área, que pode proteger as comunidades da zona rural do avanço desregulado das grandes corporações na região, caracterizada pelo equilíbrio entre mangues, matas, nascentes e brejos, utilizados pelos moradores para caça, pesca, agricultura e criação de pequenos animais, que abastecem os mercados da cidade e que hoje estão ameaçadas pelos grandes empreendimentos.

Também no caso da comunidade Cajueiro, a disputa vem se dando nas ruas e nas redes sociais. Várias audiências populares e marchas já foram feitas pelos apoiadores da comunidade e da Reserva Extrativista do Tauá-Mirim, ganhando apoio de boa parte da cidade, que sequer conhecia a existência daquelas parcelas da população. Recentemente, os manifestantes que lutam em defesa do Cajueiro e da chamada Reserva Extrativista do Tauá-Mirim, em São Luís, ocuparam a sede da Secretaria de Estado do Desenvolvimento da Indústria e Comércio e contam sua história em blogues e páginas na rede, aumentando a adesão às suas lutas, que contribuem para a compreensão de que, decerto, junho de 2013, definitivamente e felizmente, está longe de terminar.

Por fim, destacamos a realização das Assembleias Populares (AP), com seu modelo baseado no horizontalismo e ampla participação como métodos. As Assembleias, com conexão direta com os eventos de junho, foram fundamentais para atrair uma participação de massa nos momentos de maior demanda política, como foi o caso da crise no sistema penitenciário no bairro de Pedrinhas, ou mesmo no pós-junho de 2013: durante a Ocupação da Câmara, foi realizada uma grande Assembleia Popular que deu visibilidade à luta de comunidades ameaçadas de despejo na Ilha de São Luís.

Foi ainda através deste instrumento que demarcamos as manifestações como expressão das reivindicações populares, o que contribuiu para dar o tom da atuação frente à ameaça das disputas com setores conservadores (ou mesmo de grupos políticos), que tentavam se assenhorar do espaço, apontando que, em sendo as manifestações um território da manifestação popular, ali não cabiam totalitarismos quaisquer que fossem suas justificativas.

Com isso, as AP também se mostraram uma ferramenta de formação política, em cujo espaço os assuntos eram debatidos e submetidos à deliberação, numa experiência radical de democracia e participação. Dessa forma, elas foram se configurando como local que admitia a participação de grupos e coletivos dos mais diversos, desde que não ferissem os princípios, estabelecidos em comum acordo entre os participantes, após intensos debates. As Assembleias Populares realizadas em São Luís também absorveram um pouco da experiência de outros fóruns semelhantes pelo Brasil, como as ocorridas no Recife e Belo Horizonte, e que contribuíram oferecendo um modelo de atuação e de constituição de uma Carta de Princípios. Os participantes das assembleias na capital maranhense tomaram conhecimento dessas realidades, mais uma vez, através das redes, estabelecendo contatos que serviram para apontar a possibilidade de uma vivência do horizontalismo. Entre as conexões feitas em rede através desses contatos, citamos como exemplo os hangouts entre ocupações, realizados quando da Ocupação da Câmara de São Luís.

No contexto que se configurou a partir de junho e que se estende até os dias de hoje, também surgiram iniciativas autônomas de organização de espaços de intervenção cultural, como o do Movimento Sebo no Chão, no bairro do Cohatrac, que começou como um tapete com livros antigos à venda e cresceu para se transformar num espaço de agregação de projetos musicais, artístico, literários e de intervenção política na principal praça pública do bairro. Como dissemos, os ventos de junho, pelo visto, continuam a soprar com vigor sobre as palmeiras do Maranhão.

Outro dado importante a ser considerado é o significado político de manifestações da magnitude que se viu no pós-junho de 2013. As imagens que chegavam através da cobertura jornalística dos meios de comunicação nacional sugeriam que houve “Acorda” e “Vem pra rua” em praticamente todas as capitais brasileiras, grandes e médias cidades. Com a pulverização da pauta específica que surgiu das manifestações contra o aumento da passagem em São Paulo, o que se observou foi um movimento de manifestação de massa difusa e confusa que expressa uma crítica geral ao sistema político, aos partidos

e que continha um certo discurso nacionalista enaltecendo as origens nacionais do país em gritos como “O gigante acordou”. Tudo isso também se passou em São Luís e nas maiores cidades do Maranhão muito mais impulsionados pelas chocantes imagens de protestos veiculadas pela mídia nacional que por alguma mobilização política concreta em torno de uma causa ou uma pauta.

Em São Luís, diante deste cenário de fragmentação e dispersão política, no meio de um movimento de massas gigantesco, foi que se articularam e se organizaram pessoas e coletivos em torno da Assembleia Popular do Maranhão⁷ com o intuito de agregar e convergir os atores sociais e políticos em ação nas jornadas para uma pauta de esquerda e popular. Os resultados deste rico processo político de aprendizado de lutas e democracia na sociedade brasileira ainda terão muitos capítulos à frente e, com certeza, será a torrente da história que saberá dar as definições que nos escapam agora na tentativa de realizar uma caracterização política destes eventos.

7 <http://assembleiapopular-ma.blogspot.com.br/>

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

10

SÃO PAULO

**REVOLTA POPULAR:
o limite da tática**

Caio Martins e
Leonardo Cordeiro

SÃO PAULO

10

Revolta popular: o limite da tática*

Caio Martins e Leonardo Cordeiro

Na luta contra o aumento até a Choque treme / Não tem pra PE, Civil, nem pra PM / A luta está presente em todo o Brasil / Isso não é mais só movimento estudantil / Agora é espalhar a revolta popular¹

“**S**e a tarifa aumentar, a cidade vai parar”, avisavam cartazes espalhados desde um mês antes, convocando uma mobilização para o início de junho. O primeiro ato acontece em uma quinta-feira e invade de assalto a rotina da cidade ao bloquear com pneus em chamas uma avenida do centro. Surpreendida e desorientada, a Polícia Militar não consegue reprimir com eficácia e, conforme os manifestantes se dispersam e reagrupam, o confronto se espalha por um raio cada vez maior, prolongando a batalha noite adentro. Corre a notícia da repressão e do enfrentamento e o movimento chama um ato para o dia seguinte, no qual cinco mil pessoas marcham por uma das maiores vias expressas da metrópole sem conflito com a polícia.

Essa poderia ser a descrição dos primeiros momentos da jornada de luta contra o aumento da tarifa em São Paulo em 2013, mas é também a narração exata da luta contra o aumento em Vitória no Espírito Santo em 2011. A coin-

* Este artigo foi escrito ao longo do primeiro semestre de 2014 e publicado pela primeira vez em maio no site Passa Palavra (<http://passapalavra.info/2014/05/95701>). Trata-se de uma reflexão aberta de militantes, e não da posição de alguma organização. Apresentamos aqui uma versão revisada do mesmo texto

¹ Paródia do funk “Morro do Dendê” (da trilha sonora do filme Tropa de Elite) cantada na luta contra o aumento de Vitória (ES).

cidência de roteiros não é mera casualidade. Revela a existência de uma estratégia comum, construída por esses movimentos ao longo da última década, que tem em seu cerne as *revoltas populares contra os aumentos das tarifas*.

A cada ano, as mobilizações contra o aumento das passagens do transporte se revelaram mais centrais na luta urbana. Do norte ao sul do país, das cidades médias às grandes metrópoles, se construiu uma cultura de luta em que toda tentativa de aumento é respondida por protestos. Esses talvez tenham sido, durante muito tempo, os raros atos de rua organizados pela esquerda a ganharem tanto eco e adesão popular que terminavam sempre maiores do que começavam – embora, é claro, não raro fossem reprimidos.

Enquanto os ascensos de outros movimentos urbanos – de moradia, por exemplo – dificilmente ultrapassam os limites de um território definido ou vão muito além das fileiras das organizações envolvidas, nas lutas contra o aumento a mobilização tem a tendência a tomar conta de toda a cidade, a se generalizar como *revolta*. Talvez porque o transporte não seja um problema restrito a um determinado local ou categoria, e sim uma questão que atravessa a vida de toda cidade. Concentra-se nele uma experiência de sofrimento enfrentado conjuntamente pelos trabalhadores, um cotidiano comum de exploração em que é possível reconhecer-se (como classe?). De sentimento compartilhado, a revolta sai de dentro do transporte: explode como ação conjunta, nos ônibus incendiados, nas catracas quebradas ou nos trilhos ocupados.

“Revolta” foi precisamente o nome dado aos acontecimentos de Salvador em 2003 e Florianópolis em 2004 e 2005. Revelando a potência do caminho que se abria, a Revolta do Buzú e as duas Revoltas da Catraca estabelecem o paradigma para as lutas contra o aumento de toda a última década; entram no imaginário da militância como horizonte das mobilizações por transporte. Ao afirmar de maneira explícita que era preciso “fazer Florianópolis aqui” ou simplesmente espelhar-se naquela forma de luta como referência difusa, movimentos de diversas cidades do país enxergam em tais experiências o desfecho culminante a ser atingido. Assim, traçam de forma tácita, nem sempre enunciada, uma mesma estratégia de luta.

O roteiro emblemático que se desenha de Salvador a Florianópolis traz alguns elementos que se repetiriam em inúmeras cidades nos anos seguintes, com ou sem sucesso. A constelação desses elementos desenha a tática que aqui chamamos de “revolta popular”: um processo de fôlego curto, mas explosivo, intenso, radical e descentralizado. As primeiras manifestações atuam como ignição de uma mobilização que extrapola o controle de quem a iniciou – que perde toda a capacidade de interrompê-la. Há uma escalada de ação direta: ocupação massiva e travamento de importantes artérias da cidade, enfrentamento com a polícia, ataques ao patrimônio público e privado, saques. Ao prejudicarem a circulação de valor e lançarem uma ameaça de caos – desobediência generalizada –, os protestos, que não respondem a um representante com quem seja possível uma negociação, forçam o governo a recuar para restabelecer a “ordem”.

Salvador e Florianópolis se repetiram com sucesso em Vitória, Teresina, Porto Velho, Aracajú, Natal, Porto Alegre, Goiânia, até a derrubada das tarifas em São Paulo, Rio de Janeiro e mais de 100 cidades em junho de 2013. Com um olhar que viveu esse último momento, especificamente em São Paulo, este texto busca enxergar todo aquele processo.

A direção da revolta

Se, por um lado, o roteiro da “revolta popular” investe na perda de controle e na explosividade, por outro, ele depende quase sempre de um polo altamente organizado da luta, uma organização que elabora e formaliza seu sentido e lhe garante alguma coesão, permitindo que as mobilizações avancem de forma autônoma, seguindo a direção primordial: a reivindicação de revogação do aumento. Ora, segundo a narrativa assumida pelo Movimento Passe Livre², foi justamente por não possuir esse polo articulado que a Revolta do Buzú não

2 Essa é a narrativa que aparece, por exemplo, no artigo assinado pelo MPL de São Paulo no livro *Cidades Rebeldes* (São Paulo, Boitempo, 2013).

foi vitoriosa: o espaço vazio foi ocupado por dirigentes de entidades estudantis burocratizadas e partidos políticos. Já em Florianópolis, uma organização independente de juventude, formada por um racha de um grupo trotskista do PT e por militantes anarquistas, assumiria esse papel, elaborando uma estratégia para alcançar a vitória. Era a Campanha pelo Passe Livre – mais tarde, MPL –, que no levante de 2005 cumpriria, nos termos de um então militante, o papel de uma “boa direção”, que soube “jogar, compor e criar com as práticas produzidas de forma autônoma pela movimentação social”:

Quando falo de direção não falo de mando e obediência, e nem de manipulação das massas. Falo de um grupo que pensa, planeja, discute e estuda as questões sociais em torno do levante popular, assim como o dia-a-dia do levante, de modo a se chegar à conquista das reivindicações do movimento. Ora, tal papel de direção se faz necessário partindo do pressuposto que, deixada à sua própria dinâmica, a revolta popular somente por acaso e pouco provavelmente se efetivaria nas conquistas almejadas. Esse direcionamento, esse grupo articulador, propulsor e pensante, visaria portanto aumentar a probabilidade de que a revolta popular se reflita no atendimento ou conquista das reivindicações. (...) com certa composição social a única direção efetiva, possível e desejável, não é aquela que tenta disciplinar, moldar ou controlar o comportamento social a um ideal, mas aquela que consegue encontrar e pôr em uma sequência virtuosa as práticas diversas, aparentemente antagônicas e espontâneas, que surgem da movimentação social.³

Esse “grupo que pensa, planeja, discute e estuda” as questões sociais em torno do transporte e das lutas contra o aumento da tarifa durante as mobilizações planejará seus passos nas ruas “de modo a se chegar à conquista das reivindicações” e por vezes assume também o papel de produzir a revolta, isto é, de criar as condições para ela por meio de trabalhos de mobilização,

³ Leo Vinicius. *Guerra da Tarifa 2005*, São Paulo, Faisca, 2005, p. 60-61.

agitação e propaganda, e impulsionando as primeiras manifestações. Em meio aos protestos, a formalização construída pelo polo organizado garante a coesão entre práticas diversas, e mesmo contraditórias (do vandalismo aos “coxinhas”), direcionando-as para um norte comum. Esse momento de controle é essencial para seu momento oposto, de perda de controle.

Conforme irrompiam lutas contra o aumento nas cidades de todo o Brasil, foram se constituindo agrupamentos que assumiriam esse papel diretivo. Ocupariam tal lugar especialmente os vários “comitês de luta pelo passe-livre”, que em 2005 se articulam nacionalmente formando o MPL. O Movimento Passe Livre surge, assim, como principal expressão organizada de um amplo movimento social que o precede e ultrapassa, formalizando em torno de si um imaginário comum da luta do transporte (princípios, propostas, táticas, história, estética) compartilhado por várias outras organizações e mobilizações⁴. Nascido do entusiasmo das revoltas, como tentativa de elaboração do sentido dessas experiências, o MPL aponta, ao mesmo tempo, para além delas, ao colocar em questão a própria tarifa e o modelo atual de transporte. Por outro lado, ele não deixa de se orientar sobretudo para as lutas contra o aumento, numa tensão permanente entre a dimensão reativa dessas jornadas e a construção de um outro transporte. Com isso, a articulação nacional pelo passe livre toma, com o tempo, a forma de uma articulação entre grupos dirigentes das lutas contra aumentos.

O papel de direção assumido nas revoltas entra em conflito com os princípios da horizontalidade e da autonomia, tão caros ao MPL. Durante a luta contra o aumento, portanto, sua forma só pode ser a de uma *direção que se nega a si mesma*, que não se afirma como tal e por vezes nem sequer se enxerga assim; que não ambiciona o controle total e, mais do que isso, tem como fim perder completamente o controle.

4 Para citar alguns exemplos: o Movimento Não Pago em Aracajú, o Bloco de Lutas pelo Transporte Público em Porto Alegre, o Tarifa Zero Belo Horizonte, o Movimento Porrada no Busão em Porto Velho, os movimentos Pula Catraca e Contra Catraca, Transporte Justo e Contra a Passagem no interior de São Paulo, entre outros inúmeros comitês, fóruns e frentes de luta espalhados pelo país.

Controle e perda de controle

Junho de 2013 em São Paulo parece ser um momento em que o movimento acredita ter clareza sobre que fazer no decorrer da revolta e assume, assim, o papel de direção da forma mais consciente e visível. O MPL-SP colocou para si a tarefa de elaborar sozinho um planejamento detalhado da luta, a partir da dinâmica que se podia apreender das experiências concretas anteriores: para triunfar ela deveria ser radical, intensa e descentralizada. Não houve assembleias abertas ou uma frente ampla, as articulações foram extremamente seletivas para evitar desgastes como os enfrentados em jornadas anteriores. Tudo que parecia desnecessário ao roteiro definido foi relegado ao segundo plano ou descartado. O trajeto de cada ato, decidido pelo restrito grupo de militantes do MPL-SP, era taticamente secreto: informado a algumas organizações próximas, mas nunca revelado à imensa maioria dos manifestantes. E, mesmo que a “revolta popular” e a “perda de controle” tenham aparecido no discurso público do movimento logo no primeiro dia, aquele pequeno grupo de pessoas manteve, apesar da retórica, um controle razoável sobre as manifestações até às vésperas da revogação do decreto. Mesmo na imensa marcha da segunda-feira, 17 de junho, – da qual participaram, sem exagero, mais de um milhão de pessoas – o grupo dirigente conseguiu executar o trajeto que definira, dividindo o ato em duas frentes que reencontraram-se na Ponte Estaiada, apesar de outras divisões. Ao longo das três semanas de luta, a primeira vez que o MPL-SP não conseguiu conduzir uma manifestação segundo o trajeto decidido foi na terça-feira seguinte.

Nos dias 18 e 19 de junho os protestos se descentralizaram de fato, e espalharam-se pela cidade os quebra-quebras e os saques. O Movimento não conseguiu sequer conduzir o início da manifestação e era impossível ter ideia de tudo que se passava. Enquanto centenas de milhares de pessoas tomavam a avenida Paulista e a Consolação, o centro de São Paulo tornou-se uma espécie de zona liberada: ocorrem numerosos saques a lojas de grandes cadeias, um carro da Record é incendiado, fachadas de bancos e vitrines saem

destruídas. Depois de derrubar o portão do Palácio do Governo do Estado no dia anterior, manifestantes tentam invadir a Prefeitura, destroem seus vidros e a cobrem de pixações. “Funcionários e assessores do prefeito chegam a se armar e erguer barricadas”⁵.

Simultaneamente, mas fora das câmeras, manifestações autônomas eclodiam em vários pontos da cidade. Nas linhas Esmeralda e Rubi da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos), após panes, passageiros ocupam os trilhos, quebram os trens e sabotam as vias. Em Cotia, cerca de cinco mil pessoas trancam os dois sentidos da Rodovia Raposo Tavares. Protestos bloqueiam a Ponte do Socorro e a Estrada do M’Boi Mirim. No Grajaú, junto a uma onda de saques, fala-se em mais de 80 ônibus danificados. Na zona leste, o impacto foi tamanho que, no dia seguinte, o Consórcio Leste 4 colocou menos da metade da frota em operação. Em Guarulhos, manifestantes bloqueiam por horas a via de acesso ao Aeroporto Internacional, enquanto em Parelheiros a população invade e paralisa o Rodoanel.

Violenta e generalizada, a quebra da ordem que ocorre com a explosão da revolta traz consigo um poderoso vislumbre da possibilidade de transformação social. Ao descrever esse momento em Florianópolis, no ano de 2004, um militante afirma que “o ultimato dado pelo movimento, a convocação de megamanifestações e a desobediência civil generalizada, deixaram a cidade em verdadeiro clima pré-insurrecional.” Suas palavras poderiam muito bem se referir aos últimos dias de luta em São Paulo quase dez anos depois: “era difícil prever o que poderia ocorrer (...) caso a classe dirigente não houvesse revogado o aumento das tarifas”; “a situação poderia sair completamente do controle das autoridades constituídas (e destituídas!)”⁶.

Greve geral, ocupação dos prédios públicos, tomada da cidade por barricadas em cada bairro, expropriação de frotas... eis alguns desdobramentos que

5 Elena Judensnaider e outros, *Vinte centavos: a luta contra o aumento*, São Paulo, Veneta, 2013.

6 Leo Vinicius, *A Guerra da Tarifa*, São Paulo, Faísca, 2005, p. 60-61.

o ascenso popular abria à imaginação às vésperas do anúncio da revogação do aumento. É precisamente a ameaça de um enorme salto organizativo dos trabalhadores que alarma a classe dominante – o “caos social” bate à porta e deve ser contido pelo governo, cedendo⁷. A tática histórica das lutas contra o aumento (essa que chamamos de “revolta popular”), aposta para seu sucesso em tal ameaça, mas depende, ao mesmo tempo, de que ela não se realize. Para conquistar a reivindicação central, a revolta deflagra um processo explosivo, que é necessariamente freado no momento em que se atinge a conquista.

Se a tática é eficiente, o salto organizativo já nasce castrado e vai existir apenas como vislumbre. A breve perda de poder sobre as ruas permite entrever *outro poder*, um poder popular, tão palpável quanto inalcançável naqueles dias. Ao existir justamente na tensão entre uma minoria altamente organizada e uma maioria não organizada, a revolta popular limita a si mesma. Ao mesmo tempo que na luta contra o aumento de São Paulo a população agiu diretamente sobre sua vida, não é menos certo que existia um comando que decidia o que fazer. Se depois de junho uma parte da esquerda avaliou que o problema no processo era a carência de uma “direção revolucionária”, nos parece o contrário: nas revoltas contra o aumento, o que falta – e por isso se trata de *revoltas* – é horizontalidade, ou seja, poder direto dos que estavam nas ruas sobre o que estavam fazendo, algo que depende da existência de estruturas enraizadas no dia a dia dos trabalhadores.

7 Na primeira Revolta da Catraca, a ameaça foi explícita: “Depois de quase duas semanas de revolta, os estudantes deram um ultimato e convocaram um protesto monstro que deveria reunir mais de vinte mil pessoas. O movimento deixou vazar para as autoridades que se não houvesse revogação do aumento das passagens, tentariam uma ocupação da câmara e da prefeitura decretando um governo municipal por conselhos populares. Misto de bravata, estratégia e ingenuidade, a ameaça surtiu efeito. Ante a iminência de uma passeata de enormes proporções e consequências imprevisíveis, um juiz federal da cidade simplesmente revogou o aumento, poucos momentos antes da manifestação, alegando temor pelo ‘caos social’ gerado pelos ‘combates nas ruas de Florianópolis’ na luta contra os ‘exorbitantes preços atribuídos às passagens do transporte coletivo” (Pablo Ortellado. “Um movimento heterodoxo”, CMI Brasil, 2004, em <http://www.midiaindependente.org/pt/red/2004/12/296635.shtml>). Em junho de 2013, logo antes do anúncio da revogação do aumento em São Paulo, a proposta de convocar uma greve geral para a semana seguinte ganhava eco entre as mais diversas organizações de esquerda (a proposta teve inclusive desdobramentos: a tal greve aconteceu, mas como farsa, descolada da revolta).

Entre governo e desgoverno

Nas palavras de um militante do MPL de São Paulo:

Junho com certeza não teria acontecido do jeito que aconteceu se não existisse esse grupo de pessoas analisando, fazendo os planejamentos e ralhando para que fossem cumpridos, isso é uma certeza que eu tenho hoje, mas isso foi uma limitação que estava colocada para as coisas acontecerem do jeito que aconteceram naquele contexto. Era um problema que só esse grupo decidiu tudo que ia acontecer, foi uma limitação não existirem organizações de bairro ou local de trabalho que conseguissem intervir no que estava acontecendo por toda a cidade. (...) Um dos objetivos do MPL é a gestão popular no transporte, [algo que] é mais do que claro que aquele grupo não poderia conseguir realizar, justamente porque isso só pode acontecer se houver organizações em cada bairro organizando o transporte por si mesmas e não sendo organizadas por outras pessoas.⁸

Tal limitação “que estava colocada” à luta é a própria limitação do contexto histórico no qual surgem as revoltas. Ora, o chamado trabalho de base há anos desapareceu da prática política da esquerda brasileira. A organização popular que era a base da esquerda foi o custo do projeto de governar gestado por esta no fim dos anos 70⁹. Foi um preço pago à medida que esse projeto se realizava: subindo rumo ao governo, o PT alça consigo os movimentos populares e os insere cada vez mais nos mecanismos da *gestão* dos conflitos sociais (dos canais governamentais de “participação” ao “Terceiro Setor” em expansão). Não à toa, a tônica do discurso é a da *inclusão*. Marcadas

⁸ O comentário é do camarada Arabel, publicado em um grupo de discussão em uma rede social.

⁹ Sobre o ineditismo dessa esquerda que se propôs a governar, ver a participação de Paulo Arantes no Seminário “Governar após junho” promovido pelo PSOL em São Paulo. Em: youtu.be/wM-4WoY8hqQM (a partir de 00:32:00, com péssimo áudio).

por um crescente abandono da ação direta e enquadradas por políticas públicas – não raro desenvolvidas a partir do conhecimento acumulado pelos próprios militantes –, as organizações populares sofrem um esvaziamento que as atrela a uma enorme máquina de governo¹⁰. As “bases”, agora, só podem existir como contingentes coisificados, devidamente cadastrados e representados, de trabalhadores – tratadas como moeda de troca das burocracias.

O sentimento generalizado de impotência, com raízes fincadas na própria esquerda, se alastra entre o conjunto dos trabalhadores e encontra coro também nos radicais de fora do governo. Escorado em clichês de um marxismo determinista (seja o das análises “realistas” do governo ou o de uma oposição de esquerda em defensiva), o consenso imobilizante sobre “a correlação de forças” naturaliza a injustiça e o sofrimento: medir forças contra o capital é perda de tempo. Foi levada a cabo uma verdadeira domesticação: “críticas”, nas palavras de Paulo Arantes (em quem nos apoiamos um tanto nessa análise), “só propositivas e com indicação da fonte de financiamento”¹¹.

“Nessa espantosa fábrica de consensos e consentimentos em que o país se converteu”, as engrenagens da inclusão estão intimamente ligadas a um projeto de “pacificação armada”¹². As peças institucionais não funcionam sem os mecanismos de exceção: ambos se complementam na empreitada de con-

10 O artigo “Estado e movimentos sociais” reflete mais profundamente sobre a relação entre esquerda no governo e os movimentos sociais. Em: <http://passapalavra.info/2012/02/52448>.

11 Paulo Eduardo Arantes. “Fim de um ciclo mental” em *Extinção* (São Paulo, Boitempo, 2007), p. 250, entre outros artigos e entrevistas compilados no mesmo volume, em especial nas partes 3, 4 e 5. Ver também “O ‘pensamento único’ e o marxista distraído”, do mesmo autor (*Zero à esquerda*, São Paulo, Conrad, 2004). Em reunião com o movimento em junho, quando “Haddad pede a definição de uma fonte orçamentária do subsídio que reivindicam (...) o MPL diz que não cabe ao movimento encontrar soluções técnicas para uma demanda social” (Judensnaider, 2013). Para uma possível origem das “críticas propositivas” na esquerda brasileira, ver um delito flagrante pelo *Passa Palavra*, em <http://passapalavra.info/2012/05/58422>.

12 Continuamos na trilha de Paulo Arantes, agora no ensaio “Depois de junho será a paz total”, no novo livro *O novo tempo do mundo* (São Paulo, Boitempo, 2014), que aproveitamos de última hora, quando já terminávamos de escrever este texto.

quizar e gerenciar indivíduos, divididos em territórios. Com a multiplicação sem precedentes das tecnologias sociais de controle vivida pelo país, aparecem “policiais que realizam atividades de educadores ou animadores sociais, (...) gerentes de banco que funcionam como conselheiros de negócio e empreendimento, comerciantes que viram caixa de banco, líderes comunitários que gerenciam programas de governo, gestores públicos que transacionam empreendimentos privados”¹³.

Era de se esperar que a resposta viesse como perda de controle. Para os pequenos grupos que se mantinham na esquerda à margem do governo, disparar o desgoverno da revolta era a possibilidade de fazer frente àquela gigantesca estrutura de gestão da luta de classes. A explosão política violenta das ruas recusa os mecanismos de participação e reage à repressão armada. – Em São Paulo, a tática do movimento é assumidamente elaborada para enfrentar a estratégia de diálogo esperada de uma prefeitura petista¹⁴.

Embora nos falte, aqui, analisar o lugar do transporte na estrutura gerencial da cidade e na recusa dela¹⁵, é evidente que a revolta aparece justamente como crítica destrutiva, como negação do consenso imobilista. Reação explosiva e de tiro curto, ela responde ao projeto de governo da esquerda dentro da lógica que ele imprimiu à luta social: o espetacular, o tempo midiático, as quedas de popularidade. A revolta é, talvez, o avesso daquela imobilidade, a

13 Livia de Tommasi e Dafne Velazco. “A produção de um novo regime discursivo sobre as favelas cariocas e as muitas faces do empreendedorismo de base comunitária”. Texto apresentado na 35ª reunião da Anpocs (Caxambu, 2011) e citado por Paulo Arantes em “Depois de junho será a paz total”.

14 Em abril de 2013, durante uma marcha dos movimentos de moradia, Fernando Haddad desceu do gabinete e discursou para os manifestantes, transformando o ato em um comício. No primeiro grande ato de junho, a prefeitura esperava receber uma comissão do movimento, para colocá-la, ao que tudo indica, “numa dispersiva mesa de negociação técnica” (Judensnaider, 2013).

15 Parece que ainda falta muita reflexão sobre esse lugar. Em “Depois de junho a paz será total”, Paulo Arantes faz considerações interessantes e indica algumas referências (ver pp. 404-424). Outros apontamentos nessa direção foram feitos em “Violência e imaginação: quando o cotidiano desce do ônibus” (<http://tarifazero.org/2014/05/17/violencia-e-imaginacao-quando-o-cotidiano-desce-do-ônibus/>) e “Economia das lutas do transporte” (<http://passapalavra.info/2014/05/95372>).

tradução política daquele sentimento de impotência – finalmente ecoa uma dissonância na monótona paralisia entoada pelos mais diferentes setores políticos. Mas, enquanto mero eco da potência esquecida da classe trabalhadora, vislumbre de um antagonismo real, a revolta está limitada. Com um pé (ou dois?) na política do espetáculo, ela não pode ir além da impotência.

O sentido da revolta

O aparente imediatismo da revolta, um tempo de acontecimentos imediatos, é também um tempo profundamente mediado – por um teatro que transcorre em separado da vida cotidiana. E conforme a tática de revolta passa a orientar toda a construção estratégica do MPL, aquele ritmo acelerado é transposto para o dia a dia do movimento. Seus esforços se resumem recorrentemente, assim, à preparação das mobilizações, numa lógica de “agitação e propaganda” que, apesar de explorar bem a dimensão lúdica e artística, quase sempre não vai além de intervenções pontuais, descontínuas, desenraizadas e dispersas características de uma certa tradição ativista¹⁶. Sem estruturas de base, o elo entre os manifestantes e a organização é mediado, nas lutas contra o aumento, quase que exclusivamente pela internet, pela televisão e por jornais impressos. A centralidade da mídia na atuação do MPL aparece na própria origem do movimento, herdeiro do Centro de Mídia Independente, o qual foi durante muitos anos o seu principal meio de comunicação, sendo mais tarde substituído pelo Facebook. Em 2013, foram esses canais midiáticos – na maior parte controlados pela classe dominante – os principais meios usados pelo movimento para convocação dos atos, divulga-

¹⁶ O movimento se apropriou e desenvolveu diferentes formas de agitar a cidade e propagandear a luta: atividades em escolas, panfletagens, escrachos às autoridades, cartazes, pixações, catraçações, divulgação nas redes sociais, ações midiáticas, pequenos protestos, artigos e reportagens da imprensa, entre outras. Para uma crítica mais profunda da cultura ativista herdada pelo MPL, ver Felipe Corrêa, “Balanço crítico acerca da Ação Global dos Povos no Brasil” (publicado em seis partes no Passa Palavra: <http://passapalavra.info/2011/07/42773>).

ção das pautas e posicionamentos.

A fragilidade do elo entre os dois polos ameaça permanentemente a direção da revolta: seu sentido pode ser apropriado – e os meios de comunicação estão em posição privilegiada para fazê-lo. Assim foi em junho de 2013, quando a imprensa burguesa, diante da massificação das manifestações, trabalhou pela diluição da pauta dos 20 centavos em meio à evocação difusa da corrupção.

Essa perda de sentido assombra a perda de controle. Se a mobilização deve transbordar o controle do MPL, ela deve necessariamente transbordar a pauta construída desde o início pelo movimento. Por isso, a cada vez que reafirmava o sentido único dos protestos, o Passe Livre reafirmava a si mesmo enquanto direção do processo. Contudo, a potência transformadora que a revolta deixa entrever tem que ir muito além dos 20 centavos – é uma força de mudança total. A explosão da revolta é, portanto, também a explosão do sentido. E, na medida em que essa explosão tem que ser contida, a manutenção da pauta (em que se empenha o MPL) cumprirá um papel limitador fundamental. Depois da redução da passagem, resta uma mobilização sem direção cujo sentido será facilmente disputado pelos antigos intermediários. Entretanto, o além-dos-20-centavos, que só existia dentro da luta pelos 20 centavos, já não é nada.

Em junho de 2013, o processo encontrou seu limite de modo muito forte em São Paulo – justamente onde os 20 centavos definiram claramente a direção da revolta. O refluxo paulistano atinge logo em seguida as cidades onde as manifestações explodiram movidas pela repercussão dos acontecimentos difundidos pela mídia. Porém, onde a finalidade dos protestos esteve mais dispersa, desagregada, como no Rio de Janeiro, o final do processo também foi diluído, num longo rescaldo que se estendeu pelos meses seguintes. Como as ruas cariocas não tinham um sentido predominante – a revolta não era uma tática planejada por um grupo dirigente com um objetivo claro –, elas não perdem completamente o sentido após a redução da tarifa.

Junho passou

A elaboração tática da revolta popular, gestada desde 2003, foi levada às últimas consequências. O novo caminho da luta urbana que se desdobrava nas diferentes jornadas contra cada aumento no país bate no topo em junho. Atingindo uma dimensão inédita, o sucesso definitivo da revolta enquanto tática em 2013 é também o esgotamento dessa tática.

Na luta de rua, já não parece possível driblar as forças repressivas com as mesmas manobras dos últimos anos. A insistência nelas desenha um cenário de gestão de motins, já espalhado pelo mundo: mesmo os mais violentos protestos, enquadrados na rotina e cirurgicamente contidos pela polícia, já não são tão capazes de abalar a ordem. Dos serviços de inteligência à justiça, a repressão estatal aprimora seu produto¹⁷. Os protestos entram nos cálculos dos políticos, da imprensa e das seguradoras. Os enfrentamentos com a polícia, resumidos a um desgaste inócuo, se esvaziam tanto quanto o modelo dos “grandes atos” – organizados por articulações que não se cansam de buscar a bandeira sob a qual voltará a se forjar “a unidade da esquerda”. Parece que se alastrou uma fixação pelo passado que impede de projetar no horizonte algo além da mera repetição do que já foi: “junho não acabou”, as “jornadas de agosto (sic)”, “tô na rua outra vez”, “outros junhos virão”... e por aí vai. A rua como fim em si mesma é um beco sem saída. Uma arena onde a dimensão simbólica foi hipertrofiada, na qual assistimos ao show estéril do protesto pelo protesto, não muito distante da violência pela violência: o que importa é “disputar o imaginário”¹⁸.

17 Para mais sobre esse cenário, ver “Teoria do Caos”, originalmente publicado em *Police Reviews* e traduzido pelo *Passa Palavra* (<http://passapalavra.info/2014/03/92961>) e “A mais-valia relativa da polícia: sobre repressão e controle social” no mesmo site (<http://passapalavra.info/2014/04/93676>). Não custa dizer que a tática policial do encapsulamento, novidade de 2014 da PM paulista, já era usada desde 2006 em Santa Catarina – não por acaso.

18 Protestar e quebrar parecem ter sido capturados de sua dimensão *tática* e enquadrados numa dimensão puramente *estética*. Disso dão notícia os artigos “Será que formulamos mal a pergunta?”, de

E não foi apenas em um de seus polos (a rua) que se esgotou a tática de revolta; o mesmo acontece com o outro (o coletivo organizado): descolado do processo de mobilização, o grupo que ocupou o papel de direção perde o sentido de ser. Quando cai a tarifa em São Paulo e outras centenas de cidades, a forma organizativa da direção das revoltas contra o aumento completa sua empreitada, que se desenhava a cada ano: abrir uma fissura no consenso. Orientado por e para as revoltas, o formato assumido pelo MPL perde seu lugar. Talvez por isso, muitos dos coletivos que dirigiram grandes jornadas de luta e alcançaram vitórias procuraram, em seguida, reformular sua atuação. Todavia, é possível enxergar práticas que indicam uma forte tendência a insistir no antigo papel de direção.

Por um lado, aquele grupo que esteve ligado a algo muito maior que si volta-se para a manutenção de sua identidade e sua estrutura: para continuar existindo, ele se isola cada vez mais das lutas sociais e de seus lutadores, fechando-se em si mesmo¹⁹. Por outro lado, acelerado pelo ritmo dos acontecimentos na revolta, ele desperdiça cegamente suas forças na ânsia em responder às crescentes cobranças de um jogo político em que recentemente foi considerado ator – incluindo aí os pedidos de entrevista e de posicionamento, a assinatura de variados manifestos e ações, as pesquisas acadêmicas, os convites para mesas e palestras, o interesse dos gestores públicos e privados²⁰.

Silvia Viana (*Cidades rebeldes*, 2013), e “Agora só faltam 3 reais... e um imenso desafio” (<http://passapalavra.info/2014/06/97065>).

¹⁹ Não importa o tamanho desse burô, seja ele formado por quatro ou por quarenta pessoas, porque há o que Felipe Corrêa chama de “desperdício de força social”: “há excesso de processos e estruturas, pessoas fazendo o que não é necessário, pouca gente envolvida com atividades importantes (trabalho de base, por exemplo) etc.” (“Movimentos sociais, burocratização e poder popular. Da teoria à prática. 3) Mecanismos e processos de burocratização” em <http://passapalavra.info/2010/11/31590>).

²⁰ Esse momento perverso, em que “a base social da luta não se interessa mais pelo movimento, mas os gestores públicos sim”, é muitas vezes um momento de “crise interna”: os militantes “se voltam para dentro, tentam discutir as falhas que levaram até lá ou pelo menos garantir o que restou. Trocam-se acusações, desgastes, ocorrem disputas por poder. Essas discussões muitas vezes pouco interessam às pessoas novas, o que reforça o quadro de isolamento e pouca participação”. Ver o

O reconhecimento pelos demais “atores políticos” transmite à organização a dinâmica desse teatro. Se ela não tem um novo horizonte, inevitavelmente se apega ao passado e reafirma a forma morta – sobra apenas um símbolo, uma marca a ser administrada²¹.

Dizer que a tática histórica de “revolta popular” se esgotou não é, em nenhuma instância, decretar o fim da revolta – aquela atitude que há séculos pulsa entre os dominados. Ao contrário, esta nunca esteve tão presente: desde junho, a disposição à luta só cresceu. Mas o que construímos além dessa *disposição*? Milhões saíram às ruas e, de volta à casa, ao bairro, ao local de trabalho, voltaram à rotina de sofrimentos e humilhações (talvez um pouco mais indignados)? Embora tenha produzido ecos, o momento de mobilização não conseguiu ir além de si mesmo, não encontrou continuidade em um momento de organização.

Se não saímos de 2013 com um aumento na organização dos de baixo, talvez o terreno para essa organização esteja mais fértil. Ao apontar para algo vivo para além do cotidiano morto de consensos e consentimentos, junho quebrou o feitiço. Era, porém, ainda uma recusa impotente: apenas *entrevimos* a possibilidade de um outro mundo. Como fazer com que o vislumbrado passe do possível para o real? É no mínimo indispensável superar a centralidade da tática de revolta e formular uma perspectiva estratégica mais ampla, a perspectiva de uma recusa mais potente, enraizada no cotidiano. É preciso *construir* o que se tornou imaginável.

artigo “Buro-ácrata”, de Grouxo e Legume (<http://passapalavra.info/2014/04/94231>).

21 Como se vê, por exemplo, em uma nota publicada pela federação nacional do MPL “Sobre o sequestro de sigla” <http://saopaulo.mpl.org.br/2014/05/13/nota-da-federacao-nacional-do-mpl-sobre-o-sequestro-de-sigla/>

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

11

SÃO PAULO

**UMA VISÃO PARCIAL
COMO ADVOGADO ATIVISTA**

Daniel Biral

SÃO PAULO



Uma visão parcial como Advogado Ativista

Daniel Biral

A orelha de Euridice.

Cazuza

Ideologia

Deixa então eu começar com junho cronologicamente, e no contexto vou introduzindo quem eu sou, acho que fica mais fácil até para me compreender também em todo o contexto, a vivência com inúmeras pessoas nas mais distintas personalidades individuais e que, se não fosse esse conjunto de forças e coesão social, não teria acontecido tudo isso, além claro das redes permitirem essa troca de ideias e se somarem.

Posso entender que a pauta do MPL acertou em simplificar um assunto tão complexo, ao embutir todas as demandas em que estão inseridos, para simpatia e conscientização da população sobre ideias mais amplas do direito à cidade. Tudo por aqui está sendo privatizado. Passei por esse motivo a tentar compreender esse fenômeno de micropolíticas e as consequências para a população quando não são efetivados direitos básicos, por isso fui arrastado pra essa rua e pela minha capacidade de atuação nesse tipo de contexto que estava acontecendo. O contexto do conflito sempre me causou uma sensação de necessidade para me demonstrar solícito -- e a ajudar e assim mediando conflitos, arbitrando.

Uma pequena movimentação acontecia na cidade, eu estava na Paulista, quando voltei pra casa via o jornal da noite, não lembro de nada ter sido comentado, mas o que me surpreendeu foi um relato de um jovem irmão de

uma amiga. Ele tinha sofrido com uma violência policial absurda, por estar parado na Paulista vacilando.

Por causa disso eu fui pra rua, bastante acanhado, já percebia uma dinâmica, e aí tivemos o episódio da quinta-feira 13 que colocou toda a sociedade a olhar o que deixava passar, muito porque não atingia a classe média. O que ficou demonstrado naquela quinta-feira na Consolação era a falta de informação deliberada ou determinada para que as pessoas não pudessem se manifestar, e essa contenção foi muito mal feita por meio da força policial excessiva.

Foi um dia para esquecer e não tornar a repetir durante essa pseudo-democracia como em outras tantas vezes em que vimos o apagar da ordem em virtude da força do Estado. Muitas pessoas conscientes de sua ação política efetiva foram ceifadas do direito de reunião e livre manifestação do pensamento.

Fora a falta de representatividade dos governantes que parecia a principal questão, o descontentamento com as políticas públicas, a má gestão que sobra pra população também dava as caras, mas pra essa percepção ser consciente e fundamentada é preciso informação e isso a maioria não tinha e ainda não tem.

Enquanto via um streaming, acompanhei uma marcha que saiu do MASP e foi até o Palácio dos Bandeirantes. “Aí sim”, pensei eu. Investido como governador do estado, acredito que minha postura seria de acolhimento e fiquei indignado por ele não ter colocado nem banheiro químico na ocupação que ali permaneceu por volta de 90 dias, imagina minha ingenuidade -- ele estava tratando como uma questão de enfrentamento em termos políticos ditatoriais, ao identificar cidadãos descontentes como inimigo e, a partir daí, os caçando por não concordarem com a gestão pública que ele havia até então realizado.

Por certo, essa minha primeira vivência ao longo dos meses, com atores políticos menos considerados de nossa sociedade, completamente marginalizados e que não são ouvidos foi realmente satisfatória. Ouvi cada história que me engrandeceu como ser humano e acho que consegui expor o máximo de informação que eu detinha e repassar, a ponto de ouvir um dia: -- O PM não pode me bater nem se eu xingar ele, né?

A partir daí minha presença era mais frequente no início dos atos para me solidarizar com as pessoas que estavam tentando se organizar politicamente. Certa vez, passei o recado que o detido pela pichação no muro do Palácio dos Bandeirantes já tinha advogado -- era o Ferreira que estava atuando, e foi dele que ouvi o recado sobre o garoto detido.

Nós nos encontramos na rua noutro dia, se pedia nessa oportunidade pela democratização da mídia, e ali figuravam outros atores de grande importância para o meu acúmulo de vivências em termos sociais. Entre uma coisa e outra o Marco Civil foi aprovado e deixou um rastro de amizades construídas, elencar todos com quem conversei online debatendo em cada virada de noite, parecia que eu era um SAC jurídico e várias pautas, todas juntas e misturadas foram se somando.

Posso dizer que no dia em que nasceu os Advogados Ativistas, o que confluuiu pra isso não fora apenas uma *fanpage* em rede social, mas foram as pessoas que permanecem mantendo os ideais em prol da coletividade enfrentando a quebra da lei pelo estado.

A partir desse momento um grupo de advogados poderia ter um significado, por mais que sem tanta experiência profissional, seus ideais movidos pelo acúmulo de conhecimento geraram uma postura mais digna e corajosa que os muitos figurões acovardados, usurpados e subservientes meio jurídico que subverteram. Desenvolvemos uma estrutura muito simples, baseada na confiança e na comunicação imediata entre nós, e como pesquisadores mesmo disseram, nós *hackeamos a profissão*.

Boom! Rapidamente tínhamos uma rede integrada, que era vista com muita desconfiança pela militância jurídica dos redutos de esquerda, como sindicatos e partidos. Isto não nos abalou em momento nenhum. A gente sabia que o papel que iríamos desempenhar era desconhecido pra eles -- e o diferente sempre é visto com maus olhos; ali onde as minorias se encontravam nós estávamos sendo visto assim, como qualquer minoria e portanto sendo repelidos por esses movimentos há mais tempo constituídos.

Já ouvi dizer que a antipatia era por causa da produção midiática que

os Advogados Ativistas dispunham, e da nossa comunicação em tempo real com os ativistas que estavam sofrendo nas ruas nas mãos da polícia. Passamos nos meses seguintes a Junho a coletar informações das violações de Direitos Humanos cometidas pelos agentes do Estado. Imaginávamos colaborar para impedir que isso acontecesse. No processo, ficamos sabendo das atrocidades que estavam sendo cometidas em vários pontos, inclusive da prática genocida na periferia.

Conhecer quem são e como vivem no seu particular cotidiano numa periferia com direitos tolhidos, por quem quer que seja, pelo crime organizado ou pelo estado, é algo que gera sofrimento e revolta genuínos. Lutamos por justiça quando a posição é vulnerável, se confronta o Estado, se perdem olhos e outros perdem a dignidade, mas muito já havia sido perdido antes... Quem tentou julgar sem ao menos se aproximar, tomou pra si uma posição ainda mais equivocada, dando mais importância a um vidro do que a uma vida.

Essa minha análise superficial do que se passou após Julho, não conseguiria entender o processo histórico que foi rápido e intenso, do ponto de vista da construção democrática, tantos atores e tantas visões e muitas tantas outras indignações passaram a proliferar.

Uma delas certamente será a constituição de uma nova polícia, quer dizer, como sair de um estado policialesco, miliciano, assassino e nos transformar em uma sociedade livre justa, porque não vivemos apenas a desigualdade social, mas principalmente vivemos um momento de injustiças sociais, sendo o mais grave quando se analisa a estrutura de poder no estado.

Percebam que falei JULHO, fomos reunidos por junho e pra mim isso significa que o encontro espontâneo desse mês e a articulação muito rapidamente montada como malha de proteção entre nós, para enfrentar o que estava por vir e tudo o que aconteceu, se manteve forte, como ainda se mantem.

Claro que a coesão se dava pela necessidade imediata que se instaurou, enquanto uns gritavam gol outros eram impedidos de gritar o que quisessem. Passamos por uma pressão imensa em um período de muita agitação popular social. Completamente diferente dos outros períodos históricos

onde a massa jovem se manifestou, nesse caso não havia um ponto específico, como democracia, liberdade, direitos políticos, pois isso são preceitos fundamentais de primeira dimensão constitucional, isso quer dizer que já tínhamos esses direitos, ao passo que os direitos sociais demandados nesta oportunidade tinham correlação estreita com a conjuntura econômica, baseada em um sistema que é questionado por causar desigualdade que gera ao concentrar riqueza além do que neste caso de Junho, se definiram como uma aglutinação de diversas pautas, que se conectaram pela criminalização dos movimentos sociais, e por isso tivemos nossas considerações respeitadas, porque estávamos na rua para impedir que isso ocorresse.

Tenho pra mim que esse momento histórico linkou mundialmente os jovens que terão condição e deverão conduzir o que restar do sistema representativo de política. Digo isso porque a efetivação dos direitos sociais é algo que acontecerá. A garantia dos direitos do homem e por assim dizer dos Direitos Humanos terá que ser realizada, essa conquista realmente tende a nos alcançar e como em todo processo de efetivação das dimensões este também coincide com pontos de ruptura. Ao passo que no Brasil os direitos já consagrados no passado não foram conquistados, foram barganhados e suprimidos por força militar, a qual se impôs sobre nós por mais de duas décadas de subserviência à vontade corrupta de uns poucos. As revoltas populares como as que assisti no último ano, potencializadas por um cenário extremado pelo próprio poder público incapaz de lidar com seus cidadãos, se impôs como uma profunda falta de respeito aos seus mais novos herdeiros políticos.

Por isso, minha vontade de criar algo que fortaleça esse vácuo de orientação jurídica, promovendo o dialogo das pautas com o poder público, por meio do coletivo Advogados Ativistas, enquanto um serviço de utilidade.

Retomando o momento em que tínhamos duas manifestações por semana, de vez em quando três, alguns poucos colegas foram se tornando mais presentes -- e foram um presente para minha vida. Professores renomados, pesquisadores curiosos, a turma do barulho na bateria e na pista,

além das pessoas de convicção forte que desempenham atuações políticas fundamentais para o fortalecimento de pautas, demandas e organização, pessoas que lutam por uma mesma melhoria de vida, no sentido de exigir apenas condições mínimas de existência para todos. E ainda aqueles que registraram praticamente tudo.

Posso dizer que foi bem complicado este imenso conflito em que atuamos. Sensibilizar um lado que não resolve problema conversando e sim atirando, e outro, personificado pela extrema vulnerabilidade humana onde se sobrevive a cada dia. Isso me justifica, digo, como seria possível equilibrar, balancear essa estrutura tão dissociada de parâmetros básicos de referência entre um e outro, simplesmente incabível, e essa é uma das rupturas que deveremos contornar como sociedade, independente da opção de sistema, muito menos se pensa se há o caminho seria um sistema.

Fora isso, que estava fácil de entender, ainda tínhamos que viver situações de comprovação da alienação completa do aparelho repressor estatal. Engolir isso e ainda ter que responder pela alienação social da maioria dos agentes públicos e de seus déficits culturais em uma total falta de bom senso com a lei, não só por falta de técnica jurídica, mas muito em razão da falta de sensibilidade de enxergar no outro um ser humano como a si próprio.

Em 07 de setembro fui preso. Primeiro por que permaneci o dia e a noite toda em delegacias, cheguei na primeira às 7 da manhã e saí da última no dia seguinte. Não vi uma só manifestação e só encontrei nesse dia advogados, presos, policiais e jornalistas. Fui preso por tentativa de invasão da carceragem. Essa grotesca situação de erro técnico jurídico, além de causar aberração na tipificação estapafúrdia, muito porque o sujeito agente do estado começa a achar que conhece a lei. Por que é ele quem faz a lei acontecer na prática. Acha até que pode criar crime, inventa coisas do tipo -- que ouvi em uma delegacia: “No Direito Penal não tem presunção, é factual”. Imagina de que parte do livro ele tirou isso? Da Lei certamente não foi, porque uma presunção que deveria ser respeitada principalmente em uma delegacia, é a presunção de inocência.

Tudo o que vi depois do 7 de setembro, o encontro de vida com um menino que perdeu um olho nesse dia. O dono do bar que preferiu não fazer denúncia contra a atuação policial em seu estabelecimento na Paulista, o tiro de arma letal, o espancamento em uma ocupação às seis da manhã. Todas essas informações me chegaram enquanto eu estava nas delegacias, em uma delas tinham umas 20 pessoas detidas, várias sangrando e prestes a ser criminalizadas.

Esse dia foi de impacto pessoal muito grande, tudo o que não podia fazer era sentar no meio fio e chorar. E assim caminhamos, ganhando credibilidade e ultrapassando outros momentos com o do 7 de setembro, por ter a convicção de não deixar ninguém sem assistência jurídica emergencial, e assim impedíamos ilegalidades por parte do estado contra muitos jovens. Ganhei também um novo parceiro que se mostrou muito importante em toda a sequência dos episódios que foi o Guilherme, que é um ganho na vida poder chamá-lo de amigo.

Até o fim do ano, tivemos tantas outras movimentações de rua, que a galera esperava nos ver em todos os atos, pois isso lhes dava uma certa segurança no que se refere a vida e morte, quantos Amarildos não ouvimos dizer que já aconteceram por aí. Eu acho até que fui negligente com minha pessoa, andava no meio da chuva de bombas e pedras sem capacete, quantas vezes não senti o vento da pedra, do cassetete, da bomba, mas nada que uma descarga de adrenalina não me acalmasse, e isso foi viciante.

A ALF - *Animal Front Liberation* passava a fazer parte dos movimentos e resolvemos a aconselhar. Era um tipo de manifestação nada parecida com o que víamos até aquele momento. Aliás, nunca ninguém tinha visto uma ação como aquela acontecendo por aqui: as ativistas do ALF me ensinaram o que era uma vivisseção e assim que cheguei em uma manhã fria na serrana cidade de São Roque, palco de uma de suas atuações.. Embora toda a ação praticada para a libertação dos beagles tenha sido realizada de forma surpreendente, o que vimos no sábado seguinte, foi mais do mesmo, uma total aberração da ação policial, nesse dia eu pouco sofri, a não ser com a falta de

capacidade de admoestar o Capitão responsável pela operação, de que ele estava tomando um rumo equivocado, mas não deu outra. De trás da barreira policial eu tentava permanecer ao lado do Capitão e do Major, que diziam estar cumprindo ordens. O que existe de digno em cumprir ordens que corroboram com injustiças. Dentre as gravíssimas faltas cometidas pela corporação militar, vou destacar uma que nos afetou muito como grupo, que foi a prisão do André Zanardo, ponta firme em muitas das ocasiões desse ano, apesar de teimoso ele não merecia tomar um tiro de bala de borracha e nem de ter sido detido com seu fiel escudeiro, o Igor.

Esse período pré 2014, onde alguns esbarravam em mim e convictos garantiam que não teríamos Copa, foi um período lúdico demais, do ponto de vista criativo na técnica e elaboração de teses no direito, estávamos na vanguarda tentando inovar o máximo na atuação jurídica. Como mídia, com críticas desenfreadas direcionadas a tudo que dissesse respeito as demandas sociais. Os papos entre os integrantes do AA são inesquecíveis, com visões internas de nós mesmos que atirávamos na cara um do outro pra manter uma certa harmonia. As ideias surgiam desses momentos em que a troca de informação apenas entre nós não bastava, o que precisávamos era o contrário, tínhamos que encontrar todos que pudéssemos, sair às ruas e conhecer o olho no olho de cada demanda social que estava se apresentando.

Quando as coisas estavam ficando mais tranquilas, os inquéritos do medo já haviam começado, eis que cai nos meus braços, um dos pontos mais vitais para o meu crescimento, digo isso, no sentido do convívio com as pessoas mais especiais que conheci e que pertencem ao Organismo Parque Augusta, para as quais só posso falar obrigado. Os mais metidos chamam de sui generis esse evento cósmico. A dicotomia do verde entre prédios possibilitou uma reunião de pessoas para construir um movimento como esse, que só podem ser extraordinárias cada uma em sua particularidade. A centralidade da questão Parque Augusta vai além da sua geografia, mas engloba sim as demandas sociais, desde a especulação imobiliária que impede a consagração do direito à moradia, até debates profundos e multidisciplinares que de-

safiaram -- e minuciosamente escancaram -- fenômenos enraizados nessa estrutura de poder e dinheiro e como isso se relaciona com a cidade e seus moradores, com nós todos e como queremos viver.

No caso do Parque Augusta, o movimento sofreu com a criminalização. Os integrantes sofrem respondendo a um processo criminal contra eles, de um festival com praticamente 5 mil pessoas, porém apenas 4 delas responde por esbulho possessório. As razões do inquérito não são apenas curiosas como passam pelo mesmo crivo moral, para condenar jovens que abraçam árvores, em favor de um modelo de sistema econômico, que ao passo que produz riqueza não remedia os efeitos negativos que provoca.

Para esses caras eu devo muito, e olha que tinha pouco interesse em participar, posso dizer que presenciar situações absurdas de vulnerabilidades me fez desviar a atenção de assuntos menos urgentes, mero engano meu, ao me ater a um debate mais elitizado do ponto de vista intelectual pude aprender tanto sobre processo administrativo correndo atrás da judicialização e defesa do parque, como também, de me manter motivado junto a inúmeras outras pessoas para discutir e pensar o que queremos da nossa cidade, para nossa cidade e compreendendo para isso os fenômenos econômicos sociais que giram a roda da promíscua fortuna.

Em 23 de dezembro é sancionada a Lei que autoriza a criação do Parque Augusta. Isso foi o bastante para os donos do terreno determinarem seu fechamento após o término do arrendamento para o estacionamento e isso ocorreu na virada do ano.

O início de 2014 foi um dos mais triste da cidade, e pelo que sabemos agora, as alegações de orgia e uso de drogas foi o argumento das incorporadoras para justificarem, principalmente na justiça, que o certo seria manter o parque fechado, se contrapondo a todos esses anos em que a comunidade conviveu com o Parque Augusta aberto. Tenho certeza que isso tornará a ocorrer.

Esse não era o único inquérito com o qual conviveríamos nos meses seguintes. Sabíamos da força-tarefa montada para criar um inquérito sobre a associação criminosa dos *black blocs*; certamente como toda investigação

deve ser respeitada, e quando realizada por uma delegacia como o DEIC deve ser também temida, já que ela é a delegacia que atende ao gabinete de gestão do estado diretamente.

Estávamos a meses da Copa do Mundo e o clima não era nada amistoso. A criminalização dos movimentos sociais era a pauta policial e jornalística. Quanto mais chacinas aconteciam, mais fatos políticos se somavam para um clamor das ruas durante todos os futuros protestos. Como pauta única de manifestação pela insatisfação de uma parcela da população, surgiu o NÃO VAI TER COPA, que ecoou forte.

Logo no primeiro ato contra a Copa em 2014, a Polícia Militar fez o que sabia fazer: atirou em um rapaz em uma ação descabida e desproporcional, logo após o término da manifestação, e o mais preocupante, é que todos foram saber após um furo jornalístico, que havia um rapaz a beira da morte em um hospital, e isso era um domingo de manhã. O registro da ocorrência havia sido feito em um distrito policial diferente do que tínhamos tido na noite anterior, e de lá com todos os detidos liberados direto para a festa do BURACO DA MINHOCA, a primeira aliás.

Esse episódio me rendeu a primeira ameaça de morte que sofri em minha vida profissional. Tentaram me impedir de fazer meu trabalho. Não conseguiram.

Enquanto tudo isso acontecia ganhei um amigo, o Bender que estava com um problemão e precisava de um Advogado Ativista para ajudar, foi então que as ocupações culturais começaram a tomar conta de espaços públicos ociosos na cidade! O projeto OCUPE (Oficinas Criativas de Utilidade Pública Estadual) foi o primeiro do gênero, e sempre foi uma grande oportunidade para conhecer a cidade de outro ângulo, daquele de quem se dedica a transformar os muros de uma cidade cinza em painéis grafitados com a melhor expressão de uma cultura urbana muito intensa. De uma casa ocupada por artistas na zona oeste, surgiram outras duas ocupações, a Casa Amarela e Ouvidor 63, a produção cultural em São Paulo na vanguarda artística inovou, buscando espaços para suas produções e construções artísticas, ambas per-

manecem lutando contra a reintegração.

Com os atos contra a Copa se concretizando, a polícia promoveu prisões arbitrárias, deu tiro para o alto na Avenida Paulista em dia de jogo, como também tentou impedir que esses fatos fossem discutidos -- e essa foi minha segunda prisão. No primeiro de Julho de 2014, fui detido, ameaçado e agredido até desmaiar na porta de uma delegacia por policiais da Tropa de Choque da polícia militar do estado de São Paulo, e o pior, na covardia me acuraram e preso por algemas quiseram impor o medo a nossa sociedade.

No exercício da atividade -- precipuamente com base na função social que a ela se impõe e na defesa de nossas prerrogativas e de direitos constitucionais -- tanto eu quanto minha amiga Silvia Daskal nos surpreendemos com o mundo em que vivemos e por isso mesmo que ter recebido a notícia do trancamento imediato da ação criminal, é que acredito ainda mais na importância que nos é devida, nesse ponto das Jornadas de Junho, como conquista não somente para nós como indivíduos, não apenas para a advocacia com instituição essencial a construção democrática, mas principalmente à nova sociedade que vem se transformando desde de junho e que poderá contar conosco para que os direitos possam ser observados e nossa condição do ponto de vista cultural realize mudanças estruturais para nossa sociedade.

Não passaria pela minha cabeça, tempos atrás, me compreender em um papel de afortunada relevância social, e por ter iniciado este papel com tantas ressalvas, não que necessariamente eu seja uma pessoa negativa, pelo contrário.

Essa sensação ao se adquirir relevância e poder ser ouvido pelo que está produzindo na prática é como busco renovar as ações e através delas alterar equivocadas formas de cumprimento da lei por agentes públicos. Nessa atuação in loco pudemos evitar uma escalada incriminadora e muito violenta e assim na prática, passei a perceber o que estava acontecendo com a gestão pública.

Relevância pra mim se tornou isso, produzir algo que interfira na prática equivocada dos agentes do estado, ao evitar conflitos e promover soluções

que efetivam a Constituição e são úteis para toda a sociedade.

Apesar de me achar esclarecido, sabia do grande número de demandas sociais e o quanto é difícil manejá-las, em na situação socioeconômica adversa e ainda mais implementá-las. Vivemos dois países dentro de um só, a não ser quando falamos de alguns estados já divididos em três partes, seja por interesses de recursos naturais na região norte, que vive num intenso conflito armado entre os governos locais, os mineradores, agricultores e agropecuaristas e as populações regionais e nativas, de indígenas aos quilombolas. O caso do Rio de Janeiro é um exemplo triste. Ter passado pela cidade meses antes do início da Copa do Mundo foi estranhíssimo, um estado com três forças, todas elas armadas, e o mais triste é que convivem baseadas na imposição do medo e da corrupção que impera na burocracia local, e que permite essa associação entre esses grupos para manter o estado controlado pelo crime organizado.

Minha vida não estava confortável, apenas pelo grande número de compromissos que tinha assumido com a vida, e não digo isso apenas pelo meu filho, mas principalmente para ele a quem dedico toda a coragem e dignidade com a qual exerci a função para a qual me preparei durante toda minha vida. Estava indo pra cima, e ainda estou, e o mais importante, agora o faço ainda mais feliz em poder concretizar meus sonhos!

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

12

VITÓRIA

**PONTE INTERDITADA
POR MANIFESTANTES**

Haroldo Lima

VITÓRIA

12

Ponte interditada por manifestantes

Haroldo Lima

Este texto precisa da alegria das ruas repletas de espírito e de juventude. De que forma encarnar as sensações experimentadas a partir do junho de 2013, se escrevo em um quarto de fundos, separado do vento exterior? Precisaria embarcar no vento para rever a alegria expressa no letreiro luminoso da Terceira Ponte na noite fresca de 17 de junho. Montar o vento para retomar: a Terceira Ponte não é só uma passagem, ela é travessia.

Corpos misturados e indistinguíveis compõem um registro¹ emblemático da jornada de junho na Grande Vitória. Na imagem, o movimento salpicado de cores, granulações e flashes insinua a dança espontânea de corpos prontos para tomar a Terceira Ponte. A subida dela está completa de gente. Na parte superior da imagem, o letreiro luminoso da Rodosol convida para o baile: “ponte interditada”, lemos no registro, “por manifestantes”, completamos a seguir, por termos feito parte dela.

O junho² em Vitória brota da fagulha acesa em São Paulo e direciona-se para um marco que vai se constituir como o motor de produção de novas lutas, a Terceira Ponte, a partir de uma sequência de acontecimentos que nos farão voltar ao ano de 2005, quando a ponte passa a integrar as lutas por melhorias do transporte público na Grande Vitória.

1 A imagem descrita foi retirada dos vídeos das câmeras de monitoramento da Terceira Ponte, feitas pela Concessionária Rodosol: <http://bit.ly/1tzjsK9>.

2 Sempre que se referir às lutas disparadas a partir de junho de 2013 em todo Brasil, a palavra aparecerá grifada no texto em itálico.

No dia 17 de junho, a partir da organização do ato “Já pra rua! Primeiro grande ato contra a criminalização dos movimentos sociais”³ no Facebook, a Terceira Ponte foi tomada por 30 mil⁴ pessoas que reivindicava o livre direito de ocupar as cidades e também em solidariedade aos militantes e imprensa rechaçados pelas polícias e judiciário paulistanos.

Calcado por uma ampla pauta reivindicatória complementar⁵, o ato se reuniu na Avenida Fernando Ferrari, em frente à Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), e seguiu em direção à Praça do Pedágio da Terceira Ponte, no bairro Praia do Suá.

As manifestações do movimento estudantil capixaba, especialmente as do Movimento Passe Livre Espírito Santo (MPLES), têm um trajeto determinado desde 2005. Os grupos se reúnem na UFES e seguem pela Avenida Fer-

3 Organizado em função dos protestos paulistanos que dispararam as manifestações brasileiras, o “Já pra rua!” foi organizado por militantes e movimento estudantil, Movimento Passe Livre Espírito Santo e outros no Centro de Vivências da UFES, no final de semana que antecedeu a terça-feira, dia 17 de junho de 2013.

4 Neste texto escolhemos apresentar dados apresentados pelos movimentos que estiveram de alguma forma envolvidos na organização ou participação das manifestações, como é prática corrente nos movimentos sociais brasileiros: os movimentos apontam a presença de 30 mil pessoas nas ruas no dia 17 de junho de 2013 enquanto a Polícia Militar do Espírito Santo aponta a presença de 30 mil manifestantes: <http://glo.bo/1EvODmB>.

5 A pauta de reivindicações do “Já pra rua!” foi pensada coletivamente e foi dividida em reivindicações gerais e regionais: Pauta Geral: Contra a criminalização dos movimentos sociais; Pelo tarifa zero [estatização do transporte público; Em apoio a todas as cidades que estão se levantando; Contra a corrupção. Pauta regional de negociação direta: Cumprimento das promessas feitas ao movimento contra o aumento; Tarifa Zero; Não a privatização da BR-101; Fim do Pedágio RodoSol/Terceira Ponte; Revisão de planilhas do sistema transcol; Explicações sobre a falsa redução tarifária; Investigação a Federação Capixaba de Futebol; Fim da Criminalização dos movimentos sociais; Por um novo modelo de mobilidade Urbana para o ES. Pauta de Lutas: Reforma Tributária; Pelo direito a liberdade de expressão; Apoio as manifestações de SP e RJ; Repúdio às prisões ditatoriais feitas em manifestações por todo Brasil; Combate a Corrupção. BASTA!; Reformas Urbana e Rural; Maior investimento em Educação; Reforma imediata da Saúde; Copa pra quê? Queremos Saúde e Educação. <http://on.fb.me/1EmEjLN>

nando Ferrari até a Avenida Nossa Senhora da Penha, a Reta da Penha⁶, uma das principais vias de articulação da Capital. Com duas faixas em cada sentido, a Reta da Penha um dia deu conta do tráfego da capital, hoje acolhe enormes engarrafamentos no final do dia e, em protestos, nos abraça e direciona. Projetada para receber um fluxo moderado de carros, com a expansão da cidade e o aquecimento da economia capixaba nos anos 2000, aos poucos a via se tornou um grande funil para aqueles que precisam chegar à Praça do Pedágio da Terceira Ponte, destino de nossas mobilizações.

Começamos a caminhada em direção à Praça do Pedágio entre conhecidos e muitas gente nova no dia 17. Caras estranhas, pouco comuns em protestos anteriores, aos poucos são abrigadas entre colegas de militância, conhecidos da UFES, sindicatos e partidos. Famílias inteiras comparecem de cara pintada. Estudantes secundaristas e ainda mais jovens marcam presença e transitam com desenvoltura entre universitários. Bandeiras de lutas minoritárias, como a indígena, latente no Espírito Santo, dividem espaço com reivindicações comuns à outras cidades durante junho: reforma política e tributária, PEC 37, denúncia⁷ do extermínio da juventude negra nas periferias e da violência contra a mulher, ampliação de direitos para as LGBT e, em especial, contra a corrupção, simbolizada no junho pelas obras da Copa do Mundo.

Enquanto atravessávamos a Reta da Penha no começo da noite, mais e mais pessoas ocuparam a rua. A manifestação é bonita, mas pouco usual. As bandeiras de partidos e sindicatos são engolidas pela multidão. Tentativas de direcionar o protesto através de palavras de ordem puxadas pelos movimentos sociais e falas de lideranças estudantis, de classe e de partidos são impedidas pelo volume de vozes contrárias à direcionamentos.

6 Aqui falar da referência da reta à padroeira e ao convento, visto ao longo da reta.

7 O Mapa da Violência 2014 - Homicídios e Juventude no Brasil indica o Espírito Santo como o segundo lugar onde mais se mata jovens negros no Brasil, com 152,4 mortes violentas por grupo de 100 mil habitantes, enquanto a taxa entre brancos ficou em 35. Em relação às mulheres, o ES é líder da taxa de homicídios no Brasil: são 11,2 para cada 100 mil: <http://bit.ly/1003RnY>.

O “Já pra rua!” não tem representação ou cor - negra em seu primeiro momento uma organização convencional às ações de rua da esquerda. Coube todo mundo na rua naquele dia, mas a rua, por si só, não quer ser de ninguém.

Ainda assim, chegamos à Praça do Pedágio para tomá-la como historicamente temos feito em manifestações relacionadas ao MPLES. A polícia acompanha à distância a ocupação das vias que levam às cabines de cobrança de pedágio e - por que não? - a liberação das cancelas que bloqueiam a passagem dos carros.

Se até aquele dia a liberação das cancelas em outras passeatas viabilizava a passagem gratuita de veículos pela Terceira Ponte, a ocupação da Praça do Pedágio mostrou-se um primeiro momento em relação ao que viria depois: a liberação das cancelas, a tomada e a travessada pela ponte, e o desmantelamento da Praça do Pedágio.

Antes espaço privado, administrado pelo consórcio Rodosol e vigiado pela câmera de monitoramento que registrou a imagem do começo desta narrativa, no dia 17 aquele lugar tornou-se priviligiado para a produção do junho em Vitória que começara a pouco e se prolongaria pelo resto de 2013 e 2014.

Atravessamos as cancelas em direção e pouco a pouco subimos até seu vão central como se delirássemos pela primeira vez. A travessia iluminada, solta no ar, bem no meio da baía. É desse ponto que fazemos nossa luta, nizados pelo balançar da estrutura gigante provocado pela nossa festa e pelo vento que corta Vitória, pelo vento que nos faz resistir.

A vista delirante da Terceira Ponte vai tornar singular o junho em Vitória. Lá de cima, a cidade silenciosa e iluminada. Pareados pelo chiado dos skates e pela coordenação esguia de patinadores, descíamos em correira. Um delírio intenso e até aquele momento inconfessa.

A essa altura, a travessia da ponte se confunde com o direcionamento do ato à residência oficial do governador, na Praia da Costa, em Vila Velha, onde acontece o primeiro confronto com o Batalhão de Missões Especiais (BME) da Polícia Militar.

O protesto seguiu para a residência oficial sem coordenação ou diálogo

com os demais manifestantes. Toma as ruas estreitas que levam à entrada da mansão à beira mar protegida por muros altos e cerca elétrica. Antes dela, entretanto, o BME reage ao disparo de uma latinha de cerveja com balas de borracha e bombas de feito moral no primeiro confronto do junho local.

Cobrávamos de Renato Casagrande, governador eleito pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em legenda⁸ que incluía o petista Givaldo Vieira como vice, ampliação de diálogo com os movimentos sociais, o Passe Livre. Exigíamos uma resposta ao impedimento de se delirar todos os dias do alto da ponte, de transitar, de ter o acesso à cidade pelo público. Entretanto, como nas outras cidades, o governador trocou o diálogo pela violência generalizada pelo BME.

As imagens da Terceira Ponte interdita por manifestantes tomaram as redes enquanto o noticiário local “salgou” o confronto imposto pela polícia ao “Já pra rua!”. É neste ponto que as câmeras portáteis e aplicativos móveis em celulares vão protagonizar a produção de discursos sobre as manifestações no estado e inflamar mais gente para o protesto seguinte, no dia 20 de junho, quando 100 mil capixabas retornaram à Terceira Ponte para produzir um delírio ainda maior.

A construção da Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça, a Terceira Ponte, é uma pequena comédia de erros⁹ que atravessa o final dos anos se-

8 Líder da bancada do Partido Socialista Brasileiro (PSB) até 2010, quando foi eleito governador do Espírito Santo pela coligação “Juntos pelo futuro” (PT, PMDB, PP, PR, PCdoB, PDT, PRB, PTN, PSDC, PSC, PHS, PTC, PV, PRP e PTdoB) com 82,30% dos votos, Renato Casagrande (PSB) derrotou Luiz Paulo Velloso Lucas (PSDB) com apoio irrestrito do governador em exercício à época, Paulo Hartung (PMDB).

9 O projeto de ligação entre Vitória e Vila Velha foi concebido em 1973 pelo governador biônico Arthur Gerhard Santos e iniciado em 1978 por seu sucessor e colega de ARENA, Elcio Álvares. A obra foi pontuada por frequentes indecisões na década de 80. Ainda na primeira fase da construção, em 1980, a Terceira Ponte passou por uma Comissão Parlamentar de Inquérito que investigou desvios de recursos nos contratos e obras. A primeira tentativa de “conceder” o projeto à iniciativa privada veio em 1982, mas o projeto voltou para os braços do estado no mesmo ano. Uma pesquisa encomendada pelo governo apontou que o baixo fluxo de automóveis a atravessá-la naquela década renderia um pedágio com valor elevado para o capixaba. As obras andaram de 1983 a 1986 sob a administração do governador Gerson Camata mas ainda assim não foram concluídas por falta de recursos. Em uma manobra costumaz, em 1987, o governador José Moraes inaugurou a iluminação da ponte mesmo sem finalizá-la. Mais prático, o governador seguinte, Max Mauro, foi o primeiro a atravessá-la com a conclusão do

tenta e culmina em 1989, três meses antes das primeiras eleições diretas para presidente na redemocratização.

Iniciada em 1978 com o objetivo de ligar a Praia do Suá, em Vitória, à Vila Velha, a obra foi pontuada por percalços políticos. Durante quatro¹⁰ governos estaduais, o projeto passou por ingerências financeiras, denúncias de corrupção, tentativas frustradas de “concessão” à iniciativa privada, continuidades e adiamentos até sua conclusão, sob a batuta do grupo Operações de Rodovias Ltda (ORL), ligado à Odebrecht.

O contrato com a ORL garantia à empresa a exploração da ponte através de uma praça de pedágio em Vitória até 1998 como forma de arcar com os custos investidos na finalização da obra e garantir lucros à administradora.

Entretanto, o fim do pedágio não veio em 1998. Naquele ano o contrato de exploração foi vendido à Concessionária Rodovia do Sol S/A¹¹ (Rodosol), que deveria recuperar a Terceira Ponte e duplicá-la. O novo acordo manteria a cobrança do pedágio pelos próximos 25 anos e viabilizaria a construção de 67,5 KM da BR 060, via privada que corta o litoral sul do Espírito Santo.

O capixaba acompanhou a abertura de três CPIs - 1994, 1995 e 2003 - para investigar possíveis irregularidades no contrato da Rodosol. O relatório da última delas, finalizado em 2004, no governo de Paulo Hartung¹², apontou a

vão central nos últimos dias de 1987. A ponte foi inaugurada em 1989, concedida ao grupo Operações de Rodovias LTDA (ORL).

10 As obras atravessaram os governos: Élcio Álvares (1975/1979 - ARENA), Eurico Vieira de Rezende (1979/1983 - ARENA), Gerson Camata (1983/1986 - PMDB) e José Morais (Camata concorre ao Senado e Morais assume em 1986 e governa até 1987 - PMDB) e Max Freitas Mauro (1987/1991 - PMDB).

11 A última conformação societária da Concessionária Rodovia do Sol S/A é composto por: Coimex Empreendimentos e Participações Ltda, com 38%, Tervap Pitanga Mineração e Pavimentação Ltda, com 38%; Urbesa Administração e Participações Ltda, com 7,5%; Construção e Comércio Vitória Ltda, com 7,5%; ES 60 Empreendimentos e Participações Ltda com 9%.

12 Líder estudantil na redemocratização, Paulo Hartung filiou-se ao PMDB em 1982 e foi eleito Deputado Estadual em 1983. Foi prefeito de Vitória entre 1993 e 1997 pelo PSDB e Senador da República entre 1999 e 2001, ano em que foi eleito Governador. Reeleito em 2005, Hartung é tido como o princi-

inexistência de estudos sobre a viabilidade econômica do trecho que explicassem os valores cobrados aos usuários e a morosidade em obras contratuais. Os apontamentos das três Comissões foram engavetados pelos órgãos responsáveis.

Até os desdobramentos do junho de 2013, a Terceira Ponte havia se tornado, inexplicavelmente, o trecho privado “mais caro do país”¹³: (R\$0,57 por KM), a R\$1,90 para veículos de pequeno porte como carros e motos.

A Terceira Ponte, entretanto, passa a figurar como território de disputa dos movimentos sociais capixabas apenas em 2005. Nesse ano, a liberação das cancelas do pedágio de acesso aos 3,3 KM de concreto sob a baía se materializou após uma sequência de mobilizações contra o aumento do valor dos coletivos da região metropolitana, o movimento “Vitória contra o aumento.”

O ano de 2005 mal havia chegado a sua metade quando o governo do estado anunciou o segundo aumento da tarifa dos coletivos¹⁴. Somados, os dois reajustes totalizavam um acréscimo de 11% na passagem dos ônibus em um ano com inflação¹⁵ de 4,34% somadas até julho e de 7,6% acumulado no ano anterior.

pal líder político do Espírito Santo. À ele, atribui-se a “moralização” do estado por meio de uma política de caça e desarticulação do crime organizado, além do controle das finanças e principal impulsionador dos projetos econômicos que “regularizaram” as contas do estado nos anos 2000. Seu apelido mais comum no estado é “O Imperador.”

13 Dado apontado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com dados de 2012: <http://bit.ly/1ysgJLP>.

14 Na Grande Vitória, o transporte coletivo é gerido por operadores que se dividem em: Sistema Municipal de Vitória, Sistema Transcol, Sistema Seletivo e Sistema de Fretamento, regulados Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (Ceturb-GV), ligada à Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas (Setop). As empresas que gerem os sistemas são representadas pelos patronais Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros-ES e Sindicato das Empresas de Transporte Metropolitanas da Grande Vitória (GVBus).

15 Índices de inflação apontados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IPCA/IBGE): <http://www.furb.br/ips/ip/IndicesDiversos.html>.

A notícia varreu a UFES durante a tarde e rapidamente uma assembleia foi montada no Centro de Vivências da universidade. Composta principalmente por secundaristas matriculados no cursinho pré-vestibular Universidade Para Todos e por estudantes da UFES, a assembleia levou cerca de 300 pessoas para a Avenida Fernando Ferrari para o início de um protesto contra o reajuste.

Inéditas até aquele momento, as balas de borracha disparadas pelo choque de Paulo Hartung desarticularam rapidamente a manifestação, mas indignaram a população da capital e atiçaram os ânimos dos movimentos sociais, especialmente do movimento estudantil.

Muito visto e discutido após as mobilizações de 2005, o documentário “Não é só uma passagem”¹⁶, produzido pelos estudantes de comunicação e hoje realizadores audiovisuais Igor Pontini e Vitor Graize, registra a euforia daquelas mobilizações e dá uma piscadela para o junho de 2013, tanto da multidão, quanto da violência desproporcional desferida contra os movimentos de rua a partir daquele ano.

O vídeo resgata a violência do choque contra os estudantes em frente à UFES no começo da noite daquela terça-feira e acompanha os protestos diárias até a sexta-feira que finalizaria a semana estudantil com uma passeata que teve a presença de 5 mil participantes.

Marcado por imagens do telejornalismo local, o documentário também acompanha a repercussão política e popular do “Vitória contra o aumento.” O governador afirma ter a democracia como valor imprescindível ao seu governo em declaração à imprensa local, após a violência do BME.

- “Eu tô em casa, porra! Eu tô em casa!” - Ainda assim o vídeo mostra o protesto de um estudante enquanto dois policiais tentam fazê-lo caber dentro de um camburão na noite da primeira manifestação.

A violência da polícia repercute negativamente. Ainda assim o governo descarta o cancelamento do reajuste. De quarta-feira em diante, após a re-

16 Não é só uma passagem, de Vitor Graize e Igor Pontinini: <http://bit.ly/100tgOg>

percussão da ação policial em frente à UFES, os protestos acontecem sem interferência e se intensificam a cada ação. Partem da Ufes e do Centro Federal de Educação Tecnológica (CEFET-ES), hoje Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). Tomam o Centro de Vitória e seguem em direção ao Palácio da Fonte Grande, sede do governo do estado. No outro dia, a Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-ES), também foi ocupada enquanto governo e empresários se reuniam.

Já em 2005, o papel picado brotava das janelas por onde as mobilizações passavam. Braços erguidos e aplausos seguiam em coro às músicas entoadas na rua:

“O dinheiro do meu pai não é capim

eu pulo a roleta sim!

Eu pulo

eu pulo

Eu pulo a roleta sim!

O dinheiro do meu pai não é capim

eu quero passe livre sim!”

e

“Estudante

na rua

Hartung a culpa é sua!”

Na sexta-feira daquela semana, tomamos mais uma vez as ruas. Dessa vez, acompanhados de três mil amigos, caminhamos em direção à Praça do Pedágio para protagonizar a primeira tomada das cabines para a liberação das cancelas.

Com o pedágio liberado, os carros passavam pelo corredor de manifestantes até as cancelas abertas em buzinações. Caronas com metade do corpo do lado de fora dos carros esmurravam fantasmas no ar. Apitos da rua também entrecortavam-se com as tomadas de posição, músicas jocosas, bandeiradas e toda sorte de mímicas surgia entre a passagem de veículos. Carros tripulados

por vontades inconfessas: respiro do pulmão, tomada de fôlego ante o beijo do lírio amarelo visto do alto, na fotografia anônima feita na ocasião, do alto de um prédio do entorno do pedágio.

Foi um momento incrível para o movimento estudantil capixaba, arrefecido durante o primeiro ano do Partido dos Trabalhadores na presidência. Mesmo disputados entre lideranças estudantis e tendências partidárias, o “Vitória Contra o Aumento” foi revigorante para as lutas populares no Espírito Santo: os protestos de 2005 nos deixaram acreditar na junção de estudantes e outros movimentos organizados para resistir ao projeto político-econômico¹⁷ defendido por Hartung e planejado em parceria com o interesse privado.

No domingo, antes de mais uma semana de lutas começar, o reajuste foi revogado por Hartung, o governador não permitiria uma ampliação do estrago político iniciado naquele julho. Nossa vitória nas ruas produziu uma imagem para os movimentos do estado, ela liberou nossa vontade de lutar. Com a praça do pedágio tomada havíamos fecundado nosso movimento. Ele nos fez perceber a resistência como possibilidade. É a partir de 2005 que o Passe Livre, como pauta reivindicatória, ficou conhecido entre estudantes e começou a fazer corpo - entre estudantes secundaristas e universitários, nos campi do interior da universidade e pela cidade. Entre refluxos anuais, os reajustes dos coletivos levaram mais gente às ruas sempre que a tarifa dos ônibus subia, mesmo quando Hartung levou a data do aumento “anual” para as férias letivas, com o intuito de evitar manifestações contrárias.

17 Apresentado em 2004 na gestão Hartung, o Espírito Santo 2005 é um plano de desenvolvimento contínuo do estado afim de erradicar a pobreza e redução das desigualdades, o desenvolvimento do capixaba humano, a diversificação econômica, a agregação de valor ao produzido, o adensamento das cadeias produtivas e o desenvolvimento do capital social do estado - tudo isso, obviamente, pautado pela “devoção absoluta à ética republicana por parte das instituições públicas” (HARTUNG). EM 2013, Casagrande apresentou uma renovação desse plano, o ES2030, com os mesmos eixos temáticos. Ambos foram construídos com respaldo e colaboração da entidade não governamental Espírito Santo em Ação - formada pelos principais articuladores econômicos residentes no estado, entre eles Fibria, Arcelor Mittal, Rede Gazeta, Rede Capixaba, Suzano Papel e Celulose, Fribrasa, Oi, Garoto, Vale, Escelsa, Grupo Coimex etc.

A repressão policial cresceu proporcionalmente aos protestos seguintes, e com ela a tentativa de dismantelar o movimento com a pecha do “vandalismo”. Se em 2005 as balas de borracha foram condenadas pela população, nos momentos seguintes, o apoio popular arrefeceu e só pode relaxar em 2011, quando vídeos e fotos da repressão policial sobre uma manifestação contrária ao reajuste infestaram as redes sociais e colocaram mais uma vez a população a favor dos estudantes.

Em janeiro de 2011, outro grande momento que precede o junho de 2013, um grupo de estudantes secundaristas paralisou a Avenida Jerônimo Monteiro, principal via do Centro de Vitória. Fechadas por pneus em combustão, a avenida foi liberada após uma investida “rigorosa” do BME contra os manifestantes. No final da tarde, a cena ficaria ainda mais dramática nas imediações da UFES.

Antes de conseguirmos tomar a Avenida Fernando Ferrari, o BME, agora com o apoio da cavalaria, iniciou a repressão enquanto tentávamos nos refugiar na universidade. Bombas de efeito moral pipocaram no campus numa violação aberta da soberania do território federal.

Os excessos policiais foram rechaçados pela universidade, movimentos sociais e a população. Após a debandada da polícia, ainda naquela noite, reunimo-nos novamente e caminhamos em direção à Terceira Ponte para mais uma vez, na Praça do Pedágio, liberar as cancelas. Nas imediações da praça, o BME nos encurralou. Corríamos a todo custo de policiais fardados e à paisana. Vinte e sete colegas¹⁸ foram detidos enquanto tentavam se esconder, filmavam a violência policial, caminhavam para casa ou tomavam os ônibus em roletaços.

A ação da polícia foi registrada e tomou a rede. Foi um grande constrangimento para Casagrande em seu primeiro mês de governo. Ao contrário do que

¹⁸ No ato daquele dia, 27 pessoas foram detidas pela Polícia Militar, inclusive o jornalista Henrique Alves, do portal de notícias capixaba Século Diários, único veículo de comunicação capixaba que faz oposição ao projeto político de Hartung e Casagrande: <http://bit.ly/1qBu405>.

a televisão e os jornais veiculavam, fotos e vídeos nas redes sociais deixavam ver a violência da polícia. Se ainda naquela manhã a imprensa havia condenado a violência policial, nesse ano, pela primeira vez, as redes de colaboração digitais impediram o avanço da violência da polícia contra os manifestantes.

Na tarde seguinte voltamos às ruas. Em cinco mil, tomamos a Praça do Pedágio enquanto o Batalhão de Missões Especiais acompanhava de longe a liberação das cancelas para os carros passarem, a “Marcha dos Cinco Mil”, quando mais uma vez estivemos muito perto de chegar ao vão central da Terceira Ponte para o delírio que só viria a se concretizar em 2013.

O rastro luminoso divide o céu naturalmente em uma das grandes fotografias do protesto do dia 20 de junho de 2013. Na imagem, os ocupantes se fundem ao delineamento serpenteado da Terceira Ponte. O tamanho dessa foto deve nos levar à experiência de fazer parte do rastro luminoso¹⁹ da ponte e compartilhar aquela vertigem. Mais uma vez, o vão central oscilava devagar de um lado para o outro, como se quisesse nos lançar no vazio da noite, para tomá-la em liberdade. Mas não, cambaleávamos nela sem chão aparente, despidos pelo vento invernal das noites de junho em refazimento. A imagem foi registrada de um local privilegiado e deixa à mostra a potência da ocupação: lugar cedido pelo poder público ao controle econômico privado, a Terceira Ponte se materializa enquanto local de convergência e produção de possibilidade com as ocupações. Também por isso a fotografia tomou de assalto as redes sociais e foi apropriada constantemente pelas mídias de massa nos dias seguintes.

As representações que podiam ser ainda identificadas na manifestação do dia 17 diluíram-se entre os cerca de 100 mil presentes no protesto do dia 21. Foi uma noite de encontros e trombadas. A multidão andava descoordenada, como se a mobilização caminhasse para todos os lados. Incapaz de abarcar tanta gente, as ruas da Praia do Suá e da Praia do Canto também foram ocupadas por pessoas. Muitos partem para a Assembleia Legislativa do Estado,

¹⁹ Ver foto aqui: <http://glo.bo/11d4A39>.

nas proximidades da Terceira Ponte, confusos com o destino da passeata. Enquanto parte dos manifestantes experimenta a travessia da ponte rumo à Vila Velha, a Praça do Pedágio é subitamente tomada pela fúria de militantes encapuzados. O escudo Black Bloc engole a praça e coloca abaixo o pedágio sem medo das câmeras de monitoramento.

A partir da noite em que o pedágio foi abaixo, “magrinhos” foram perseguidos no pós-manifestação pelas ruas da cidade e, em algumas delas, detidos às dezenas. Uma segregação às claras entre protestantes e “vândalos” negros.

Uma fotografia²⁰ feita pelo fotojornalista Everton Nunes também na noite do dia 21, quando o choque tomou Terceira Ponte para deter o escudo Black Bloc, deixa ver um adolescente protegido por blocos de contenção em aceno provocativo, com os dedos do meio das duas mãos para o BME, que marchava em direção aos manifestantes. Enquanto resiste, o menino nos ajuda a compreender a obscenidade das nossas ações naquelas noites, minutos antes das bombas começarem a explodir.

Há política em cada estilhaço produzido pelo quebra-quebra na Praça do Pedágio. Ao destruir o pedágio, desestruturamos o centro nervoso dos mecanismos de segregação na cidade. Oferecemos aos capixabas, em um ato emblemático, mais uma vista da possibilidade de desarticulação de equipamentos e esquemas produzidos nos gabinetes fechados da política institucionalizada.

No reservado aos veículos, tomamos para nós a Praça do Pedágio e a Terceira Ponte para fazer entender que através de um trânsito público, podemos fundar outras cidades: mais cooperativas e harmônicas, cidades que não trabalhem, a princípio, com a segregação de espaços e experiências.

A destruição do pedágio é uma consequência espontânea das liberações das cancelas em momentos anteriores. Organizados em assembleias livres realizadas na UFES a partir do protesto do dia 17 e organizadas através das redes sociais, as lutas na Grande Vitória têm muito a aprender com as tomadas simbólicas da ponte. Qualquer tipo de organização - inclusive as de gabi-

20 Ver foto aqui: <http://bit.ly/1oEwOOC>.

nete - vai fracassar frente aos desejos produzidos na rua.

Exemplo disso é a manifestação do dia 25 de junho, quando mais uma vez, frente à repressão instantânea da polícia, o protesto rebelou-se contra símbolos do modelo de cidade experimentado pelos brasileiros nos dias de hoje. Lojas e fachadas de prédios de luxo do bairro onde o poder se encastela foram dizimadas com a mesma fúria aplicada contra a Praça do Pedágio.

A resposta mais uma vez da instância palaciana. O governador Casagrande recomendou os capixabas a abandonarem as mobilizações, já que eles haviam se tornado “violentas”.

A Rodosol tentou implementar um sistema de cobrança manual após a destruição do pedágio, o que levou a longos congestionamentos nas vias que dão acesso à Terceira Ponte. Em resposta, e já assustados com a revolta popular, a concessionária foi proibida de realizar a cobrança até que o pedágio fosse restabelecido. A cobrança foi retomada na mesma semana em que o Deputado Estadual Euclério Sampaio (PDT) incluiu na pauta de votação do dia dois de julho um decreto legislativo que suspenderia o contrato de exploração da ponte com a Rodosol. A Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa, entretanto, apresentou parecer solicitando um prazo de três sessões para analisar a constitucionalidade do decreto gerando revolta nos cerca de 300 cidadãos presentes na sessão daquele dia.

A suspensão da votação deu fôlego a protestos no interior da ALES e desencadeou em um confronto entre os presentes, os seguranças e o BME: a ocupação do restaurante e da cozinha do legislativo capixaba foi mais um momento intensivo produzido desde que a Terceira Ponte virou o principal alvo das lutas no Espírito Santo.

“Resistir, resistir, até o pedágio cair! O pedágio vai cair, vai cair, vai cair!”

O movimento Ocupa ALES, a ocupação da Assembleia Legislativa do Espírito Santo (ALES), durante o junho capixaba, durou 12 dias, mas foi o

bastante para sedimentar uma rede cooperativa de solidariedade à ocupação por meio de doações e de produção incessante de atividades de discussão e formação, promovidas pelos movimentos que compuseram o Ocupa ALES, mesmo com o terrorismo imposto pelo Governo com diversas ameaças de reintegração de posse.

Integrantes do Movimento Passe Livre e autonomistas, de correntes do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), da União da Juventude Socialista (UJS) e a juventude do PT, o Levante Popular da Juventude, o Sindibancários-ES e outras entidades dos trabalhadores, o Diretório Central dos Estudantes da UFES e outras representações estudantis, além de dezenas de militantes que se revezavam na ALES, compuseram a ocupação. Os moradores da Grande Vitória puderam acompanhar os processos decisórios da ocupação pela TV Ocupa ALES, canal de comunicação via streaming e também no Youtube.

Com uma série de programas culturais e de discussão, a comunicação do movimento foi feita pelos integrantes da ocupação com programas jornalísticos e de cultura.

Por outro lado, colaborou também o Coletivo Moqueca Mídia, composto pelas repórteres Paçoca e Contra Regra. Surgido durante os protestos do mês anterior, o Moqueca Mídia produziu durante o junho coberturas das manifestações e da ocupação, em tempo real por meio de um canal do TwitCasting. A experiência Moqueca Mídia integra uma série de iniciativas de jornalismo “direto” semelhantes às experimentadas ao redor do Brasil durante as lutas disparadas em 2013.

Como em outros²¹ lugares, foi por meio dela que pudemos acompanhar sem o filtro editorial das grandes grupos de mídia o que acontecia de fato nas ruas e na ALES durante a ocupação.

O escracho também foi usado pelo Ocupa ALES para mobilizar os deputados durante a ocupação. Com os computadores da Assembleia Legislativa

21 A Moqueca Mídia resiste cobrindo espaços políticos e estende-se agora ao cobrir outros tipos de atividades. Siga a página do coletivo no FB: <http://on.fb.me/1AYo5fC>.

“liberados”, ocupantes recolheram informações sobre deputados e ligavam para a casa deles, durante o dia e mesmo de madrugada. Com os computadores disponíveis, militantes também hackearam as máquinas com softwares baseados em Linux para extrair documentos e informações sobre a relação de políticos com a Rodosol, mas nada foi encontrado.

Fruto da mobilização permanente, houve drástica redução do valor do pedágio. Determinado pelo Ministério Público capixaba, o consórcio Rodosol deveria cobrar valores que viabilizassem a manutenção da Terceira Ponte. Dos R\$1,90 cobrados até ali, o valor passou a ser de R\$0,80 para veículos pequenos.

Por outro lado, a desocupação da ALES também ocorreu nesse dia. Com as crescentes ameaças de reintegração de posse, manobras como a carta dos deputados pedindo a desocupação da Assembleia e o impedimento da entrada de doações de água e mantimentos imposta pelos representantes eleitos do legislativo, o movimento precisou ser encerrado. Em manifesto²² divulgado pelo movimento nas redes sociais e veiculado pela imprensa, o Ocupa ALES acusou o desrespeito aos direitos humanos por parte ALES e convidava os capixabas a continuarem mobilizados até o encerramento do contrato com a Rodosol.

A ocupação aconteceu após a realização de reunião conciliatória com representantes da Justiça e da Assembleia Legislativa em que o movimento Ocupa Ales apresentou 10 reivindicações²³ para deixar a ALES: entre elas a participação de um integrante do movimento na auditoria do contrato da Rodosol com o estado, uma reunião com o governador, a instalação das CPIs do

22 O vídeo da leitura coletiva do Manifesto Ocupa ALES está disponível no link a seguir: <http://on.fb.me/1xFxBhZ>.

23 As 10 reivindicações do Movimento Ocupa ALES são: O corte de ponto dos deputados que faltaram às últimas sessões; reunião com o governador Renato Casagrande; não eleição do deputado Sérgio Borges (PMDB) ao cargo de conselheiro de Tribunal de Contas do Estado (TCE); instalação das CPIs do Pó Preto e do Transcol; criação de espaço físico para implantar Grupo de Acompanhamento Legislativo (GAL); retirada dos vidros das galerias do Plenário; liberação do uso de bermudas, camisetas e chinelos nas dependências da Assembleia, e a participação de um membro da ocupação na auditoria do contrato da Rodosol com governo: <http://bit.ly/1uhdHKX>

Transcol e do Pó Preto, o corte de ponto dos deputados que faltaram às seções pós-ocupação e, claro, o desmantelamento do pedágio.

Para a desocupação, o Ocupa ALES produziu uma instalação²⁴ no restaurante da ALES com móveis, pichações e poesia. Mesmo com um manifesto, as imagens da instalação estamparam as páginas dos jornais e televisões locais como o recorrente vandalismo daquelas horas - apesar disso, a instalação não precisaria de uma só palavra de legenda para se sustentar como ação artístico-performática.

No dia 15 de julho, quando o decreto legislativo foi votado pelos deputados, o contrato do estado com a Rodosol foi mantido. Porém, o Legislativo, por meio do Tribunal de Contas do Estado, iniciou uma auditoria do contrato de exploração da ponte. Divulgado preliminarmente em abril de 2014, o relatório averigou que durante a existência do pedágio houve sobrepreço no valor da tarifa cobrada e que a concessionária Rodosol havia recebido R\$ 798 milhões para investimentos que não haviam sido realizados. O relatório apontou que, paga, a Terceira Ponte vinha sendo usada para custear a BR 060, também administrada pela Rodosol, que possui seu próprio pedágio nas proximidades de Guarapari.

O pedágio foi suspenso no dia 22 de abril de 2014 pelo governador Renato Casagrande na caçapa da corrida eleitoral em que tentaria a reeleição. A decisão final só deverá ser tomada após a liberação do relatório final da auditorial sobre o consórcio, até lá a ponte continua livre. O primeiro pronunciamento do governador a respeito do caso, pouco antes de anunciar a suspensão do pedágio, veio por meio da página oficial no Facebook. No texto em que saudava os capixabas, Casagrande alinhava sua decisão afirmando que respeitaria os trâmites legais, mas que não permitiria “que o estado fique no prejuízo.”

Num primeiro momento questionou-se muito as “intenções” por trás da suspensão do contrato. Se a suspensão do pedágio aconteceu somente em

24 Ver uma das fotos da ação artístico-performática no link a seguir: <http://bit.ly/1ysyJWk>.

2014 por interesses políticos de Casagrande, a possível tentativa veio a se frustrar nas urnas. Casagrande foi engolido²⁵ por Paulo Hartung, o governador que em 2005 teve que voltar atrás, quando tentou reajustar as passagens pela segunda vez naquele ano.

Hartung retorna ao Palácio Anchieta para mais quatro anos de mandato e, quem sabe, reafirmar compromissos com os grupos políticos e empresariais que distribuem as cartas no Espírito Santo.

Os nove anos cobertos por essa narrativa não dão conta das artimanhas costuradas entre os chefes do executivo capixaba ao longo desses anos. Casagrande e Hartung atendem a uma agenda conservadora e obscura que garante lucro máximo às empresas que operam os coletivos na Grande Vitória. Não surpreenderá se a prestação de contas das campanhas dos dois políticos deixarem ver vultosas contribuições do consórcio Rodosol.

A suspensão do pedágio deixou ver também o enorme caos de mobilidade urbana na Grande Vitória. Com as cancelas levantadas, a ponte tem sido extensivamente usada por aqueles que antes não podiam colocar na conta do mês gastos com a Rodosol. Os ônibus continuam lotados e sujos. Praticamente desaparecem na madrugada e são pouquíssimo ramificados.

O aquaviário que ligava Vitória a Vila Velha, extinto no passado, ressurgiu há alguns anos como promessa eleitoreira para reduzir o estrangulamento cotidiano das vias por carros e ônibus. Na outra mão, o movimento ciclo-ativista vive um momento de expansão, mas as ciclovias ainda estão restritas em quase toda a totalidade às orlas e ruas de lazer aos domingos.

Margeando as orlas, na Curva do Saldanha, na Praia da Costa, na Praia de Camburi, ou entre carros apressados em ires e vires pela cidade, sentimos o vento nos empurrar para trás. É ele, aqui embaixo, que nos faz lembrar ainda, da experiência da resistir. É na tomada de fôlego para mais um trecho, já com os músculos das pernas dormentes, que experimentamos a vertigem daque-

25 Paulo Hatung derrotou Renato Casagrande nas eleições de 2013 no primeiro turno com 53,44% dos votos após um racha durante o governo Casagrande.

les dias sobre a Terceira Ponte, quando não estivemos em lugar algum ou em todos os lugares da Grande Vitória ao mesmo tempo.

Nesses dias, quando a lembrança da vista do alto da Terceira Ponte e do vento que quase nos lançava no abismo negro, resta uma certeza: lá embaixo, depois da imensidão da queda, haveria sim, uma canoa flutuante nessa terceira margem chamada travessia.

JUNHO

**potência das ruas
e das redes**

De
Impostos
a
Copa

AGORA CUSTA
\$ 3,00
PARA SER
SARDINHA



PEC

37 NÃO

